

Gladis Massini-Cagliari

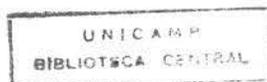
Cantigas de amigo: do ritmo poético ao lingüístico

Um estudo do percurso histórico
da acentuação em Português

Tese apresentada ao Departamento de
Lingüística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Ester Miriam Scarpa.

Campinas
Universidade Estadual de Campinas
agosto de 1995



Em. 00078862-5

UNID. AC.	BC
N.º DE A.	T/UNICAMP
	M386c
V.	E.
I.	126021
FR.	43.3/95
C.	D <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 14,00
DATA	02/16/95
N.º CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

M386c Massini-Cagliari, Gladis
Cantigas de amigo - do ritmo poético ao
linguístico, um estudo do percurso históri-
co da acentuação em português / Gladis Mas-
sini-Cagliari - - Campinas, SP [s. n.],
1995

Orientador Ester Miriam Scarpa
Tese (doutorado) - Universidade Estadual
de Campinas, Instituto de Estudos da Lingua-
gem

1 Trovadores - Portugal - séc XIII 2
Ritmo 3 * Acento 4 Fonologia I Scarpa,
Ester Miriam II Universidade Estadual de
Campinas Instituto de Estudos da Linguagem
III Título

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Gládis Marini Cagliari

e aprovada pela Comissão Julgadora em
24, 08, 95

Prof. Dra. Ester Miriam Scarpa.

Profa. Dra. Ester Miriam Scarpa (orientadora)

Leda Bisol

Profa. Dra. Leda Bisol

Marco Antonio de Oliveira

Prof. Dr. Marco Antonio de Oliveira

Ch. Galves

Profa. Dra. Charlotte Chambelland Galves

Maria Bernadete Marques Aburre

Profa. Dra. Maria Bernadete Marques Aburre

Dedicada

*ao Luiz Carlos
e
ao Gianluca*

como tudo o mais...

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à Dra. Ester Miriam Scarpa, minha orientadora, que, ainda na Graduação, me iniciou nos estudos da Linguística Histórica. Através de seus questionamentos provocadores, soube tão bem exercer o papel de orientar um trabalho, no verdadeiro sentido da palavra. Devem ser ressaltados sua dedicação, seu interesse e seu entusiasmo, fundamentais para que esta tese pudesse ser realizada.

Agradeço também aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP, em especial às Dras. Mary A. Kato e Maria Bernadete Marques Abaurre, pelas sugestões e comentários, por ocasião do exame de qualificação desta tese. Também agradeço especialmente à Dra. Ingedore Villça Koch, pelo apoio recebido.

Às Dras. Leda Bisol, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Yonne Leite, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Museu Nacional, agradeço a análise cuidadosa de trabalhos anteriores a este. Muitas das suas sugestões foram incorporadas a esta tese.

Gostaria de também agradecer especialmente ao Dr. W. Leo Wetzels, da Universidade Livre de Amsterdam, pelo incentivo dado quando do início deste trabalho.

Ao colega Seung-Hwa Lee agradeço pelas discussões extra-classe e pelos artigos emprestados.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, pelo apoio financeiro proporcionado durante estes quatro anos e meio (processos 840257/91-0 e 143612/91-3).

Reservo ao meu marido, Luiz Carlos Cagliari, o meu agradecimento mais especial. Seu amor e sua compreensão foram os fatores decisivos para a realização deste trabalho. E, mesmo sem querer me influenciar nas discussões informais da vida de um casal, as páginas desta tese trazem a marca de seu entusiasmo pelo assunto. Devo a ele, principalmente, o fato de ter me substituído no amor dado a nosso filho, Gianluca, nos momentos roubados aos dois para que esta tese pudesse ser escrita.

Cantigas de amigo: do ritmo poético ao lingüístico.
Um estudo do percurso histórico da acentuação em Português.

Gladis Massini-Cagliari

RESUMO

O objetivo desta tese é traçar o percurso da acentuação portuguesa, através da análise de três pontos cruciais do contínuo temporal da língua: um primeiro ponto, que pode ser chamado de "inicial", em se tratando da formação da Língua Portuguesa, correspondente ao LATIM; um segundo, intermediário entre os pontos inicial e final, o PORTUGUÊS ARCAICO; e um terceiro ponto, que pode ser chamado de "final" porque corresponde ao estágio atual de um dos dialetos da língua, o PORTUGUÊS BRASILEIRO.

A ênfase é dada à descrição do processo de atribuição de acento no Português Arcaico, em virtude do ineditismo de estudos a respeito da prosódia do português daquela época e do fato de ser aquele um ponto estratégico no estabelecimento do percurso do acento em português, pois é o primeiro momento da língua cuja prosódia é passível de ser estudada (trata-se da época em que os primeiros textos poéticos em português foram escritos).

Para tal, foi escolhido como corpus o conjunto das "cantigas de amigo" contidas no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*, compostas entre o final do século XII e o início do XIV. Os argumentos a favor da escolha e delimitação do corpus são apresentados no Capítulo 1. Também neste capítulo, são apresentadas as características principais do corpus (entre elas, seu tipo de escrita, sua apresentação física, sua inserção no panorama histórico), ao lado dos preceitos de metrificação seguidos pelos trovadores daquela época.

O segundo capítulo fornece o embasamento teórico deste trabalho, apresentando as concepções de mudança lingüística - o conceito de mudança *paramétrica*, de Lightfoot (1991) - e de fonologia (não-linear) aqui adotadas. Dentro do modelo fonológico não-linear, o instrumental para a análise é fornecido especialmente pelas teorias métrica, de Hayes (1991), e lexical, de Mohanan (1986).

No capítulo 3, é desenvolvida a análise do acento nos três períodos focalizados, com ênfase no Português Arcaico. A partir dela, pode-se constatar que a língua dos três períodos possui o mesmo tipo de pé rítmico básico (o *troqueu moraic*), além de terem sido efetuadas, nestes três momentos da língua, as mesmas escolhas quanto ao valor dos demais parâmetros - com exceção do valor do parâmetro do constituinte extramétrico (silabas, em Latim; segmentos, em Português Arcaico; silabas e segmentos, em Português Brasileiro).

A conclusão a que se chega, a partir daí, é que não houve mudanças na regra de atribuição de acento do Latim ao Português atual. As alterações verificadas na fixação do parâmetro do constituinte extramétrico são, na verdade, consequência de uma mudança maior, não na formulação da regra de atribuição do acento em si, mas no momento da sua aplicação, dentro da Gramática: a regra de acento que, em Latim, era aplicada pós-lexicalmente, passa a ser aplicada no componente lexical, já no Português Arcaico. Como causas deste alçamento de módulo de aplicação da regra de acento, podem ser apontadas a mudança na quantidade das silabas de algumas palavras (originada da perda das distinções quantitativas entre vogais do Latim), alterações na forma de base de muitas palavras (causadas por diversos fatores), ao lado da reanálise sofrida pela forma métrica de algumas palavras, que não se alteraram superficialmente. Como consequência deste movimento de alçamento da regra de atribuição do acento do módulo pós-lexical ao lexical, há a alteração do domínio de aplicação desta regra: do grupo clítico, em Latim, à palavra, em Português Arcaico e atual.

Orientadora: Ester Miriam Scarpa.
Universidade Estadual de Campinas.
Agosto de 1995.

Cantigas de amigo: from poetic to linguistic rhythm.
A study of the historical evolution of Portuguese stress.

Gladis Massini-Cagliari

ABSTRACT

This thesis aims to outline the historical route of Portuguese stress, through the analysis of three crucial points in the language temporal *continuum*: the first and initial point is LATIN; the second one is ARCHAIC PORTUGUESE, an intermediary point in the evolution of the language; the third and final point is the present stage of Brazilian Portuguese.

An emphasis is given to the description of Archaic Portuguese stress attribution process, because there is no comprehensive study about the prosody of the language in that moment, and because that is a strategic point in determining the Portuguese stress historical evolution: it is the very first moment when some of the aspects of the prosody of the language can be studied, since the first poetic texts in Portuguese were written in those days.

The corpus is constituted by all the "cantigas de amigo" of the *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*, composed between the end of the XIIIth century and the beginning of the XIVth century. Arguments that support the selection and delimitation of the corpus are presented in Chapter 1. In this chapter, the main characteristics of the corpus (its kind of writing, its physical presentation, its insertion in the historical and literary panorama) and the verse making rules followed by the "trovadores" at those days are also considered.

Chapter 2 provides the theoretical framework adopted here, presenting the conceptions of linguistic change - *parametric change*, following Lightfoot (1991) - and of (nonlinear) phonology - specially Hayes' (1991) metrical theory and Mohanan's (1986) lexical theory.

In Chapter 3, the analysis of stress in the three periods focused here is developed, with special reference to the Archaic Portuguese. The analysis shows that all these three periods of the language adopt the same rhythmic basic foot (the *moraic trochee*) - and the same choice referring to the setting of all other rhythmic parameters value. The only exception is the value of the extrametrical constituent parameter: syllables, in Latin; segments, in Archaic Portuguese; syllables and segments, in Brazilian Portuguese.

In this scenario, we conclude that there is no change in the stress rule from Latin to Brazilian Portuguese. The changes verified in the extrametrical constituent parameter value setting are, in fact, consequence of a major linguistic change, not in the formulation of the stress rule itself, but in the module of its application, in the Grammar. Latin stress rule applies postlexically; Archaic Portuguese stress rule, in the lexical component. The causes of this movement upwards in the stress rule module of application that can be pointed out are changes in the quantity of some syllables in many words (originated by the loss of Latin quantity distinctions between vowels), changes in the basic form of various words (caused by several factors), and the reanalysis observed in the metrical form of some words, that have not changed superficially. As a consequence of this movement upwards of the stress rule from postlexical to lexical module of rule application, there is the alteration in the domain of application of this rule: from clitic group, in Latin, to the word, in Archaic and Brazilian Portuguese.

Supervisor: Ester Miriam Scarpa.
Universidade Estadual de Campinas.
August, 1995.

ÍNDICE GERAL

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice Geral	v
Índice de Figuras	vii
Índice de Tabelas	viii
Abreviaturas e Símbolos	ix
Epígrafe	x
INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1: PRELIMINARES	7
1. O Corpus	8
1.1. Português Arcaico: delimitação temporal	8
1.2. Por que "cantigas de amigo" ?	10
1.3. A escrita do CBN	32
1.3.1. <i>Escrita fonética ou ortográfica ?</i>	32
1.3.2. <i>Algumas observações gerais e marginais sobre aspectos gráficos do CBN</i>	44
2. Ritmo Poético e Teorias de Metrificação	46
2.1. <i>A Arte de Trovar</i> do CBN	46
2.2. A contagem das sílabas poéticas nas cantigas medievais portuguesas	49
2.3. Abordagens tradicionais do ritmo poético das cantigas trovadorescas	53
2.4. Os tipos de versos preferidos pelos trovadores galego-portugueses	54
2.5. Uma abordagem linguística do ritmo poético das cantigas medievais	59
Capítulo 2: TEORIA	63
1. Gerativismo e Linguística Histórica	64
1.1. Uma teoria biológica da mudança linguística	66
1.2. Uma explicação gerativista	69
2. O Acento na Fonologia Não-Linear	72
2.1. Perspectivas atuais: fonologia não-linear	72
2.2. O acento na perspectiva métrica atual	77
2.2.1. <i>Um pouco de história</i>	77
2.2.2. <i>Uma teoria métrica paramétrica</i>	78
2.2.3. <i>Formalismo</i>	79

2.2.4.	<i>Os parâmetros do ritmo: a construção dos pés</i>	82
2.2.5.	<i>Extrametricidade</i>	86
2.2.6.	<i>Pés degenerados</i>	89
2.2.7.	<i>Quantidade Silábica</i>	90
2.2.8.	<i>Transformações métricas</i>	91
2.2.9.	<i>Sumário dos parâmetros do ritmo</i>	93
2.3.	Domínios de Aplicação	94
2.3.1.	Acentuação: fenômeno lexical e pós-lexical	94
2.3.2.	Acentuação no léxico: fonologia lexical	95
2.3.3.	Para além do léxico: fonologia prosódica	102
 Capítulo 3: PERCURSO HISTÓRICO		105
1.	Acento em Latim	106
1.1.	Latim clássico e latim vulgar	106
1.2.	Atribuição do acento de palavra em Latim	108
1.3.	Natureza fonética do acento latino	112
1.4.	Inovações na versificação latina tardia	115
1.5.	O acento latino visto pela fonologia métrica	116
1.5.1.	<i>Sumário dos parâmetros do acento em Latim</i>	120
2.	Acento em Português Brasileiro	122
2.1.	Em busca de correlatos acústicos	122
2.2.	Em busca de regras	123
2.3.	Em busca de parâmetros: uma proposta de análise do acento em Português do Brasil	144
2.3.1.	<i>Sumário dos parâmetros do acento do PB</i>	174
3.	Acento em Português Arcaico	175
3.1.	Acentuação em Português Arcaico: a visão dos estudos tradicionais	175
3.2.	Acentuação em Português Arcaico: duas hipóteses	181
3.2.1.	<i>Explorando a primeira hipótese: teoria da população mista</i>	192
3.2.2.	<i>Explorando a segunda hipótese: duas maneiras de trovar</i>	199
3.3.	Acentuação em Português Arcaico: uma proposta de análise	204
3.3.1.	<i>Sumário dos parâmetros do acento do PA</i>	234
3.4.	O domínio do acento em PA	234
 CONCLUSÃO		237
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		248
 ANEXO		259

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Letra de Angelo Colocci	entre 24 e 25
Figura 2. Letra gótica	entre 24 e 25
Figura 3. Letra italiana humanista	entre 25 e 26
Figura 4. Cantiga 124	entre 28 e 29
Figura 5. Cantiga 24	entre 29 e 30
Figura 6. Cantiga 341	entre 29 e 30
Figura 7. Cantiga 383	entre 30 e 31
Figura 8. Cantiga 491 (Pergaminho de Vindel)	entre 31 e 32
Figura 9. Segmentação na Escrita do CBN (I)	entre 43 e 44
Figura 10. Segmentação na Escrita do CBN (II)	entre 43 e 44
Figura 11. Uso do sinal de "+" (I)	entre 44 e 45
Figura 12. Uso do sinal de "+" (II)	entre 44 e 45
Figura 13. Uso do sinal de "+" (III)	entre 44 e 45
Figura 14. Cantiga 384	entre 216 e 217
Figura 15. Cantiga 426	entre 216 e 217
Figura 16. Cantiga 345	entre 217 e 218
Figura 17. Cantiga 340	entre 218 e 219
Figura 18. Cantiga 402	entre 219 e 220

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.	Comparação entre o número de cantigas de amigo em Nunes (1973) e no CBN.	27
Tabela 2.	Tipos de versos predominantes nas estrofes monométricas.	56
Tabela 3.	Classificação das cantigas quanto à pauta acentual da última palavra dos versos.	184
Tabela 4.	Subclassificação das cantigas do caso III.	186
Tabela 5.	Causas da impossibilidade de se estabelecer se o trovador considera ou não as sílabas átonas de final de verso, nas cantigas do caso IIIc.	189
Tabela 6.	Proporção entre os casos IIIa e IIIb.	191
Tabela 7.	Caso I (versos agudos): preferências métricas	194
Tabela 8.	Caso II (versos graves): preferências métricas	195
Tabela 9.	Caso IIIa (versos graves/agudos): preferências métricas	195
Tabela 10.	Caso IIIb (versos graves/agudos): preferências métricas	196
Tabela 11.	Caso IIIc2 (versos graves/agudos): preferências métricas	197
Tabela 12.	Preferências métricas relativas a todos os casos - em ordem decrescente	197
Tabela 13.	Comparação entre os versos preferidos dos trovadores e os outros tipos de verso encontrados no corpus.	198
Tabela 14.	Comparação entre as medidas de verso preferidas pelas cantigas do caso IIIb e todas as outras medidas cultivadas pelos trovadores.	198
Tabela 15.	Relação das cantigas em que as sílabas átonas finais não fazem parte da estrutura rítmica do verso.	200
Tabela 16.	Distribuição no tempo dos trovadores que não consideram as átonas finais como participantes da estrutura rítmica do verso.	202
Tabela 17.	Procedimentos versificatórios dos trovadores autores das cantigas do caso IIIb (1).	202
Tabela 18.	Procedimentos versificatórios dos trovadores autores das cantigas do caso IIIb (2).	203
Tabela 19.	Palavras em posição final de verso.	205
Tabela 20.	Nomes e outros itens lexicais de estrutura similar: pauta acentual.	207
Tabela 21.	Verbos: pauta acentual.	220

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

Ap x	Apagamento de x
ASP	Adjunção da Sílabá Perdida, em Hayes (1982) e Bisol (1992b)
BEC	Convenção de Apagamento de Parênteses ("Bracket Erasure Convention")
CBN	Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa
ECh	Evite Choque Acentual, em Bisol (1992a)
FCP	Formação de Constituintes Prosódicos, em Bisol (1992a)
PA	Português Arcaico
PB	Português do Brasil
RF	Regra Final
SCC	Condição de Ciclo Estrito ("Strict Cycle Condition")
SPE	<i>The Sound Pattern of English</i> , livro de Chomsky & Halle (1968)
SQ	Regra de Sensibilidade Quantitativa, em Bisol (1992a)
w	fraco
s	forte
x	marcador de proeminência, nas grades parentetizadas
.	marcador de ausência de proeminência (ou atonicidade), nas grades parentetizadas.
<x>	elemento extramétrico
σ	silaba
O	"onset"
R	rima
N	núcleo
C	coda
C	consoante
V	vogal
G	glide
s	segmento
μ	mora
Σ	pé
ω	palavra fonológica ("phonological word")
C	grupo clítico ("clitic group")
φ	grupo fonológico ("phonological phrase")
I	grupo entoacional ("intonational phrase")
U	enunciado fonológico ("phonological utterance")
∪	silaba leve
—	silaba pesada
˘	vogal breve
-	vogal longa
S/s	silabas acentuadas, na abordagem de Naro (1973)
U/u	silabas não-acentuadas, na abordagem de Naro (1973)

*Un cantar novo d'amigo
querrei agora aprender
que fez ora meu amigo
e cuido logu'entender,
no cantar que diz que fez
por mi, se o por min fez.*

*Un cantar d'amig'á feito
e, se mi-o disser alguen
dereito, como el é feito,
cuid'eu entender mui ben,
no cantar que diz que fez
por mi, se o por min fez.*

*O cantar est'é mui dito,
pero que o eu non sei,
mais, pois mi-o ouveren dito,
cuid'eu que entend[er]ei,
no cantar que diz que fez
por mi, se o por min fez.*

**Pedr'Amigo de Sevilha
CBN 1214.
apud Nunes (1973: 309).**

INTRODUÇÃO

Atualmente, não existe mais controvérsia, como houve no século passado, a respeito da origem do português e das línguas românicas. Sabe-se que elas vieram da transformação histórica do latim vulgar, que se diferenciava do latim clássico em muitos aspectos. Do latim vulgar, pouco se sabe quanto à acentuação e ao ritmo. Apontam-se apenas algumas tendências à manutenção do acento na mesma sílaba em que ocorria em latim clássico e mudanças ocorridas em relação à realização fonética do acento, que de "musical" torna-se "intensivo" (Silva Neto, 1970: 163). Esta modificação apontada na atualização fonética do acento do latim clássico para o latim vulgar, entretanto, nada garante, automaticamente, em relação a mudanças no valor fixado para os parâmetros do ritmo.

Já o latim clássico possuía uma teoria métrica, formulada pelos gramáticos da época, que descrevia com uma precisão espantosa os fenômenos prosódicos da língua. Como será visto adiante (no item 1 do Capítulo 3 desta tese), a duração silábica desempenhava um papel crucial no sistema rítmico do latim clássico, assumindo não somente uma função distintiva no nível lexical, diferenciando palavras pela oposição vogais longas *versus* vogais breves, como também assumindo, enquanto fator primordial da quantidade silábica, o papel de localizadora do acento, no domínio da palavra fonológica, e de causadora de modificações na localização de proeminências, pós-lexicalmente (no nível do enunciado). Tais características do latim clássico, até meados da década de 80, foram utilizadas como argumento para classificar o latim como uma língua de *ritmo silábico*, em oposição a um outro tipo de língua, de *ritmo acentual*.¹ Embora estes termos tenham caído em desuso na década atual, devido às críticas recebidas e à sua inadequação ao quadro das fonologias gerativas não-lineares em desenvolvimento hoje em dia, a sua utilização serve para levantar uma interessante questão: deve ter ocorrido uma importante mudança no ritmo na passagem do latim clássico para o português atual falado no Brasil, uma vez que o ritmo do português brasileiro tem sido descrito e classificado por muitos autores como acentual (em completa oposição ao latim clássico) - Cagliari (1981, 1984, 1985), Major (1981, 1985), Cagliari &

¹ A maneira mais comum de se definir estes dois tipos de ritmo, entre os linguistas, é através da noção de isocronia, derivada de uma noção temporal de ritmo. Dentro desta concepção temporal de ritmo, o silábico poderia ser definido como aquele em que *"the periodic recurrence of movement is supplied by the syllable-producing process: the chest pulses, and hence the syllables, recur at equal intervals of time - they are isochronous"* (Abercrombie, 1967: 97). Como exemplo de línguas de ritmo silábico, Abercrombie cita o francês, o espanhol, o italiano e o japonês. Já as línguas de ritmo acentual seriam aquelas em que *"the periodic recurrence of movement is supplied by the stress-producing process: the stress pulses, and hence the stressed syllables, are isochronous"* (Abercrombie, 1967: 97). Entre elas, Abercrombie localiza o inglês, o russo e o árabe.

Além de Abercrombie, veja-se, para a definição de ritmo silábico e ritmo acentual, Pike (1947: 250-252), Couper-Kuhlen (1986), Dauer (1983) e Cagliari (1981). Há também estudiosos, como Major (1981), que consideram um terceiro tipo de língua, quanto ao ritmo, a *moraica*, subdividindo o que antes estava agrupado sob o rótulo de "ritmo silábico" em "ritmo silábico" propriamente dito e "ritmo moraico".

Abaurre (1986), Moraes & Leite (1992).² Mesmo quando não se quer usar os termos "silábico" e "acentual" para colocar em oposição o ritmo do latim e o do português atual, diferenças cruciais são constatadas entre estas línguas, a começar pelo papel da quantidade vocálica. Portanto, o problema, neste caso, não é constatar que houve uma mudança, mas verificar COMO, QUANDO e POR QUE ela ocorreu.

A resposta às perguntas COMO e POR QUE teria esta mudança ocorrido dependem crucialmente do modelo teórico utilizado para investigá-las.³ A teoria gerativa de princípios e parâmetros, eleita como modelo teórico da presente tese, é apresentada principalmente no Capítulo 2. As informações contidas nesse capítulo é que fornecerão, constatada a mudança, explicações para ela. É por este motivo que foi dito acima que, embora fossem bons para levantar primeiramente a questão, os termos "ritmo silábico" e "ritmo acentual" seriam insuficientes para explicá-la. Entretanto, para se saber COMO e POR QUE uma mudança linguística ocorre, é necessário detectar *antes* QUANDO isto acontece, para que os outros aspectos da questão possam ser melhor avaliados.

Em relação à mudança rítmica referida acima, tem-se apenas estudos fonológicos a respeito dos dois extremos do contínuo temporal: o latim clássico e o português atual. Para poder detectar se houve realmente uma mudança rítmica e poder apontar o momento, a razão e a maneira da sua ocorrência, muitos pontos deste contínuo precisariam estar analisados e descritos. Infelizmente, isto não acontece. É por este motivo que o estudo do **português arcaico** é tão estratégico em relação a esta questão: é um ponto crucial deste contínuo de tempo, o ponto em que o que, antes, era "latim" passa a ser identificado como "português" (o que ocorre por volta do século XIII, como será visto no Capítulo 1 - item 1.1). Além disso, este é um período em relação ao qual já pode ser encontrada documentação poética escrita em português, essencial para a observação de fenômenos prosódicos (ver Capítulo 1 - item 1.2) - o que não se pode tão facilmente encontrar em relação ao latim vulgar utilizado no espaço onde, hoje, é Portugal.

A presente tese pretende, portanto, ao analisar a acentuação e o ritmo do português arcaico, ser uma contribuição inédita e relevante para a descrição de um dos pontos no contínuo temporal entre o latim clássico e o português atual, para que, quando for descrito o maior número possível de pontos entre os extremos, seja possibilitada a detecção de QUANDO teria ocorrido a mudança rítmica verificada entre o latim e o português.

Pode-se dizer que a ênfase deste estudo está, caracteristicamente, na descrição de um momento da língua, só que *no passado*.⁴ Esta posição já reflete, obviamente, um

² De acordo com Abercrombie (1967), o português de Portugal (atual) também pode ser classificado como acentual, a exemplo do brasileiro.

³ Uma boa exemplificação deste fato pode ser encontrada em Tarallo (1990a), em que diferentes "bilhetes" teóricos permitem explicações diferentes para o mesmo fenômeno do "túnel do tempo" linguístico.

⁴ Esta noção aproxima-se do que foi chamado por Mattos e Silva (1989: 44-45) de "sincronia no passado":

"... vale deixar claro o entendimento que temos de «sincronia» no âmbito de um estado passado de uma língua. Sabemos que o estabelecimento de qualquer sincronia no contínuo devir de uma língua histórica é um artifício metodológico da lingüística do século XX, pós-saussureana. Quando o aplicamos a um estado passado de uma língua, no caso, o português medieval, esse artifício deve ser redimensionado, levando-se em conta as particularidades da documentação que são as manifestações concretas dessa sincronia e, a partir das quais, se pode compor um sistema, uma gramática. O que particulariza

posicionamento teórico em relação ao estudo das mudanças linguísticas: como mostra Tarallo (1991: 20), faz-se necessário "*diferenciar, de um lado, mudança qualitativa no sentido de ruptura estrutural e, de outro, mudança quantitativa no sentido de etapas do contínuo diacrônico*". Estas "etapas do contínuo diacrônico" podem ser entendidas de, pelo menos, dois pontos de vista distintos (mas não necessariamente conflitantes). De um ponto de vista variacionista, em que o estágio presente da língua revela fatos de sua história, tais etapas são vistas como fases na implementação de uma determinada mudança. Já um gerativista, como Roberts (1993a) - retomado por Kato (1993: 17) -, concebe as etapas acima como fases de uma mudança linguística, que, na opinião de Kato (1993), podem ser detectadas através de um estudo empírico de cunho variacionista. São três as fases de uma mudança linguística, segundo Roberts: os *passos* (fase em que certas construções começam a ficar menos frequentes), a *reanálise* (fase em que as estruturas correspondentes às construções em questão sofrem uma redução significativa de frequência e passam a ser interpretadas/representadas diferentemente) e a *mudança paramétrica* (fase em que tais estruturas deixam de existir na gramática).

Frente à diferenciação de Tarallo entre mudança quantitativa e mudança qualitativa, o enfoque dado à mudança, nesta tese, pode ser chamado de "qualitativo", na medida em que de fixa na descrição da estrutura linguística do corpus (do acento do português arcaico)⁵, em busca de uma possível "ruptura estrutural", que pode ou não ter se dado. Nesta perspectiva de análise, a própria leitura dos dados já é mediada por uma interpretação teórica, o que é uma postura metodológica oposta aos ensinamentos da herança empirista (Tarallo, 1991: 15). A verificação da implementação desta mudança ("mudança quantitativa") é impossível de ser realizada por enquanto, antes que estudos a respeito de outros momentos do contínuo, posteriores ao português arcaico e anteriores ao português atual, sejam realizados.

Entretanto, uma comparação entre os valores fixados para os parâmetros do ritmo nos três pontos do contínuo temporal aqui eleitos é possível de ser realizada, além de ser de crucial interesse na busca de uma "ruptura estrutural", por não envolver estudos estatísticos: não os *corpora*, mas as conclusões tiradas a partir da sua análise é que devem ser comparadas em busca de um panorama histórico da acentuação portuguesa. Nesta tese, esta comparação é levada a cabo na Conclusão. Desta maneira, além da descrição de um

fundamentalmente essa documentação do passado é sua instabilidade natural, isto é: os textos em que se manifesta uma obra apresentam, pelo jogo de variantes remanescentes e dos seus remanejamentos, uma incessante instabilidade (...).

Sendo assim, cada documento pode enfeixar em si várias «sincronias», deduzindo-se disso que, quando situamos determinado documento como representante de uma determinada sincronia, já por natureza arbitrária - português arcaico ou, delimitando-o, século XIII ou XIV ou XV - estamos jogando com uma dupla arbitrariedade, a que advém da determinação de qualquer sincronia, em qualquer língua, e a que advém da própria natureza da documentação analisada."

É importante, porém, deixar claro que a noção de "sincronia no passado" de Mattos e Silva é um pouco diferente da aqui adotada, no sentido em que o seu trabalho se auto-define como "indutivo" e "empírico", o que não é necessariamente o caso da presente tese.

⁵ "... dado o corpus a ser analisado, destaca-se em primeiro plano de análise a possibilidade de resolução da mudança a partir da própria estrutura linguística." - Tarallo (1991: 15). A este respeito, ver Clark & Roberts (1992), em que não são pressões externas que levam a criança a selecionar uma ou outra gramática, mas um mecanismo interno de adequação ("*fitness metric*").

momento passado da acentuação portuguesa, o modelo teórico aqui adotado permite que esta tese esboce, também, um panorama histórico do acento do português, estabelecendo um percurso das mudanças nos valores dos parâmetros do ritmo ao longo do contínuo temporal limitado entre o latim e o português atual (passando pelo português arcaico), com base nas possibilidades de mudança estabelecidas pela teoria. Em outras palavras, dados os conjuntos de valores dos parâmetros dos três momentos estudados, serão investigadas quais as possibilidades teóricas para que um conjunto de valores passe a outro e este, ao último.

Este posicionamento teórico já ressalta a própria importância dos estudos de momentos passados das línguas, em geral, e do português, em particular, para a Linguística atual: dentro da teoria gerativa, os fatos passados das línguas podem constituir argumentos significativos para o aprimoramento das próprias teorias linguísticas, ou seja, para a construção de gramáticas possíveis das línguas, gramáticas universais, que explicam os mecanismos computacionais que estão na base de qualquer língua, de ontem e de hoje. Entretanto, a principal ambição dos estudos históricos gerativistas é procurar associar as mudanças à aquisição da linguagem - idéia defendida a partir de Lightfoot (1979). Sendo assim, estudos históricos, do ponto de vista gerativista, são fundamentais para a determinação de como os parâmetros são fixados no momento da aquisição, de que fatores são privilegiados nesta fixação em detrimento de outros, de que valores são fixados primeiro, de que valores dependem da fixação prévia de outros valores, e assim por diante.

Além da importância estratégica do estudo do português arcaico para a história do acento e do ritmo do português, existem outros fatores convidativos ao trabalho com este momento histórico da nossa língua. Como mostra Mattos e Silva (1991: 46), existem muito poucos estudos desenvolvidos pela Linguística moderna a respeito do português arcaico; os que existem são do século passado ou do início deste século, na sua grande maioria, e efetuados por filólogos:

"Não se pode dizer que o português arcaico não foi estudado. Pelo contrário. Dos estágios passados da história da língua portuguesa, é, certamente, o mais estudado. O que, no entanto, deve ser marcado é que a bibliografia numerosa que se construiu sobre este período se desenvolveu, sobretudo, dos fins do século XIX para os meados do século XX. Na sua quase totalidade ela representa uma tradição de estudos filológico-linguísticos própria ao historicismo oitocentista: os métodos desenvolvidos pela Linguística do século XX pouco foram aplicados ao português arcaico. Tanto no que diz respeito a possíveis estudos sincrônicos sobre essa fase pretérita, como no que se refere a estudos de mudança linguística, ou seja, de diacronia no tempo real."

Em relação à prosódia do português arcaico, a situação é ainda mais grave, uma vez que nem os inúmeros estudos de Mattos e Silva se aprofundam nestes aspectos - o que é compreensível, já que isto seria irrealizável em relação a um corpus em prosa, como o da referida autora.

Para que uma análise do acento do português arcaico seja desenvolvida satisfatoriamente, faz-se necessário que muitos aspectos sejam considerados, antes que a análise propriamente dita seja efetuada. Como se trata de um objeto pouco estudado no

âmbito da Linguística, mas largamente discutido (de um outro ponto de vista, obviamente) por filólogos e literatos, é importante apontar os fatos ressaltados por estes estudiosos a respeito da prosódia do português medieval que possam indicar pistas para a análise a ser desenvolvida. Portanto, a ordem e o agrupamento dos capítulos não é aleatória; segue, por outro lado, esta necessidade de apresentar os variados aspectos deste objeto multifacetado a serem considerados. Para tal, esta tese divide-se em três capítulos: "Preliminares", "Teoria" e "Percurso Histórico".

Do primeiro capítulo, constam dois itens, dedicados, justamente, a alguns dos aspectos "preliminares" relativos ao corpus. Neste sentido, o Capítulo 1 versa sobre a escolha do corpus e os fatores envolvidos nela. Apresenta, também, os dados, inserindo-os no panorama histórico e discutindo a importância da escolha de um corpus poético (e, dentro dele, das cantigas de amigo) para o estudo do acento do português arcaico. Desenvolve, também, um estudo sobre a escrita do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa* (de agora em diante, CBN), indispensável para que a análise dos poemas não seja prejudicada por posturas ingênuas diante do sistema de escrita do corpus. Por sua vez, o item 2 desse capítulo surgiu da necessidade de se conhecer as regras de metrificação seguidas pelos trovadores, para que o ritmo lingüístico das cantigas de amigo possa ser abstraído por trás do ritmo poético dos versos. É, portanto, o momento em que são apresentados os preceitos métricos da *Poética* que acompanha o CBN (e que - supõe-se - eram seguidos pelos trovadores) e as análises que os estudiosos de literatura efetuaram a respeito das preferências métricas dos trovadores.

Um segundo capítulo da tese, que compreende dois itens, fornece o embasamento teórico da análise, ao apresentar as concepções de mudança lingüística e de fonologia aqui adotadas. O último item desse capítulo fornece o instrumental teórico para a análise, dentro da fonologia gerativa não-linear, especialmente os modelos métrico de Hayes (1991) e lexical de Mohanan (1986).

Enfim, o terceiro capítulo - "Percurso Histórico" - constitui a "tese" propriamente dita. Composto por três itens, é essa parte do trabalho que procura descrever o fenômeno do acento nos três momentos do contínuo temporal aqui enfocados, estabelecendo o conjunto dos valores dos parâmetros do ritmo relativo a cada período - item 1: latim; item 2: português do Brasil; item 3 (em que será desenvolvida a análise do corpus): português arcaico. Por sua vez, um panorama histórico da acentuação portuguesa, com base na revisão bibliográfica e nas análises efetuadas no Capítulo 3, é esboçado na Conclusão.

O presente trabalho, portanto, além de interferir na discussão da história do ritmo e suas mudanças em relação ao português, pretende também ser um primeiro mergulho na prosódia do português arcaico, através da sua acentuação, movido pelo caráter inédito que a aplicação dos métodos desenvolvidos pela fonologia gerativa não-linear a um corpus em português arcaico possui.⁶ Em outras palavras, pretende-se aceitar o convite e o desafio, agora dentro da Linguística, que faz Vieira (1987: 10):

⁶ O caráter inédito do presente trabalho não consiste em estudar o ritmo (tomado aqui no seu sentido mais amplo) das cantigas de amigo; seu ineditismo está em estudar o seu *ritmo lingüístico*. O estudo do que aqui é chamado de *ritmo poético* das cantigas medievais **sempre** foi objeto da Literatura, cujos estudiosos se empenham em explicitar a quantidade de sílabas que cada verso contém, a posição dos seus acentos, presença ou ausência de rima, etc. As principais abordagens do ritmo poético das cantigas de amigo encontram-se apresentadas no item 2 do Capítulo 1.

"Mergulhar na Idade Média, reconhecer na face do outro a nossa própria face modificada, trazê-la para o nosso tempo sem deixar de respeitar a sua alteridade: eis a tarefa para a qual a leitura dos poemas medievais oferece um convite e um desafio."

Capítulo 1:

Preliminares

Capítulo 1:

PRELIMINARES

1. O CORPUS

1.1. Português arcaico: delimitação temporal

Como, no decorrer da presente tese, faz-se referência constante à expressão "português arcaico" como definidora do momento histórico do português aqui enfatizado, faz-se necessário, antes de mais nada, explicitar a que período da língua esta expressão se refere. Esta não é uma tarefa fácil, segundo Mattos e Silva (1994: 248), para quem as duas questões fundamentais envolvidas na definição/delimitação deste período histórico do português envolvem a sua subperiodização e o seu limite final. Portanto, um breve excursão deve ser feito para que fique claro à qual período se refere a expressão "português arcaico" e para que possam ser apontadas as questões envolvidas na adoção deste rótulo.

No contínuo temporal da língua portuguesa, o período denominado de arcaico corresponde às primeiras manifestações em uma língua diferente do latim (mas derivada dele), que já podem ser chamadas de português.¹ É provável que, antes mesmo do século XIII, já existissem manifestações em vernáculo; porém, por ser impossível a sobrevivência, até os dias de hoje, destas manifestações orais, o que se pode considerar como "português arcaico" é constituído unicamente de textos escritos, literários ou não, em prosa ou em verso. Por este motivo, os autores que se ocuparam do português medieval são unânimes em situar o início do período arcaico coincidindo com a época do reinado de Sancho I, que vai de 1185 a 1211. É nesta época que surgem as primeiras cantigas medievais galego-portuguesas. Mas, como os registros que possuímos destas cantigas são resultado de compilações posteriores a este período, Mattos e Silva (1991: 16) marca como nascimento do português arcaico, ou seja, o início da **história escrita** da língua portuguesa, o *Testamento de Afonso II*, datado de 1214, e a *Notícia do Torto*, provavelmente escrita entre 1214 e 1216.²

A esse período anterior ao século XIII, quando já deveriam ocorrer manifestações orais que podiam ser classificadas como uma língua diferente do latim, mas que não tinham ainda chegado à escrita, a maioria dos autores denomina de período *proto-histórico* do português (cf. Silva Neto, 1986[1957]: 405; Mattos e Silva, 1991: 15; Michaelis de

¹ Optou-se pelo rótulo "português arcaico" em detrimento de "galego-português" porque o objetivo desta tese é estabelecer o percurso da acentuação no português (e não no galego). Vale lembrar, porém, que, na época das cantigas, estas duas línguas não se diferenciavam.

² Lapa (1960: 10) considera que o mais antigo texto escrito em português é o "Auto de Partilha" de 1192, que ele transcreve nas páginas 18 e 19 da obra citada. Atualmente, acredita-se que este texto seja uma tradução tardia de um original em latim (cf. Silva Neto, 1956).

Vasconcelos, s/d[1912-13]³: 17; Coutinho, 1954: 49 e Nunes, 1969: 17), seguindo a classificação inicialmente proposta por Vasconcellos (1959: 16). Situam este período entre os séculos IX e XII. Seria este o momento da "formação" da língua que poderia ser captado através das palavras e expressões portuguesas que transparecem nos documentos em latim bárbaro.⁴

Anterior a esta fase seria o período *pré-histórico* da língua, também este um período de "formação" do português, mas que ainda não transparece na escrita. Alguns dos autores acima, como Mattos e Silva (1991: 15), denominam esta fase de *pré-literária*, subdividindo-a entre os períodos *pré-* e *proto-históricos*. Sobre esta fase, veja-se Mattos e Silva (1991: 15-16):

"Os historiadores e filólogos que a esse período do português [o arcaico] se têm dedicado são unânimes em situar seu início nos princípios do século XIII, porque para isso têm uma razão explícita: é nesse momento que a língua portuguesa aparece documentada pela escrita.

O tempo que o precede é denominado ou de período pré-literário, de uma maneira geral; ou é subdividido em pré-histórico, quando na documentação remanescente em latim ainda não se podem detectar traços da futura variante românica que se esboçava no noroeste da Península Ibérica, e em proto-histórico, em geral situado a partir do século IX, quando já esses traços podem ser detectados por especialistas em documentos escritos no tradicionalmente chamado latim bárbaro, isto é, latim notarial ou tabeliônico, veiculado na área românica antes das línguas românicas se tornarem línguas oficiais."

Com o aparecimento das primeiras manifestações escritas em galego-português, inaugura-se o que diversos autores classificam como *período histórico* da nossa língua (cf. Michaélis de Vasconcelos, 1912-13: 19; Coutinho, 1954: 49; Bueno, 1955: 56 e 61). Este tem início com a fase *arcaica* e estende-se até os dias de hoje. Segundo Vasconcellos (1959: 16), o período histórico poderia ser subdividido da seguinte maneira:

*"Distinguiremos pois os seguintes períodos do português: 1) arcaico ou antigo, do século IX, e mais particularmente do séc. XII, aos meados do século XVI; 2) moderno, do século XVI ao séc. XX."*⁵

De maneira geral, os estudiosos consideram como arcaico o período do português que se situa entre os séculos XIII e XV (Mattos e Silva, 1991: 15 e 1989: 15; Michaélis de Vasconcelos 1912-13: 19). Entretanto, ocorrem divergências quanto ao seu limite final. Silva Neto (1970[1957]: 398), por exemplo, situa no século XVI o final do período arcaico.

³ Por conveniência, dada a ausência do ano de republicação desta obra, todas as vezes em que ela for citada, será feita referência aos anos em que as *Lições* foram publicadas pela primeira vez. Assim, ao invés de Michaélis de Vasconcelos (s/d), dá-se preferência a Michaélis de Vasconcelos (1912-13).

⁴ A este período, que situa entre VIII e XII, Teyssier (1987: 13) chama "*emergência do galego-português*".

⁵ Seguem Leite de Vasconcellos (1959), quanto à subdivisão do período histórico, Coutinho (1954: 49), Nunes (1969: 16-17) e Michaélis de Vasconcelos (1912-13: 19).

Esta diferenciação ocorre porque, na opinião de Mattos e Silva (1991: 16), "o limite final desse período é uma questão em aberto", assim como a sua subperiodização (pp. 18-19).

Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 19-20) subdivide o período arcaico em dois: o *período trovadoresco*, que se estende até 1350, e o *período da prosa verdadeiramente nacional*, de 1350 até a primeira metade do século XV. Por outro lado, a divisão de Silva Neto (1970: 398) é a seguinte:

"O período arcaico divide-se, nitidamente, em duas partes:

I - a fase trovadoresca, que vai do último terço do século XII até 1350, ou até 1385 (Aljubarrota). É a galego-portuguesa;

II - a fase da prosa histórica, verdadeiramente e exclusivamente portuguesa, de 1385 até o século XVI."

Como se pode ver, há um certo consenso entre os autores que subdividem este período em estabelecer como limite da primeira fase meados do século XIV. A respeito do limite final da segunda fase (ou seja, do próprio período arcaico), não há concordância. Há, também, os estudiosos que não fazem quaisquer subdivisões - como Leite de Vasconcelos (1959), que não o subdivide, considerando como "português arcaico" todo o período compreendido desde Sancho I até meados do século XVI.

Em relação ao corpus aqui estudado, esta subperiodização não constitui um problema, pois, quando efetuam esta subdivisão, todos são unânimes em classificar o corpus desta tese (o CBN) como pertencente a uma primeira fase do português arcaico, que se estenderia desde Sancho I até por volta de 1350/1385, ou seja, ao período abrangido pelos Cancioneiros medievais. Silva Neto (1970) e Michaelis de Vasconcelos (1912-13) denominam este período de "trovadoresco".

É, portanto, ao estudo da prosódia deste período da língua portuguesa que pode ser chamado de *trovadoresco*, um subperíodo do português arcaico, que se pretende, no presente trabalho, um aprofundamento maior.

1.2. Por que "cantigas de amigo"?

Quando se tem como objetivo a investigação de elementos prosódicos - como, no caso, o acento - de um período de uma língua quando ainda não havia tecnologia suficiente para o arquivamento e transmissão de dados orais, a possibilidade de escolha entre material poético e não-poético para constituição do corpus não se coloca. Como os textos remanescentes em português arcaico são todos registrados em um sistema de escrita de base alfabética, sem qualquer tipo de notação especial para os fenômenos prosódicos, fica praticamente impossível de serem extraídas informações como as que estão sendo aqui buscadas, a respeito do acento e do ritmo do português deste período, a partir de textos escritos em prosa.⁶

⁶ O objetivo da escrita alfabética é a representação de vogais e consoantes. Para se estudar elementos de outra natureza, através da escrita, deve-se procurar outro tipo de indicação que não *letras*. Os diacríticos

Já em relação a textos poéticos, ocorre o contrário, principalmente se estes forem metrificados, isto é, se levarem em conta o número de sílabas e/ou a localização dos acentos em cada verso. A partir da observação de como o poeta conta as sílabas (poéticas) e localiza os acentos em cada verso, podem ser inferidos os padrões acentuais e rítmicos da língua na qual os poemas foram compostos. Da localização dos acentos poéticos, pode-se concluir a localização do acento nas palavras, ou seja, os padrões de acento lexical da língua, e, da concatenação desses acentos dentro dos limites de cada verso, os padrões rítmicos da língua em questão. Além do mais, como diz Allen (1973: 103):

"... metrical phenomena cannot be ignored, since, especially in the case of 'dead' languages, the relationship between poetry and ordinary language may provide clues to the prosodic patterning of the latter; and in any case verse form is a form of the language, albeit specialized in function, and entitled to some consideration as such."

Para Abercrombie (1967: 98), o ritmo da fala corrente é o fundamento do verso; portanto, *fala e poesia* não se distinguem tipologicamente quanto ao ritmo (Abercrombie, 1965: 18). Para ele, a única diferença entre o ritmo da fala e da poesia é que, na poesia, ele se encontra organizado de maneira a produzir (e a fazer com que o ouvinte/leitor perceba) padrões recorrentes. Como Abercrombie trabalha com a noção de *ritmo silábico* e *ritmo acentual*, estes padrões recorrentes variam de acordo com o tipo de língua. Desta maneira, os padrões recorrentes em um poema escrito em uma língua de ritmo silábico (*silabas*) são obviamente diferentes dos padrões recorrentes em outro, escrito em uma língua de ritmo acentual (*pés*), mas o que tais poemas têm em comum são padrões recorrentes de ritmo, que causam a sensação de ritmo poético.⁷

Entretanto, para Verluysen (1982: 36-37), a prosódia de uma língua não pode ser estudada somente no nível da sua realização fonética, como o fazem Abercrombie e Cagliari (1984), mas a descrição deve atingir um certo nível de abstração fonológica:

"Notre conclusion sur l'absence de corrélation entre certains paramètres phonétiques et certain faits prosodiques, pour négative qu'elle soit, n'en est pas moins importante. En effet, elle implique non seulement la légitimité, mais la nécessité d'étudier la prosodie à un niveau plus abstrait que ne le fait la phonétique."

Estudando os versos alexandrinos franceses, Verluysen (1982: 257) afirma que as categorias métricas são versões estilizadas de certas categorias prosódicas (definidas

encontrados, em geral, representavam formas de abreviatura e não serviam para a indicação de fenômenos prosódicos, como acontece hoje, no uso que fazemos da escrita alfabética (cf. Cagliari, 1989).

⁷ Seguindo a orientação de Abercrombie, Cagliari (1984) faz uma análise de diversos poemas do português. Partindo também desta distinção entre ritmo silábico e ritmo acentual, Lehiste (1985, 1990) procura analisar instrumentalmente através do sinal acústico textos poéticos lidos em voz alta, em busca, no texto de 1985, de diferenças rítmicas entre textos poéticos e em prosa. No texto de 1990, ela continua a sua investigação da estrutura métrica da poesia produzida oralmente, porque acredita que *"the suprasegmental structure of a language is crystallized (...) in the metric structure of its traditional poetry."*

conforme os preceitos da fonologia prosódica). Desta maneira, o "verso" corresponde ao "enunciado", o "pé métrico" à "palavra prosódica", e assim por diante. O autor chega a generalizar, dizendo que toda categoria métrica tem seu equivalente em uma categoria prosódica da língua (mas não necessariamente vice-versa). Mas, embora cada categoria métrica tenha sua correspondente prosódica, elas não coincidem, isto é, elas não são necessariamente co-extensivas (caso contrário, a distinção entre métrica e prosódia não faria sentido). Desta maneira, o equivalente prosódico do verso e o enunciado, mas é evidente que os dois não coincidem sempre na linguagem versificada.

Também Hayes (1989) mostra a relevância da consideração da hierarquia prosódica no estudo do ritmo poético, ao analisar os metros trocaicos de "*Hiawatha*", de Longfellow. Para ele (p. 255), três são os fatores que provam esta relevância: a consideração da hierarquia prosódica permite que um grande número de regras métricas (i.e., de versificação) seja formulado de maneira mais simples e mais acurada; uma regra particular, a "Bounding Theory" em "*Hiawatha*", é suficientemente generalizante para servir como base de diagnóstico de parentetizações que correspondem as da hierarquia prosódica; a teoria prosódica desenvolvida por Hayes (1989), a partir de trabalhos anteriores de Selkirk e Nespor & Vogel, fornece a base para uma tipologia restritiva, porém empiricamente adequada, das regras de versificação em inglês.

No décimo capítulo ("*Prosodic domains and the meter of the Commedia*") do livro de 1986 de Nespor & Vogel, também são fornecidas evidências a favor da correlação entre categorias prosódicas e métricas, obtidas a partir da análise que as autoras fazem das estruturas métrica e prosódica de versos da *Divina Comédia*, de Dante.

Alguns outros trabalhos também podem ser citados, por acreditarem que é em um nível mais abstrato do que o da fonética (ou seja, no nível fonológico) que podem ser inferidas as estruturas que regulam os versos compostos em uma determinada língua. Entre eles, figuram os de Halle & Keyser (1971), Maling (1973), Youmans (1989), Prince (1989), Halle (1989) e Kiparsky (1989).

Maling (1973) propõe uma nova análise do sistema da poesia árabe clássica, sugerindo que uma espécie de "gramática métrica" pode dar conta deste sistema de metrificação. Desta forma, regras de base geram um único padrão métrico abstrato (e correspondente estrutura arbórea), de que são derivados todos os outros padrões métricos. A partir daí, vários tipos de transformações (supressão, cópia e substituição) geram outros padrões abstratos que correspondem aos subgrupos de metros tradicionalmente chamados de "círculos" (base da poesia árabe clássica).

Youmans (1989), na *Introdução* da coletânea de artigos de que fazem parte Prince (1989), Halle (1989), Kiparsky (1989) e Hayes (1989), aproveita para apresentar as divergências e convergências entre os estudos linguísticos e literários do ritmo poético e defender uma visão "gerativista" destes padrões. Para ele, todos os que procuram estabelecer condições explícitas de permissibilidade da ocorrência de versos, ao invés de apenas fazer uma lista dos tipos possíveis, são, a seu modo, "gerativistas" - até mesmo literatos tradicionalistas.

Prince (1989) vai mais longe. Formula uma teoria que define que tipos de pés são permitidos em versos metrificados, testando-a através de evidências empíricas fornecidas pela poesia quantitativa grega e árabe clássica. Uma de suas muitas conclusões é que tanto o pé como o *metron* (uma unidade métrica hierarquicamente superior ao pé) são essenciais

para a descrição acurada dos padrões métricos encontrados. Halle (1989) faz um "Adendo" à teoria de Prince, discutindo a introdução dos metros árabes na poesia hebraica, em meados do século X.

Kiparsky (1989) analisa o "*sprung rhythm*" de Hopkins, tido como um ritmo "indeciframavelmente idiossincrático" (Youmans, 1989: 12) por estudos anteriores. Argumenta que as escansões dos poemas de Hopkins fazem sentido se os acentos forem interpretados como posições marcadas como fortes em níveis prosódicos hierarquicamente superiores ao das palavras, ao invés de sílabas acentuadas no nível das palavras. E, assim, constrói mais um engenhoso argumento favorável ao tratamento "mais abstrato" do ritmo poético.

Por se tratar da proposta mais semelhante à do presente trabalho, o estudo de Halle & Keyser (1971) foi deixado por último, embora, cronologicamente, tenha sido o primeiro entre os citados. Neste livro, os autores fornecem um panorama da evolução da acentuação do inglês, estudando-a através de textos poéticos. A primeira parte do livro fornece uma análise do acento do inglês americano atual ("moderno", como preferem chamá-lo), com base no modelo da fonologia gerativa de Chomsky & Halle (1968). Na segunda parte, apresentam uma análise do acento do inglês em três períodos históricos: *Old English*, *Late Middle English* e *Early Modern English*. Apenas para a última fase da sua análise dispunham de dicionários de rimas e observações de tratadistas sobre a posição do acento nas palavras da época. Já para as duas primeiras fases, foi preciso escolher um corpus poético e procurar, nos limites dos próprios versos, indicações da localização do(s) acento(s). A elaboração de um estudo de tal vulto, como este de Halle & Keyser, só é possível quando se assume que o acento é governado por "regras abstratas", que podem ser inferidas a partir da estrutura metrificada dos versos (Halle & Keyser, 1971: xi). Há no livro, ainda, uma terceira parte, em que é desenvolvida a teoria de metrificação dos autores. Propõem que versificar é introduzir uma sequência de palavras em um único padrão abstrato, estabelecendo uma correspondência entre os elementos constitutivos deste padrão e propriedades fonéticas (ou fonológicas) específicas da sequência de palavras em questão - Halle & Keyser (1971: 140).

Como mostram todos os trabalhos citados acima, a escolha de textos poéticos para se estudar fenômenos prosódicos (e, em especial, o acento) de uma língua, inclusive e principalmente em seus estágios passados, já se provou adequada e eficaz, sobretudo quando se toma a descrição em um nível "mais abstrato". Portanto, a questão que se coloca não reside na escolha de textos poéticos e/ou não-poéticos, mas sim na escolha de *quais* textos poéticos, dentre todos os remanescentes dos Cancioneiros medievais galego-portugueses.⁸ Em outras palavras, a questão é escolher que tipo de cantiga é mais adequada

⁸ Além disso, concorre para a escolha dos textos poéticos dos Cancioneiros, em detrimento dos textos arcaicos em prosa, a opinião de Silva Neto (1986: 404), que considera a poesia dos trovadores mais natural e menos conservadora do que os textos em prosa da mesma época:

"... é preciso lembrar, como faz Celso Cunha (v. O Cancioneiro de Joan Zorro, 1949, pág. 30), que a linguagem poética é por natureza uma linguagem arcaica, porque repousa sobre uma técnica e exige um aprendizado. Isso não quer dizer, contudo, que a linguagem dos trovadores represente uma norma poética que ficou atrasada em relação à linguagem falada daquela época. Podemos afirmar - diz Rodrigues Lapa - que entre a linguagem do testamento de Afonso II e duma cantiga de Paio Soares de Taveiros é esta que denuncia o verdadeiro falar corrente, se abstrairmos de certos termos e expressões literárias inevitáveis em toda composição culta."

para a análise a ser desenvolvida e por quais motivos. É claro que o ideal seria proceder à análise de *todos* os textos poéticos remanescentes, mas, como este trabalho consumiria um tempo demasiado longo para os objetivos do presente estudo, uma escolha faz-se necessária.

Mattos e Silva (1989: 17-20) afirma ser muito mais "acessível" ao estudioso a delimitação do corpus poético relativo ao período arcaico do que o corpus em prosa, pois:

"Quis o destino que sobrevivessem os três cancioneiros galego-portugueses, e ainda os códices das Cantigas de Santa Maria, que, sem dúvida, não somam toda a produção poética trovadoresca, mas constituem um conjunto concreto sobre o qual o pesquisador tanto com interesse literário como com intenção da análise linguística pode definir como sendo representativo da produção medieval poética portuguesa." (p. 17)

O patrimônio poético profano galego-português, segundo Tavani (1974: 46) é composto de 1685 textos, dos quais 431 seriam cantigas de escárnio e de mal-dizer (cf. Rodrigues Lapa, 1970), 510 de amigo (cf. Nunes, 1973[1926, 1929]) e 735 de amor (cf. Nunes, 1972[1932])⁹, além das 420 cantigas religiosas em louvor a Santa Maria, de Afonso X.¹⁰ Lapa (1929: 8) conta 2116 composições (para ele, é a lírica medieval mais rica da Europa).

Em relação ao corpus em prosa, quando se visa ao estudo do caráter linguístico e não apenas literário, o material escolhido para estudo do português arcaico (segundo Mattos e Silva, 1989: 19) deve conter não apenas a documentação considerada literária, mas tem de levar em conta a produção não-literária em prosa. A escolha do material a integrar um corpus para estudo do português arcaico, para esta autora, sempre propõe muitas questões, dadas as dificuldades de datação dos documentos e de tipologia de textos literários. Além disso, para ela, o inventário da produção arcaica em prosa, "é, sem dúvida, aberto, não só pelos indícios filológicos da existência de versões de outras obras conhecidas, como pela informação histórica da existência de outras obras, hoje desaparecidas, mas que podem vir a aparecer, em bibliotecas ou arquivos, portugueses e estrangeiros" (pp. 19-20), ao contrário do conjunto de textos poéticos, que ela considera fechado.

Existem, basicamente, três tipos de cantigas desenvolvidas pelos trovadores galego-portugueses: as de **amor**, as de **amigo** e as de **escárnio** e **maldizer**. Estes três tipos de cantigas podem ser encontradas nos Cancioneiros *Colocci-Brancuti* (atual *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*), e da *Vaticana*, do *Cancioneiro da Ajuda*, somente constam

"O que as cantigas trovadorescas representam é, na verdade, uma estilização da língua falada contemporaneamente na região Entre-Douro-e-Minho, língua que em relação àquela que mais tarde se tornou padrão, mostrava aspecto conservador.

Na doce linguagem dos trovadores há, por isso, frescura e espontaneidade - ela não é, como poderia parecer a quem não levasse na devida conta o que afirmamos - nem artificial, nem muito menos, um organismo imóvel, convencional e puramente literário!"

⁹ Lapa (1965: 162-169) aponta a ausência de 3 cantigas de amor de Gil Pérez Conde, na edição de Nunes.

¹⁰ Estes números não correspondem exatamente ao cálculo de Tavani, mas se aproximam muito.

cantigas de amor, de acordo com Braga (1945: XXV), Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 384) e Vieira (1987: 12).¹¹

De maneira geral, estes três tipos de cantiga são definidos pelos estudiosos da literatura mais pelo assunto de que tratam do que pela sua forma.

As **cantigas de amor** são aquelas em que o trovador se dirige diretamente à dama amada, seguindo todo um rígido formalismo sentimental (cf. Spina, 1991[1956]: 25):

- a submissão absoluta à sua dama;
- uma vassalagem humilde e paciente;
- uma promessa de honrá-la e servi-la com fidelidade;
- o uso do senhal (imagem ou pseudônimo poético com que o trovador oculta o nome da mulher amada);
- a mesura, prudência, moderação, a fim de não abalar a reputação da dama (pretz), pois a inobservância deste preceito acarreta a sanha da mulher;
- a mulher excede a todas do mundo em formosura (de que resulta o tema do elogio impossível);
- por ela o trovador despreza todos os títulos, todas as riquezas e a posse de todos os impérios;
- o desprezo dos intrigantes da vida amorosa;
- a invocação do mensageiro da paixão do amante (pássaro);
- a presença de confidentes da tragédia amorosa.

De origem provençal, as cantigas de amor foram importadas pelos trovadores galego-portugueses, juntamente com todo este formalismo sentimental ao qual se refere Spina. E os trovadores portugueses não eram somente grandes conhecedores da escola de Provença, como também assumiam esta influência nos seus próprios versos. É o que mostram, por exemplo, estes versos de D. Dinis:¹²

*Quer'eu em maneira de proençal
fazer agora um cantar de amor...*

Entretanto, Nunes (1973, vol. I: 83) adverte que:

"Embora seja grande a influência que a poesia da Provença exerceu na que em Portugal e Galiza se cultivou nos séculos XIII e XIV, nem por isso se deve concluir que tudo quanto nos transmitiram os Cancioneiros do tempo tenha sido decalcado sobre ela."

Esta sua opinião deriva do fato de poderem ser observados três tipos de cantigas de amor nos Cancioneiros Galego-portugueses (cf. Nunes, 1973, vol. I: 86):

¹¹ Entretanto, não é verdade que o *Cancioneiro da Ajuda* possui apenas cantigas de amor. Veja-se a cantiga 153 (CBN 718), do corpus deste trabalho, que figura no *Cancioneiro da Ajuda* sob o número 452.

¹² Citados por Nunes, 1973, vol. I: 80, Pimpão, 1942: 17, Bueno, 1968: 2 e Vasconcellos, 1959: 102.

"... as primeiras (...) ou de mestria são de pura convenção, imitadas das provençais, e, para me servir das palavras de Anglade¹³, deixando ver, como elas, na sua 'concepção, original sem dívida, alguma coisa de factício e de artificial, pouco conforme com a realidade'; nas segundas essa imitação já é menos servil; as terceiras são rigorosamente nacionais, isto é, feitas sobre modelos populares."

Dentre essas últimas, encontram-se as cantigas de amor que se assemelham muito, na forma, às de amigo (algumas poucas cantigas de amor paralelísticas, ou que se distanciam, por um ou outro motivo, do formalismo rígido provençal).¹⁴

A diferenciação entre os cantares de amor e de amigo pode ser feita tanto em relação à sua forma, quanto ao assunto de que tratam. Em relação ao assunto, foram perdidas as definições das cantigas de amor e de amigo que provavelmente um dia constaram da primeira e da segunda partes e do i^o, ii^o e iii^o capítulos da terceira parte da *"Poética Fragmentária"* (cf. Michaelis de Vasconcelos, 1912-13 e Spina, 1991) - ou a *"Arte de Trovar"* (cf. Spina, 1991) - que precede as cantigas do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*.¹⁵ Resta, entretanto, uma diferenciação entre elas, citada no capítulo iiij^o da terceira parte da *Poética*, baseada na pessoa que fala primeiro na cantiga (se o "namorado" ou a "amiga"):

"E, porque algũas cantigas hy ha en que falam eles e elas, outrosy porem he bem de entenderdes se som d'amor, se d'amigo, porque sabede que, se eles falam na prim[feir]a cobra e elas na outra, [he cantiga d']amor, porque se move a rrazom dela, como vos ante dissemos, e, se elas falam na primeira cobra, he outrosy d'amigo, e, se ambos falam em hũa cobra, outrosy he segundo qual d'elles fala na cobra primeiro." ¹⁶

Como os estudiosos de literatura perceberam que esta distinção era observada pelos próprios Cancioneiros na sua generalidade, mas que não era tão rigorosa que não deixasse de ser transgredida¹⁷, passaram a definir as cantigas de amigo através do mesmo procedimento utilizado para as de amor: pelo assunto.

¹³ A obra de Anglade à qual Nunes se refere é *Les Troubadours*. Infelizmente, não fornece quaisquer outras informações a respeito dela, além do título.

¹⁴ Segundo Spina (1956: 393), o paralelismo não "invadiu" somente as cantigas de amor e de escárnio e mal-dizer, mas também "a própria poesia épica, as gestas francesas e os romances populares portugueses".

¹⁵ pp. 15-18, na edição de 1982.

¹⁶ Na interpretação de Nunes (1973, vol. I: 1), a interpretação de Pimpão (1942: 27) é bastante semelhante à de Nunes (a única diferença é que ele grafa "rrazom d'ele" ao invés de "rrazom d'ela").

¹⁷ Os Cancioneiros de que constam os três tipos de cantigas - o da *Vaticana* e o da *Biblioteca Nacional de Lisboa* - costumavam dividi-las, apresentando agrupadas primeiro as de amor, depois as de amigo e, por último, as de escárnio e mal-dizer. Nunes (1973, vol. I: 2) chama atenção para o fato de o próprio *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, do qual consta a *Poética Fragmentária*, classificar a cantiga de número 572 como de amigo, agrupando-a com as dessa espécie, embora seja o namorado que "fale" primeiro.

As **cantigas de amigo**, mais comprometidas, segundo Spina (1991: 44), com a música e relativamente com a dança, e de "joglaría popular" (p. 49), são aquelas em que, basicamente, é a dama quem fala e que, pelo assunto, pode comportar seis categorias (cf. Spina, 1991: 79):

- a) o cantar d'amigo exclusivamente amoroso (*em que a donzela nos narra a separação do namorado e as circunstâncias acessórias dessa partida*);
- b) o cantar de romaria (*em que a donzela convida companheiras, a irmã ou a própria mãe para uma peregrinação a santuários*);
- c) a alva (ou alba) (*cujo tema típico é o da separação dos amantes ao amanhecer, depois de um desfruto amoroso durante a noite*);
- d) a pastorela (*que versa normalmente os temas de encontro entre cavaleiros e pastoras que são por eles requestadas de amor*);
- e) as bailadas (*que traduzem as manifestações coreográficas das populações primitivas, versando sobre os temas da dança e das circunstâncias sentimentais que ela pode suscitar*);
- f) as marinhas ou barcarolas (*a versarem temas de amor envolvidos por sugestões e circunstâncias da vida do mar*).

Quanto à forma, muitas das cantigas de amigo galego-portuguesas são paralelísticas, pelo fato de repetirem o conteúdo da primeira na segunda estrofe, com variação nos finais dos versos e um jogo de timbres vocálicos determinados por exigências coreográficas - baile a dois coros, com o refrão executado por um solista ou pelos coros em conjunto - depois de cada um executar as estrofes alternadamente (cf. Spina, 1991: 50 e 392-393).

De maneira geral, quanto à forma, Spina (1991: 50-52) divide as cantigas de amigo em cinco tipos:

- 1º tipo: - o conteúdo da cantiga é circunstancial;
- não há, pois, continuidade narrativa;
- o refrão (*expediente poético determinado pelas condições coreográficas*) não mantém nexos lógicos com a cantiga, ou então com a cobra;
- apresenta forma paralelística.
- 2º tipo: - as mesmas características do 1º tipo, com exceção do refrão, que já apresenta nexos lógicos ou semânticos com a estrofe.
- 3º tipo: - o conteúdo apresenta unidade narrativa;
- é objetiva, não em forma de monólogo;
- refrão com articulação lógica (ou sem refrão).
- 4º tipo: - subjetiva;
- unidade temática;
- não paralelística;
- com refrão.

5º tipo: - as mesmas características do 4º, com exceção do refrão - que não aparece.¹⁸

Em relação às cantigas de amor, os estudiosos são unânimes em considerar as cantigas de amigo mais populares e nacionais.¹⁹ Veja-se, por exemplo, a comparação que faz Nunes (1973, vol. I: 3-4):

"Por partirem, ou antes, por se figurarem partir da bôca de mulheres novas, em geral solteiras e muitas delas sem dúvida pertencentes ao povo, é que as cantigas de amigo revestem, na sua maioria, mais variedade, usam trages mais simples e mostram cunho popular que não têm as de amor, as quais se apresentam, na sua quâsi totalidade, como decalcadas sôbre um e mesmo modêlo, resultando-lhes daí tal ou qual monotonia. Enquanto estas ferem sempre a mesma nota - o amor do poeta à sua dama - aquelas, vindo embora a bater na mesma tecla - o amor da dama ao seu cantor - fazem-no todavia por forma mais movimentada, em virtude da variedade de metros que admitem. Ao passo que naquelas predominam o octossilabo ou decassilabo agudos, nestas, a par dêstes, aparecem outros versos, mais curtos ou mais longos; o refram ou estribilho, embora não desconhecido das primeiras, é contudo mais frequente nas segundas."

E também a comparação que faz Lapa (1960: 11):

¹⁸ "Estas estratificações nem sempre são nítidas, como ainda não correspondem necessariamente a estágios cronológicos: expediente didático todavia, cada cantiga deve ser considerada como um caso próprio, pois muitas delas apresentam valores que nem sempre se articulam dentro destes esquemas." (Spina, 1991: 52).

¹⁹ Esta unanimidade só é quebrada por Bueno (1955: 64) que, embora considere as cantigas de amigo mais populares do que as de amor, considera-as também decalcadas sobre as provençais:

"O lirismo, que nos ficou, matéria dos Cancioneiros, quer sejam cantigas d'amor, quer d'amigos, ou de escârmo ou de maldizer, e absolutamente provençal, de tema e de expressão. A distinção interposta por alguns entre cantigas d'amor e as d'amigo, maior academicismo, digamos assim, e menor espontaneidade das primeiras e maior liberdade, riqueza de assunto com acentuado cunho popular das segundas, não prova que provinham estas do antigo lirismo peninsular. Não há diferença de vocabulário: Aparecem as mesmas expressões e até mesmo galicismos; a versificação é idêntica, embora com menor emprêgo de artificios poéticos e maior liberdade de metrificação. O argumento de que as cantigas d'amigo não são provençais porque a sua versificação é irredutível aos versos já conhecidos de todos, sendo (...) heterométricos, desaparece perante a consideração de que tais cantigas eram destinadas ao canto, à dança e não à leitura como as d'amor. Aqui reside a explicação dessa rebeldia métrica de tais produções: estavam sujeitas à música, ao ritmo do som e para esta conformação transgrediam acintemente, os cânones da versificação regular. Dizer que tais cantigas são populares é confundir os dados do problema: são populares no sentido da simplificação do assunto, do ritmo, do estilo."

Como o que mais interessa ao presente trabalho é o caráter mais natural, mais popular das cantigas de amigo em relação às de amor, os argumentos de Bueno não invalidam a escolha aqui feita. Além disso, muitos desses argumentos são contestáveis, como a "simplificação do assunto", por exemplo. Como as cantigas de amigo apresentam uma maior variedade de "assuntos" que as de amor (marinhas, bailadas, etc.), fica difícil dizer que o assunto esteja "simplificado". O mesmo se aplica ao ritmo e ao estilo.

"As primeiras cantigas que se compuseram denunciam logo, no tema e na forma versificatória, a influência do lirismo provençal. Havia contudo em Portugal e na Galiza uma forte tradição de poesia lírica popular, velhos temas que celebravam as fontes, os rios, o mar, as romarias, as danças primaveris, a despedida dos namorados ao romper da alva, etc. Essas cantigas eram bailadas, geralmente a dois coros, de modo que a sua forma estrófica era paralelística e consistia num repetir dos mesmos versos, com variantes no fim. Que fizeram os nossos trovadores? Cultivaram embora a canção ao modo provençal, quase com tôdas as complicações do amor cortês; mas tomaram também êsses temas e essas formas populares e compuseram com êles belíssimas cantigas."

Vieira (1987: 28), por sua vez, vê as diferenças entre as cantigas de amor e as de amigo como uma mudança de registro: *popularizante*, no caso das cantigas de amigo, e *aristocratizante*, no caso das de amor. Para Vieira, as de escárnio e maldizer podiam optar por um ou por outro registro.

O principal responsável por esta forma mais popular das cantigas de amigo talvez seja o paralelismo cultivado pelos trovadores sobretudo neste gênero de cantigas. E a ele atribuem muitos estudiosos características nacionais, genuinamente galego-portuguesas, autóctones, e não importadas da Provença. Observe-se esta afirmação de Spina (1991: 392):

"Característica da cantiga d'amigo na sua forma original, quase autóctone, o paralelismo apresenta-se sob diversas modalidades, o que vem dificultar a sua classificação."

E também estes trechos de Nunes (1973, vol. I: 130-131 e 88):

"Refiro-me (...) às chamadas cantigas paralelísticas em especial, como àquelas cantigas trovadorescas, que, sem apresentarem a estrutura própria destas, têm contudo feição genuinamente popular e revivem em muitos os cantares velhos de que Sá de Miranda, Camões e outros poetas dos séculos XVI e XVII se serviram como temas de glória."

É portanto fora de dúvida que existia em Galiza e Portugal uma poesia indígena, anterior à provençal, e que sobre ela decalcaram muitas das suas cantigas bastantes trovadores."

"A característica popular manifesta-se quasi exclusivamente nas cantigas d'amigo, sobretudo nas paralelísticas, a que já me referi e cuja contextura especial me leva a supôr que seriam cantadas por duas cantadeiras, cada uma das quais se desempenharia das estrofes ímpares ou pares, retomando depois, ao tornar a cantar, o verso que deixara; o estribilho pertencia ao côro que as acompanhava."

É importante ressaltar o fato de que, para os estudiosos, não somente as cantigas de amigo paralelísticas eram consideradas genuínas, não importadas, mas as cantigas de amigo, de maneira geral. A seguinte afirmação de Spina (1991: 43) dá suporte a esta hipótese:

"Provença não exportou para as terras galego-portuguesas a sua língua - como sucedeu na Itália -, mas a influência benéfica e purificadora de sua poesia sobre aquela que já cantavam as populações rústicas e burguesas de Entre Douro e Minho. E, junto da nova forma importada para os primeiros salões da casa de Borgonha (a canção, o cantar d'amor), adquire foros de cidadania a velha poesia nacional, vestígio ainda florescente do primeiro lastro poético da România, cujo agente criador era a mulher e cuja expressão literária eram as cantigas d'amigo."

Além disso, dois fatos devem ainda ser ressaltados: a importância do culto dos trovadores às cantigas de amigo, em termos estatísticos (segundo Nunes, 1973, vol. I: 11, o número das cantigas de amigo galego-portuguesas não tem paralelo em qualquer outra literatura) e o fato de haver alguns tipos de cantigas de amigo inventadas pelos trovadores galego-portuguesas. Na opinião de Spina (1991: 365), as *marinhas* correspondem a este caso:

"BARCAROLA. Gal.-Port. Também denominadas marinhas; são cantigas de criação nacional, sem correspondentes nas outras literaturas."

Para uma definição do terceiro tipo de cantigas cultivadas pelos trovadores galego-portugueses - as **de escárnio e maldizer** -, recorreu-se a Braga (1945: XXIII-XXIV):

"Diametralmente opostos aos versos eróticos, em que os poetas delicadamente divinizam a amada, estão as Cantigas de escárnio e maldizer em que pretendem matar de riso, às gargalhadas: - sátiras violentas, de realismo brutal, verdadeiras exposições de torpêsas e aleijões morais e físicos: a crônica escandalosa da corte e dos acompanhamentos, patenteada com bárbara sem-cerimônia."

Em relação a estas cantigas, a própria *Poética Fragmentária* que serve de introdução ao CBN nos dá a sua definição. Na verdade, a *Poética Fragmentária* as considera como dois tipos diferentes de cantigas, embora, nos dois casos, as cantigas sejam feitas para "dizer mal d'alguém". A diferença residiria em como isto era feito, de maneira "coberta" ou "descoberta", isto é, se a cantiga podia ter duas interpretações, uma difamatória e outra não - "dois entendimentos" -, ou se a cantiga falava mal diretamente de alguém, sem procurar disfarçar a difamação. No primeiro caso, tem-se a cantiga de escárnio; no segundo, a de maldizer.

"Cantigas descarneosom aquelas que os trobatores fazem querendo dizer mal dalgue com elas e dizlho por palavras cubertas que aiã doys entendymentos para lhelo(?) nõ entenderen" ²⁰

"Cantigas de mal dizer son aquela que fazẽ os trobatores descuberta met^S(?) E elas entrã palavras eque queren dizer mal e nõ aver outro entendimento senõ aquel que queren dizer chaãm E outrosy as todos fazen dizer" ²¹

Quanto à forma, as cantigas de escárnio podiam ser de feição mais ou menos popular, de acordo com o modelo que seguiam:

"Estas cantigas se podẽ fazer outrosy de meestria ou de rrefrã" ²²

Entretanto, não se pode dizer que as cantigas de escárnio e de maldizer fossem, quanto à forma, tão populares quanto às de amigo, por causa do recurso das "palavras cobertas". Além disso, as que optavam por um formato tipo "de mestria"²³ assemelhavam-se muito mais, na métrica, às cantigas de amor do que às de amigo.

Diante de tudo o que foi exposto, podem ser levantados dois argumentos principais a favor da escolha das cantigas de amigo como as mais indicadas enquanto material a constituir um corpus que permita o estudo do acento e do ritmo do português arcaico: seu caráter mais popular, menos rebuscado, menos rígido, menos formal e seu caráter mais nacional, menos "importado". Estas são, sem dúvida, duas características muito importantes, no sentido em que, embora seja impossível fugir do formalismo poético e das formas congeladas da escrita quando se trabalha com este tipo de corpus, é fundamental chegar o mais perto possível da língua que está por trás dos versos, organizando-os, a fim de sondar

²⁰ Interpretação minha. A única diferença em relação à ortografia do original é o desenvolvimento das abreviaturas, para facilitar a leitura.

²¹ Idem nota anterior. O sinal de +, sobrescrito, indica que está faltando uma parte, que o copista não conseguiu decifrar do original, talvez por deterioração do mesmo.

A interpretação de Pimpão (1942: 79) para este trecho da *Arte de Trovar* é a seguinte:

"Cantigas de maldizer son aquelas que fazem os trovadores [querendo dizer mal d'alguem] descubertamente; e elas encerram palavras a quem queren dizer mal, e non averam outro entendimento se non aquel que queren dizer."

²² Idem nota 20.

²³ Cantigas de mestria são aquelas que não possuem refrão e em que os trovadores procuram observar rigidamente o mesmo número de sílabas poéticas em cada verso. Além disso, muitas são cantigas de "atafiinda", isto é, cantigas em que os trovadores procuram desenvolver uma idéia, sem cortes, desde o primeiro até o último verso. Em outras palavras, se a pontuação atual já fosse usada na época dos trovadores, as cantigas de "atafiinda" seriam aquelas em que o trovador só colocaria o ponto final ao fim do último verso. Sobre este recurso, Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 395) afirma:

"Um dos processos mais estimados consistia ele concatenar gramaticalmente mal ou bem todos os versos da cantiga, de modo que só no fim fosse possível pôr ponto: - só no fim terminava a proposição do início; até lá versos e estrofes eram ligadas por meio de conjunções, quer relativas, quer causais, quer explicativas, ou correlativas, quer adversativas ou circunstanciais. Cantigas assim construídas chamavam-se de ata-fiinda. Eu julgo reconhecer nesse composto dois imperativos que mandam: liga e termina ! - liga tudo até chegar ao fim ! Nobiling pensa em até fiinda (= até o fim)."

os fenômenos prosódicos. Desta forma, padrões menos rígidos de versificação permitem que a língua por trás dos versos flua mais naturalmente, de maneira menos artificial, e a escolha do tipo de cantiga em que isto ocorre como corpus faz com que os resultados obtidos pelo estudo sejam mais próximos da língua verdadeiramente falada naquela época. Neste sentido, a importância da escolha de poemas mais genuinamente galego-portugueses, com uma menor influência da poética estrangeira, faz-se óbvia. Pelos objetivos deste estudo, expostos anteriormente, e pelos motivos expressos neste parágrafo, é mais natural que o corpus a ser aqui analisado seja composto de **cantigas de amigo**.

Foi escolhido como fonte, por ser o cancionero galego-português mais completo²⁴ e por estar disponível em uma edição que Mattos e Silva (1991: 41) acredita ser do melhor tipo para se trabalhar com textos antigos - a *reprodução fotográfica* (já que é "quase impossível trabalhar diretamente com a documentação remanescente, guardada, arquivada como obras raras - como, aliás, não poderia deixar de ser - em seções de reservados de bibliotecas e de arquivos") - o *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, ou *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*. A edição que foi escolhida, por ser uma excelente reprodução fotográfica, é a seguinte:

Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti) Cod. 10991. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.

Michaélis de Vasconcelos (1912-13: 423) explica o porquê de este Cancioneiro ser conhecido como *Colocci-Brancuti*:

"Ele chama-se de Colocci porque pertenceu ao grande Humanista italiano, ao qual devemos a conservação tanto dos textos desta coleção como dos do Cancioneiro da Vaticana. O nome Brancuti foi-lhe adicionado porque o códice se achava, no acto do descobrimento, em 1878, na posse do Conde Paolo Antonio Brancuti, residente em Cagli."

Segundo Cintra (1981) e Nunes (1973, vol. I: 441), o códice foi descoberto, em 1875 (ou pouco depois de 1875) - e não em 1878, como afirma Michaélis de Vasconcelos -, por Constantino Corvisieri. O primeiro a estudar o manuscrito foi Enrico Molteni, que, segundo Cintra (1981), "se dedicou à preparação da edição diplomática da parte do Cancioneiro que não tinha correspondência no Cancioneiro da Vaticana". A sua morte prematura fez com que seu mestre, Ernesto Monaci, publicasse o seu trabalho em 1880. Conforme pode-se perceber através de notas manuscritas no original (CBN, p. 4), Ernesto Monaci primeiro tomou emprestado o manuscrito ao Conde Brancuti (em 1880) e depois o comprou dele (em 1888). Depois de sua morte, em 1918, seus descendentes, após inúmeras negociações, venderam o manuscrito para a Biblioteca Nacional de Lisboa, em 26 de fevereiro de 1924 - data oficial (cf. Cintra, 1981 e Nunes, 1973, vol. I: 442).

²⁴ Segundo Mattos e Silva (1991: 30), Magne (1944: 427), Vieira (1987: 12) e *Enciclopédia Mirador Internacional* (1983: 2000).

O *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa* (CBN) é um grosso volume que, pela numeração de Molteni, possui 335 folhas. Pela edição de 1982, que inclui inclusive as capas, possui ele 758 páginas. O *Cancioneiro* propriamente dito tem início na página 15, com o capítulo *iiij^o* da terceira parte da *Poética Fragmentária* que lhe serve de introdução. Faltam as duas primeiras partes da *Poética*, além dos três primeiros capítulos da terceira parte. É muitíssimo provável que os capítulos *iiij^o*, *v^o* e o início do *vj^o* da terceira parte tenham sido acrescentados posteriormente, já que estão escritos em letra diferente, a qual os estudiosos atribuem a Angelo Colocci. A *Poética Fragmentária* é constituída de seis partes, subdivididas em capítulos e vai até a página 18 (na edição de 1982).²⁵ Sobre a época desta *Poética*, afirma Spina (1991: 75):

"... a poética fragmentária que vem apenas ao Cancioneiro de Colocci-Brancuti deve datar dos meados do séc. XIV, possivelmente até da primeira metade do século, visto que nele se fala dos trovadores ao tempo presente."

As folhas até a página 18 foram puladas. Em seguida, na página 19, figuram 5 lais. Sobre eles, Spina (1991: 383-384) esclarece:

"Os lais, em número de cinco, que aparecem encabeçando o Cancioneiro de Col.-Brancuti, foram adaptações galegas de composições francesas correspondentes, extraídas da Historia Tristani. Atestam, como tal, a difusão e o gosto do temário novelesco arturiano em terras de Entre Douro e Minho. Na versão francesa a atribuição corre por conta de Helys de Sassoigne (Saxônia), e na portuguesa não há menção de autoria: o compilador atribui, respectivamente, a primeira a Elis, o Baço, Duque da Saxônia ao tempo do rei Artur; a segunda a quatro donzelas, em honra a Maraot (maroõt) da Irlanda, também da época arturiana; a terceira e a quarta ao próprio Dom Tristão, o Namorado; a última a donzelas, dirigida a Lançarote, quando se encontra na ilha de Lidiça, e a rainha Genebra (mulher do rei Artur) o encontra com a filha do rei Peles."

É somente na página 31 que começa a transcrição das cantigas dos trovadores galego-portugueses. Como acontece em relação ao *Cancioneiro da Vaticana*, as cantigas, no CBN, encontram-se agrupadas quanto ao tipo: primeiro as de amor, depois as de amigo, seguidas das de escárnio e maldizer. Porém, este agrupamento não é assim tão rígido, já que algumas cantigas de amigo encontram-se entre as de amor e vice-versa, o mesmo ocorrendo em relação às cantigas de escárnio e maldizer. Um exemplo disso é a cantiga "Ai eu coitada", de D. Sancho I, número 456 no CBN, que encontra-se entre as de amor. Além disso, existem outros tipos de cantigas no *cancioneiro* que não se encaixariam facilmente nestes três tipos (prantos, por exemplo).

As cantigas encontram-se numeradas, porém houve descuido na sua numeração, repetindo-se umas vezes os mesmos números, outras vezes colocando-se duas cantigas seguidas sob um mesmo número, ainda outras vezes atribuindo-se dois números diferentes a

²⁵ Sempre quando for feita qualquer referência à paginação do CBN, esta será feita em relação à edição de 1982, de que foi extraído o corpus deste estudo.

uma mesma cantiga. Muitas folhas encontram-se em branco ou rasgadas. Como a letra provém de várias mãos (na verdade, três) e tem a forma em uso no fim do século XV, Nunes (1973, vol. I: 443) suspeita que:

"... o possuidor do arquétipo ou o interessado na sua reprodução teria talvez encarregado da cópia mais de um individuo, que nessa operação não utilizou todo o caderno, sem que o seguinte precisasse seguir o número que precedia nas folhas em branco. Da omissão de várias estrofes, muitas vezes indicadas apenas por iniciais, bem como de aqui ou ali se não ter completado a cópia parece deduzir-se que o original se encontrava já bastante deteriorado."

Os nomes dos trovadores, muitas vezes, e outras rubricas foram provavelmente postos mais tarde, já que se encontram escritos em letra diferente - a mesma que "completou" a *Poética Fragmentária*, atribuída a Angelo Colocci. Sobre as diferentes letras que ocorrem no CBN, veja-se esta observação de E. Monaci (1880) - citado por Nunes (1973, vol. I: 470-471):

"No texto distinguem-se três formas de letra, que se alternam, do fim do século XV ou princípios do XVI, todas de escola italiana, e, afora elas, reconhece-se logo à primeira vista, quasi em cada página, a de Angelo Colocci, que numerou as poesias, a muitas antepôs os nomes dos autores e acrescentou várias nótulas marginais, umas vezes comparando palavras portuguesas com italianas, mas, na maioria dos casos, declarando o esquema rítmico das poesias. Afora isso, encheu de seu próprio punho várias lacunas do texto, sendo uma das principais a que se encontra a Fols. 3 R onde começa o tratado de poética, em cujo inicio coluna e meia foi inteiramente escrita por ele."

As cantigas propriamente ditas foram copiadas em dois tipos de letra: o gótico e o italiano humanista (cf. Nunes, 1973, vol. I: 471). Os dois tipos se distribuem da seguinte maneira:

gótico:	pp. 29-32
	pp. 37-78
	pp. 80-85
	pp. 93-117
	pp. 127-156
	pp. 177-199
	pp. 201-225
	pp. 231-240
	pp. 243-250
	pp. 329-359
	pp. 365-391
	pp. 397-409

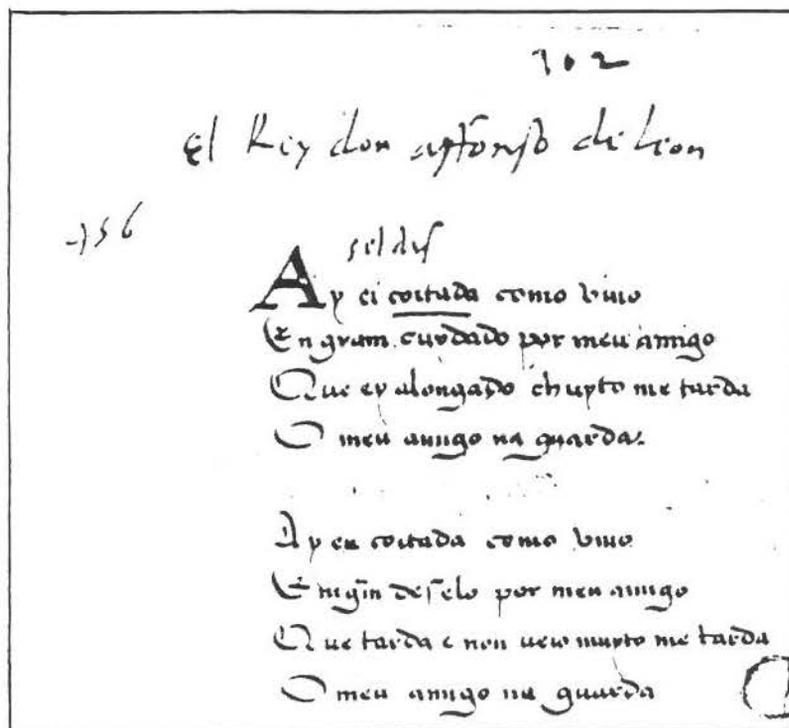


Figura 2.

Letra gótica.

Cantiga 512, CBN 456, p. 231 - 1ª coluna, atribuída a El-Rei D. Sancho I. Acima, vê-se anotação na letra de Angelo Colocci, atribuindo a cantiga a El-Rei D. Afonso de Leão.

	pp. 413-443
	pp. 449-464
	pp. 469- 495
	pp. 593-629
	pp. 701-713
	pp. 717- 723
italiano:	pp. 253-319
	pp. 501-582
	pp. 631-640
	pp. 645-687
	pp. 731-752

As demais páginas ou se encontram em branco ou rasgadas. Há, ainda, algumas em que existem somente anotações atribuídas a Colocci.

Para Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 423), o CBN:

"É evidentemente cópia (de fins do século XV, ou princípios do imediato) mandada fazer pelo benemérito erudito [A. Colocci] - cópia daquele grande Cancioneiro de que ele extrairia o Índice, ou seja a Tavola Colocciana (ms. 3217 da livraria dos Papas), com nomes de autores e numeração das obras deles, de que falei nas lições dedicadas ao Cancioneiro da Vaticana."

Citando Michaelis de Vasconcelos (1904), Braga (1945: XIII) afirma não acreditar, como esta autora, que o CBN seja uma cópia do *Cancioneiro da Ajuda*:

"As divergências entre o Cancioneiro da Ajuda e os apógrafos são tão numerosas e de importância tal que excluem a ideia de aquele ter sido o próprio original sobre o qual se tiraram directamente as partes em comum. Se assim fosse, não teriam explicação as variantes, nem as atribuições opostas, nem a ordem diversa, nem o plus de 64 cantigas que apresenta o nosso códice [o da Ajuda]."

Já Tavani (1988: 55-121)²⁶ também não acredita que o CBN seja uma cópia do *Cancioneiro da Vaticana*, porque, embora a maioria das Cantigas sejam comuns aos dois Cancioneiros, há algumas que figuram somente em um deles.²⁷ Tavani procede a uma reconstrução conjectural, com base na metodologia filológica, a respeito das relações históricas entre os três Cancioneiros remanescentes: o *da Ajuda*, o *da Vaticana* e o *Colocci-Brancuti*. Tal reconstrução leva ao seguinte *stemma codicum*, em que, em letras do alfabeto grego, estão indicados prováveis documentos dessa tradição poética que desapareceram e,

²⁶ *apud* Mattos e Silva (1991: 29-30).

²⁷ Segundo Braga (1945: VIII), o CBN possui 470 cantigas que não se encontram no *Cancioneiro da Vaticana*. Mas, segundo Magne (1944: 428):

"As poesias impressas por Molteni e classificadas de inéditas em relação ao Cancioneiro do Vaticano, estão numeradas de 1 a 442. De facto, 50 são comuns aos dois cancioneiros; outras acham-se no Cancioneiro da Ajuda, orçando em pouco mais de 100 as poesias privativas do Cancioneiro Colocci-Brancuti."

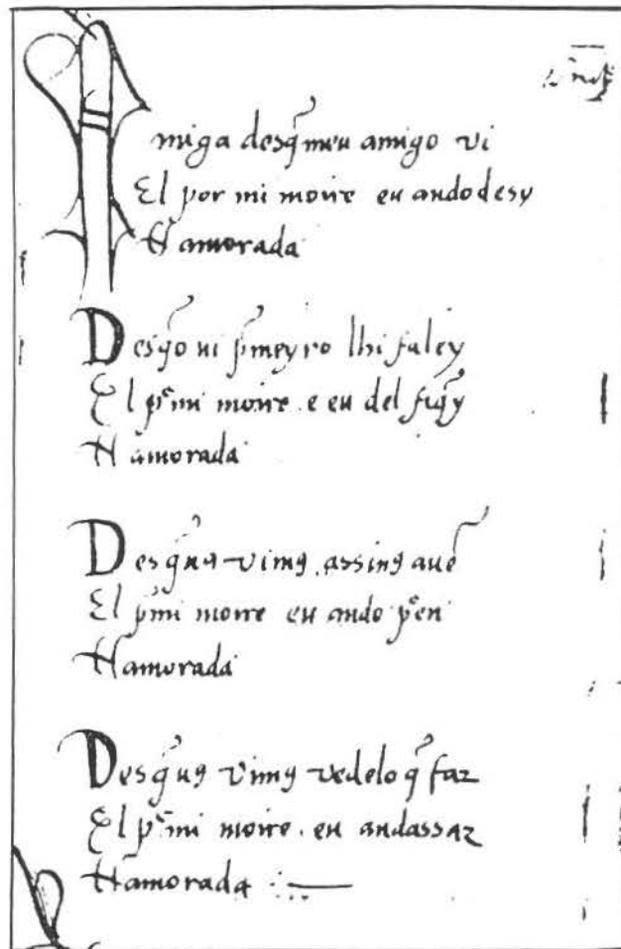
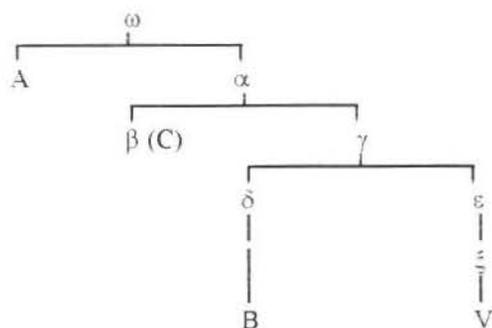


Figura 3.
Letra italiana humanista.
Cantiga 476, CBN 1264, p. 569 - 2ª coluna, do jogral Lourenço.

em letras do alfabeto latino, os cancioneiros remanescentes (A = Ajuda; V = Vaticana; B = Colocci-Brancuti).



Para Tavani, α representaria o *Livro das Cantigas do Conde de Barcelos*, compilado, segundo consta, entre 1340 e 1350. De acordo com a análise desenvolvida por Tavani, pode-se dizer que além dos Cancioneiros que chegaram aos nossos dias, provavelmente existiam os outros indicados no esquema acima. Um argumento a este favor é o fato de os três cancioneiros remanescentes não apresentarem todos as mesmas cantigas: algumas figuram nos três, mas há cantigas que só aparecem em um ou dois dos cancioneiros. Dá suporte a este argumento a existência da *Tavola Colocciana*, a que já foi feita anteriormente uma referência através de citação a Michaelis de Vasconcelos. Segundo esta estudiosa (1912-13: 423), Magne (1944: 427) e Silva Neto (1956: 96), este índice contém 1675 composições e, no CBN (o mais completo dos três remanescentes), existem 1567. Na numeração do próprio Cancioneiro, a última cantiga recebeu o número de 1664 (p. 752). Entretanto, por falhas na numeração, não se deve apostar que exista esta quantidade de cantigas no CBN.²⁸ De acordo com Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 243), este índice arrolaria as cantigas que deveriam ter pertencido ao CBN, tendo as 108 faltantes sido perdidas por mutilações. A verdade é que, por motivos diversos, muitas das cantigas compostas pelos trovadores galego-portugueses não chegaram até nós.

Na opinião de Mattos e Silva (1991: 31), para se estudar as cantigas que restaram, com o objetivo de conhecer o português arcaico, é preciso estar ciente de pelo menos três fatores:

- a. a lírica do Cancioneiro profano se situa entre os fins do século XII e os meados do século XIV, 1196-1350: são os limites propostos por Tavani; cobre, portanto, um século e meio de produção poética;
- b. os códices remanescentes se situam, o mais antigo, o Cancioneiro da Ajuda, nos fins do século XIII e os outros dois, o da Biblioteca Nacional de Lisboa e o da Vaticana são dos inícios do século XVI, embora tenham como antecedente, muito provavelmente, o Livro de Cantigas do Conde d. Pedro, de Barcelos, dos meados do século XIV (entre 1340-1350). O arquétipo dos três terá sido uma compilação realizada no scriptorium - centro ou oficina

²⁸ Além disso, existem, no CBN, várias cantigas repetidas, atribuídas a trovadores diferentes. Como exemplo, pode ser citado o caso da cantiga 640, atribuída a Pay Soares, repetida no número 827, desta vez atribuída a Afonso Eanes do Coton.

de produção do livro na Idade Média - de Afonso X, rei de Leão e Castela, falecido em 1284;

- c. *assim sendo, os dados linguísticos fornecidos por este tipo de documentação podem ser considerados como um representante da manifestação da variante literária poética da primeira fase do português arcaico. Não se pode perder de vista, contudo, que os códigos do século XVI foram copiados na Itália e têm de ser avaliados, considerando as possíveis modificações linguísticas introduzidas ao longo do tempo, o que os distingue em relação ao códice ducentista do Cancioneiro da Ajuda.*

Escolhida a edição fac-similada de que se vai extrair o corpus, e de posse de todas essas informações sobre os originais, o próximo passo consiste em estabelecer um critério para a identificação e escolha das cantigas de amigo, dentre todas as cantigas que o CBN possui. Como já foi visto anteriormente, as definições mais comumente usadas de cantigas de amor, de amigo e de escárnio e maldizer baseiam-se menos em critérios formais do que no assunto que os poemas tratam. Com base nesses critérios, não é muito polêmica e difícil de realizar a classificação das cantigas nesses três tipos. Entretanto, não é objetivo deste estudo proceder a uma análise detalhada de todas as cantigas do CBN, para classificá-las. Além disso, esta classificação já foi feita por vários estudiosos de literatura (entre eles, Michaelis de Vasconcelos, Rodrigues Lapa, Spina e outros). Portanto, por economia de tempo com um trabalho que já foi feito, deve ser usado como critério de distinção uma classificação já pronta. Dentre as que se conhece, a de Nunes (1973) é a mais completa, em relação às cantigas de amigo²⁹; é, portanto, uma das mais indicadas.³⁰ Traz, esta edição, 512 cantigas de amigo, com indicações a respeito da sua localização nos cancioneiros remanescentes, juntamente com a numeração que aí receberam. De posse destas informações, procedeu-se a um rastreamento, no fac-simile, destas cantigas, e descobriu-se que, das 512 cantigas de amigo arroladas, 10 não constam do CBN - conforme tabela 1, abaixo.

Tabela 1. Comparação entre o número de cantigas de amigo em Nunes (1973) e no CBN.

total das cantigas de amigo, segundo Nunes (1973)	512
cantigas citadas por Nunes (1973) que não constam do CBN	10
TOTAL	502

²⁹ Existem outros trabalhos sobre cantigas, mas são, na sua quase totalidade, antologias incompletas, da obra de um ou vários trovadores. Ver Spina (1991), Azevedo Filho (1974), Bernardes (1952), Cunha (1956), Pimpão (1942).

³⁰ Além de ser a mais completa edição das cantigas de amigo galego-portuguesas, a edição de Nunes (1926-1929- 1ª edição), re-editada em 1973, teve a sua qualidade reconhecida por estudiosos importantes, como Lapa (1965: 9). Uma crítica séria e profunda à edição de Nunes, que foi aqui considerada no momento da análise das cantigas, pode ser encontrada em Lapa (1965: 19-50).

Deste modo, o corpus deveria ser constituído de 502 cantigas. Entretanto, considerou-se como 503 o número total de cantigas do corpus, uma vez que a cantiga CXXIV (pp. 113-114), em Nunes (1973) - correspondente aos números 691 e 692 do CBN -, de D. João Soares Coelho, deve contar por duas, já que cada uma de suas partes deve ser considerada isoladamente. Isto acontece porque a primeira parte da cantiga - correspondente ao número 691 do CBN -, além de não compartilhar do refrão das outras duas estrofes, ainda tem uma metrficação diferente: é composta de versos de 7 e 8 sílabas, enquanto que as outras duas estrofes se compõem de versos de 9 e 10 sílabas. À segunda parte da cantiga - segunda e terceira estrofes - corresponde, no CBN, o número 692. Neste caso, é preferível, então, seguir o critério de divisão proposto pelo próprio Cancioneiro e não Nunes (1973).

Cantiga CXXIV (em Nunes, 1973):

CBN 691:

Fremosas, a Deus louvado
con tan muito ben como oj'ei,
e do que são mais leda,
ca tanto quant'eu desejei
vi, quando vi meu amigo.

CBN 692:

Agora me foi mia madre melhor
ca me nunca foi, des quando naci,
Nostro senhor lho gradesca por mi;
e ora é mia madr'e e mia senhor,
ca me mandou que falasse migo
quant'el quisesse o meu amigo.

Sempre lh'eu madre e senhor chamarei
e puinharei de lhe fazer prazer
por quanto me non quis leixar morrer,
e morrera, mais já non morrerei,
ca me mandou que falasse migo
quant'el quisesse o meu amigo.³¹

Dúvidas na classificação das cantigas são pouquíssimas e Nunes (1973) mesmo as aponta quando ocorrem.

Já se aludiu ao fato de que, em algumas cantigas dialogadas, embora quem fale primeiro seja o trovador e que, por isso mesmo, de acordo com a *Poética Fragmentária* (trecho já citado anteriormente), elas deveriam ser consideradas cantigas de amor, muitas vezes os cancioneiros as classificam como de amigo. É o que ocorre, na coletânea de Nunes (1973), com a cantiga XXIV (p. 25), de D. Dinis - número 572, no CBN. Como o assunto desta cantiga não esclarece esta dúvida, podendo figurar tanto nas cantigas de amor como

³¹ Na interpretação de Nunes (1973).

691

Hremofas ades louuado
 con tem mupto ben como aier
 edo q soo maye leda
 latodo quateu de feier
 in quando in meu anigo

692

Agora me for uira madre mellz
 caue nunca for des qn do uaci
 Nostro seuhor Iho gradesta por uy
 era e mha madre e mha seno
 came mandou q falasse ungo
 quarel q fesse omeu anigo

Seupellheu madre senhz chamaray
 epnyaharey delhe faz pze

lta mides no:

por qto meno q leuar mo ite,
 emoreta mais ia no morreter
 ca me mandou q falasse ungo

Stuam unimido

Figura 4.
 Cantiga 124, de D. João Soares Coelho, CBN 691 e 692 (pp. 335-336).
 Acima e abaixo dos três últimos versos da cantiga CBN 692 (1ª coluna
 da página 336, em cima), encontram-se anotações na letra de Angelo
 Colocci.

nas de amigo. Nunes prefere seguir o critério dos Cancioneiros *da Vaticana* e *Colocci-Brancuti*, que a agrupam juntamente com as de amigo. Neste estudo, o mesmo critério será seguido, e, por esta razão, esta cantiga será mantida no corpus.

Cantiga XXIV (em Nunes, 1973):
CBN 572:

- En grave dia, senhor, que vos oi
falar e vos viron estes olhos meus !
- Dized', amigo, que poss'eu fazer i,
en aqeste feito, se vos valha Deus.
- Faredes mesura contra mi, senhor ?
- Farei, amigo, fazend'eu o melhor.

- U vos en tal ponto eu oi falar,
senhor, que non pudi depois ben aver.
- Amigo, quero-vos ora preguntar
que mi digades o que poss'i fazer.
- Faredes mesura contra mi, senhor ?
- Farei, amigo, fazend'eu o melhor.

- Des que vos vi e vos oi falar, [non]
vi prazer, senhor, nen dormi, nen folguei.
- Amigo, dizede, se Deus vos perdon,
o que eu i faça, ca eu non o sei.
- Faredes mesura contra mi, senhor ?
- Farei, amigo, fazend'eu o melhor.³²

As outras dúvidas de classificação dizem respeito a duas cantigas que, pelo assunto (o trovador é quem fala), seriam de amor, mas que, pela forma (paralelistica, popular), seriam muito mais assemelhadas a cantigas de amigo que de amor. São as cantigas CCCXLI (p. 315) e CCCLXXXIII (p. 349) em Nunes (1973) - respectivamente, números 1100 e 1151-1152 do CBN -, de Airas Paes e Joan Zorro.

Cantiga CCCXLI (em Nunes, 1973):
CBN 1100:

Dizen pela terra, senhor, ca vos amei
e de toda-las coitas a vossa maior ei !
e sempr'eu, namorado,
ei a viver coitado !

³² Na interpretação de Nunes (1973). Um outro argumento para considerar esta cantiga como de amigo é o tratamento - "amigo" - que a dama dispensa ao seu namorado, não usual nas cantigas de amor.

n grande dia senhor q' u' u' u'
 salar eu' u' u' u' e' f' o' l' l' u' m' u'
O Dize amigo q' posso hi fazer
 En a queste feito se' u' u' u' de'
 E a rede mesura corra mi senhor
 a' u' u' u' u' u' u' u' o' melhor

H u'
 Senhor q' no' pude de' u' u' u' u' u' u'
 Amigo q' ro' u' u' u' u' u' u' u' u'
 que' mi digite' o' q' posso fazer
 E a rede mesura q' mi senhor

D e' q' u'
 U' u' u' u' u' u' u' u' u' u' u' u' u'
 Amigo dize de' se' l' u' u' u' u' u' u'
 O' q' eu' hi' u' u' u' u' u' u' u' u' u'
 E a rede mesura q' mi

Figura 5.
 Cantiga 24, d'El-Rei D. Dinis - CBN 572 (p. 286, 2ª coluna).

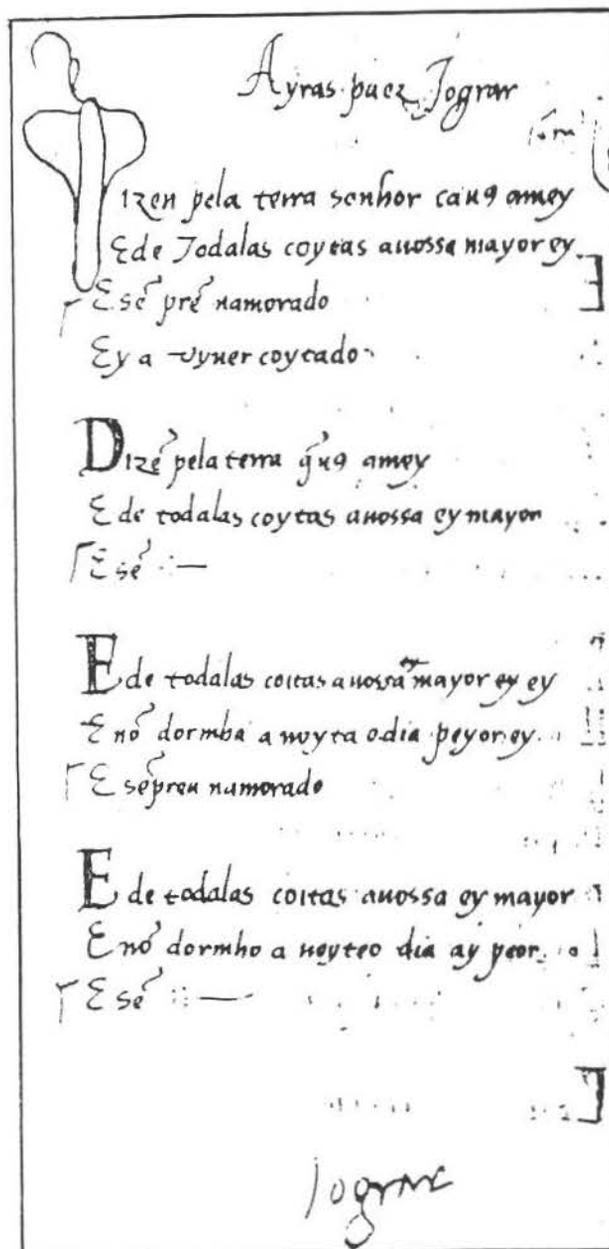


Figura 6.
 Cantiga 341, de Aires Paes - CBN 1100 (p. 506 - 1ª coluna). Abaixo da cantiga, encontra-se escrita a palavra "jograr" (*jogral*), em letra atribuída a Angelo Colocci.

Dizen pela terra ca vos amei [senhor],
e de toda-las coitas a vossa ei maior !
e sempr'eu, namorado,
ei a viver coitado !

E de toda-las coitas a vossa maior ei,
e non dórmio a noit'e o dia peor ei !
e sempr'eu, namorado,
ei a viver coitado !

E de toda-las coitas a vossa ei maior
e non dórmio a noit'e o dia ei peor !
e sempr'eu, namorado,
ei a viver coitado !³³

Cantiga CCCLXXXIII (em Nunes, 1973):
CBN 1151-1152:

En Lixboa, sobre lo mar
barcas novas mandei lavrar,
ai mia senhor velida !

En Lixboa, sobre lo ler,
barcas novas mandei fazer,
ai mia senhor velida !

[B]arcas novas mandei lavrar
e no mar as mandei deitar,
ai mia senhor velida !

[B]arcas novas mandei fazer
e no mar as mandei meter,
ai mia senhor velida !³⁴

Como o critério principal de Nunes para a classificação das cantigas é o assunto, ele afirma que estas duas cantigas foram incluídas na sua coletânea "por descuido" e que, por isso, devem ser excluídas. Entretanto, por serem paralelísticas e de formato popular, elas se assemelham muito, quanto à forma, às cantigas do corpus, o que justifica a sua inclusão no mesmo. Portanto, o corpus do presente estudo contém um total de **503** cantigas, como já foi dito anteriormente.

³³ idem nota 31.

³⁴ Na interpretação de Nunes (1973). Um outro argumento para considerar esta cantiga como de amigo é o fato de ela poder ser considerada uma "marinha".

1151
En Lisboa sobre lo mar
Barcas novas mandey +
Ay mha senhor ueehda

Joan Zorro

1152 En Lisboa sobre lo lez. *Sua Uza*
Barguas novas mandey faz
Ay mha senhor arqs novas mandey lanr
& nomar as madye fater dey rar
Ay mha arcas novas mandey faz
& nomar as mandey mettr
Ay mha

Figura 7.
Cantiga 383, de Joan Zorro - CBN 1151 e 1152 (bis) (pp. 528-529).

Será tomado como auxiliar na decifração do manuscrito o fac-símile das sete cantigas de Martin Codax que constam do corpus (números 1278 a 1284 do CBN) presente em:

FERREIRA, Manuel Pedro. (1986) *O som de Martin Codax. Sobre a dimensão musical da lírica galego-portuguesa (séculos XII-XIV)*. Lisboa: UNISYS/Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Desta obra de Ferreira, consta uma reprodução fotográfica do Pergaminho de Vindel, assim chamado por ter sido descoberto em 1915 por Pedro Vindel, encapando uma outra obra (um *De Officiis*, de Cícero), e que acredita-se ter sido escrito em fins do século XIII ou princípios do XIV (cf. Cunha, 1986: IX). Para Ferreira (1986: 73), que empreendeu estudos mais minuciosos em direção à datação do Pergaminho, teria este documento sido escrito no terceiro quartel do século XIII, o que faz dele um apógrafo contemporâneo ou pouco posterior ao autor das cantigas que inclui - "*o que torna o seu testemunho particularmente valioso para o estudo da lírica trovadoresca*". Este pergaminho contém não só a letra (escrita aparentemente pela mesma mão, em tinta preta, com iniciais de dois tamanhos, alternando as cores azul e vermelha, maiores e ornadas as do início de cada peça e menores as do início das demais estrofes), mas também a música destas cantigas (cujos pentagramas aparecem em tinta vermelha). Portanto, para o caso de Martin Codax, contar-se-á com duas versões para se dirimir as dúvidas.

Em relação ao corpus, faz-se necessária uma última observação. Para o estabelecimento da autoria das cantigas, recorreu-se, principalmente, a informações fornecidas pelo próprio Cancioneiro. Em caso de dúvidas (às vezes, a cantiga não estava atribuída a nenhum trovador ou metade de uma cantiga a um trovador e a outra metade a outro), recorreu-se às informações constantes em Nunes (1973). Uma lista de todas as cantigas do corpus, juntamente com o número sob o qual figuram no CBN e respectivo autor encontra-se no Anexo, ao final desta tese. Decidiu-se manter o número que lhes atribui Nunes (1973), dada a confusão numérica, a que já foi feita referência, existente no CBN.

az. n. tin codax

ndas domar de uigo

se uites meu amigo. E ar

das se uera ced.

Ondas do mar leuado.

se uites meu amado.

E ar de se uera ced.

Se uites meu amigo.

e por que eu sospno.

E ar de se uera ced.

e uites meu amado.

e por que eu sospno.

E ar de se uera ced.

Figura 8.
 Cantiga 491 (CBN 1278), de Martin Codax, 1ª cantiga do *Pergaminho de Vindel* (fac-símile em Ferreira, 1986).

1.3 A escrita do CBN

Um dos primeiros problemas que se enfrenta quando se pretende trabalhar com textos antigos manuscritos diz respeito à decifração da sua escrita. Percebe-se logo que o padrão de escrita, de maneira geral (ortografia, pontuação, uso de acentos e diacríticos, etc.) difere muito do uso que se faz desses recursos hoje em dia. Tais fatos fazem com que um primeiro contato com os dados seja uma tarefa muito difícil, até que se consiga apreender os padrões e usos dos recursos da escrita da época escolhidos pelo autor do manuscrito. Os fatos não são diferentes em relação ao CBN, cuja escrita evoca muitas indagações a uma primeira vista e, mesmo depois de muito tempo e muito estudo, dúvidas a respeito da decifração de alguns trechos ainda restam, até mesmo para especialistas dos mais renomados. Como se pretende, na presente tese, trabalhar com o texto original, um estudo preliminar da sua escrita é absolutamente imprescindível, para que as dificuldades e armadilhas criadas por problemas de decifração possam ser vencidas.

Quando se trata de uma descrição de fenômenos fonológicos, a observação da **escrita** dos documentos antigos torna-se ainda mais indispensável. É por esta razão que são evidenciados a seguir alguns fatos importantes a respeito do sistema de escrita utilizado no CBN, já que, para o estudo do acento do português arcaico, enquanto fenômeno prosódico, é necessário recorrer à observação de outros fenômenos fonológicos, que podem se manifestar na escrita do CBN (por exemplo, a quantidade de segmentos por sílaba, possibilidade ou não de elisão). No final desta apresentação, acrescenta-se também uma pequena lista de características gráficas do CBN, que têm uma importância menos crucial para o presente estudo.

1.3.1. *Escrita fonética ou ortográfica ?*

Existe, dentre os estudos desenvolvidos por filólogos interessados no português arcaico, uma crença de que a escrita do português, nessa época, era fonética, ou seja, procurava transcrever fielmente os sons da fala de quem produzia o texto. Esta crença pode ser encontrada em Michaëlis de Vasconcelos (1912-13: 37):

"Nas palavras populares, herdadas, de origem evolutiva, houve, nos princípios da língua, ortografia sensatamente fonética, quer elas se afastem sensivelmente dos padrões originais, quer não se afastem nada ou quasi nada, em virtude de sua estrutura singela. Escreviam o que proferiam - tão perfeita ou imperfeitamente como o admitem os vinte e cinco caracteres do alfabeto também herdado - insuficiente para simbolizar bem os sons novos adquiridos no território lusitano: j, x, lh, nh e as ressonâncias nasais. (...) No Cancioneiro membranáceo da Ajuda não há (...) senão grafias fonéticas."

em Coutinho (1954: 67):

"Período fonético. - Começa este período com os primeiros documentos redigidos em português e se estende até o século XVI. Apesar de certa flutuação que se observa na grafia das palavras, a preocupação fonética transparece a cada momento. A língua era escrita para o ouvido."

"Coincide este período com a fase arcaica do idioma. O objetivo a que visavam os escritores ou copistas da época era facilitar a leitura, dando ao leitor uma impressão, tanto quanto possível exata, da língua falada."

e em Nunes (1969: 193).

"Período fonético. Caracteriza este período a representação, pelas letras, dos sons que elas realmente representavam, consoante a evolução por eles sofrida, e a ausência, em geral, de caracteres não proferidos. Verdade seja que essa representação nem sempre acompanhou pari passu as alterações que se foram dando e por vezes conservou-se antiquada em relação ao desenvolvimento da língua."

Entretanto, não eram somente os antigos filólogos que acreditavam em um sistema de escrita puramente fonético - ou *alfabético* (cf. Massini-Cagliari, 1993: 20) - para representar o português nas suas primeiras manifestações escritas. Esta crença perdura até os dias de hoje, em trabalhos bastante recentes. Veja-se este trecho de Haury (1989: 32):

"A ortografia arcaica era essencialmente fonética, embora raramente transparecessem tendências etimológicas na pena de alguns escribas, acostumados a trasladar e redigir documentos em latim medieval."

Até mesmo em trabalhos conceituadíssimos, como o de Silva Neto (1957[1986]), pode ser encontrada esta crença em relação à escrita dos Cancioneiros, uma vez que poucos estudos a este respeito foram efetuados e que a maioria dos filólogos e linguistas continuou a se fiar nos trabalhos pioneiros de Michaelis de Vasconcelos - como o faz Silva Neto (1986: 412):

"A grafia era fonética, procurava espelhar fielmente a pronúncia do tempo."

Mas pode a escrita do CBN ser considerada realmente fonética ?

O problema em se classificar a escrita do CBN consiste na dificuldade de definição de "escrita fonética". Se se define como "fonética" uma escrita por oposição a um tipo mais "etimológico", a resposta dada pelos filólogos a esta pergunta talvez fosse sim. No entanto, o uso do termo "escrita fonética" é bastante infeliz neste caso, pois traz sempre consigo, mesmo quando não se quer, a acepção de "transcrição fiel dos sons da fala". Deste ponto de vista, a resposta à pergunta formulada acima é **não**.

Segundo Cagliari (1990), para que uma escrita seja puramente alfabética (*fonética*) ou mesmo de base fonética (como afirma Haury, 1989), é preciso que o **princípio**

acrofônico³⁵ seja sempre seguido e que a escrita funcione como transcrição fonética. Neste caso, as relações entre letras e sons seriam sempre as mesmas: a cada letra corresponderia um e somente um som e vice-versa. Mas vários fatos observados na escrita do CBN atestam que, juntamente com o princípio acrofônico, outras forças estariam regendo o sistema, além do fato de a escrita do CBN basear-se na escrita latina (*ortográfica e não fonética*) como princípio de partida. Uma característica da escrita do CBN que prova que a representação do latim em escrita era bem conhecida e tomada como base pelos trovadores (ou pelos copistas) é a manutenção de certas abreviaturas que, segundo Bueno (1963: 117), eram comuns na escrita latina:

*"... o traço (-) colocado em cima da letra indica sempre um M ou N; o traço ondulado indica a falta de r; um sinal parecido ao nosso 9 significa US; outro semelhante ao nosso 7 quer dizer ER ou RE, etc."*³⁶

Dentre os fatos observados no CBN, que afastam a sua escrita de um princípio acrofônico puro, pode ser citado inicialmente o fato de várias letras (ou letras acompanhadas de diacríticos) poderem ser usadas para representar o mesmo som. O caso do [ɲ] merece relevo. Vejam-se os exemplos abaixo:³⁷

[ɲ]	{	ṽH	passarilhas (115)
		ṽ	mãsselia
		LMH	mansselmha (155) ³⁸
		H	gaahades (13)
		h̃	bañauã (75)

Alguns sons vocálicos, no CBN, também podem ter diversas representações gráficas, como atestam os exemplos abaixo, relativos ao som [i].

³⁵ O princípio acrofônico estabelece que, no **nome** das letras, já se encontra o som que elas representam. Segundo Cagliari (1990: 4):

"Inicialmente, as relações entre letras e sons foram estabelecidas através do princípio acrofônico, pelo qual o valor fonético da letra coincidia com o primeiro som do nome da letra, como em 'Alef (oclusiva glotal), Beth (oclusiva bilabial sonora), etc. Tal princípio permaneceu em grego, com a atribuição de sons vocálicos a algumas letras, como em ALFA (vogal 'a'), BETA (oclusiva bilabial sonora), etc. Os romanos levaram o princípio acrofônico mais longe, dando por nome as letras apenas o som que deviam representar, como nós fazemos até hoje: A, Bê, Cê, etc."

³⁶ Este levantamento e a descrição das abreviaturas feitas por Bueno referem-se à escrita latina. Como será visto, muitas delas se mantêm no CBN.

³⁷ O número entre parênteses indica a cantiga da qual o exemplo foi extraído. A numeração das cantigas é a estabelecida na tabela apresentada no Anexo.

³⁸ Interpretado por Nunes (1973) como "mansselinha". Talvez se trate de um erro do copista, que pode ter interpretado a seqüência *in* como *m*.

[i]	{ i	ui (16) ³⁹ , mais (311), moirer (114), hi (481)
	{ j	uj (325), mj (107)
	{ y	uy (246), mays (311), hy (301), sy (5), ey (16), dey (445), uyu (26), muy (11), aly (101)
	{ h ⁴⁰	sabha (211) ⁴¹ , dormha (309) ⁴² , dormho (132) ⁴³ , mha (26) ⁴⁴ , soberuha (60)

Entretanto, pode ser formulada a hipótese de que a letra *i*, listada acima como representante do som [i], poderia também representar um som fricativo palatal sonoro - [ʒ]. Se esta hipótese pudesse ser comprovada, este seria um forte argumento contrário à classificação da escrita do CBN como fonética. Porém, mesmo sem poder ser comprovada com certeza, a hipótese ganha força na medida em que, nos exemplos abaixo, as palavras do primeiro grupo mantêm até os dias de hoje o som de [i], enquanto que as do segundo grupo apresentam, atualmente, o som de [ʒ] no ponto em que o português arcaico grafava um *i*.

i	↗ [i] ?	ui (16), mais (311), fiz (248), mi (423)
	↘ [ʒ] ?	ia (337), iaz (407), iurado (8), iazia (9), desejo (46), aia (10), iogadores (190), seio (8) ⁴⁵ , ueia (5) ⁴⁶

Outra letra a respeito da qual existem dúvidas quanto ao fato de ela representar apenas um ou mais sons é a letra *z*. Estas dúvidas, difíceis de serem resolvidas, foram esquematizadas a seguir:

z	{ [s] ?	corazõ (23), assaz (31), juyz (291), fiz (248)
	{ [z] ?	mizerar (315), fazer (395), prazo (17), dizede (24)

Além dos fatos de várias letras poderem representar o mesmo som e a mesma letra poder representar sons diferentes, outro fato que constitui um argumento contra a classificação da escrita do CBN como fonética é a possibilidade de representar de maneiras diferentes o mesmo fenômeno fonético não-segmental - como ocorre com a nasalidade, que pode ser representada por um til colocado sobre a vogal que se nasaliza, por uma consoante

³⁹ Do verbo *veer* (grafado, no CBN, preferencialmente como *ueer*).

⁴⁰ Somente em ditongos crescentes.

⁴¹ Forma do subjuntivo presente, primeira ou terceira pessoa do singular.

⁴² Forma do subjuntivo presente, primeira ou terceira pessoa do singular.

⁴³ Forma do indicativo presente, primeira pessoa do singular.

⁴⁴ A respeito do possessivo *mha*, diz Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 409):

"Quanto ao possessivo mha mho eu já expliquei que era proclítico, tinha acento na última vogal e que os Castelhanos também pronunciavam miá, mió, sempre monossilábicos. Segundo as leis da ditongação antiga, o acento recaía na vogal mais forte e sonora, e não na semivogal i. Existia todavia a forma absoluta miá bissilábica, colocada depois do substantivo. A princípio mhâ senhor mas senhor mia. É a rima (com folia, etc) que autentica essa pronúncia."

⁴⁵ Do verbo *seer*.

⁴⁶ Do verbo *veer*.

nasal colocada após a vogal que se nasaliza, ou, ainda, pode aparecer representada sem marca alguma.⁴⁷

til: ⁴⁸	metiũ (17), cãtar (193), tẽ (307), cõ (5), cãtavã (75), entẽdẽ (22), cõvem (510), bõ (16)
consoante nasal:	mentiu (17), en (469), nen (9), entẽdẽ (22), cõvem (510), enton (99)
sem marca:	metio (17)

Outro argumento contrário à classificação da escrita do CBN como fonética é o fato de a mesma letra (ou o mesmo grupo de letras) poder assumir funções diferentes, dentro do sistema de escrita adotado. Os casos típicos, no CBN, são o uso do H e das letras duplas.

Pode-se dizer que a letra H, no CBN, assume três funções diferentes:

1. funciona como um *coringa* que, quando colocado após uma consoante, serve para modificar o seu ponto de articulação. Tipicamente, o H, quando colocado depois de N, L e C, serve para representar os sons de [ɲ], [λ]⁴⁹ e [ʃ].

Exs.: hunha (108), sanha (20), sonhey (254), assanhey (63), conhocer (86),
punhaua (308)
ualha (21), semelhar (141), filhou (140), marauilhada (25)
chus (188)

2. funciona como letra muda.

Exs.: hy (301), hũ (14), hir (27), hi (24), hirã (169), recehey (478), ueherom
(114)

3. representa algum som:

a.) [i], quando precede uma vogal, em ditongos crescentes.

Exs.: soberuha (60), mha (26, 33), sabhã (431)

b.) [ɲ], quando aparece precedido e seguido de vogal:

Exs.: gaahades (13), bañavã (75).

Por sua vez, as letras duplas também podem assumir três funções diferentes.

1. Consoantes duplas representando um só som.

Exs.: ffoles (220), ffossado (220), ffoy (220), ffe (74), affam (243), deffenda
(233)

sssey (252), ssẽ (343), assaz (31), conselhado (134)

rrẽ (393), morrera (31), terrã (470), rrazoada (330)

⁴⁷ Esta conclusão está de acordo com as observações de Coutinho (1954: 68):

"A nasalização era representada de várias maneiras: por ~ (til), por " (dois acentos), por m e n. Não é sem exemplo encontrarem-se vocabúlos que contenham vogal nasal, sem o sinal de nasalização, por negligência dos copistas: divisoes = divisões."

⁴⁸ Mattoso Câmara Jr. (1972: 63 - nota de rodapé) lembra que, além de representar nasalidade, "o til era usado (...) como abreviatura de r e de q".

⁴⁹ Foi encontrado um caso em que o som de [λ] talvez possa estar representado apenas pela letra L - *tolestes* (75). Neste caso, a letra L estaria representando dois sons distintos, o que seria mais uma evidência contrária à consideração da escrita do CBN como fonética.

2. Vogais duplas representando dois sons (hiato).⁵⁰

Exs.: ueer (4), uijr (11), seera (19), mercee (26), creerey (28), ueestes (84), doo (121), soo (121), boom (391).

3. Estabelecimento de oposição entre consoantes duplas e simples, menos no contexto de início de palavras. Como todas as hipóteses a respeito da pronúncia do português arcaico, esta é de difícil comprovação, podendo esta última basear-se apenas nas formas originadas por elas, que constam do português atual.

Exs.: RR e R:

morrera (31), guarecer (32), sera (32), uirõ (24), terrã (470)

SS e S:

assaz (31), casa (43), pesasse (13)

Mas o argumento mais contundente contra a classificação da escrita do CBN como fonética é o fato de existirem diferentes grafias para a mesma palavra (às vezes até dentro dos limites da mesma cantiga). Os exemplos que atestam este fato são inúmeros. Serão apresentados, abaixo, apenas alguns, como ilustração.

tam (9) - tan (9) - tã (240)
e (7) - he (56)
ia (5, 337) - ya (239)
nen (240) - nẽ (240)
ui (16) - uj (325) - uy (246)
mentiu (17) - mētiu (17) - metio (17)
enmētoume (73) - ēmentar (73)
alguen (175) - alguẽ (175)
ba fordar (190) - bafordar (190)
peor (195) - peyor (163)
uir (319) - uijr (319) - ueir (397)
iram (384) - irã (384)
enpar (398) - ěpar (398)
qiria (7) - queiria (7)
nunca (5) - nũca (11)
uyuede (114) - uiuede (114)
louçana (16) - louçaa (112)
mundo (178) - mũdo (178)
hũa (180) - hunha (108)
foleya (190) - folya (190)
uiinde (192) - uijnde (192)
ome (208) - homen (208)
nauio (220) - nauyo (220)

⁵⁰ Em geral, as vogais duplas formam um hiato. Mas o que esclarece com certeza a respeito do fato de estas vogais estarem representando um (vogal simples) ou dois sons (hiato) é a estrutura métrica do poema. Em outras palavras, é observando o número de sílabas de cada verso que se sabe se o trovador está considerando uma sequência de vogais idênticas como hiato ou como uma única vogal.

meios (241) - me⁹ (241)⁵¹
teen (300) - ten (300)
mentia (315) - mêtia (315)
errmanas (342) - hirmana (506) - irmana (342, 506) - irmaa (98)
hu (379) - uũ (379)
mêçades (482) - mencades (482)
mano (506) - mão (506)
adubastes (507) - adoubastes (507)
rrê (393) - ren (276) - rê (3) - rem (119) - rren (148) - rrem (256)
bê (129) - be (114) - bem (148) - ben (115)

Os fatos apontados acima mostram que não é somente porque uma escrita é feita a partir de um alfabeto (um conjunto de letras + um princípio acrofônico) e possui uma certa flutuação ortográfica que ela pode ser automaticamente classificada como fonética, que transcreve os sons realmente emitidos pelo falante quando escreve. Estes fatos mostram que há algo a mais atuando como força reguladora da escrita do CBN. Este "algo a mais" consiste na consideração da noção de ORTOGRAFIA.

Como pode ser visto em Cagliari (1986, 1993a e b), o sistema ortográfico possui muitas características em comum com o sistema alfabético puro (ou fonético), mas uma diferença fundamental. As semelhanças incluem o uso de um alfabeto, do princípio acrofônico e o ponto de *partida* para a representação - os sons da fala. A diferença crucial está no ponto de *chegada*.

No sistema alfabético-fonético, o ponto de partida para representação do signo linguístico é o significante. No processo da escrita, através do princípio acrofônico, são representados os sons das palavras. No processo inverso, o da leitura, em um sistema alfabético-fonético, o leitor reconhece primeiramente os sons das letras, a palavra, para depois fechar o ciclo e reconhecer o significado.

Por outro lado, em um sistema ortográfico, como a escrita do português utilizada atualmente, o significado já é considerado desde a representação da palavra. Um exemplo disso é que, nos dias de hoje, para escolhermos entre as formas "conserto" e "concerto", por exemplo, temos que considerar de antemão o significado da palavra que vamos escrever. Este fato evidencia uma das diferenças cruciais entre a escrita fonética e a ortográfica - o deslocamento da unidade básica: na escrita fonética, a unidade básica é o segmento; na escrita ortográfica, a **palavra**. Esta característica confere ao sistema ortográfico um caráter híbrido: é de base fonográfica, mas possui características ideográficas (formas congeladas para as palavras, compostas por letras, mas que, também, revelam algo a respeito do significado da palavra representada). Além disso, no sistema ortográfico, a relação entre letras e sons não é dada somente pelo princípio acrofônico (nome das letras); o princípio acrofônico fornece apenas *uma* das possibilidades. No sistema ortográfico, o que estabelece a relação entre letras e sons é a ORTOGRAFIA das palavras - ou, em outras palavras, o conjunto de todas as relações entre letras e sons (e entre sons e letras) estabelecidas em todas as formas congeladas escolhidas para todas as palavras da língua. Além do mais, em um sistema ortográfico, as relações estabelecidas entre letras e sons não são iguais às

⁵¹ O símbolo que se assemelha a um 9 sobrescrito é abreviatura de "os" (átomo).

relações entre sons e letras, como ocorre no sistema alfabético-fonético. Os exemplos apresentados anteriormente comprovam que isto é o que realmente acontece na escrita do CBN.

O exposto no parágrafo acima mostra que, em um sistema ortográfico, os sons não precisam ser transcritos foneticamente, bastando serem transcritos de maneira a permitir a leitura, ou seja, o reconhecimento da palavra, enquanto unidade da escrita. Ao reconhecer a palavra, o falante da língua estará automaticamente reconhecendo o seu significado e os sons envolvidos na sua pronúncia.

Uma prova disso é o fato de poderem ser usadas abreviaturas, no sistema ortográfico (mas não no fonético). Em relação ao CBN, o uso frequente de abreviaturas pelos trovadores é mais um argumento que favorece a classificação do seu sistema de escrita como ortográfico. Uma pequena amostra das abreviaturas usadas pelos trovadores no CBN é dada abaixo:

q̃ = que (e não "quem")⁵²

q̃r = quer (254)

⁹ = os (átono) Exs: uos = vós (tônico); u⁹ = vos (átono)

ãb⁹ (178), hyrm⁹ (38), souberm⁹ (52), punhem⁹ (169),
baylarem⁹ (169), leixem⁹ (140), falem⁹ (170)

dš = Deus (6)

preq̃ = por que ? (17)

q̃rra = querrá (27)

busq̃y = busquei (27)

přfaz = perfaz (59)

diž = dizer (114)

pdoarey = perdoarei (141)

siq̃r = siquer (177)

q̃redes = queredes (7)

ptirades = partirades (9)

q̃f'estes = quisestes (9)

ğsado = guisado (6)

q̃serdes = quiserdas (9)

p'guntades, p̃qūtades = preguntades (19)

esq̃uo = esquivo (36)

đeito = dereito (45)

q̃brâto = quebranto (47)

encob'sse = encobrisse (55)

q̃sesse = quisesse (55)

senp" = sempre (85)

m̃cee = mercê (142)

q̃f'era = quisera (150)

⁵² quē = quem. Ex.: daquē (67).

q̄te = quite (163)
pdendo = perdendo (166)
p̄fia = perfia (175, 429)
poδ'am = poderam (243)
q̄xosa = queixosa (453)
q̄cir = gracir (104)

Quando se estudam fenômenos linguísticos a partir de textos antigos escritos ortograficamente, como o CBN, a maior dificuldade consiste em descobrir a pronúncia das palavras, por trás da ortografia. É uma ausência crucial que impede a descoberta da pronúncia exata (ou das pronúncias possíveis) de textos antigos: a ausência do **falante nativo**.⁵³ Como a escrita do CBN é ortográfica (como a dos outros documentos em português arcaico), a sua leitura pode ser feita até os dias de hoje, sem prejuízo, porque, apesar de a pronúncia exata dos vocábulos não ser conhecida, é fácil o reconhecimento do seu significado. Isto ocorre também por causa de uma das funções básicas da ortografia, que é anular a variação linguística, no nível da palavra. É esta anulação da variação linguística que permite que os sons não precisem ser transcritos conforme pronunciados, mas de uma maneira tal que a leitura seja permitida. É necessário que a variação seja anulada para que a leitura esteja garantida a todos os falantes da língua, qualquer que seja o seu dialeto.

Sendo assim, nunca será possível fazer afirmações com certeza a respeito de fenômenos segmentais do português arcaico porque nunca será conhecida a realização fonética dos dados obtidos através da escrita: só o falante nativo sabe como era pronunciado o português arcaico. Por causa da inexistência de falantes nativos de línguas mortas ou de estágios passados de línguas vivas e da natureza do sistema de escrita dos documentos relativos ao período arcaico do português, é sempre muito perigoso fazer afirmações sobre a sua pronúncia, respaldadas somente nas flutuações ortográficas encontradas nestes documentos. Porém, radicalizar no outro sentido, ou seja, dizer que nenhuma hipótese a respeito da pronúncia pode ser feita, é também muito perigoso, além de ser uma postura de menosprezo em relação à única fonte (textos escritos) que temos deste momento histórico da língua. Entretanto, é possível, através do levantamento de evidências de outra natureza que não meramente de escrita, tornar hipóteses mais ou menos prováveis. Portanto, afirmações do tipo das apresentadas abaixo (feitas em relação à análise de outros textos em português arcaico ou com base em análises efetuadas por terceiros) são de difícil comprovação:

"a) Fazia-se distinção entre s e z intervocálicos pronunciando-se diferentemente, consoante a sua origem, palavras como coser e cozer.

b) O z final ou medial antes de consoante surda, que hoje equivale ao som de s fraco, tinha o valor de ç, distinto, portanto, do s final." (Hauy, 1989: 39)

⁵³ Embora o falante nativo não esteja ausente dos textos escritos, minúcias a respeito da pronúncia de segmentos só podem ser esclarecidas a partir da linguagem oral e, portanto, a partir da sua presença física (ou da sua voz, através de gravações).

"Na 1ª fase do português arcaico fazia-se perfeita distinção entre o valor do s e ç, s (intervocálico) e z, ch e x." (Hauy, 1989: 38)

"No português arcaico, fazia-se distinção perfeita entre o valor do s e ç, do s intervocálico e z, do ch e x." (Coutinho, 1954: 61)⁵⁴

Tão complicada é a comprovação das hipóteses acima que existem até mesmo hipóteses contrárias a estas, formuladas por outros estudiosos, sobre o mesmo assunto. Um exemplo é a hipótese de Cunha (1956) a respeito das letras x, s e z. Para ele, estas letras podiam representar o mesmo som, em vários contextos. Estas afirmações suas a respeito do nome Codax comprovam este fato:

"De todo improvável é, porém, a hipótese (...) segundo a qual a palavra seria paroxitona e equivalente a Codas, plural de coda, forma ainda viva na região de Ribadeo (Galiza) e Tápia (Astúrias). As grafias Codax e Codaz dos cancioneros nenhum empecilho poderiam trazer a tal explicação, pois que nêles e em outros documentos galegos e portugueses da Idade Média há completa confusão gráfica entre -x, -z e -s." - Cunha (1956: 16)

Com exceção de VARNHAGEN, que escreve CODAZ, os editôres da lírica medieval portuguesa adotam a grafia predominante nos códices, embora, de regra, admitam que os símbolos -x e -z representem o mesmo fonema." - Cunha (1956: 14)

Existem, porém, afirmações que, por estarem baseadas na observação de outros fenômenos linguísticos, além da grafia dos documentos, são menos radicais e, portanto, mais prováveis:

"Até o século XVI o s intervocálico diferenciava-se de z na pronúncia literária geral, como ainda hoje se diferencia em alguns falares das províncias." (Vasconcellos, 1959: 222)

"Também se distinguem cuidadosamente ss e ç e s, ch e x: assim é que prez, fez, vez, sandez, etc., nunca rimam com mês, três, medês, pês (< penset); nem tampouco assaz, faz, praz, solaz com darás, atrás, Satanás, etc., ou diz, fiz, raiz, fiiz (< felice) com quis, Denis, lis, Paris; franqueza, riqueza com presa (isto é, -itia, com -ensa)." (Silva Neto, 1986: 412).

Também faz parte do grupo que procura informações linguísticas outras que não apenas a ortografia do documento a seguinte afirmação de Naro (1973: 47):

"...vimos que o português anterior ao século XVI provavelmente tinha [e o] pós-tônicos diante de pausa apenas."

⁵⁴ No entanto, o próprio Coutinho (1954: 70) reconhece que a letra s "substituía às vezes o c ou ç: sima = cima, composisom = composição."

No caso do trabalho citado, as conclusões são tiradas com base na coleta, observação e confronto de afirmações de gramáticos e ortografistas da época - ou anteriores à época analisada. Segundo Naro (1973: 26):

"Seria um obscurantismo puro desprezar os gramáticos e ortografistas desse período e não considerá-los fidedignos."

Naro (1973) também chega à conclusão acima a partir da observação de vários outros fenômenos da língua, atuais ou não, que possam sustentar a sua argumentação: (1) palavras tomadas de empréstimo do português, pelo malaio, presumivelmente no século XVI; (2) transcrições fonéticas do português em certas peças espanholas do século XVI; (3) geografia dialetal; (4) evidências a partir de dialetos "arcaicos", principalmente do dialeto caipira de São Paulo; (5) remanescentes fossilizados de formas antigas; e (6) afirmações explícitas em gramáticas do século XVI em diante.

Infelizmente, podem ser encontradas, até em trabalhos recentes, conclusões apressadas e perigosas a respeito da escrita do português arcaico, baseada na velha crença dos filólogos de que a escrita do português nesta época era fonética e no desconhecimento da verdadeira natureza das escritas fonética e ortográfica. Uma dessas conclusões apressadas é a de Hauy (1989: 34):

"desaparecimento de letras inúteis: não havia letras inúteis (exceto nos dígrafos qu e gu); o h etimológico ou não e as geminadas com valor de singelas de um modo geral desapareceram."

O próprio uso da expressão "letras inúteis" demonstra a crença da autora no caráter fonético da escrita do português arcaico e o seu desconhecimento da natureza de um sistema ortográfico - em um sistema ortográfico, não existem "letras inúteis". Além disso, as suas observações a respeito do uso do H e das geminadas podem ser falseadas a partir das observações a respeito da escrita do CBN apresentadas anteriormente.

Tudo o que foi exposto acima aponta para o fato de a escrita do CBN ser *ortográfica* (cf. Cagliari, 1986, 1994a e b; Massini-Cagliari, 1993). A única diferença entre a escrita do CBN e a atual escrita ortográfica do português é que, naquela época, a ortografia não era **unificada**. Pode-se dizer que havia até uma certa normatização, mas esta era restrita a grupos (ou, às vezes, até a uma única pessoa) - o que fazia com que houvesse muitas ortografias para o português arcaico. A este respeito, Mattos e Silva (1989: 47-48) afirma:

"Em nenhum momento na construção de uma gramática do português arcaico se pode perder de vista o facto de que se está trabalhando com documentação escrita, em uma fase histórica em que não havia normas ortográficas gerais e obrigatórias. É possível que se possam inferir normas ortográficas vigentes em certos centros onde se produziam mais intensamente manuscritos. Um trabalho prévio e fundamental será a tentativa de depreensão de constantes ortográficas próprias a centros de cópia como Alcobaca, Santa Cruz de Coimbra, a diocese de Braga. Muito,

no entanto, ficaria de fora, uma vez que grande parte da documentação literária medieval não se sabe onde foi escrita, isto é, não é claramente localizada."

Para os estudos de linguística histórica, é justamente a ausência de uma norma única, ou seja, da unificação de ortografias, que faz com que seja possível fazer algumas observações a respeito do sistema fonológico do português arcaico - não o fato de sua escrita ser supostamente fonética, como pensavam os filólogos. Mesmo assim, não é possível apresentar o sistema fonêmico do português arcaico, com base em estudos de textos escritos, pela própria natureza da escrita ortográfica. Os fenômenos fonológicos passíveis de serem melhor observados em escritas desse tipo dizem respeito mais a fenômenos não-segmentais (ou fenômenos segmentais regidos por processos efetuados supra-segmentalmente). Porém, nestes casos, o que mais ajuda a observação desses fenômenos não é o sistema de escrita, mas a estrutura métrica dos poemas. A este respeito, comenta Mattos e Silva (1991: 48):

"A documentação poética é testemunho singular para se depreender alguns aspectos referentes às realizações fônicas. A rima e a métrica sugerem algumas interpretações sobre elisões vocálicas, ditongos, hiatos, também sobre o timbre vocalico - aberto ou fechado, oral ou nasal."

No presente estudo, a observação da estrutura métrica das cantigas é crucial para determinar a posição do acento na última palavra do verso - focalizada primeiramente para o estabelecimento das regras de atribuição do acento de palavras no português arcaico, a exemplo do que fizeram Halle & Keyser (1971), para o inglês. Além disso, a observação da disposição dos acentos nos versos, da rima e da estrutura paralelística (em algumas cantigas) é fundamental para o estudo do ritmo da língua por trás dos poemas. Além destes, outros fatores podem ser observados para a compreensão do ritmo do português arcaico, como, por exemplo, a segmentação da escrita (efetuada por espaços em branco) e a supressão de vogais - dois fenômenos interligados. Em geral, a segmentação no CBN segue os mesmos princípios da do nosso sistema de escrita atual, mas difere dele em alguns pontos cruciais - a marcação das elisões, a união de palavras (mesmo quando não ocorre elisão) e a separação de partes de palavras por espaços, o que pode revelar estratégias de segmentação prosódica da língua. A seguir, encontram-se alguns exemplos de segmentação diferente da usada no nosso sistema atual de escrita. Observem-se estes fenômenos ilustrados nas figuras 9 e 10.

edessy = e de si (407)
desaqui = des aqui (12)
ponele = pon (põe) ele (22)
preytassi = preito assi (10)
podala = pode alá (25)
veheromhoradiž = vieram-me ora dizer (114)
false desleal = falso e desleal (34)
des asperasse = desasperasse (55)
mescaecesses = me escaecesses (55)

M adre poys nos desamer suedes
 A meu amigo por q' sabedes
 (ami gr ben veelo ey

E esse nos madralgun be g'redes
 Loarmhoedes en u sey
 Por desamor yshi semprouvestes
 Madre uelida ileq' sonhestes
 (ami gr be veeloey
 Esse nos maudralgu be g'redes
 Por mi gra coita garo sigo
 Madre uolhi da be uido digo
 (a se poder veeloey
 Esse mi ras madralgu be g'redes

Figura 9.

Segmentação na escrita do CBN (I).

Cantiga 95, de Airas Corpancho - CBN 661 (p. 316 - 1ª e 2ª colunas), exemplificando a segmentação da escrita do CBN - diversa da utilizada na escrita atual em vários aspectos -, em que as elisões eram marcadas pela supressão das vogais átonas finais de palavra (de maneira geral) e pela emenda das palavras na escrita - exs.: *madralgun* (v. 4); *semprouvestes* (v. 6). As palavras também podiam aparecer emendadas, sem que tenha ocorrido uma elisão - exs.: *Esse vos ...* (v. 4); *Loarmhoedes* (v. 5).

938 LXXXV
H uuo queredes sy meu amigo
E pesamendassime ualha de
E pesam por estes olhos me
E por que sey que uiueres assy

Como uiue quen a costa d' amor
E non a de sey nen de ren sabor
De suas uozes foides eia hi al non a
p' de amigo mais eu que facey
Ca ouf' conselhen de m' non sei
Se non uiueren quanto uiuer ia
Como uue.
Esta d' amor tam grande me
Que uolo non saberia dizer
Mais poro endal ia non pode ser
Se uiuer uiueren per bona fe
Como.

Figura 10.
Segmentação na escrita do CBN (II).
Cantiga 276, de Sancho Sanchez - CBN 938 (p. 433 - 1ª e 2ª colunas).

noy te = noite (239)
avela neyras = avelaneiras (258)
entẽ dedor = entendedor (58)
mha gradecer = me agradecer (102)
Meu amigo nõlho uso falar = non lhe ousou falar (93)

1.3.2. *Algumas observações gerais e marginais sobre aspectos gráficos do CBN*

1. A escrita do CBN não utiliza sinais de pontuação.⁵⁵

2. Nenhum acento gráfico era usado, com exceção do til (~), que possuía dupla função: como indicador de abreviatura e como representante de nasalidade (quando colocado sobre vogais).

3. Não havia diferenças gráficas entre U e V. Na verdade, a forma arredondada, ou seja, o U, era mais frequentemente utilizada, enquanto o V era restrito ao início de palavras (e apenas na escrita do copista que se utilizou da caligrafia italiana humanista). Não é possível fazer hipóteses a respeito de esta letra estar representando um único ou dois sons diferentes, a partir apenas da forma ortográfica das palavras em questão, como nos casos abaixo:

hunha (108) juyz (291) muy (11) uyu (26) uigo (491)

4. A letra S apresenta dupla forma gráfica: s e ſ. Na caligrafia italiana humanista, quando existem dois esses seguidos, o segundo é representado com ſ, outras vezes, nesse mesmo caso, os dois são escritos com ſſ, com ss ou amalgamados, através de uma ligadura de um tipo especial, como os monogramas (ſſ). Existe, também, a dupla forma para o s simples, em todos os contextos.

nēbrasſe (55) eſſemiuos madralquẽ bẽ q̃redes (95)
maldisſe (55) aſſy (276)
ſtisse (55)

5. Quando aparecem dois i seguidos, o segundo, em geral, é grafado como j, na caligrafia gótica.

uijr (319)

6. A presença do sinal de "+" indica que o copista tem consciência de que está faltando uma parte que ele não tem condições de resgatar (talvez por causa de uma possível deterioração do original, talvez por uma impossibilidade de decifração do original ou até por outras razões). Nas figuras 11, 12 e 13, podem ser vistos vários sinais de "+" (marca de falta).

⁵⁵ Sobre os sinais de pontuação em manuscritos medievais portugueses, ver Mattos e Silva (1993).

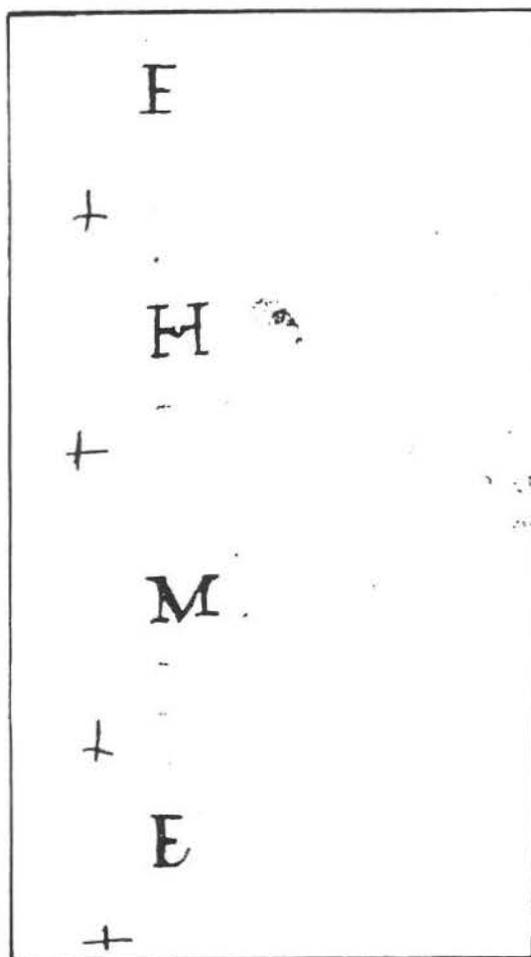


Figura 11.

Uso do sinal de "+" (I).

Página 301 do CBN. Como se pode ver, da cantiga que deveria receber o número 611, só sobraram as iniciais de estrofe. As partes faltantes estão indicadas pelo sinal de "+". Note-se que este sinal indica que o copista está ciente da mutilação, mas, por um ou por outro motivo, não pode recuperar o trecho ausente.

60
 Que me mandastes ai madre fazer
 Ao q' sey q' nunca bo' querer
 sou boutra ren
 Pur de' filha mandou
 Quelhi faz
 Vos filha pelo guarri
 E sera ben'
 Quelhi fixer se chehor l'ueu for
 E mi q' ser dizer come a senh'
 Algua re'
 Diga filha de q'atouner saber
 E sera ben'
 E el q' nunca q'ra coita d' amor
 Guarra p' en'

Figura 12.

Uso do sinal de "+" (II).

Cantiga 94, de Airas Corpancho - CBN 660 (p. 316 - 1ª coluna).

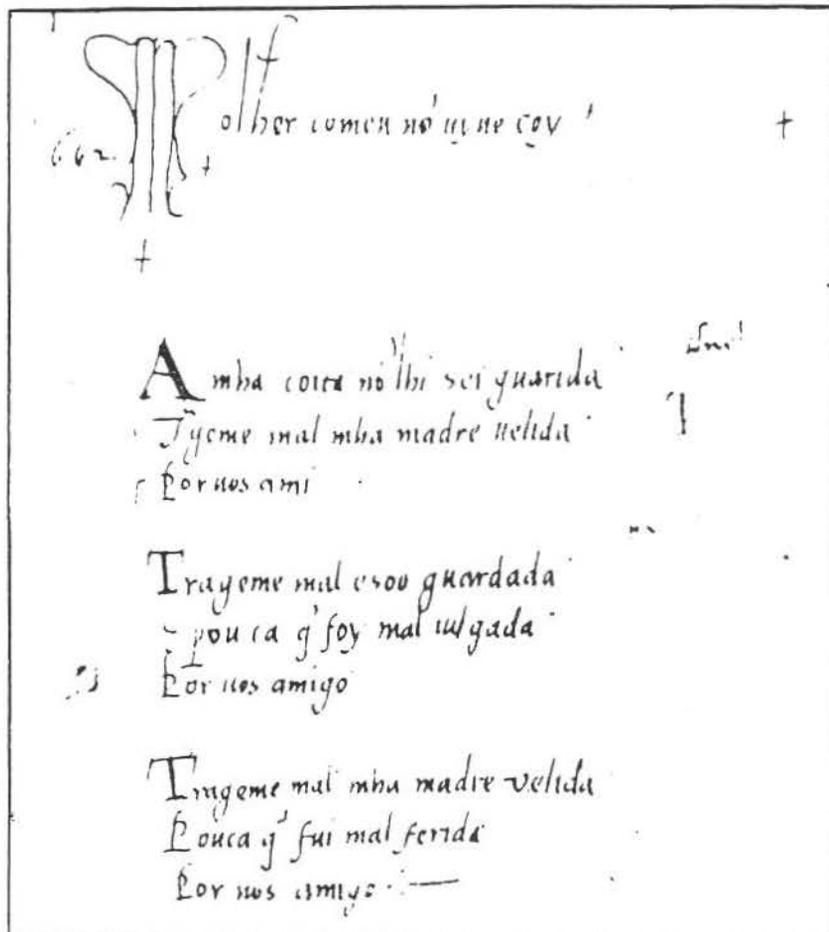


Figura 13.

Uso do sinal de "+" (III).

Cantiga 96, de Airas Corpancho - CBN 662 (p. 316 - 2ª coluna).

7. As figuras 9, 10, 12 e 13 ilustram ainda uma outra característica gráfica do CBN. Quer nas cantigas escritas em gótico, quer nas escritas em italiano humanista, as letras iniciais de cantiga são do tipo grande (por vezes ornadas⁵⁶), para indicar o início da cantiga, uma vez que nem sempre havia um espaço maior entre uma cantiga e outra. Além disso, as letras iniciais de estrofe possuem um tamanho médio, entre o das letras iniciais de cantiga e o das letras maiúsculas iniciais de verso, para indicar o início da estrofe.

⁵⁶ O ornamento era feito na mesma tinta preta com que copiavam as cantigas; não há ornamentos em tinta colorida ou ilustrações.

2. RITMO POÉTICO E TEORIAS DE METRIFICAÇÃO

Quando se quer, como no presente trabalho, observar e descrever o ritmo linguístico das cantigas de amigo por trás do ritmo poético dos versos, é inegável a necessidade de se conhecer as regras de metrificação seguidas pelos trovadores. Sendo assim, estas regras e preceitos devem estar sempre claros e explícitos, em um trabalho como este, e devem ser considerados no momento da análise linguística do ritmo, para que as conclusões tiradas não possam ser falseadas por desconsiderarem as teorias de metrificação vigentes na época. Além disso, muitas são as evidências que um estudo do ritmo poético de uma língua pode fornecer a respeito do ritmo linguístico que o sustenta. Portanto, serão apresentados, a seguir, alguns fatos conhecidos a respeito das teorias de metrificação da época, juntamente com algumas abordagens tradicionais e uma abordagem linguística que o ritmo poético das cantigas medievais portuguesas recebeu.

2.1. A Arte de Trovar do CBN

A chamada *Arte de Trovar*, ou *Poética*, ou ainda *Poética Fragmentária*, que serve de introdução ao CBN, é o único tratado de versificação a respeito das cantigas medievais portuguesas contemporâneo a elas que chegou até os nossos dias. Na edição fac-similada de 1982, aqui utilizada, ela ocupa quatro páginas (pp. 15-18) e encontra-se, infelizmente, incompleta. Sua versão completa é desconhecida, uma vez que somente o CBN legou à posteridade este texto. Faltam os dois primeiros capítulos e as duas primeiras partes (também chamadas "capítulos") do terceiro.

A datação exata da *Poética Fragmentária* ainda é uma questão em aberto, mas tudo leva a crer que tenha sido composta na segunda metade do século XIV (cf. Lapa, 1981: 223). Para Spina (1971: 73), este tratado de arte versificatória é provavelmente contemporâneo do manual de versificação provençal *Leys d'Amors*, de 1356. Para Lapa (1981: 223), esta data não pode ser anterior a 1356, pois:

"O uso do termo talho para indicar a forma da estrofe, e a proscrição do hiato, que é aliás largamente cultivado na nossa poesia, indicam da parte do seu autor conhecimentos da métrica francesa e provençal, e dão ao compêndio um aspecto puramente teórico e didático."

Embora Carolina Michaélis de Vasconcelos tenha sugerido que o seu autor possa ter sido D. Pedro, conde de Barcelos, filho de D. Dinis, falecido em 1354, esta hipótese foi descartada por muitos estudiosos que, até hoje, consideram como *anônimo* o seu autor.

Dos capítulos conhecidos da *Poética*, o terceiro trata dos tipos de cantiga: de amor, de amigo, de escárnio, de maldizer. Descreve, também, outros subtipos, como as tenções (cantigas feitas por mais de um trovador, em geral dois, cada um respondendo ao outro em estrofes alternadas) e as cantigas de seguir (grupo de cantigas de um mesmo autor em que

cada uma continua o assunto tratado na anterior). Como mostra Spina (1971: 73), desta e das outras partes da *Poética*, pode ser extraída a terminologia da época: ao verso se dava o nome de "palavra"; a estrofe era chamada de "cobra"; "talho" designava a estrutura poemática; o verso sem rima era a "palavra perdida"; e muito mais.

O quarto capítulo da *Poética* contém seis partes. A primeira trata da disposição das estrofes, do número de versos por estrofe, da quantidade de sílabas por verso e da rima. Preceituava-se o isossilabismo, ou seja, a mesma quantidade de sílabas em todos os versos, e a rima. A *Poética*, também, aconselhava os trovadores a não comporem poemas com mais de três estrofes ("cobras"):

*"As cobras deven de seer todas tres en ãa rima ou son de senhas."*⁵⁷

Na prática, porém, nem sempre os trovadores respeitaram este preceito. As cantigas paralelisticas, por exemplo, podiam apresentar até oito estrofes.

O número de versos em cada estrofe podia oscilar entre dois e dez versos, predominando a quadra e o dístico, na opinião de Spina (1971: 75) e os dísticos, trísticos, quintilhas, sextilhas e sobretudo quadras, na opinião de Nunes (1973, vol. I: 432). Entretanto, como mostra Lapa (1981: 226), esta oscilação é uma prova de que nem sempre os trovadores seguiam os preceitos da *Poética*, que sentenciava cinco "palavras", além do refrão, para cada "cobra".

Embora preceituasse a rima, a própria *Poética* faz uma concessão à "palavra perdida", isto é, o verso perdido, sem rima, reconhecendo a sua existência na segunda parte do quarto capítulo. Já a terceira parte deste capítulo versa sobre as cantigas de "atafiinda", processo versificatório que consistia em levar o pensamento ininterruptamente até o fim da cantiga, ao qual já se fez referência no item 1.2 deste capítulo. Na quarta parte, o autor fornece as regras de uso e construção da "fiinda", remate da idéia, resumo da composição.

A quinta e a sexta parte do quarto capítulo são dedicadas, respectivamente, aos processos de "dobre" e "mordobre". O "dobre" consistia na repetição da mesma palavra em dois ou mais lugares na estrofe; o "mordobre", na repetição da palavra nos seus cognatos.⁵⁸

O quinto capítulo, subdividido em duas partes, trata essencialmente da rima, que podia ser *longa* ou *breve*:

*"As cantigas conven de sse fazeren en rimas longas ou breves ou en todas mesturadas... Conven que o trobador que trobrar quiser, se começa en longas ou per curtas silabas, que per ellas acabe, pero que poderá meter na cobra das hũas e das outras, se quiser, aatanto que per qual guisa as meter en hũa cobra que per tal guisa as meta nas outras, pero conven que, como as meter, que assy as faça rrimar longas con longas e curtas [con curtas]."*⁵⁹

A respeito das rimas das cantigas medievais portuguesas, afirma Spina (1971: 75):

⁵⁷ Na interpretação de Lapa (1981: 226).

⁵⁸ Para exemplificação, ver Lapa (1981: 224-225).

⁵⁹ Na interpretação de Nunes (1973, vol. I: 410).

*"Os esquemas rimicos são variados, e é de notar o uso frequente da cobla singular e da cobla dobla ou unissonans⁶⁰ provençais, porém, é normal que a composição apresente rima diferente em cada cobra. A rima consoante é a mais utilizada; porém, nos cantares de feição folclórica, a assonância pode ocorrer e composições há em que os dois tipos de rima podem competir (como na tão conhecida cantiga de D. Dinis - 'Ay flores, ay flores no verde piño', em que ao lado de rimas consoantes como amigo/comigo, amado/jurado, vemos assonâncias como ramo/amado, pinho/amigo, vivo/saído etc.)"*⁶¹

Na primeira parte do sexto capítulo, o autor da *Poética* relembra que existem "erros" a evitar no ato de trovar, que ele exemplifica nas duas últimas partes deste capítulo (e da *Poética*): o cacófato e o hiato. A segunda parte, sobre o cacófato, aconselha os trovadores a evitarem "*palavras feas & que soã mal na boca*" (CBN, edição de 1982, p. 18).

Em relação ao hiato, a *Poética* considera viciosa a colisão vocálica:

*"erro he meter [en] a palaura vogal depos vogal. Non entendades... q̄ sse entende vogal depos vogal sse as vogaes ssõ de senhas naturas. Mas nõ sse deue meter duas vezes hũa apos outra sse ha vogal he mayor; meter sse d'ela duas vezes quiserẽ fazer sillaba."*⁶²

Sobre este preceito, Cunha (1961: 25)⁶³ entende que eram condenados de preferência os hiatos constituídos de vogais idênticas, além de achar que "*parece depreender-se que se devia evitar a reiteração dos encontros de vogais diferentes se uma delas era aberta*". Para ele, o próprio tratado fornece evidências favoráveis a esta interpretação, ao reconhecer como lícita a reincidência de hiatos em que entravam as vogais, *a, e e o* com timbre alternante:

*"Pero alguũs as metẽ na cãtiga, dando Ao. Eo. e ao. eo, duas cõsoanças a cada hũa desta[s] vogaes. E assy podẽ meter cada hũa dela[s] duas vezes."*⁶⁴

Mas, para Cunha (1961: 26), o próprio autor da *Poética* não acreditava muito na validade das regras que estava formulando, como demonstram as suas últimas palavras:

⁶⁰ Segundo Spina (1971: 68), "cobla unissonans" é aquela em que as estrofes mantêm, em toda a composição, o mesmo esquema rimico e os versos na mesma medida. Já a "cobla singular" é aquela em que os esquemas rimáticos variam de uma estrofe para outra. A "cobla dobla" é aquela em que os esquemas se mantêm idênticos em cada duas estrofes.

⁶¹ Para uma definição de rima consoante e assonante, ver Goldstein (1987: 44-45).

⁶² Na interpretação de Cunha (1961: 25 e 1982: 10-11).

⁶³ O mesmo estudo acha-se republicado em Cunha (1982).

⁶⁴ Na interpretação de Cunha (1961: 26) e (1982: 12).

*"e nõ vos posso esto mays declarar senõ como o cada hũu filhar en seu entendimento. As letras vogaes son estas cinque, [que] escritas sã: A. E. y. O. v."*⁶⁵

Para Cunha (1961: 26), não se pode inferir com segurança os princípios que regulavam as soluções dos encontros vocálicos dos ensinamentos da *Poética Fragmentária* do CBN. Para ele:

"A análise dos textos poéticos é (...) o processo mais seguro para nos levar ao conhecimento exato da norma por que, numa dada época, se regem os encontros vocálicos."

O mesmo ocorre em relação ao ritmo poético das cantigas, já que, infelizmente, nada é dito, na *Poética Fragmentária* a respeito dos metros preferidos - e se havia algum "proibido". Faz-se, portanto, necessário, recorrer à análise do ritmo poético das cantigas para a apreensão das suas características métricas - e às análises do ritmo poético das cantigas medievais já elaboradas por diversos estudiosos da literatura portuguesa.

2.2. A contagem das sílabas poéticas nas cantigas medievais portuguesas

Antes de se passar à apresentação de algumas abordagens do ritmo poético das cantigas portuguesas, é interessante lembrar que existem, em vigor atualmente, duas maneiras de se contar as sílabas dos versos. Na tradição francesa, provençal e portuguesa, as sílabas são contadas até a última tônica do verso, desprezando-se a(s) átona(s) final(is), quando for o caso. Já o sistema espanhol e italiano conta todas as sílabas do verso, considerando sempre uma sílaba depois da tônica, mesmo que ela não exista. Para Lapa (1981: 221), esta diferença faz com que o verso tipo, para o português e o francês, seja o agudo (ou masculino) e, para o espanhol e o italiano, o grave (ou feminino).⁶⁶ Uma boa descrição e utilização do método espanhol é o trabalho de Balaguer (1954), dedicado ao estudo dos versos de arte maior da literatura espanhola. Além da análise desse tipo de versos, Balaguer dá um panorama de várias obras sobre metrificacão, começando desde Nebrija, que publicou a primeira gramática espanhola, em Salamanca, no ano de 1492.

Um tratado de metrificacão de grande importância para a literatura portuguesa é o de Castilho (1850), que, já no subtítulo, expõe a sua finalidade: *"para em pouco tempo, e até sem mestre, se aprenderem a fazer versos de todas as medidas e composições, seguido de considerações sobre Declamação e Poética"*. Nesta importante obra, Castilho pregava a contagem das sílabas somente até a última tônica do verso, o que depois viria a se tornar tradição para o português.

Ensina, também, como são contadas as sílabas poéticas no interior do verso, quando há o encontro de duas vogais - Castilho (1850, vol. I: 26):

⁶⁵ Na interpretação de Cunha (1961: 26-27) e (1982: 12).

⁶⁶ Além de Lapa (1981), muitos outros autores chamam atenção para esta diferenciação: entre eles, Spina (1971) e Bueno (1968).

"O metrificador não conta as syllabas pelo que ellas são grammaticalmente, mas só pelos tempos em que as pronuncia.

Todas as vogaes, que em uma ou diversas palavras se pronunciam (ou se podem pronunciar) como que em um só tempo, são para o metrificador uma só syllaba.

O metrificador, em alguns casos tem obrigação de elidir as vogaes; em outros, faculdade de elidir ou não; em outros, impossibilidade de as elidir:

Obrigaçõ, como em muito amor, de que fará sempre muit'amor;

Liberdade, como em saudade, que pode ser sa-u-da-de, ou sau-da-de;

Prohibiçõ, como em má alma, que por modo nenhum fará malma, posto que semelhantes exemplos se encontram em antigos, e até em modernos.

O regulador é o ouvido, pois as regras só por elle e para elle foram ditadas."

O modo de se contar as sílabas poéticas adotado por Castilho (1850) é até hoje o mais utilizado para o português. Pode-se atestar este fato ao se folhear um manual didático qualquer, como, por exemplo, o de Goldstein (1987). Existem, entretanto, autores que contam as sílabas poéticas portuguesas à moda dos italianos e espanhóis. É o caso de Ali (1948) - um tratado um século mais novo do que o de Castilho. O fato de coexistirem duas maneiras de as sílabas poéticas serem contadas cria, por vezes, confusões terminológicas.⁶⁷ Tomemos, como exemplo, os versos abaixo, de Florbela Espanca, que, na terminologia de Castilho, são considerados decassílabos e, na de Ali, hendecassílabos. O tratamento dado aos encontros vocálicos e a posição dos acentos (que caem sempre na 6ª e na 10ª sílabas) não se alteram, qualquer que seja a teoria seguida.

	Mi	nh'al	ma,	de	so	nhar	-te an	da	per	di	da.
Castilho	1	2	3	4	5	<u>6</u>	7	8	9	<u>10</u>	
Ali	1	2	3	4	5	<u>6</u>	7	8	9	<u>10</u>	11

	Meus	o	lhos	an	dam	ce	gos	de	te	ver !	
Castilho	1	2	3	4	5	<u>6</u>	7	8	9	<u>10</u>	
Ali	1	2	3	4	5	<u>6</u>	7	8	9	<u>10</u>	11

	Não	és	se	quer	ra	zão	do	meu	vi	ver,	
Castilho	1	2	3	4	5	<u>6</u>	7	8	9	<u>10</u>	
Ali	1	2	3	4	5	<u>6</u>	7	8	9	<u>10</u>	11

	Pois	que	tu	és	já	to	da a	mi	nha	vi	da !
Castilho	1	2	3	4	5	<u>6</u>	7	8	9	<u>10</u>	
Ali	1	2	3	4	5	<u>6</u>	7	8	9	<u>10</u>	11

⁶⁷ É por este motivo que Ali foi criticado, no próprio Prefácio do seu livro, por Manuel Bandeira, que argumentava que a quebra na tradição (com uma volta no tempo, ao retornar à tradição espanhola e italiana, mais próximas da tradição latina) criaria muitas confusões terminológicas.

Na opinião de Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 395-396), a contagem das sílabas poéticas, nas cantigas medievais portuguesas, deve ser feita apenas até a última tônica, a exemplo do que propõe Castilho (1850). Para esta autora, a contagem das sílabas das cantigas não se distingue da contagem moderna (ou seja, a de tradição franco-portuguesa), a não ser por alguns pormenores, todos eles relativos ao encontro de vogais, quer dentro de um mesmo vocábulo, quer de vocábulo a vocábulo - Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 397-398):

"Regra geral era então, como o é hoje: que vogal antes de vogal se absorve (no estilo épico castelhano é vogal após vogal) - a não ser que uma delas seja ditongo, ou vogal fortemente acentuada, ou que haja pausa entre as duas.

(...)

Regra especial é: que não há elisão, quando as duas vogais consecutivas são idênticas, nem quando elas são das que costumam formar um ditongo crescente.

No 1º caso há fusão: em lugar de elisão, crase. De 2 vogais idênticas, nasce uma prolongada, como em averá [a] morrer (...). - No 2º caso há sinalefa: ditongação, por ex.: na fórmula mi-aven, mi-avier (...). Em regra é uma das semivogais i u, que precede a ou o e dá o ditongo iã iú. Apesar disso, o hiato era permitido, e é frequente nas composições arcaicas."

Sobre esse mesmo assunto, Nunes (1973, vol. I: 418) é de opinião que

"Enquanto hoje costumamos contrair numa só duas vogais, sobretudo se são idênticas, a antiga métrica, em harmonia com a fala do tempo, não o fazia, tôdas as vezes que a sua junção resultava da queda das consoantes (d, l, n) que primitivamente existiam entre elas."

Lapa (1981: 230-231) é da mesma opinião:

"De um modo geral, pode admitir-se que o grupo vocálico, resultante da síncope de uma consoante, era bissilábico: aa, ao < a lo; a desinência adjectiva -aes < -ales (pro-en-ça-es); os grupos provocados pela síncope do d: mer-ce-e, cre-er, ve-er, se-er; pela queda do n: vi-ir, lou-çã-o. O nome de baptismo de um dos nossos talentosos jograis, Juião Bolseiro, tem rigorosamente quatro sílabas (CV 786): Ju-i-ã-o."

A respeito dos hiatos de vogais idênticas, veja-se Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 398-399):

"Os antigos não evitavam o hiato dentro do mesmo vocábulo, se as duas vogais concorrentes procediam de outras tantas sílabas, mesmo quando eram idênticas, ou pela sua natureza podiam formar ditongo. Seer de

sedere; leer *de* legere; veer *de* videre; soo *de* solo; cae *de* cadit; soedade *de* soledade; mão *de* manu; são *de* sano. *Só os mais modernos como D. Dinis já faziam contracção métrica em seeredes veerei veeran; e às vezes mesmo gráfica, por ex.: vedes.*"

Para Nunes (1973, vol. I: 419), a elisão era a regra geral, no caso de encontro de vogais de vocábulos diferentes:

"Em geral, quando uma palavra acaba em vogal e a que se lhe segue assim começa também, aquela não só era absorvida por esta, como ainda hoje o fazemos na fala, mas nem mesmo se escrevia; são tantos os exemplos que é rara a trova em que o facto não se observa."

Mas quem, até hoje, melhor explicitou as regras de hiatos e elisões nos encontros vocálicos é Cunha (1961), muito embora as suas generalizações fiquem um pouco prejudicadas por contar o seu corpus com cantigas de apenas dois trovadores: Paay Gómez Charinho e Joan Zorro. Tira este autor - Cunha (1961: 91-92) - quatro conclusões de ordem geral e dez de ordem particular, que estão transcritas a seguir:

"De ordem geral:

- a) aos trovadores não repugnavam os hiatos, embora revelassem acentuada inclinação para elidir a vogal do encontro, quando átona;*
- b) o regime da elisão estava ligado ao ritmo do verso e era contra-regrado por impedimentos fonéticos, fonêmicos e morfológicos;*
- c) a vogal final átona dos polissílabos perdia-se com mais frequência que a dos monossílabos;*
- d) a sinalefa era aparentemente rara.*

De ordem particular:

- a) a vogal da preposição de só não se elidia antes de vogal quando esta era o corpo do pronome átono o, a, os, as;*
- b) a vogal dos pronomes átonos me, lhe (ou lhi), se (ou si), xe (ou xi) sempre se elidia antes de outros fonemas vocálicos;*
- c) a vogal do pronome mi elidia-se antes de palavras iniciadas por e, i e u, mas ditongava-se com as vogais a e o, quando as precedia;*
- d) o pronome pessoal oblíquo o (a) combinava-se com as formas pronominais me, te, xe e lhe, mas, em outros casos, mantinha a sua autonomia silábica;*
- e) o pronome lo (la) conservava sua vogal quando precedia formas do auxiliar aver, mas podia perdê-la ou não antes de outras palavras de início vocálico;*
- f) não se elidia nem se yodizava a vogal do pronome e da conjunção que, bem como a das conjunções ca e se;*
- g) a copulativa e não se ditongava com uma vogal subsequente;*
- h) a preposição a contraía-se com o artigo el, mas hiatizava-se com outras palavras iniciadas por vogal;*

- i) a vogal átona final de verso não sofria elisão nem sinalefa quando seguida do pronome o(s), a(s);
j) em caráter exceptivo, admitia-se a fusão silábica de vogal nasal + vogal (oral ou nasal)."

A respeito da métrica dos hiatos, também Teyssier (1987: 28 e 29), Silva Neto (1986: 412), Vasconcellos (1959: 101) e Bueno (1955: 75) são de opinião que as vogais envolvidas contam sempre como duas sílabas separadas. Além disso, Bueno (1955: 74) ressalta o fato de que, todas as vezes em que a elisão estava indicada na escrita, ela deveria ser feita.

2.3. Abordagens tradicionais do ritmo poético das cantigas trovadorescas

De maneira geral, em relação ao ritmo poético das cantigas medievais portuguesas, os estudiosos de literatura limitam-se a fornecer o número de sílabas por verso, principalmente quando se trata de uma coletânea de diversos trovadores, como é o caso do estudo de Lapa (1960). Entretanto, em geral, as coletâneas não fornecem quaisquer informações sobre o ritmo poético das cantigas - Bernárdez (1952), Lapa (1970), Vieira (1987), Spina (1991). Já as coletâneas de Nunes (1972, 1973) tratam o ritmo das cantigas de amor e de amigo de maneira semelhante à análise feita por autores que se detêm a estudar a obra total de um único trovador, como é o caso de Pimpão (1942), Cunha (1956) e Azevedo Filho (1974).

Estes quatro autores fornecem, para cada cantiga, o número de estrofes e de versos por estrofe, que podem ser resumidos em uma fórmula matemática do tipo 2×2 , que significa "duas estrofes de dois versos cada uma". Se a cantiga possuir refrão, a fórmula se complica um pouco, adquirindo um aspecto semelhante a $2 \times (2 + 1)$, que quer dizer "duas estrofes de dois versos seguidos de refrão de um verso". Uma fórmula matemática do tipo $2 \times (2 + 2)$ pode significar também "duas vezes duas estrofes de dois versos cada uma". Explicitam, também, qual é o número de sílabas por verso e qual o esquema rimático seguido pela cantiga.

Outras informações, quando pertinentes, também são acrescentadas às anteriores: se a cantiga possui fiinda (de quantos versos e quantas), com quais versos da cantiga rimam os da fiinda (quando esta está presente), se se trata ou não de uma cantiga de "atafiinda", se é cantiga de refrão ou de mestria, se a cantiga é paralelistica ou não.

Para exemplificar, será transcrita abaixo a análise feita por Cunha (1956: 67) para a cantiga 1282 do CBN, de Martin Codax. No presente estudo, esta cantiga recebeu o número 495 (cf. tabela constante do Anexo).

Quantas sabedes amar amigo
treydes comig' a lo mar de Vigo:
E banhar-nos-emos nas ondas !

Quantas sabedes amar amado
treydes comig' a lo mar levado:
E banhar-nos-emos nas ondas !

Treydes comig' a lo mar de Vigo
e veeremo' lo meu amigo:
E banhar-nos-emos nas ondas !

Treydes comig' a lo mar levado
e veeremo' lo meu amado:
E banhar-nos-emos nas ondas !

Classificação: Cantiga de refram 2 X (2 + 2). Estrofes paralelisticas *aa-B* e *cc-B*, alternadas. O corpo da cantiga é constituído de eneassílabos graves; o refram, de um octossílabo, também grave. Rima breve e soante nos dísticos. O refram monóstico não se liga pela rima ao corpo da cantiga.

Além destas informações, os autores que se detêm a analisar a obra de um trovador específico fornecem outro tipo de informações, que não a respeito do ritmo poético: localização e numeração nos manuscritos, variantes dos manuscritos, observações sobre a pontuação utilizada, lição crítica (leitura crítica e crítica geral do texto impresso), normas utilizadas na transcrição da ortografia, traduções conhecidas para outras línguas e observações a respeito do sentido geral do texto.

2.4. Os tipos de verso preferidos pelos trovadores galego-portugueses

Muitos estudiosos dizem ser o setessílabo, criação portuguesa e de acentuação flutuante, de acordo com Spina (1971: 24), o verso preferido dos trovadores galego-portugueses:

"Esta designação de metro em versificação trovadoresca é reminiscência da métrica latina clássica, baseada na quantidade de longas e breves. Aqui, metro equivale a número de sílabas em cada verso ou palavra como se dizia. Predomina o setessílabo que foi sempre a medida popular." - Bueno (1968: 14)

"...o metro mais largamente utilizado, não só pelos trovadores, como pela poesia de feição popular de todos os tempos, foi o redondilho maior, que às vezes alterna com o verso de 8 sílabas agudo porque os trovadores deviam atender, segundo a opinião de José Joaquim Nunes, ao número de sílabas (oito), não à posição da última tônica." - Spina (1971: 25).

"Os metros utilizados por eles variaram entre o redondilho menor (que podia ter cinco ou seis sílabas) e o verso de 16 sílabas; nas cantigas d'amigo predominou o redondilho, e nos cantares satíricos este metro só foi suplantado pelo decassílabo. Ainda que o redondilho predominasse sobretudo nas cantigas tradicionais, não raro se compuseram cantares d'amor neste metro - como o de Fernandes Cogominho, CBN 308; a poesia culta preferiu, entretanto, os metros octo- e decassilábicos jámbicos, de importação estrangeira." - Spina (1971: 75)

"Na cantiga de amigo o setessílabo é frequente, aparecendo muito mais vezes que nos outros gêneros, - circunstância curiosa, - disposto em verso longo, resto sem dúvida do antigo tetrâmetro trocaico donde se desprende. A indicação que nos permite conhecer que o verso é longo e não curto está principalmente na falta de rima." - Lapa (1929: 305)

Entretanto, Spina (1971: 26) reconhece que o setessílabo acabou cedendo à competição do decassílabo:

"Nas cantigas satíricas, de escárnio e maldizer, o redondilho maior aparece com muita frequência, bem como nos cantares de amigo mais antigos; com a infiltração dos metros cultos provençais e franceses, o redondilho cedeu a competição - o decassílabo, por exemplo, superou-o consideravelmente; mas, no fim do movimento trovadoresco (meados do século XIV), o redondilho readquiriu o seu prestígio primitivo."

Também Lapa (1929: 305) relembra a retomada do prestígio do redondilho ao final da época trovadoresca:

"No final da época trovadoresca nota-se, especialmente em Portugal, uma predileção marcada pelo redondilho e é isto que explica certamente o seu triunfo nos começos do século 15. Os dois maiores cultores do setessílabo, os que apresentam esta tendência salutar de renovação nacionalista, são Estêvão da Guarda e o conde D. Pedro. Esse metro adquire neles plasticidade notável, ligeireza e elegância primorosas."

Porém, há autores que afirmam que o verso mais comum nas cantigas trovadorescas é o decassílabo, como Vieira (1987: 18):

"O verso mais comum (cerca de metade das cantigas) é o verso decassílabo (em estrofes monométricas); outras possibilidades são estrofes monométricas compostas de versos que vão de 5 a 16 sílabas, e estrofes polimétricas em 113 combinações diversas."

Entretanto, a maioria dos autores que defendem a predominância do setessílabo, como se pode ver, dizem que este é o verso preferido das cantigas mais populares (as de

amigo), enquanto o decassilabo seria o verso predominante nas composições mais eruditas (cantigas de amor). É deste modo que explicariam a seguinte afirmação de Nunes (1972: XLVIII), relativa ao seu estudo das cantigas de amor:

"O maior número de sílabas de que constam os versos que entram nesta colecção, ou o verso mais longo que nela há é o de treze tônicas⁶⁸ (...) e o mais curto de duas da mesma espécie (...), porém os mais vulgares são os de dez e de oito (...), entremeando uma que outra vez graves com agudos (...), havendo-os também de sete, quer graves (...), quer agudos (...) ou uns e outros na mesma composição (...), de seis em idênticas circunstâncias (...) e finalmente de quatro agudos (...)."

O levantamento exaustivo dos tipos de verso feitos por Tavani (1967) veio falsear a crença de que o setessilabo seria o verso predominante nas cantigas mais populares, enquanto que o decassilabo seria um verso mais erudito, de padrão importado. Através do levantamento que faz da quantidade de sílabas tanto em estrofes monométricas como polimétricas (em que analisa combinações de dois, três, quatro, cinco e seis tipos de versos - todas as possíveis), fica claro o predomínio do decassilabo em todos os tipos de cantiga, inclusive em combinação com outros tipos de verso, nas estrofes polimétricas.

A tabela 2, abaixo, foi construída com base nos dados fornecidos por Tavani (1967: 291-299), para as estrofes monométricas⁶⁹, e mostra claramente o predomínio dos decassilabos.

Tabela 2. Tipos de verso predominantes nas estrofes monométricas, segundo Tavani (1967).

ESTROFES MONOMÉTRICAS	
quantidade de sílabas por verso	quantidade de cantigas com esta estrutura métrica
16	2
15	6
13	7
12	7
11	18
10	202
9	11
8	145
7	113
6	24
5	6

⁶⁸ Aqui, "tônica" é equivalente a "sílabas poética".

⁶⁹ Não serão apresentados, aqui, os dados referentes às estrofes polimétricas - Tavani (1967: 299-314)-, mas eles também servem para reafirmar o predomínio dos decassilabos.

Também no presente trabalho (ver Capítulo 3 - 3.2.1), as análises efetuadas mostram que o decassilabo é, de longe, o verso predominante nas cantigas de amigo, especialmente o agudo.

Para Spina (1971: 31), na literatura medieval, o decassilabo apresenta-se sob as quatro modalidades seguintes, quanto à cesura:

- 1ª: 4 - 6 - *decassilabo denominado a minori;*
- 2ª: 6 - 4 - *decassilabo a maior;*
- 3ª: 3' - 6 (*quer dizer: acento na 3ª sílaba, mais uma átona, mais 6*) - *decassilabo de cesura lírica;*
- 4ª: 5 - 5 - *próprio da dança.*

Para ele, destes quatro tipos, o mais frequente foi sempre o primeiro, com a cesura ocorrendo após a quarta sílaba (acentuada). Reconhece, porém, que os acentos, também no decassilabo (a exemplo do que ocorria no setessilabo), eram variáveis. Para Spina (1971: 36), o único acento verdadeiramente fixo, no decassilabo de arte maior, era o da sétima sílaba.

Em relação à cesura e à posição dos acentos nos versos, Lapa (1981: 227) faz a seguinte comparação entre decassilabos e setessilabos:

"Para o decassilabo, a cesura faz-se, por via de regra, na quarta sílaba. Casos há em que afecta a quinta e a sexta, e até mesmo em que não existe acento rítmico determinado, cuidando o trovador mais do isossilabismo do que propriamente do ritmo das palavras. Pode mesmo dizer-se que nos metros cultos (...) não há preocupações assinaladas de ordem rítmica, como houve mais tarde na época do Renascimento. O acento musical supria certamente a falta de acento silábico.

Já não sucede o mesmo, como é natural, nos metros populares, em que se combinam geralmente dois acentos. É um fenómeno de toda a poesia bailada. O mais usual desses metros é o redondilho, setessilabo, com acentos na 3ª ou na 4ª sílaba, como hoje."

Outros versos são também recorrentes nos Cancioneiros medievais; entre eles, os principais são o octossilabo e o hendecassilabo, que Lapa (1981) e Spina (1971) consideram de ritmo anapéstico.

Mas o fato que mais chama a atenção dos estudiosos do ritmo poético das cantigas trovadorescas é a possibilidade de alternância de versos agudos (terminados em oxítonas) com graves (terminados em paroxítonas).

"Há no nosso lirismo antigo uma particularidade de ordem métrica, muito debilmente representada na poesia francesa e provençal: o facto de poderem, em uma mesma composição e em uma mesma estrofe, misturar versos agudos com graves, contados até a última sílaba." - Lapa (1929: 317-318)

"... o principio ritmico dominante já no século XIII, sempre que havia mistura de versos graves e agudos, era o de fazer o verso agudo o padrão da medida. Contudo deverá notar-se, porque é um fenómeno característico da antiga métrica portuguesa, que não são raros os casos em que, entre nós, se alinhavam octossílabos e decassílabos agudos com setessílabos e novessílabos graves. É aquilo que impropriamente se chama a lei de Mussafia." - Lapa (1981: 222)

Já Nunes (1972: XLVII-XLVIII) mostra que esta alternância de versos graves com agudos podia ocorrer em dois sentidos opostos, nas cantigas de amor por ele analisadas. No primeiro caso, os versos graves e agudos têm o mesmo número de sílabas até a tônica; assim, as sílabas átonas de final de verso deveriam ser desprezadas na contagem. No segundo caso (mais comum), os versos graves e agudos teriam o mesmo número de sílabas aritméticas, mas não o mesmo número de sílabas poéticas, já que, ao se contarem as sílabas somente até a tônica final, os versos graves teriam uma sílaba a menos, de acordo com a tradição de contagem de sílabas poéticas que seguimos até hoje. Este fato sugere que as sílabas átonas de final de verso devem ser contadas para o estabelecimento da estrutura métrica do poema - a chamada lei de Mussafia.⁷⁰

Alguns estudiosos procuraram dar explicações para este fenômeno de alternância possível entre versos graves e agudos nas cantigas medievais. Para Lapa (1929: 319), o motivo desta possibilidade estava na influência da versificação latina:

"Os nossos trovadores conservaram o velho sistema de sílabas contadas, vigente na métrica médio latina, dando-lhe ainda, para certos metros, tanta ou maior importância do que ao acento final, tendo havido necessariamente uma época em que a regra fundamental seria o isossilabismo."

Já para Cunha (1982: XV-XVI), a explicação para esta alternância poderia estar na subordinação da estrutura rítmica do verso à estrutura musical da cantiga:

"De quase totalidade da poesia trovadoresca profana falta (...) o acompanhamento musical, mas o desconhecimento da melodia por que era cantada não nos impede de reconhecer que, feita para o canto, o seu ritmo devia conformar-se ao deste. Os fatos são, aliás, bastante claros para que disso possamos duvidar.

Recursos como transposição de acentos no interior e, principalmente, no fim dos versos, que percebemos na poesia cantada dos nossos dias, do tipo

Serenô da madrugada

Maria, Maria

deviam ser frequentes nos cantares trovadorescos. Em última análise, a chamada lei de Mussafia, ou seja, a correspondência de versos metricamente distintos mas aritmeticamente iguais quanto ao número de

⁷⁰ Na terceira parte do Capítulo 3, será mostrado que, em relação às cantigas de amigo do nosso corpus, este mesmo fenômeno acontece: existem dois tipos diferentes de alternância de versos graves com agudos.

silabas, não passa de uma subordinação da estrutura rítmica à estrutura musical.

Por exemplo, no distico de Afonso, o Sábio,

E no nome de Maria

Cinque letras, no-mais, i á. (CSM 70)

a alternância de setessilabo com octossilabo desapareceria no canto pela pronuncia Ma-ri-á."

Entretanto, este mesmo autor ensaia uma outra explicação, para alguns casos, a partir do acréscimo de um "e" paragógico - Cunha (1982: 270-271):

"Não será (...) aventurado supormos que a referida vogal se acrescentaria sempre às finais agudas das antigas paralelísticas galego-portuguesas, à semelhança do que ocorria nas gestas espanholas (...). Se os tardios apógrafos italianos de regra a omitem, isto se poderia atribuir à deturpação posterior dos copistas, ou por terem ante os olhos a forma normal da palavra, que se empregava no interior dos versos desses cantares e, indiferentemente, nas poesias provençalizantes e afrancesadas, ou com maior probabilidade, por influência do gosto cortesão, que deveria sentir no e paragógico dessas formas líricas a mesma desprezível nota de rusticidade que percebia na vogal epitética dos romances."

Porém, qualquer que seja a explicação para a possibilidade de alternância desses dois tipos de versos (graves e agudos), a simples possibilidade da alternância já traz inúmeros subsídios para a busca dos parâmetros do acento lexical do português, naquela época - como será visto na terceira parte do Capítulo 3. E os casos em que esta alternância acontece nem precisam ser muitos, estatisticamente falando, para o reconhecimento da importância da sua ocorrência. Aliás, como mostra Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 399), os casos de alternância de graves e agudos não eram maioria no *Cancioneiro da Ajuda*, mas já apareciam, como ocorre nos outros dois Cancioneiros:

"Dos 6.131 versos de que consta o Cancioneiro da Ajuda, 5.509 são agudos. Só 622 são graves (...). Só numas 40 cantigas, os versos agudos alternam com graves. Exclusivamente graves há-os apenas em 5 composições, de feito popular (...)."

2.5. Uma abordagem linguística do ritmo poético das cantigas medievais

O estudo de Naro (1973) a respeito "*da métrica medieval galaico-portuguesa*" é completamente diferente das abordagens tradicionais do ritmo das cantigas, apresentadas anteriormente.

Começa criticando a lei de Mussafia, na sua opinião não-aplicável às cantigas que parecem estar firmemente baseadas em tradição popular, especialmente as paralelísticas, nas

quais existe certa liberdade métrica. A partir desta crítica, não poderia, obviamente, basear a sua análise na contagem de sílabas dos versos. O caminho achado por Naro (1973) é, então, analisar as seqüências de sílabas acentuadas (S) e não-acentuadas (U). Toda a sua argumentação é desenvolvida a partir da análise do seguinte poema de Nuno Fernandes Torneol (CBN 641; nº 75, na numeração aqui utilizada):

1. *Levad', amigo, que dormides-as manhanas frias*
2. *Todalas aves do mundo d'amor diziam*
Leda mh' and' eu
3. *Levad', amigo, que dormide-las frias manhanas*
4. *Todalas aves do mundo d'amor cantavam*
Leda mh' and' eu
5. *Todalas aves do mundo d'amor diziam*
6. *Do meu amor e do voss' em ment' aviam*
Leda mh' and' eu
7. *Todalas aves do mundo d'amor cantavam*
8. *Do meu amor e do voss' i enmentavam*
Leda mh' and' eu
9. *Do meu amor e do voss' em ment' aviam*
10. *Vós lhi tolhestes os ramos em que sítiam*
Leda mh' and' eu
11. *Do meu amor e do voss' i enmentavam*
12. *Vós lhi tolhestes os ramos em que pousavam*
Leda mh' and' eu
13. *Vós lhi tolhestes os ramos em que sítiam*
14. *E lhi secastes as fontes em que beviã*
Leda mh' and' eu
15. *Vós lhi tolhestes os ramos em que pousavam*
16. *E lhi secastes as fontes u se banhavam*
Leda mh' and' eu

Analisando as seqüências de sílabas tônicas e átonas desta cantiga, Naro (1973: 154) afirma que, com algumas exceções, da segunda à nona sílaba, o padrão das acentuações é UUSUUSUUS. Todas as outras posições mostram mais do que duas acentuações de exceção.

Para ele, esta observação abre as portas para encontrar, na estrutura tripartida da terceira linha, a chave para a compreensão da estrutura métrica sutil a que está subordinado o poema de Torneol. A cada uma dessas partes, Naro dá o nome de sintagma:

Levad' amigo que dormides-las frias manhanas

Tripartindo da mesma forma todos os versos do poema, Naro (1973: 155) fornece o seguinte esquema para a estrutura métrica do poema de Torneol - em que o símbolo s

representa o acento primário dentro de um sintagma, \acute{u} representa o acento secundário e o acento fraco é representado por u .

1.	$u\acute{u}us$	u	u	usu	u	$u\acute{u}us$	u
2.	$\acute{u}uus$	u		usu		$uuus$	u
3.	$u\acute{u}us$	u	u	usu	u	$\acute{u}uus$	u
4.	$\acute{u}uus$	u		usu		$u\acute{u}us$	u
5.	$\acute{u}uus$	u		usu		$u\acute{u}us$	u
6.	$u\acute{u}us$			uus		$uuus$	u
7.	$\acute{u}uus$	u		usu		$u\acute{u}us$	u
8.	$uuus$			uus		$u\acute{u}us$	u
9.	$u\acute{u}us$			uus		$u\acute{u}us$	u
10.	$\acute{u}uus$	u		usu		$uuus$	u
11.	$u\acute{u}us$			uus		$u\acute{u}us$	u
12.	$\acute{u}uus$	u		usu		$uuus$	u
13.	$\acute{u}uus$	u		usu		$uuus$	u
14.	$u\acute{u}us$	u		usu		$uuus$	u
15.	$\acute{u}uus$	u		usu		$uuus$	u
16.	$uuus$	u		usu		$uuus$	u

A partir daí, a conclusão a que chega a respeito da estrutura métrica do poema é a seguinte - Naro (1973: 156):

"Como se pode concluir do esquema, cada linha contém 3 sintagmas. Os dois sintagmas externos são da forma $uuus(u)$; quer o primeiro quer o segundo u possuem um acento secundário. O sintagma interno é da forma $(u) I (u)$, onde o I é $A = usu$ ou $B = uus$. Designando por Q a quantidade $uuus$ a fórmula geral para cada linha vem a ser:

$$Q (u) (u) I (u) Q (u)"$$

Para regularizar o primeiro sintagma de cada verso, Naro (1973: 156-157) recorre à explicação do "e" paragógico dada por Cunha e admite uma sílaba átona final de sintagma, nos versos em que ela não está presente no primeiro sintagma. A partir daí, o resumo da fórmula métrica geral de cada linha, para Naro (1973: 158), é:

$$O (u) I (u) O$$

onde

$$O = uuusu, I = usu \text{ ou } uus$$

Como que tentando afirmar a validade da sua análise, Naro (1973) analisa, ainda, poemas de Pedro Gonçalves de Porto Carreyro (CBN 920), Pero Gomes Charinho (CBN 843) e Meendinho (CBN 852).

A sua conclusão final é a seguinte:

"... estudos futuros da origem popular da antiga poesia galaico-portuguesa terão de reconhecer a natureza essencialmente rítmica das composições e o

fato de elas poderem estar divididas em sintagmas metricamente não-equivalentes separados por cesura."

Embora seja esta uma conclusão interessante e relevante, fica no ar uma pergunta: não seria possível devolver a Naro a crítica feita a Mussafia, no sentido inverso, dizendo que a sua análise só se aplica a cantigas paralelísticas, não abrangendo os outros tipos de cantigas ? Além disso, em uma análise da do tipo de Naro (1973), seria difícil estabelecer uma regularidade que abrangesse grupos maiores de cantigas, já que cada uma teria uma fórmula rítmica diferente.

Para tentar responder a esta e a outras questões, na terceira parte do Capítulo 3, serão levados em consideração os dois aspectos para os quais foi dada aqui uma maior atenção: a contagem das sílabas dos versos e a seqüenciação das sílabas tônicas e átonas. Mas o aspecto mais importante a ser considerado é a alternância dos versos agudos com graves em uma mesma cantiga, que receberá atenção especial. Só a observação de todos esses aspectos, conjuntamente, poderá fornecer evidências preciosas a respeito dos parâmetros do acento do português arcaico.

Capítulo 2:

Teoria

Capítulo 2:

TEORIA

1. GERATIVISMO E LINGÜÍSTICA HISTÓRICA

"The change cannot be conceived as a competition among surface forms."

Kroch (1990: 212)

O estudo das mudanças sintáticas sempre ocupou um espaço de menor importância nas atividades de Linguística Histórica, deixando a linha de frente para as mudanças fonológicas, lexicais e morfológicas - esta é a opinião de Lightfoot (1979: vii), para quem a pobreza no campo da sintaxe histórica era devida, até recentemente, à inadequação das teorias sincrônicas de descrição sintática por parte tanto dos neogramáticos e estruturalistas americanos como dos gramáticos gerativistas transformacionais. Entretanto, ao se referir à supremacia da fonologia sobre a sintaxe nesse ramo de pesquisa, falta a especificação de que, neste caso, a fonologia da qual tratavam estes estudiosos era puramente segmental, já que a escassez de estudos a respeito de fenômenos prosódicos das línguas em tempos passados é ainda mais marcante do que em relação aos fenômenos sintáticos.

Não é por acaso ou por mera coincidência que estes dois tipos específicos de fenômenos ficam excluídos dos modelos históricos acima referidos. Por se tratarem ambos de uma *sintaxe*, tanto a prosódia como a sintaxe não podem ter as suas manifestações reduzidas a paradigmas cujos elementos são intercambiáveis.

A solução para o estudo da sintaxe histórica veio com os desenvolvimentos mais recentes da teoria chomskiana, o que possibilitou, com um modelo mais adequado à descrição da sintaxe das línguas atuais, um implemento na descrição dos estágios passados da sintaxe dessas línguas. Em relação à fonologia, só muito recentemente (a partir de meados da década de 70) apareceram os chamados modelos não-lineares, cuja proposta para a descrição prosódica das línguas pode ser considerada "sincronicamente adequada". Portanto, somente agora é possível desvendar os mistérios de alguns aspectos da prosódia passada das línguas. É este, pois, o objetivo central da presente tese: através do estudo do acento do português arcaico, jogar também os holofotes no estudo da diacronia da prosódia do português.

No final da década de 70 e início da de 80, é formulada, no quadro da teoria gerativa, a concepção de um tipo de mudança linguística como substituição de uma gramática por outra. Dentro deste arcabouço teórico, tal tipo de mudança linguística é descrito como um conjunto de manifestações superficiais decorrentes da alteração de valor de um ou mais parâmetros.¹ É importante ressaltar que, desta perspectiva, as variações

¹ A este respeito, ver Chomsky (1987: 26).

sintáticas observadas entre estágios diferentes de uma mesma língua são da mesma natureza daquelas variações observadas entre línguas diferentes, em um mesmo período.²

Como a causa das mudanças linguísticas seria uma alteração paramétrica e como o momento da fixação dos parâmetros é a aquisição da linguagem, só é possível fornecer explicações para as mudanças históricas, na opinião de Lightfoot, se for levada em consideração a aquisição da linguagem. Neste sentido, esta não é apenas uma teoria gerativa da mudança, mas é também uma teoria da aquisição.³

Porque está centrado na identificação dos parâmetros que modificaram de valor, o estudo das mudanças linguísticas tem que estar vinculado ao estudo da própria gramática. Em primeiro lugar, porque é a definição de possíveis gramáticas que vai determinar os limites dentro dos quais uma dada língua pode variar historicamente, uma vez que ela não pode mudar para algo que não seja uma gramática possível. É claro que as gramáticas de dois estágios adjacentes de uma língua diferem apenas em alguns pontos restritos, cujos limites estreitos são definidos por uma teoria da mudança. Neste sentido, a estrutura de uma teoria particular da mudança é em parte derivada da teoria gramatical. Em segundo lugar, porque o estudo das mudanças de fato ocorridas pode indicar à própria gramática o que se considerar como parâmetro, através das alterações processadas em uma língua no eixo do tempo e do reconhecimento do conjunto de construções que são percebidas pelos falantes como resíduo histórico.⁴

Como pode ser depreendido acima, a teoria da mudança caminha lado a lado com a teoria gramatical - e atrelada a ela -, nesta perspectiva gerativista da mudança linguística. E ambas as teorias são necessárias ao estudo das mudanças: elas formam os dois componentes teóricos indispensáveis às explicações das alterações paramétricas. Portanto, a uma apresentação dessas duas teorias - a da mudança e a gramatical (no caso, fonológica) - envolvidas no desenvolvimento desta tese, é dedicado este capítulo. Na segunda parte dele, são apresentados os princípios básicos da fonologia (modelos métrico e lexical), que embasa a análise do acento aqui empreendida. Uma vez que a teoria da mudança é derivada da teoria gramatical, talvez a ordem mais natural fosse apresentar a teoria fonológica na qual se baseia o presente estudo antes da teoria da mudança que se pretende seguir. No entanto, como a teoria de Lightfoot foi construída com base na sintaxe gerativa de Chomsky, optou-se por apresentar, juntamente com os princípios básicos da teoria da mudança, os conceitos da teoria chomskiana imprescindíveis à sua compreensão.

O próprio Lightfoot (1979: 136 e 1987: 17) acredita na viabilidade da aplicação da sua teoria a mudanças semânticas e fonológicas, muito embora o seu modelo tenha sido

² A este respeito, ver Tarallo & Kato (1989).

³ É interessante ressaltar que não apenas estudos gerativistas apontam o momento da aquisição da linguagem como privilegiado para a implementação de mudanças. O interessante estudo variacionista de Mougeon, Beniak & Valois (1986: 35), a respeito da variação entre as formas *étaient/sontaient*, no francês canadense, conclui que:

"The findings of this paper would seem to warrant the conclusion that child language is indeed a possible source of linguistic variation, hence of potential linguistic change."

Também um estudo gerativista, Halle (1962), mas anterior aos de Lightfoot, sugere que as gramáticas dos adultos podem mudar somente em termos superficiais, enquanto que as das crianças podem realizar uma reestruturação mais fundamental, durante o processo da aquisição. Desta forma, enquanto a gramática de um adulto pode sofrer muito poucas modificações (superficiais) durante toda a sua vida, pode haver grandes diferenças entre a gramática de uma criança e a dos seus pais (ou modelos).

⁴ A este respeito, ver Ramos (1992: 4).

desenvolvido apenas em função de questões sintáticas. Neste sentido, o presente estudo pretende verificar se a aplicação desta teoria é possível também em relação a mudanças prosódicas.

A seguir, será apresentada a proposta gerativista de uma teoria da mudança linguística. Tal apresentação tem por base os seguintes estudos: Lightfoot (1979, 1981, 1982, 1987, 1988, 1989 e 1991 - principalmente os livros de 1979 e 1991), Adams (1987), Roberts (1993b), Clark & Roberts (1992) e Ramos (1991, 1992).

1.1. Uma teoria biológica da mudança linguística

Como já foi dito anteriormente, quando as mudanças linguísticas são vistas como resultado de alterações paramétricas, só é possível obter explicações para elas se o momento da fixação dos parâmetros, ou seja, o momento da aquisição da linguagem, for levado em consideração. A seguir, será apresentado um resumo de uma teoria da mudança que tem como principais agentes os aprendizes da linguagem. Porém, antes de tal apresentação, faz-se necessária a introdução dos conceitos de *princípios e parâmetros*, dentro da gramática chomskiana.⁵

Sob uma perspectiva mentalista, a gramática consiste em um conjunto finito de asserções que caracterizam a capacidade linguística de um indivíduo, que se desenvolvem a partir da exposição desse indivíduo a uma experiência desencadeadora ("*triggering experience*"). Sua característica básica é determinada por princípios geneticamente codificados. Equipada com estes princípios, uma pessoa exposta a uma experiência desencadeadora, em condições normais, desenvolve uma gramática, ou seja, fixa os seus parâmetros. Em outras palavras, pode-se dizer que o estado inicial da faculdade da linguagem equipa a mente com um formato de sistemas de princípios e parâmetros e uma avaliação métrica, que atribui um valor a cada sistema. Uma vez exposta aos dados, cabe à mente selecionar o padrão consistente com eles.⁶

Dentro deste arcabouço teórico, os princípios da Gramática Universal são rígidos e definem o que subjaz a todas as línguas. O espaço de variação entre elas, por outro lado, é definido pelos parâmetros. Os valores dos parâmetros têm que ser obrigatoriamente fixados pelos falantes de cada língua. Em outros termos, o espaço em que pode haver variação é dado pela Gramática Universal - ou seja, o que pode ser um parâmetro -, mas o seu valor ("+" ou "-") é fixado a partir da exposição à experiência desencadeadora.

Na exposição acima, fica claro que os dois elementos necessários para que uma língua seja adquirida são uma Gramática Universal (inata) e a experiência desencadeadora. Lightfoot (1991: 1) assim esquematiza o que chamou de seu "modelo explanatório":

- a. trigger (genotype → phenotype)
- b. primary linguistic data (Universal Grammar → grammar)

⁵ As noções de Gramática Universal e variação paramétrica aqui utilizadas têm como fonte Chomsky (1986, 1987).

⁶ A este respeito, ver Lightfoot (1982: 30), Ramos (1992: 10) e Clark & Roberts (1992).

A noção de "trigger" ("gatilho" ou "desencadeador") é definida por Lightfoot (1991: 11) como:

*"... a haphazard set of utterances made in appropriate context - utterances of a type that any child hear frequently. In other words, the trigger consists of robust data and includes no negative data - no information that certain expressions do not occur."*⁷

Entretanto, o próprio Lightfoot (1991: 14)⁸ restringe a definição acima:

"... the trigger is something less than the total linguistic experience. Neither the occasional degenerate data that a child hears nor idiosyncratic forms necessarily triggers some device in the emergent grammar that has the effect of generating these forms."

Na definição acima, Lightfoot toca em duas questões importantes envolvidas na delimitação de em que consiste a experiência desencadeadora: a ausência de informação negativa e a robustez ("*robustness*") dos dados. Quanto à primeira questão, não há qualquer tipo de informação nos dados a que a criança tem acesso, sobre quais sentenças seriam agramaticais, ou seja, sobre o que não ocorre na língua. Portanto, a escolha do valor de cada parâmetro tem que ser efetuada pela criança na ausência dessas informações.

A outra questão envolvida na delimitação da experiência desencadeadora é a da robustez dos dados. Robustez, para Lightfoot (1991: 19) "*is presumably a function of saliency and frequency*". Explicando melhor, pode-se dizer que a criança tem que estar bastante certa ao fazer as suas escolhas quanto aos valores dos parâmetros e esta certeza pode vir tanto da alta frequência a que é exposta a certo tipo de dados quanto da saliência dos dados, nos casos em que até mesmo um simples dado que aparece uma única vez pode fazer a diferença entre um e outro valor paramétrico.

A questão da robustez dos dados leva a outra questão também muito importante na teoria de Lightfoot: a da obsolescência ("*obsolescence*"). Dentro da teoria gerativa da mudança, formas obsoletas não fazem parte da experiência desencadeadora. À medida que uma forma fica obsoleta, ela é ouvida pela criança, mas não desencadeia formas que possam ser geradas pela sua gramática emergente. Segundo a teoria, a obsolescência de uma forma não pode ser diretamente atribuída a empréstimos ou a inovações motivadas por fatores expressivos (duas causas de mudanças induzidas por fatores externos, conforme Lightfoot, 1979); ela pode também ser explicada gramaticalmente, como um subproduto de uma nova fixação paramétrica.

Alguns estudos quantitativos têm mostrado que certas formas tornam-se muito marcadas estilisticamente antes de desaparecerem completamente.⁹ Antes do desaparecimento completo, estas formas tornam-se muito pouco frequentes. Isto faz com

⁷ A mesma definição está presente em Lightfoot (1982: 25) e (1987: 6).

⁸ Também em Lightfoot (1987: 10).

⁹ A este respeito, ver Rissanen (1986), sobre o percurso histórico da sintaxe do inglês, e Kato (1994), sobre o papel da escola como força conservadora, recuperando formas que haviam sido perdidas, dada uma situação de aquisição em contexto de uma língua em mudança (no caso, o Português Brasileiro).

que as gerações mais novas não as tenham como "input" e, como a definição de um parâmetro se dá com base na experiência linguística, a baixa frequência contribui para que a antiga opção se torne ainda menos frequente.

Segundo Lightfoot (1979: 377), as causas linguísticas das mudanças sintáticas se resumem à interação de dois fatores: (a) os limites sobre as hipóteses do aprendiz impostas pela teoria da gramática e (b) mudanças anteriores que transformam algum outro ponto da gramática em "marcado", forçando uma outra reanálise. Dois ingredientes vitais à delimitação acima das causas linguísticas das mudanças são uma distinção clara entre uma teoria gramatical e uma teoria da mudança - em que a teoria gramatical define graus de marca, incluindo gramáticas marcadas a um grau impossível, e a teoria da mudança estabelece que gramáticas altamente marcadas são passíveis de serem reanalisadas - e a admissão do fato de que a marca é definida e eliminada localmente. Já Adams (1987) suaviza esta questão da marca, estabelecendo que, para que haja uma mudança, só é preciso que existam estruturas compatíveis com mais de uma análise estrutural, sem que o aprendiz tenha que, necessariamente, escolher a menos marcada.

Além das mudanças motivadas por fatores internos à gramática, existem outras motivadas por fatores extralinguísticos. Para Adams (1987: 233), estes fatores incluem influências estrangeiras (e empréstimos), mistura de dialetos, recursos estilísticos, busca de novidade, influência de dialetos de prestígio e de gramáticas prescritivas e estratégias perceptuais. Além destas, Lightfoot (1988: 319) cita as mudanças ocorridas ao longo da adolescência e da fase adulta, cuja origem, segundo ele, está no contato com outras línguas ou dialetos ou em razões estilísticas. Para este autor, estas mudanças motivadas extralinguisticamente são de uma importância subestimada, no sentido em que, embora aconteçam enquanto a gramática permanece constante, elas têm o efeito de transformar a experiência desencadeadora para as gerações futuras - e isto pode acarretar uma nova fixação de algum parâmetro. Sendo assim, não cabe à Gramática Gerativa explicar as mudanças não-estruturais; portanto, a teoria de princípios e parâmetros **não pode** explicar **todas** as mudanças a que uma língua está sujeita. Entretanto, quando uma dessas mudanças afeta a experiência desencadeadora de modo a causar uma alteração paramétrica, então é função da teoria explicá-la.

Faz-se necessária ainda a introdução de um elemento essencial para a explicação das mudanças linguísticas, sob a perspectiva gerativista: a noção de *indeterminância* ("indeterminacy"). Em um sentido amplo, pode ser entendida como a possibilidade de haver mais de uma interpretação gramatical para a mesma estrutura superficial. A respeito da necessidade da indeterminância para explicar as mudanças, escreve Lightfoot (1979: 16-17):

"The ideal theory will be so restrictive that for any given language there will be only one grammar capable of producing the relevant output in a way consistent with the theory. If we hypothesize that a child is equipped with this theory and brings it to the task of acquiring his first language, then in this view the child will be driven to a unique grammar by an interaction of the theory and the data for which he is constructing a grammar. This way turn out to be too strong a position and it may prove necessary to admit a degree of indeterminacy (...), in fact the view of syntactic change to be developed

here requires some indeterminacy insofar as more than one hypothesis (or grammar) may be formulated to account for a given area of data."

Neste sentido, a indeterminância é uma condição necessária para que aconteça a reanálise gramatical, cujos requisitos, que impõem estreitas restrições às opções disponíveis, são os seguintes: a reanálise deve levar a uma gramática que preencha os requisitos impostos pela teoria gramatical; ela deve consistir na mais simples gramática à disposição de uma criança exposta a determinada experiência linguística; ela deve levar a um "output" muito semelhante ao da gramática anterior.

Sendo assim, são necessárias as seguintes etapas para que uma reanálise se concretize - Adams (1987: 235-236):

- a) no primeiro estágio encontram-se estruturas compatíveis com mais de uma gramática;
- b) a maioria dos aprendizes opta pela gramática "correta" (igual à dos pais), mas alguns podem "errar" e escolher uma segunda gramática;
- c) a população agora é mista. O "output" correspondente à segunda gramática participa dos dados primários, fazendo parte da experiência desencadeadora das gerações mais novas;
- d) a nova gramática é implementada com o decorrer do tempo, pelo fato de cada reanálise aumentar a possibilidade de haver outras mais;
- e) eventualmente, poderá ser obtida uma nova estabilidade linguística, quanto ao parâmetro modificado.

Neste contexto, uma nova fixação de valor para um parâmetro pode exigir uma reanálise em outro ponto da gramática e, por sua vez, esta segunda reanálise pode desencadear uma terceira e assim por diante. É desta maneira que a teoria enxerga os agrupamentos de mudanças simultâneas que podem ser observados na história das línguas.

Resta ainda um importante aspecto a ser ressaltado: o da comunicabilidade entre gerações - que deve sempre ser preservada. A este respeito, Lightfoot (1979: 376) afirma:

"Whether or not two systems are mutually comprehensible is at present and perhaps in principle not formalizable. However, the fact that mutual comprehensibility represents an intuitive and non-formal concept does not render it useless. It serves to impose a highly restrictive limit on the class of possible changes."

É por este motivo que a reanálise não ocorre de modo arbitrário. É em parte função do fato de que, embora havendo mudanças radicais na gramática, só pode haver mudanças menores no "output".

1.2. Uma explicação gerativista

Segundo Lightfoot (1979: ix), são três os principais méritos da teoria da mudança resumida acima:

"I see this view of diachronic syntax as having three merits: (a) it relates various simultaneous but superficially unconnected changes by claiming that they are the manifestations of a single change in the abstract grammar. It thereby contributes to our understanding of the internal history of a given language by explaining (and perhaps discovering (...)) the simultaneity of changes; (b) it provides a novel approach to questions about the causes of change; (c) it introduces a new style of argumentation for choosing between competing theories and synchronic descriptions, by requiring that the theory of grammar should be responsive to diachronic data insofar as it should interact with a theory of change to account for the point at which grammars undergo reanalyses or 'catastrophic' changes (...)."

Porém, é importante também ressaltar, ao lado das suas qualidades, um defeito importante desta teoria: ela não consegue dar conta de um fato, que é também responsável pelo perfil gradual das mudanças linguísticas - a presença de formas representativas de uma antiga e de uma nova parametrizações na fala de um mesmo indivíduo. Como a teoria está toda alicerçada sobre gramáticas individuais, não é possível aceitar que um indivíduo transite de um valor paramétrico a outro, devido a pressões sociais (as chamadas "variações de registro", conforme as circunstâncias de fala), como o faz a teoria variacionista de Labov, que lida apenas com as manifestações superficiais das mudanças. A este respeito, a posição de Chomsky (1988: 187-188), expressa nas *Managua Lectures*, é considerar as variações estilísticas como diferentes definições internas para os dispositivos que acionam o valor positivo ou negativo dos parâmetros, ou seja, uma questão de "code-switching". Já Kato (1992: 136), através de uma análise das inversões com pronomes interrogativos no português, chega à conclusão de que *"nossas opções estariam dentro de uma mesma gramática nuclear, não havendo a necessidade de pensar que somos todos políglotas e que estamos mudando de gramática (...) o tempo todo"*. Portanto, esta é uma questão em aberto que deverá ainda, futuramente, ser respondida pela teoria.

Entretanto, este problema não representa um entrave para que a teoria gerativa seja utilizada, nesta tese, como tentativa de explicação para as diferenças acentuais observadas entre o português arcaico, o latim e o português contemporâneo falado no Brasil. Ao contrário, a busca de explicação em modelos quantitativos variacionistas representaria um risco maior, na medida em que teriam de ser comparados estatisticamente corpora de naturezas diferentes. Como já foi visto no Capítulo 1, o corpus do presente estudo é composto de cantigas de amigo. Ora, não existem mais textos, hoje em dia, que possam ser comparados, em estilo, com o das cantigas medievais. Poderia ser aventada a hipótese de se comparar a linguagem das cantigas de amigo com a linguagem poética atual (ou de alguma fase adjacente). No entanto, surgiria aí um novo problema: como as cantigas de amigo foram cultivadas unicamente no período do português arcaico dito trovadoresco, não tendo correspondentes nas fases posteriores do português, qual das modalidades poéticas cultivadas atualmente deveria ser eleita? A de Carlos Drummond de Andrade? A da literatura de cordel? Letras de música? ... Sendo assim, uma perspectiva variacionista deve ser obrigatoriamente descartada.

Alguns trabalhos recentes - Tarallo & Kato (1989), Tarallo (1990b, 1991), Nunes (1990) e Ramos (1992) - têm apontado aproximações entre a teoria variacionista e a teoria gerativa da mudança apresentada acima. Tais observações são efetuadas principalmente com base nos trabalhos de Labov (1987, 1989), que inauguram uma nova tendência nos estudos variacionistas: a prevalência de explicações linguísticas sobre as sociais, para as mudanças. Apesar das aproximações apontadas pelos estudiosos acima citados, uma perspectiva casada dessas duas teorias também não poderia ser adotada no presente trabalho, dadas as incompatibilidades metodológicas (trata-se, aqui, de comparar três momentos sincrônicos relativamente distantes no contínuo temporal da língua e não de analisar etapas contíguas) e as dificuldades causadas pelo enfoque quantitativo da parte variacionista deste "casal", que persiste - no tratamento da implementação da mudança, pelo menos.

Dentro desta perspectiva que casa gerativismo e variacionismo, Tarallo & Kato (1989) apontam duas maneiras de se conceber a mudança histórica: em termos de TUDO OU NADA - a perspectiva gerativista de princípios e parâmetros; quando muda um parâmetro, ele muda completamente de valor (não há possibilidade de meia mudança de valor de um parâmetro ou de oscilação de valor de parâmetro dentro da gramática de um indivíduo) - e em termos de MAIS OU MENOS - a perspectiva variacionista. Do ponto de vista do presente trabalho, estas perspectivas devem ser redefinidas: pode-se dizer que a perspectiva do TUDO OU NADA refere-se às causas da mudança (internas à língua), enquanto que os termos MAIS OU MENOS ficam reservados às manifestações superficiais que atestam sua implementação. Dois motivos principais fazem com que, no presente trabalho, a questão da mudança só possa ser vista a partir da perspectiva do TUDO OU NADA:

- a) não se trata do estabelecimento de um percurso de implementação de mudanças, mas da descrição de um momento sincrônico no passado (português arcaico) e da determinação do conjunto dos valores dos parâmetros desta língua quanto ao ritmo, além da comparação com os valores fixados para os parâmetros do ritmo da mesma língua em outras duas épocas;¹⁰
- b) os dados não permitem um tratamento estatístico e nem comparação com outros corpora, por causa da sua natureza. As únicas comparações possíveis com dados de outros momentos da língua somente podem ser efetuadas entre valores fixados para determinados parâmetros. Em outras palavras, são os valores dos parâmetros em diferentes épocas que podem ser comparados e não os dados provenientes de corpora destas épocas.

Por fim, algumas questões metodológicas devem ainda ser esclarecidas. Muito embora os dados históricos sejam seletivos e a escrita seja conservadora, a linguagem dos textos medievais - e, portanto, das cantigas de amigo - está sujeita aos mesmos princípios e restrições da Gramática Universal que qualquer outra manifestação da linguagem humana. Desta forma, a tão propalada ausência do falante nativo em relação aos dados históricos não constitui uma limitação à teoria. Ao contrário, através da adoção de uma teoria gerativa da mudança, pode ser recuperado o toque do falante nativo, presente por trás dos dados, uma vez que a concepção gerativa de gramática é individual.

¹⁰ É importante ressaltar que, diferentemente da concepção de parâmetro sintático, os parâmetros do ritmo caracterizam *regras*, primeiramente, e gramáticas, indiretamente.

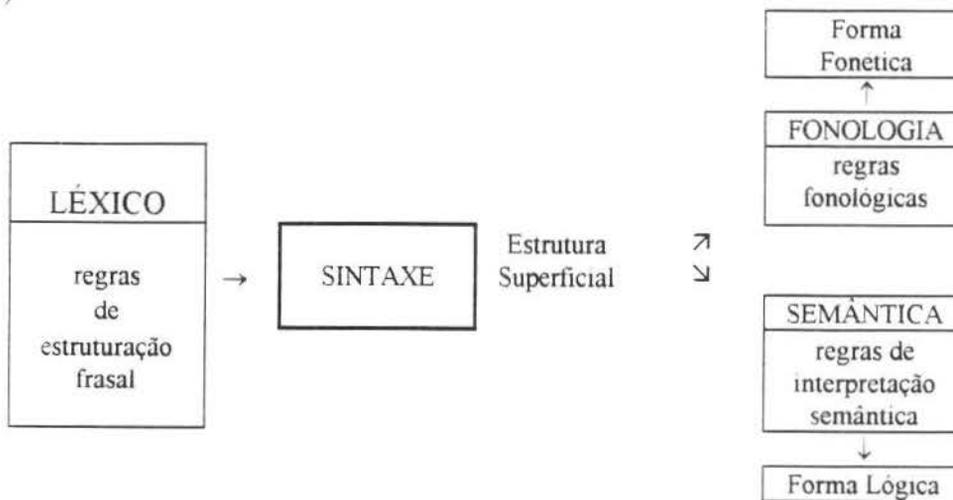
2. O ACENTO NA FONOLOGIA NÃO-LINEAR

Como já foi visto anteriormente, do ponto de vista gerativista, a teoria da mudança é completamente dependente da teoria gramatical. Desta forma, a apresentação do arcabouço teórico que alicerça a análise dos dados é de fundamental importância, não apenas no que diz respeito à compreensão da análise dos dados, mas também quanto à própria constituição de o que é uma mudança paramétrica possível, dentro da teoria. Sob esta perspectiva, é fornecido, a seguir, o instrumental teórico para a análise do acento nos três períodos enfocados: a teoria métrica, de Hayes (1991), e a teoria lexical, de Mohanan (1986). Ambas as teorias fazem parte de um acervo teórico maior, composto de diversos modelos, que vêm sendo agrupados sob o rótulo de "fonologia não-linear". Através da apresentação dos dois modelos envolvidos na análise, pode-se construir um panorama do posicionamento do *acento*, atualmente, dentro da teoria maior da Fonologia.

2.1. Perspectivas atuais: fonologia não-linear

No momento inicial da teoria gerativa, as descrições fonológicas caracterizavam-se por uma organização linear dos segmentos e por um conjunto de regras cujo domínio de aplicação era implicitamente definido em termos de fronteiras contidas na estrutura superficial dos constituintes morfo-sintáticos - cf. Chomsky & Halle (1968) (daqui em diante, SPE). Sendo assim, a interação entre a fonologia e o resto da gramática limitava-se a uma interface com a sintaxe, em que o *output* do componente sintático constituía o *input* do componente fonológico. Este tipo unilateral de interação entre a fonologia e os outros componentes da gramática pode ser observado no modelo gerativista de gramática em (1), comumente chamado de "modelo T":¹¹

(1)



¹¹ Adaptado de Lightfoot (1982: 39). Foi mantida a posição original do "T" ("deitado") do desenho de Lightfoot.

O desenvolvimento da fonologia nas últimas duas décadas tem possibilitado ver que o componente fonológico não pode ser considerado um sistema homogêneo, sendo, por outro lado, melhor caracterizado se constituído de um conjunto de subsistemas interagentes, cada qual governado pelos seus próprios princípios, tais como as teorias que compõem o que atualmente se convencionou chamar de *fonologia não-linear*: a teoria métrica (ou "grid theory"), a teoria lexical, a teoria auto-segmental (ou fonologia de geometria de traços¹²) e a teoria prosódica.¹³

Todas estas vertentes têm uma origem comum: a reação à tradição da fonologia gerativa padrão de Chomsky & Halle. Tal reação teve início quando se tentou incorporar à teoria gerativa três tipos de fenômeno: estrutura silábica, acento e tom. A re-introdução da noção de **silaba**, principalmente por trabalhos da linha gerativa natural¹⁴, significou o embrião do movimento rumo à concepção atual de fonologia não-linear. Os trabalhos de Goldsmith (1976), sobre tom, e os de Liberman (1975), Prince (1975) e Liberman & Prince (1977), sobre acento e ritmo, podem ser considerados os detonadores deste movimento. Aos três últimos trabalhos, a teoria deve a re-introdução da noção de *pé*, utilizada anteriormente na descrição da poesia clássica, em geral, e em trabalhos de fonética (Abercrombie, 1967). Sua proposta baseava-se no fato de que as regras da acentuação e do ritmo poderiam ser melhor estabelecidas se as sílabas pudessem ser agrupadas em estruturas hierarquicamente superiores, chamadas *pés*. O desenvolvimento das idéias lançadas por Goldsmith deu origem à teoria auto-segmental, enquanto que o desenvolvimento das idéias de Liberman e Prince deu origem à teoria métrica. Em comum às duas teorias - e fundamental para o desenvolvimento da fonologia atual -, há a idéia da organização hierárquica dos constituintes prosódicos.

É necessário dizer, entretanto, que, embora constituíssem uma reação ao modelo padrão, os desenvolvimentos em fonologia não-linear não negaram a fonologia do SPE: acrescentaram uma nova dimensão a ela e fizeram as modificações necessárias para que esta dimensão fosse atingida. Porém, ainda uma outra dimensão estava para ser adicionada à fonologia gerativa: a preocupação com a interação entre o sistema de regras fonológicas e os outros componentes da gramática - o que veio desembocar nos modelos lexical (interação com a morfologia) e prosódico (interação com a sintaxe, a semântica e o discurso).

Com o advento destas quatro vertentes da fonologia, o modelo do componente fonológico e das suas interações com os outros componentes da gramática foi cada vez mais se detalhando e se especializando, estando, atualmente, muito mais enriquecido e, por não ser tão simplista como o "modelo T" mostrado em (1), mais adequado à descrição dos fenômenos linguísticos.

Para dar conta das interações observadas pelos trabalhos desenvolvidos em fonologia não-linear entre a fonologia e a sintaxe¹⁵, e também para dar conta da distinção estabelecida

¹² A respeito do modelo auto-segmental de geometria de traços, ver Clements (1985, 1989, 1991), Clements & Hume (1993), McCarthy (1988), Sagey (1986), Steriade (1987), Petrucci (1992) e Wetzels (1991, 1992, 1993).

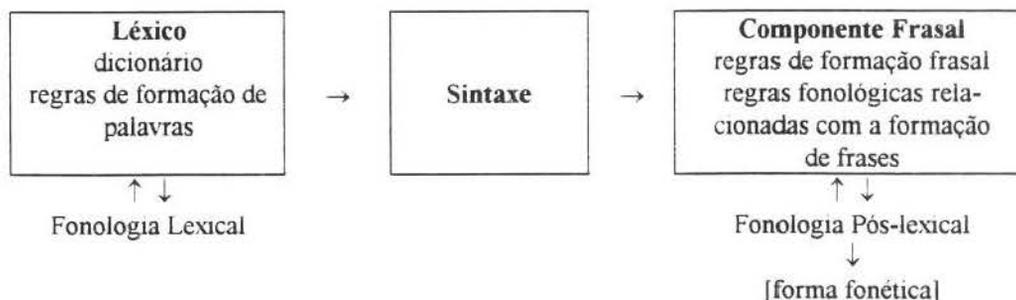
¹³ "Sobre a Estrutura da Gramática Fonológica" pela visão da fonologia não-linear, ver Abaurre & Wetzels (1992).

¹⁴ A este respeito, ver os trabalhos de Hooper (1976) e Stampe (1980).

¹⁵ Sobre a conexão fonologia-sintaxe, ver os artigos constantes em Inkelas & Zec (1990), em especial Chen (1990), Zec & Inkelas (1990) e a primeira parte de Vogel & Kenesei (1990).

pela fonologia lexical entre regras lexicais e pós-lexicais (ver item 2.3.2 deste capítulo), um dos refinamentos propostos para o "modelo T" é o seguinte:¹⁶

(2)



Entretanto, trabalhos como os de Mohanan (1986) e Rice (1990) mostram que não se pode considerar dois componentes fonológicos distintos - um pré- (lexical) e outro pós-sintático (pós-lexical): o que se pode diferenciar não são as regras propriamente ditas, mas a sua aplicação - no léxico ou pós-sintaticamente. Desta forma, as interações entre fonologia e sintaxe estão melhor consideradas se representadas como em (3), em que o componente fonológico é visto como um bloco único.

A partir do modelo (3)¹⁷, abaixo, pode-se verificar que a questão do domínio de aplicação das regras fonológicas encontra-se bastante bem caracterizada, pois, como será visto a seguir, as regras fonológicas podem ter uma aplicação lexical e/ou pós-lexical, como o permitido pelo modelo abaixo. E estas regras são tanto do tipo descrito pelo modelo prosódico, como as descritas pelos modelos auto-segmental e métrico. Todas elas estão contidas no espaço representado pelo grande retângulo rotulado como FONOLOGIA. O domínio de sua aplicação é que varia: as regras descritas pelos modelos métrico e auto-segmental podem se aplicar tanto lexical como pós-lexicalmente; as descritas pelo modelo prosódico, entretanto, só pós-lexicalmente. No entanto, o refinamento apresentado em (3) ainda não é suficiente, embora o seja para representar as interações da fonologia com a morfologia e com a sintaxe.¹⁸ O que falta a ele é permitir que a fonologia tenha acesso a informações semânticas, necessárias à construção dos níveis prosódicos mais altos - como as I ("*intonational phrases*")¹⁹ -, conforme mostram Nespov & Vogel (1986) e Vogel & Kenesei (1990).

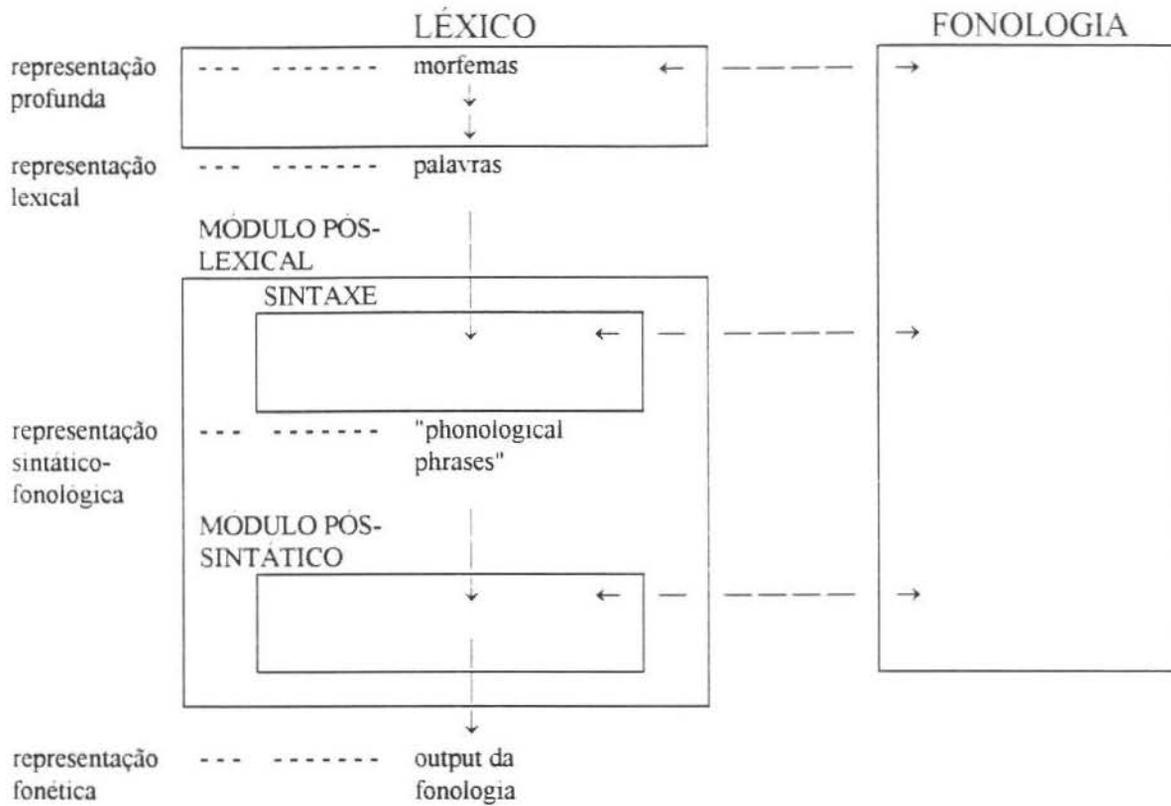
¹⁶ Adaptado de Hayes (1990: 88).

¹⁷ Adaptado de Mohanan (1986: 147).

¹⁸ Note-se que, em (3), a seta que liga o componente sintático ao fonológico tem mão-dupla, admite que, além de a sintaxe ser *input* para processos fonológicos, informações fonológicas podem intervir no "parsing" de estruturas sintáticas. A respeito de evidências a favor desta posição, que é polêmica, além do trabalho de Mohanan (já citado), ver Zec & Inkelas (1990). Entretanto, como este não é o ponto central da presente tese, limita-se, aqui, a aceitar a posição corrente (a sintaxe como *input* para a fonologia), sem entrar nesta discussão.

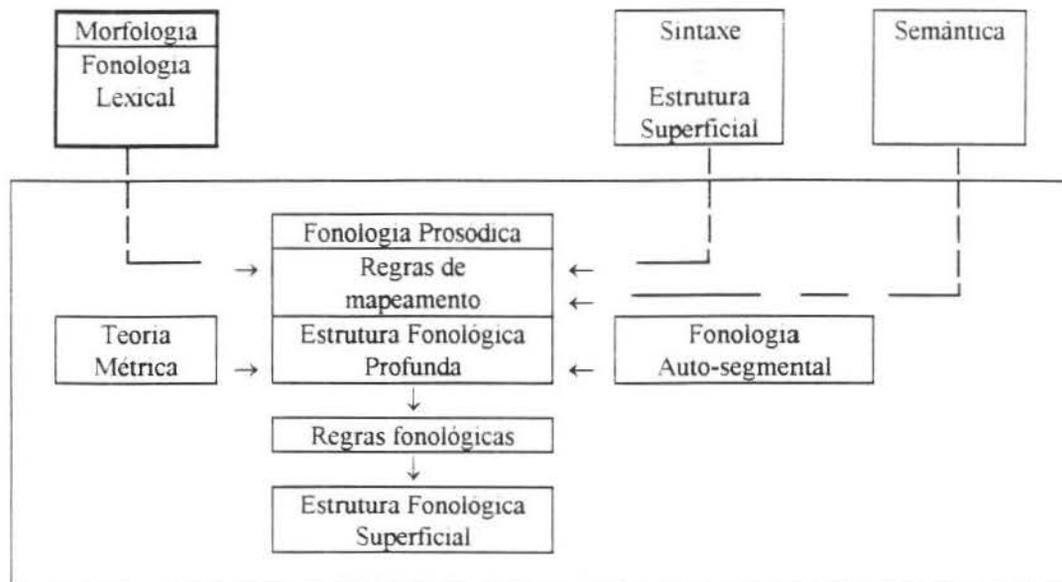
¹⁹ Ver item 2.3.4 deste mesmo capítulo.

(3)



Por causa da abrangência do tipo de informação dos outros componentes gramaticais requeridas pelos fenômenos prosódicos, Nespor & Vogel (1986: 302) propõem o modelo de interações entre a fonologia prosódica e os outros subsistemas da gramática em (4), que, embora dê conta da variedade de *input* necessária à aplicação das regras prosódicas, peca por considerar a fonologia lexical como um compartimento estanque, trancado no léxico. Tal visão do léxico em relação à fonologia não é desejável, já que, como será visto a seguir, a mesma regra pode ter, como domínios de aplicação, o léxico e o módulo pós-lexical.

(4)



Embora apresentem problemas, pode-se observar que os modelos em (2), (3) e (4) são mais completos e, portanto, mais adequados à descrição dos fenômenos fonológicos que (1). O modelo em (4), por causa da maior interação que faculta ao componente fonológico em relação a outros componentes gramaticais, mostra-se mais adequado à descrição dos fenômenos prosódicos pós-lexicais, tais como entoação, eurritmia, etc.²⁰ Entretanto, como, no presente trabalho, um dos pontos principais da discussão é a delimitação do domínio da regra do acento do português (arcaico e atual) - se lexical ou pós-lexical -, o modelo em (3) é a melhor opção, pois melhor caracteriza a aplicação das regras fonológicas.

²⁰ Nespor (1990) reafirma a concepção de gramática de Nespor & Vogel (1986) expressa em (4), ao sustentar a separação da fonologia prosódica da rítmica.

2.2. O acento na perspectiva métrica atual

2.2.1. Um pouco de história

Desde a sua criação por Liberman e Prince, no final da década de 70, a fonologia métrica tem se desenvolvido em várias direções. A que podemos chamar de versão "standard" da teoria teve a sua elaboração na tese de Hayes (1980)²¹, em que uma grande variedade de línguas foi submetida a uma análise consistente e detalhada. Data deste trabalho a preocupação com a construção de uma teoria paramétrica do ritmo.

Seguiu-se a este trabalho a polêmica "só árvore" *versus* "só grade". O defensor maior da posição "só grade" ("*grid-only*") é Prince (1983), trabalho que propõe o abandono das representações arbóreas, uma vez que, para o autor, as grades seriam mais representativas dos fenômenos rítmicos, explicando melhor a ocorrência de fenômenos como os que chamou de "regra rítmica", por exemplo. O outro lado - os defensores das representações arbóreas ("*tree-only*") - teve como principal expoente Selkirk (1980,1984), cujo trabalho veio dar origem a uma nova teoria fonológica - o modelo prosódico, que também tem como teorizadoras Nespor & Vogel (1986) (como será visto adiante, neste mesmo capítulo).²²

A um terceiro momento no desenvolvimento da teoria métrica é o que se assiste com os trabalhos de Halle & Vergnaud (1987), Kager (1989), Goldsmith (1990), Visch (1990), Haraguchi (1991) e Hayes (1991). Estes pesquisadores reúnem as evidências dos defensores dos dois lados da polêmica acima referida, tanto a favor das representações em grade, como a favor das representações arbóreas rotuladas, e, ao mesmo tempo, mostram que a consideração de constituintes hierarquizados é necessária a qualquer abordagem do acento - visão que compartilham com a teoria métrica padrão. Reúnem as vantagens dos dois tipos de representação em uma única: a representação através de grades parentetizadas ("*bracketed grids*"). Porém, o mais importante, neste momento da teoria, não é a representação em si, mas sim a sustentação de uma teoria de princípios e parâmetros, com maior poder explicativo e de cunho muito mais globalizante.

Atualmente, assiste-se ao desenvolvimento de mais uma teoria fonológica: a Teoria da Otimização (ou Otimalidade, para alguns - de "*Optimality Theory*"), que elimina as regras do aparato formal e privilegia a existência de restrições sobre o *output*.²³ Na opinião de Soares (1994: 22-23), mesmo do ponto de vista desta teoria recente, o modelo de Hayes (1991) ainda é o que se encontra mais próximo das novas propostas e, portanto, o mais

²¹ Aqui citado como Hayes (1985) - ano da publicação em livro da tese de doutorado de Hayes. A mesma versão da tese já havia sido distribuída anteriormente - em 1981 - pelo Indiana University Linguistics Club.

²² Segundo Goldsmith (1990: 170), quatro são os pontos principais que as duas versões ("*grid-only*" vs. "*tree-only*") da fonologia métrica têm em comum:

- (1) o estudo do acento é diferente em natureza do estudo dos outros fenômenos fonológicos;
- (2) o estudo do acento é fundamentalmente um estudo da proeminência relativa das sílabas e das unidades dos níveis superiores, como o pé;
- (3) as principais características determinantes dos padrões acentuais são o ritmo e a sensibilidade para o peso inerente da sílaba (ou rima);
- (4) as representações acentuais são hierárquicas.

²³ Sobre a Teoria da Otimização, ver Prince & Smolensky (1993).

adequado à descrição dos fenômenos rítmicos. Entretanto, não é este o motivo que norteou a escolha de Hayes (1991) como modelo teórico aqui adotado, e sim o fato de ser este o trabalho que melhor consegue, no quadro da fonologia métrica, formular uma teoria *paramétrica* do acento. Como, no presente estudo, busca-se uma possível "ruptura estrutural" (mudança paramétrica ou "catastrófica", no dizer de Lightfoot) ocorrida em relação ao acento do português, o modelo de Hayes (1991) é a escolha natural. Além disso, quando comparado ao modelo de Halle & Vergnaud (1987), também um modelo paramétrico, é o que melhor consegue dar conta de sistemas em que a quantidade silábica é levada em conta na construção dos pés (como ocorre com o latim, o português arcaico e o português do Brasil).

2.2.2. *Uma teoria métrica paramétrica*

Uma noção que tem sido crucial para o estudo do acento de palavras é a idéia de *fixação de parâmetros*. Em uma teoria paramétrica, um sistema de regras é visto como um conjunto de escolhas dentre uma lista finita de opções. São estas escolhas efetuadas por cada língua que vão constituir a estrutura métrica em constituintes hierarquizados da qual os padrões acentuais são o resultado.

No SPE, o acento era visto como um traço atribuído a vogais. Ao contrário, na fonologia métrica, o acento é visto como o resultado de um jogo de proeminências entre os constituintes métricos: sílabas, pés, etc. Isto porque o modelo métrico acredita que a melhor maneira de expressar as regras de acento pode não ser a mais direta, ou seja, simplesmente localizar o acento em uma determinada sílaba. A alternativa fornecida pelo modelo métrico paramétrico é estabelecer as estruturas possíveis dos constituintes métricos e a localização do acento a partir da segmentação ("*parsing*") das palavras nestes constituintes.²⁴ Tais constituintes, que constituem a menor unidade parentetizada da teoria métrica, são chamados de PÉS. Sendo assim, chegar ao inventário dos pés possíveis e o seu papel na caracterização do acento e do ritmo é o ponto central deste modelo fonológico.

É este o tipo de teoria métrica paramétrica proposta por Hayes (1991), apresentada a seguir. Alusões a trabalhos anteriores serão feitas, uma vez que este modelo é o desenvolvimento de outros estudos, em especial o de Halle & Vergnaud (1987) e Hayes (1982, 1985). Também será levado em consideração o trabalho de Goldsmith (1990).

²⁴ Para Kager (1989: xi). "*word stress compositionally reflects three properties: (a) binary constituency, (b) syllable weight, and (c) higher level stress, or prominence*".

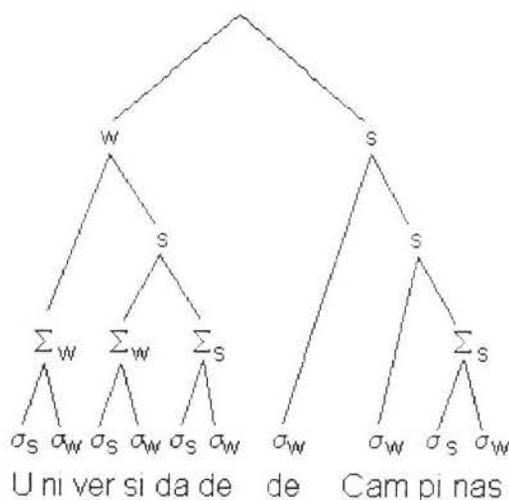
2.2.3. Formalismo

A representação do acento aqui adotada é a de grades parentetizadas de Hayes (1991). As grades parentetizadas são semelhantes às representações de "grade pura" de Prince (1983) e Selkirk (1984), mas incluem parênteses em todos os níveis da grade para indicar os constituintes que apareceriam em uma árvore métrica.²⁵

O Acento é representado em um plano auto-segmental autônomo por meio de estruturas de constituintes métricos. Cada constituinte possui uma cabeça (elemento predominante), que é projetada no nível superior, no qual ela representa um constituinte inteiro. Existem, de um modo geral, várias linhas de estruturas de constituintes, cuja relação de proeminência nos níveis superiores dá origem a colunas de projeção de várias alturas, mantidas as mesmas circunstâncias em relação a todos os constituintes, a altura da coluna reflete o grau de proeminência do constituinte.

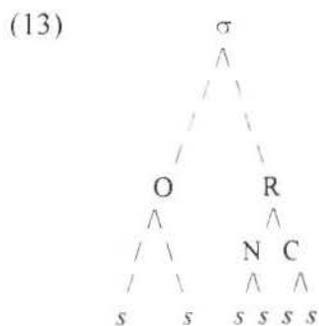
Na representação do acento em grades parentetizadas, cada x representa a sílaba proeminente do pé²⁶, enquanto que o ponto representa a sílaba não-proeminente. Cada par de parênteses contém somente um x, ou seja uma marca de proeminência. Este elemento x é chamado de cabeça e tem um grau de acentuação maior do que o(s) outro(s) elemento(s) do constituinte. Sendo assim, a representação do acento em grades parentetizadas equivale à representação dos constituintes feita através de árvores, mas conserva as vantagens de visualização - como no caso da ocorrência de colisão de acentos ("*clash*") - da representação em grades puras, como se pode ver na comparação abaixo entre a representação arbórea (5), em grade (6) e em grade parentetizada (7) da mesma expressão:

(5)

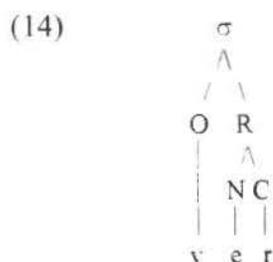


²⁵ As grades aqui adotadas são semelhantes às de Halle & Vergnaud (1987), diferindo apenas no que se refere à rotação das linhas (Halle & Vergnaud numeram as linhas de baixo para cima, começando por zero, o que não ocorre no presente trabalho) e à utilização de "x" ao invés de "*".

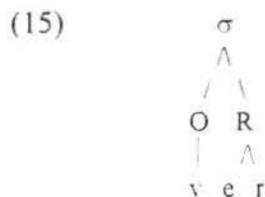
²⁶ Ou a única, no caso de pés degenerados ou troqueus moraicos e iambos constituídos de uma única sílaba longa.



Desta forma, a sílaba *ver* de *Universidade* preenche da seguinte forma - (14) - a planilha em (13):



Entretanto, alguns estudiosos argumentam que a bipartição das rimas em núcleo e coda não é desejável e nem se mostra produtiva em termos de processos fonológicos. Portanto, uma estrutura como a apresentada em (15) seria preferível:



Não é objetivo deste trabalho discutir estas questões. No entanto, para um maior aprofundamento, pode-se recorrer aos trabalhos de Hogg & McCully (1987) e Durand (1990).

2.2.4. Os parâmetros do ritmo: a construção dos pés

Segundo Hayes (1991), os parâmetros que estabelecem o ritmo das línguas são responsáveis pela recorrência de um inventário de estruturas métricas básicas. Em outras palavras, o cruzamento das possibilidades de escolhas de valor dos vários parâmetros que regem o ritmo das línguas produz um inventário finito de pés, que dão conta da descrição do ritmo de todas as línguas do mundo. O que se pretende, no presente item deste capítulo, é exatamente isto: através do cruzamento das escolhas paramétricas possíveis, apresentar a lista dos pés básicos existentes - ponto central da teoria.

A primeira escolha paramétrica envolve a questão da extensão do pé, ou seja, quantas sílabas ele pode conter. Na teoria métrica adotada por esta tese, a escolha envolve apenas dois valores: binário (até duas sílabas) ou ilimitado.³⁰ Isto só é possível porque a teoria contém uma subteoria da extrametricidade, que dá conta, por exemplo, de alternâncias ternárias em limites de domínio (ver item 2.2.5), e também porque admite a existência de pés degenerados (ver item 2.2.6). Há, porém, estudos, como o de Halle & Vergnaud (1987), que admitem a existência de um terceiro valor para este parâmetro: também limitado, mas ternário (um pé contendo três sílabas). Esta alternativa não será aqui admitida, uma vez que o próprio trabalho de Halle & Vergnaud fornece um argumento contrário a ela - toda alternância n-ária pode ser reduzida a uma alternância binária básica.

Sistemas que adotam o valor ilimitado para este primeiro parâmetro, segundo Hayes (1991: 254), são sistemas sensíveis ao peso silábico, mas que não colocam nenhuma restrição a respeito da distância entre acentos ou entre o acento e os limites de palavra. Em outras palavras, se uma cadeia sonora possuir uma sílaba considerada pesada nesta língua (ver item 1.7), ela será acentuada e todas as outras sílabas da palavra (se esta não contiver mais do que uma sílaba pesada) serão incluídas no pé ao qual esta sílaba pertence. Caso contrário, pés ilimitados serão construídos envolvendo todas as sílabas da palavra, de acordo com a escolha da língua a respeito da posição da cabeça (inicial ou final). Na opinião de Goldsmith (1990: 182), o francês pode ser considerado uma língua que optou por pés ilimitados com cabeça à direita, conforme exemplo em (16).³¹

(16) (. x)
 otosegmátál "autosegmental" (fr)

Caso tenha optado por pés limitados (binários, na teoria aqui adotada), as próximas escolhas paramétricas a serem efetuadas para que a língua obtenha o seu "pé básico" (canônico) envolvem a questão do peso silábico e da adjacência da cabeça em relação aos limites dos constituintes (posição da cabeça no pé). Quanto à posição da cabeça no constituinte, ou, em outras palavras, à relação de dominância entre os constituintes do pé, a

³⁰ Goldsmith (1990) também adota esta posição.

³¹ Halle & Vergnaud (1987: 121) estabelecem o seguinte paralelo entre constituintes limitados e ilimitados:

"The grammar for an unbounded structure identifies the constituents by merely identifying pairs of consecutive left and right brackets. Within such a grammar, each constituent is associated with a pair of brackets of the form [...] or (...), where "... is characterized as containing no bracket (...). This is why an unbounded metrical constituent structure over a given string is identical with the original natural structure of the string. By contrast, the identification of a bounded constituent must explicitly mention the extent of the substring dominated by the constituent, for it must provide a representation of the adjacency relation that holds between the head and the governed positions. In a bounded structure, then, two consecutive natural brackets of the form [...] will not in general belong to the same constituent domain. Consequently, a bounded structure cannot be derived directly from the natural structure, as is the case with unbounded metrical constituents, but must be effectively constructed by a rule."

escolha envolve apenas dois valores: direita/esquerda.³² Tal opção resulta em duas possibilidades para os pés básicos das línguas - (17):

- (17) **iambos**: cabeça-final - dominância à direita (. x)
troqueus: cabeça-inicial - dominância à esquerda (x .)

A escolha em relação ao peso silábico também envolve apenas dois valores: a língua leva/não leva em consideração o peso silábico na construção dos pés.³³ Isto quer dizer que, em línguas que levam em consideração o peso silábico³⁴, as sílabas pesadas devem ocupar a posição proeminente do pé enquanto que as leves devem ocupar a posição não-proeminente. Da combinação desta escolha paramétrica com a anterior, resultam quatro possibilidades teóricas de pés básicos - em (18).³⁵

- (18) levam em consideração o peso silábico:
 18a (x .) (x) 18b (. x) (x)
 ∪∪ — ∪∪ —
 não levam em consideração o peso silábico:
 18c (x .) 18d (. x)
 σ σ σ σ

Essas quatro possibilidades teóricas Hayes (1991) reduz a apenas três, levando em consideração a sua atestabilidade ou não nas línguas. Esta redução não consiste simplesmente no abandono de uma das quatro possibilidades, por esta não poder ser atestada em línguas naturais, mas na fusão de duas delas. Em relação aos troqueus, Hayes (1991) afirma que tanto os casos que levam em consideração o peso silábico como os que não levam podem ser atestados. Entretanto, em relação aos iambos como pés básicos, afirma que só existem línguas que levam em consideração o peso silábico. Porém, a forma canônica do iambo básico não seria nem (18b) nem (18d). Ao contrário dos troqueus que levam em consideração o peso silábico (em que o pé básico consiste de duas sílabas breves ou de uma longa) os iambos básicos, na opinião de Hayes (1991: 62), seriam sempre constituídos de uma sílaba breve seguida de uma longa (ou uma breve que valeria por uma longa, em casos especiais).

³² Esta escolha equivale ao primeiro parâmetro do ritmo, em Halle & Vergnaud (1987: 9), que recebe o nome de "HEAD-TERMINAL", com dois valores - positivo (cabeça final) e negativo (cabeça inicial) [\pm HT]. Corresponde, também, ao parâmetro "peak-first" versus "trough-first" de Prince (1983) e ao parâmetro *left-headed/right-headed* de Goldsmith (1990).

³³ É importante ressaltar que a duração não precisa ser fonologicamente distintiva para que a língua seja sensível à quantidade silábica na construção dos pés.

³⁴ Para uma definição de quais sílabas devem ser consideradas leves e quais devem ser consideradas pesadas, ver item 2.2.7 deste capítulo.

³⁵ Os símbolos ∪, — e σ representam, respectivamente, "sílabas leves", "sílabas pesadas" e "sílabas sem especificação de quantidade".

Sendo assim, o inventário de pés binários possíveis se reduz a três (cf. Hayes, 1991: 61): o **troqueu silábico** (que não leva em consideração o peso silábico), o **troqueu moraic** (que leva em consideração o peso silábico) e o **iambo**.³⁶

(19) Inventário dos pés básicos

- a. **Troqueu Silábico:** (x .)
σ σ
- b. **Troqueu Moraic:** (x .) (x)
∪ ∪ ou —
- c. **Iambo:** (. x) (x)
∪ σ ou —

Definido o pé básico, a próxima escolha paramétrica a ser efetuada pelas línguas diz respeito à direcionalidade na construção dos pés: se da esquerda para a direita ou se da direita para a esquerda.³⁷ As seis possibilidades geradas a partir do cruzamento deste parâmetro com o inventário dos pés básicos, são exemplificadas em (20):³⁸

(20) Troqueus Silábicos, construídos da esquerda para a direita:

(x .) (x .) (x .) (x ...
σ σ σ σ σ σ σ ...
----->

Troqueus Silábicos, construídos da direita para a esquerda:

... x) (x .) (x .) (x .)
... σ σ σ σ σ σ σ
<-----

Troqueus Moraicos, construídos da esquerda para a direita:³⁹

(x .) (x .) (x) (x) (x) (x) (x .) (x .) ...
∪ ∪ ∪ ∪ — — — — ∪ ∪ ∪ ...
----->

³⁶ Para se chegar à forma básica dos pés de uma língua, uma boa pista é fornecida pelos processos fonológicos segmentais a que esta língua está sujeita, uma vez que, segundo Hayes (1991: 68), eles tendem a reforçar a forma canônica dos pés.

³⁷ Halle & Vergnaud (1987: 11), Goldsmith (1990: 172) e Prince (1983: 48) também consideram este parâmetro.

³⁸ No caso dos sistemas que levam em consideração o peso silábico, os fatos são mais complexos do que a exemplificação em (20). Um padrão bastante recorrente é o bloqueio da contagem alternante quando ocorre uma sílaba pesada. Sendo assim, em relação a este tipo de língua, a distinção "peak-first" / "trough-first" deve ser considerada em dois contextos diferentes: (a) nos limites das palavras, em que a contagem começa com uma sequência de sílabas leves; (b) internamente à palavra, quando a contagem for interrompida pela ocorrência de uma sílaba pesada e tiver que continuar outra vez a partir de uma sequência de sílabas leves. A este respeito, ver Hayes (1991: 62-66).

³⁹ Neste exemplo, admite-se a existência de pés degenerados.

regras de atribuição de acento - tem a função de simplificar as regras de acentuação de várias línguas e de descrever alternâncias ternárias que só ocorrem em final de palavra sem ter que expandir o inventário de pés básicos. Além disso, a utilização de regras de extrametricidade permite eliminar diferenças de padrões acentuais entre classes diferentes de palavras (cf. Hayes, 1985 - em relação aos nomes e verbos do inglês). A inclusão da extrametricidade na teoria justifica-se pela quantidade de línguas em que há recorrência dos fenômenos acima.

Como definição, pode-se dizer que a regra de extrametricidade designa um constituinte prosódico particular como *invisible* para fins de criação das estruturas métricas; portanto, as regras de criação de pés e atribuição de acento agem como se este elemento extramétrico não estivesse lá - Hayes (1991: 47). Entretanto, é importante dizer que o *status* da regra de extrametricidade é diferente de outras regras fonológicas segmentais, na medida em que está sujeita a uma fixação prévia de valor paramétrico.

Segundo Hayes (1991)⁴⁰, a primeira escolha relativa à regra de extrametricidade envolve o *constituente* a ser considerado extramétrico pela língua. Pode-se escolher entre desconsiderar segmentos, sílabas, pés, sufixos e palavras.⁴¹ A segunda escolha envolve a *borda* para aplicação das regras de extrametricidade, através de dois valores: direita/esquerda. Em geral, esta borda é escolhida em relação à palavra como constituinte e há uma preferência muito maior em relação à existência de elementos extramétricos à direita na palavra do que à esquerda.⁴²

Hayes (1991) considera ainda uma terceira escolha paramétrica opcional: a regra marcaria como extramétrica uma sílaba que poderia formar um "*clash*" com a seguinte.⁴³

A extrametricidade estaria, ainda, sujeita a duas condições: a de Perifericidade e a de Exaustividade.⁴⁴ A Condição de Perifericidade pode ser estabelecida como em (23).

(23) Condição de Perifericidade

Elementos extramétricos têm que ser periféricos. Todos os outros casos de extrametricidade são apagados.

É a condição de perifericidade que faz com que a extrametricidade de um determinado elemento não possa se manter por mais de um ciclo - podendo, do contrário, gerar formas inexistentes na língua, como no exemplo (24), extraído de Hayes (1985: 195), para as palavras *parental* e *medicinal* do inglês:

⁴⁰ Hayes (1991) desenvolve idéias sobre extrametricidade já lançadas em Hayes (1985), que é uma re-publicação de sua tese de 1981.

⁴¹ Note-se que esta primeira escolha é, em natureza, diversa das envolvidas na escolha do pé básico das línguas, já que permite múltipla escolha e não binária do tipo sim/não ou +/- . Além disso, uma língua (como o Português do Brasil, por exemplo - ver item 2 do Capítulo 3) pode considerar ora sílabas, ora segmentos como extramétricos.

⁴² Alguns casos em que ocorrem elementos extramétricos no início de palavras podem ser vistos em Halle & Vergnaud (1987: 31-34).

⁴³ Para uma definição de "*clash*", ver o item 2.2.8 deste capítulo.

⁴⁴ Tais condições já haviam sido colocadas por Hayes (1985: 195) e Halle & Vergnaud (1987: 50).

(25)	parental [a ent al] ⁴⁵	medicinal [e i i n al]	Primeiro ciclo: Projeção das rimas Extrametricidade dos Nomes
	[a ent al s w └─┘ └─┘	[e i i n al s w w └─┘ / s / └─┘	Regra de Acento do Inglês (English Stress Rule)
	a ent al s w └─┘	e i i n al s w w └─┘ / s / └─┘	Adjunção de Silaba Perdida (Stray Syllable Adjunction)
	a ent al s w w └─┘ / s / └─┘	e i i n al s w w w └─┘ / / s / / └─┘ / s / └─┘	Segundo ciclo: Extrametricidade dos Adjetivos
	*párental s w w └─┘ / s / └─┘	*médicinal s w w w └─┘ / / s / / └─┘ / s / └─┘	Regra de Acento do Inglês Adjunção de Silaba Perdida
			Output

Outra consequência da condição de perifericidade é o fato de elementos constituintes extramétricos de um nível superior poderem dominar elementos extramétricos de nível inferior. Por exemplo, se uma língua possui uma regra de extrametricidade de consoantes da coda em posição final de palavra, pés extramétricos podem dominar consoantes extramétricas. A este respeito, ver Hayes (1991: 89-90).

A outra condição à qual está sujeita a extrametricidade é a de Exaustividade, que pode ser formulada como em (25):

(25) Condição de Exaustividade

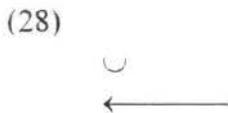
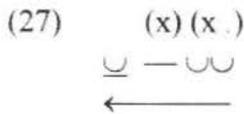
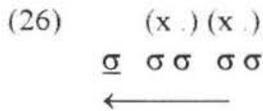
A extrametricidade é bloqueada quando abranger todo o domínio.

⁴⁵ As rimas marcadas com um traço que atravessa toda a sua extensão (ex: ~~rima~~) são extramétricas.

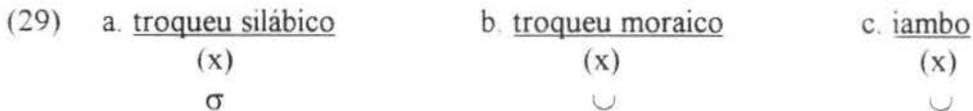
Um exemplo da atuação da Condição de Exaustividade é o bloqueio da extrametricidade nos monossílabos do latim, como será visto na parte 1 do Capítulo 3.

2.2.6. Pés degenerados

Muitas vezes, quando uma sequência de sílabas é segmentada em pés, algumas ficam sobrando. Em relação aos troqueus silábicos, insensíveis à quantidade, isto acontece, principalmente, quando a sequência contém um número ímpar de sílabas, em uma construção iterativa dos pés, ou quando se trata de um monossílabo. Em relação aos iambos e troqueus moraicais, este problema surge quando ficam sobrando sílabas leves à direita, quando a escolha das línguas é construir os pés da esquerda para a direita iterativamente, ou à esquerda, quando os pés são construídos da direita para a esquerda. Também os monossílabos constituídos de sílabas leves, neste caso, constituem um problema. A questão colocada acima está exemplificada em (26) - troqueus silábicos -, (27) - troqueus moraicais - e (28) - um monossílabo leve em um sistema sensível à quantidade (trocaico-moraico ou iâmbico).⁴⁶



Quando a língua opta por construir pés sobre as sílabas que sobraram, nos casos acima, são obtidos pés cuja estrutura corresponde a (29):



Tais pés recebem o nome de *degenerados* e correspondem ao tamanho mínimo que um pé pode ter.

Para alguns autores, como Halle & Vergnaud (1987: 17), não há restrições para a ocorrência de pés degenerados: sempre que necessário, eles serão construídos. Por outro lado, Hayes (1991: 76) acredita que sua ocorrência está vinculada a uma escolha da língua,

⁴⁶ Nestes exemplos, são considerados apenas pés construídos da direita para a esquerda. Em relação a pés construídos da esquerda para a direita, considere-se a imagem espelhada.

que envolve dois valores: proibição fraca e proibição forte. Esta escolha paramétrica está especificada em (30):

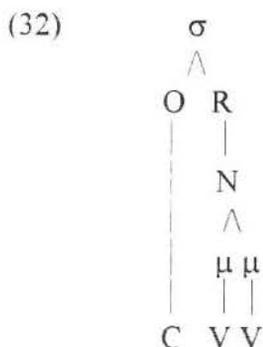
(30) Parâmetro do Pé Degenerado

- a. **proibição forte**: absolutamente proibidos.
- b. **proibição fraca**: permitidos somente em posição forte, ou seja, quando dominados por uma marca (x) superior na grade.

2.2.7. *Quantidade Silábica*

A sílaba é, universalmente, a unidade que carrega o acento. Em sistemas insensíveis ao peso das sílabas na atribuição do acento, bastam esta e as afirmações feitas até aqui. Porém, em relação aos sistemas que consideram as diferenças de peso entre as sílabas, é preciso, ainda, estabelecer os critérios que pautam as definições das línguas com relação às sílabas leves e pesadas. Alguns aspectos envolvidos nesta questão são universais: uma sílaba CV é sempre leve (ou monomoraica), enquanto que uma CVV é sempre pesada (ou bimoraica). Como o peso de sílabas do tipo CVC varia entre as línguas do mundo (monomoraica ou bimoraica), Hayes (1991: 227) propõe que, também aqui, há a necessidade de se postular uma escolha paramétrica. Neste caso, ela se faz entre observar a quantidade de elementos no **núcleo** ou na **rima**, para fins de estabelecer o peso silábico.⁴⁷

Como uma sílaba CV tem sempre um elemento tanto no núcleo como na rima - (31) - e uma CVV tem sempre dois - (32) -, universalmente elas são consideradas monomoraica e bimoraica, respectivamente. Isto ocorre porque a(s) consoante(s) do *onset* nunca licenciam uma mora - é por este motivo que as regras de acento só levam em consideração os elementos da rima (cf. Goldsmith, 1990: 170).



⁴⁷ As observações a respeito do peso silábico aqui apresentadas também se aplicam a sílabas mais complexas, do tipo CCV, CCVV, CVVC, CCVV, CVCC, CCVCC, CCVVCC, etc. Basta contar o número de elementos no núcleo e na rima para classificá-las como leves ou pesadas.

Observe-se em (33) que, por outro lado, nas sílabas CVC, a quantidade de elementos dominados pela rima (dois) é diferente da dominada pelo núcleo (um).⁴⁸



É por este motivo que o peso silábico das sílabas do tipo em (33) pode variar: as línguas que optam por contar apenas os elementos no núcleo consideram-na monomoraica e as que optam por contar os elementos da rima, bimoraica.⁴⁹

2.2.8. Transformações métricas

Todos os mecanismos métricos aos quais foi feita alusão até agora são responsáveis, através de escolhas paramétricas efetuadas pelas línguas, pelos padrões acentuais das palavras. Entretanto, em um nível superior, quando as palavras são combinadas, muitas vezes são necessários outros dispositivos para adequar um ao outro os padrões acentuais das palavras combinadas. Dentro do arcabouço teórico do modelo métrico aqui assumido, a acentuação frasal geralmente se submete às seguintes operações (cf. Selkirk, 1984; Hayes, 1991):

- (34) a. Atribuição de proeminências relativas a sequências de palavras, baseada em parentetização sintática (Lieberman & Prince, 1977), prosódica (Nespor & Vogel, 1986), foco e outros fatores.
- b. Ajustes através de movimento ou supressão de proeminências do contorno resultante da operação acima, de acordo com os seguintes princípios rítmicos: evitar colisão acentual ("*stress clash*"), procurar um mesmo espaçamento entre acentos.

⁴⁸ Os parênteses em (μ) indicam que esta mora só é licenciada nas línguas que consideram a quantidade de elementos na rima como critério de peso das sílabas; nas que não consideram este critério, ela não é licenciada.

⁴⁹ Foi justamente por causa da existência de línguas que consideram CVC leve que Hayes (1991) foi obrigado a rever a sua posição de 1981 - aqui Hayes (1985)-, em que o principal critério de peso silábico era a ramificação da rima.

"What seems to work better is a kind of gradient principle: adjacent stresses are strongly avoided; stress that are close but not adjacent are less strictly avoided, and at a certain distance (perhaps four syllables) the spacing becomes fully acceptable. Beyond the ideal distance, we find that stresses are too far apart, so that rhythmic phonology tends to interpolate stresses to fill the gap."

Hayes adverte, no entanto, que muitas das regras de acentuação frasal são opcionais, existindo uma tendência quanto à sua aplicação - baseada no grau de melhoramento da euritmia da sequência de proeminências.⁵²

2.2.9. Sumário dos parâmetros do ritmo

1. Quantidade de sílabas por pé: binário/ilimitado
2. Dominância: esquerda/direita
3. Sensibilidade à quantidade silábica: sim/não
4. Direcionalidade: da direita para a esquerda/da esquerda para a direita
5. Regra Final: à direita/à esquerda
6. Extrametricidade
 - a. constituinte: nenhum/segmentos/sílabas/pés/sufixos/palavras
 - b. borda: direita/esquerda
7. Pés degenerados: proibição forte/ proibição fraca/não-proibição
8. Quantidade silábica: considerar elementos da rima/núcleo
9. Iteratividade: os pés são construídos iterativamente/não-iterativamente

⁵² Esta tese não se deterá mais alongadamente na discussão dos fenômenos de acentuação frasal, uma vez que o ponto principal aqui discutido engloba mudanças na acentuação lexical, ou seja, no nível da palavra, somente.

2.3. Domínios de aplicação

2.3.1. Acentuação: fenômeno lexical e pós-lexical

A partir da apresentação da teoria métrica levada a cabo no item 1 deste capítulo, pode-se perceber que alguns dos fenômenos descritos podem ocorrer no nível do léxico, enquanto que outros podem também ocorrer no nível da concatenação de palavras, ou seja, no nível pós-lexical.

Dos fenômenos acentuais que podem ocorrer no léxico, o principal deles é a atribuição de acento (da proeminência básica da palavra) propriamente dita.⁵³ Por exemplo, é a regra de acentuação do português⁵⁴ que vai estabelecer que as sílabas marcadas são acentuadas nas palavras abaixo:

(38)	<u>café</u>	detet <u>ive</u>	fon <u>ética</u>	<u>fale</u>
	<u>mesa</u>	brincade <u>ira</u>	auto-seg <u>mental</u>	<u>falou</u>
	<u>mágica</u>	constitu <u>ição</u>	falar	<u>falava</u>

Em relação à combinação das palavras em frases, há casos, também em português, em que transformações métricas do tipo das citadas no item 2.2.8 ocorrem. Para citar uma, escolheu-se a atuação de "Mova x", exemplificada em (39), em que atua quando da formação de um nome próprio, e (40), em um enunciado.⁵⁵

(39)							
	(x)	(x)	
	(←	x	(x)	(x)	(x)	
	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	
	Den	tal	Flex	→	Den	tal	Flex

(40)											
	(x)	(x)	
	(x)	(x)	(x)
	(←	x	(x))	(x)	(x)	(x)
	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	
	Vo	cê	sem	pre	sai	ga	nhan	do	→		

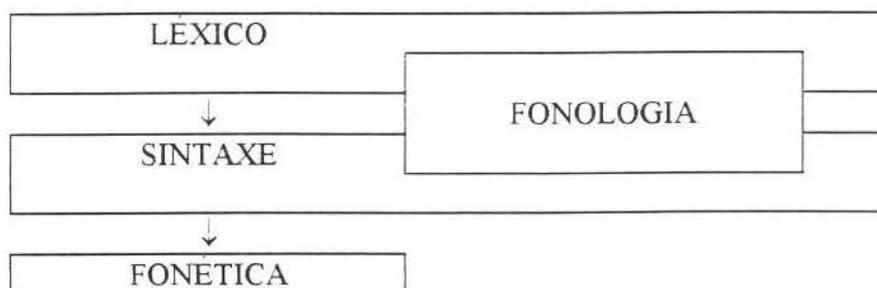
⁵³ No entanto, como será visto no Capítulo 3 em relação ao latim, a atribuição do acento também pode ser feita pós-lexicalmente.

⁵⁴ Para uma discussão desta regra, ver a segunda parte do Capítulo 3.

⁵⁵ Extraído do seguinte versinho de uma propaganda televisiva de um folheto de materiais para construção: "Construindo ou reformando/Você sempre sai ganhando".

⁵⁶ Neste exemplo, as sílabas "pre" de "sempre" e "do" de "ganhando" não foram consideradas no momento da construção dos pés, sendo adjungidas no nível superior, porque, como será visto adiante, o Português do Brasil não permite a criação de pés degenerados pós-tonicamente.

(42)



Segundo Goldsmith (1990: 218), a fonologia pós-lexical envolve dois tipos de aplicação de regras: (a) aquelas que operam crucialmente entre fronteiras de palavra ou que fazem uso de estruturas sintáticas ou prosódicas e (b) aquelas que incluem, especificam ou se referem a traços não-distintivos - as regras "sub-fonêmicas" (ou, em outras palavras, fonéticas).⁵⁹ Também a classe de regras lexicais é composta de dois subtipos: (a) as que envolvem ajustes que são desencadeados pela combinação de morfemas, como a regra de abrandamento de velar no português, que transforma o /k/ de *eletrik-* em /s/ diante do morfema *-idade*, formando *eletricidade*, e (b) aquelas que operam modificações na estrutura segmental, requeridas quando a forma subjacente não satisfaz as condições fonotáticas que consideram uma seqüência uma palavra bem-formada, como, por exemplo, as regras de silabificação e as epênteses daí decorrentes.

Além das regras acima, existem aquelas cuja aplicação pode se dar no módulo lexical, no pós-lexical ou em ambos. Por este motivo, há a necessidade de se estabelecer diferenciações que indiquem o módulo em que se aplica determinada regra.⁶⁰

Há algumas diferenças que distinguem as regras de aplicação lexical das de aplicação pós-lexical, que provém da própria natureza que o léxico assume neste modelo. Uma primeira diferenciação envolve a questão do *output* do léxico: palavras; portanto, regras que se aplicam entre palavras (na junção de palavras) são obrigatoriamente de aplicação pós-lexical. Também decorrente da própria natureza do léxico é a distinção entre regras que são sensíveis a informações morfológicas, ou seja, a informações sobre a estrutura interna da palavra, e regras que não necessitam desse tipo de informação. As primeiras são, obviamente, regras de aplicação lexical, enquanto que as últimas, pós-lexical.

Outra diferença importante entre esses dois tipos de regra é o fato de as regras lexicais poderem ter exceções, enquanto que a aplicação das regras pós-lexicalmente ocorre de maneira automática e sem exceções. Como exemplo de regra lexical (com exceções) pode ser citada a conjugação de verbos irregulares do português, como *ir*, *ser*, etc.; como exemplo de regra fonológica sem exceções e, portanto, de aplicação pós-lexical, pode ser citada a regra de palatalização de /t/ e /d/ diante de /i/, no português falado no Rio de Janeiro.

Como o módulo lexical precede o módulo pós-lexical da fonologia no modelo de gramática aqui adotado, decorre daí uma outra diferenciação entre esses dois tipos de regra: a aplicação lexical das regras fonológicas deve preceder a aplicação pós-lexical. Portanto, a

⁵⁹ Para uma tipologia das regras pós-lexicais, ver Kaisse (1990).

⁶⁰ Sobre a predição dos domínios de aplicação de regras fonológicas, ver Rice (1990).

própria ordenação da aplicação de regras já oferece pistas quanto à sua classificação como lexical ou pós-lexical.

Uma outra diferenciação entre esses dois tipos de regras decorre do fato de existirem, no léxico, restrições quanto à preservação de estruturas, às quais se submetem as regras de aplicação lexical, mas não as de aplicação pós-lexical. Pode-se esclarecer melhor que tipo de restrições são essas, ilustrando com um exemplo: em português, não são criadas, no léxico, sílabas do tipo /mro/; todavia, esta estrutura pode ocorrer no nível da atualização fonética, já que existem regras pós-lexicais que podem reduzir *número* a /'numro/.⁶¹

Quando as regras envolvem operações subsegmentais, ou seja, envolvendo operações gradientes ou propriedades fonéticas excluídas do inventário de traços distintivos, sua aplicação fica restrita ao módulo pós-sintático (pós-lexical) - Mohanan (1986: 152). Em outras palavras, as operações subsegmentais estão envolvidas no que se tem chamado de implementação fonética.⁶²

A produtividade das regras também propõe importantes questões a respeito da sua aplicação. Uma regra produtiva é aquela que se aplica a palavras novas (= não-listadas), tanto para produção como para reconhecimento.⁶³ Não é necessário que uma regra altamente produtiva se aplique sem restrições. Porém, regras que se aplicam pós-lexicalmente devem ser altamente produtivas e sua aplicação, sem exceções. Em relação às regras aplicadas no léxico, por outro lado, existem três casos, quanto à sua produtividade e excepcionalidade: (a) regras produtivas e sem exceções; (b) regras produtivas com exceções e (c) regras não-produtivas com exceções.⁶⁴

Além de todas as diferenciações entre regras de aplicação lexical e pós-lexical, existe outra, talvez a mais importante delas, envolvendo a questão da ciclicidade: as regras lexicais podem ser cíclicas; as pós-lexicais, não. A escolha quanto à ciclicidade ou não de uma regra tem a ver com a própria organização do léxico em *estratos*. Reside aí, nesta organização estratificada, a maior inovação proposta pelo modelo fonológico lexical. Neste sentido, são os estratos - e não as regras - que são ou não cíclicos.

O número de estratos no léxico não é fixado universalmente para todas as línguas; ele depende da quantidade de níveis necessários para dar conta de todos os processos fonológicos envolvidos na formação de palavras. Para saber quantos estratos são necessários, é preciso considerar tanto os processos de afixação (ou derivação) como os de composição, bem como os processos fonológicos envolvendo tanto junturas do tipo "+" como do tipo "#" (na terminologia do SPE). Além disso, existem duas classes de afixos que devem ser levadas em conta: afixos que se ligam a radicais (ou raízes) e afixos que se ligam a palavras - respectivamente (43) e (44).⁶⁵

⁶¹ A este respeito, ver Goldsmith (1990: 223) e Pulleyblank (1986: 7).

⁶² A este respeito, ver Pulleyblank (1986: 8), que aponta quatro diferenças básicas entre regras fonológicas lexicais e regras fonéticas pós-lexicais: (1) regras fonológicas se restringem ao uso de traços binários, enquanto que as regras fonéticas envolvem um uso gradiente de traços; (2) o número de entidades fonológicas é limitado; o de fonéticas, ilimitado; (3) as consequências das regras fonéticas frequentemente envolvem estrutura temporal e coordenação; (4) regras fonéticas não possuem exceções lexicalmente condicionadas.

⁶³ A este respeito, ver Mohanan (1986: 55-58).

⁶⁴ Mohanan (1986: 58) afirma não saber se a quarta possibilidade lógica - regras improdutivas e sem exceções - existe, pois ele não conhece nenhum caso.

⁶⁵ A este respeito, ver Durand (1990: 171).

(43) pedr-a
pedr-eiro
pedr-aria

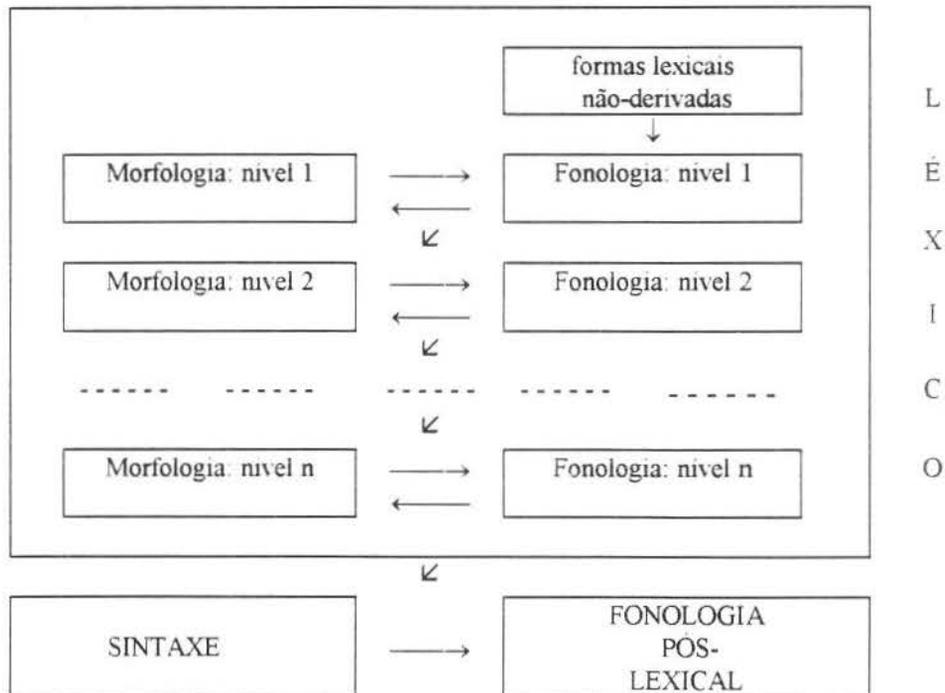
(44) sub-meter
re-meter
re-direcionamento

Uma importante característica das regras de formação de palavras é a sua recursividade. Assim, tem-se *constituir* → *constituição* → *constitucional* → *constitucionalizar* → *inconstitucionalizar*, etc. Além disso, existem casos em que, depois de ligados alguns afixos, outros ficam excluídos e não podem mais se ligar à palavra - (45):⁶⁶

(45) [beauti][ful]
[beauti][ful][ness]
*[beauti][ful][ity]

Para dar conta desses dois fatores, o léxico é concebido pelo modelo lexical como estratificado. Desta forma, explica-se porque *-ness*, no exemplo acima, pode se ligar a *beautiful* e *-ity*, não. É porque tanto *-ful* quanto *-ity* são afixados no mesmo estrato, enquanto *-ness*, no estrato posterior. Tal explicação provém da aceitação de um modelo de léxico como (46):⁶⁷

(46)

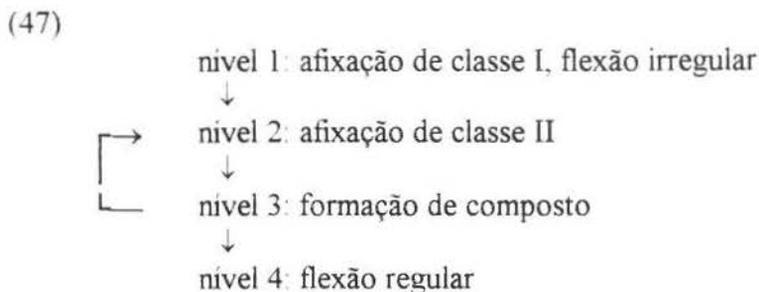


Sendo assim, para o inglês, Kiparsky (1982a: 133) propõe três estratos: o primeiro, envolvendo flexões e derivações do tipo "+", o segundo, derivações e composições do tipo "#", e o terceiro, flexões do tipo "#". Já Mohanan (1986) assume a existência de quatro

⁶⁶ Exemplo do inglês extraído de Mohanan (1986: 17).

⁶⁷ Adaptado de Kiparsky (1982a: 132).

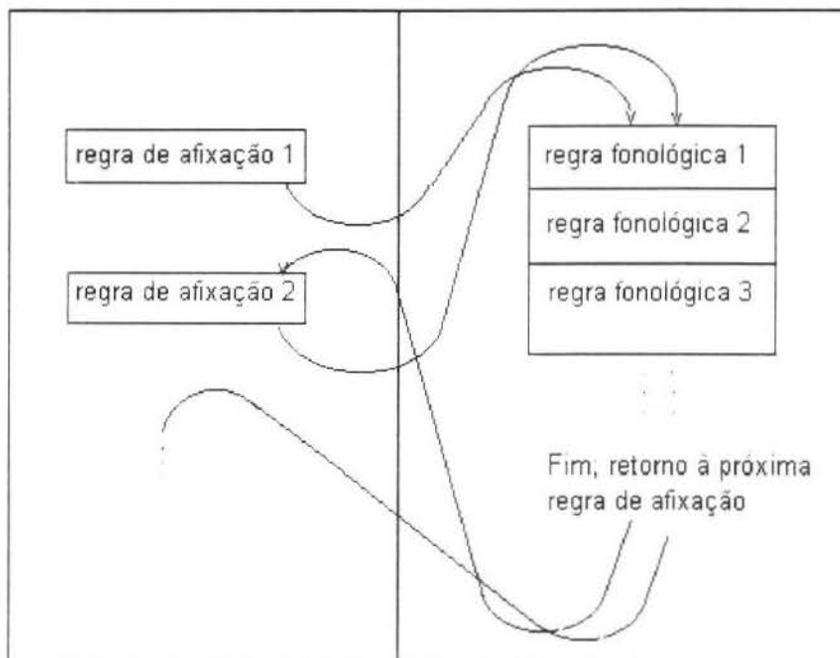
níveis para o inglês: nível 1 - derivações do tipo "+" e flexões irregulares; nível 2 - derivações do tipo "#"; nível 3 - composições; nível 4 - flexões regulares. Em relação ao português, Lee (1992: 111) argumenta a favor da necessidade de quatro níveis, explicitados em (47):



Também para Lee (1992: 119), a regra de acento nominal se aplica nos dois primeiros estratos, a de acento dos compostos, no terceiro, enquanto que a de acento verbal, no quarto (último) estrato.⁶⁸

Para permitir várias afixações em cada estrato e também aplicações de diversas regras fonológicas, a estrutura interna dos estratos deve corresponder a (48):

(48) Estrutura interna de um estrato⁶⁹



Para determinar a que estrato(s) corresponde a aplicação de uma determinada regra fonológica, alguns aspectos devem ser considerados: o domínio de aplicação de regras não pode conter estratos não-adjacentes (Mohan, 1986: 47), regras de aplicabilidade restrita

⁶⁸ Na sua tese de doutorado em preparação. Lee (1995) faz uma outra proposta de organização do léxico do português, que prevê apenas dois estratos - α e β .

⁶⁹ Adaptado de Goldsmith (1990: 238).

devem ser ordenadas antes das regras de aplicabilidade mais geral - "*Elsewhere Condition*" (Kiparsky, 1982a:136 e Goldsmith, 1990: 221), a ordenação das regras deve considerar domínios cada vez maiores - em ordem crescente (Goldsmith, 1990: 239).

Para se determinar se a aplicação de regras fonológicas se faz ciclicamente ou não, há que se entender que a noção de ciclicidade adotada pela fonologia lexical é um pouco diferente da do SPE. Em Chomsky & Halle (1968: 15), a noção de ciclo é assim apresentada:

"... we assume as a general principle that the phonological rules first apply to the maximal strings that contain no brackets, and that after all relevant rules have applied, the innermost brackets are erased; the rules then reapply to maximal strings containing no brackets, and again innermost brackets are erased after this application; and so on, until the maximal domain of phonological processes is reached."

Além da concepção de ciclo citada acima, lançada pelo SPE, a fonologia lexical aborda esta questão de maneira ampliada: como o léxico é composto de estratos e como cada forma tem que passar por todos eles, pode-se dizer que os processos de formação de palavras e sua passagem pelos níveis do léxico é cíclica. Explicando melhor e exemplificando, pode-se dizer que mesmo uma forma monomorfêmica do inglês, para Mohanan (1986: 48), passa através de cinco ciclos de aplicação de regras fonológicas, quatro lexicais e um pós-lexical. É esta propriedade que distingue a aplicação cíclica de regras na Fonologia Lexical de todos os outros modelos da fonologia, baseados em SPE, em que a ciclicidade é dependente unicamente da parentetização. No modelo lexical, ela é também uma consequência da interação entre os estratos lexicais e o sistema de regras fonológicas. Isto pode ser visto através da aplicação da regra de acentuação nos exemplos em (49). Note-se que não há mais a necessidade de postular graus de acentuação (correspondentes a algarismos), como em SPE.

(49)	<u>1º estrato</u> - 1º ciclo			
	[gent] [il] [eza]	[gent] [il] [mente]		
	[gent][il]	[gent][il]		afixação
	[gentil]	[gentil] [mênte]		regra de acento
	<u>2º ciclo</u>			
	[gent][il][eza]	[gentil] [mênte]		afixação
	[gentiléza]	[gentil] [mênte]		regra de acento
				Convenção de Apagamento de Parênteses (BEC)
	<u>2º estrato</u> - 3º ciclo			
	[gentiléza]	[gentil][mênte]		composição
		[gentilmênte]		regra de acento dos compostos - Mova x BEC

Note-se que, nos exemplos acima, para que não haja resultados indesejáveis de derivação e composição, é necessária a postulação da *Convenção de Apagamento de Parênteses*⁷⁰ (BEC - "Bracket Erasure Convention"), ao final de cada estrato. Tal convenção pode ser definida como em (50):⁷¹

(50) Convenção de Apagamento de Parênteses

Apague os parênteses internos ao final de cada nível.

Como uma consequência de BEC, o *output* do léxico não contém qualquer parentetização interna. Isso faz com que as regras sintáticas não tenham acesso à estrutura interna das palavras, não podendo estas atuarem sob um condicionamento morfológico.

Para Pulleyblank (1986: 4), a ciclicidade ou não de um estrato é um fator parametrizável por cada língua. Em outras palavras, existe um parâmetro [\pm cíclico] aplicado a cada estrato necessário no léxico de cada língua. Mohanan (1986: 49) assim estabelece as diferenças entre estratos cíclicos e não-cíclicos:

a. *Non-cyclic stratum*

The phonological rule system is scanned for applicability of rules only after all the morphological rules have applied at a given stratum.

b. *Cyclic stratum*

The phonological rule system is scanned for applicability of rules every time there is a new form at a given stratum (i.e. phonological rules are scanned for applicability to the forms entering the stratum, as well as to the forms created by a morphological operation at the stratum).

A classe de regras fonológicas cíclicas corresponde às que apresentam "*derived-environment-only*" (somente em formas derivadas). Tais regras estão sujeitas à Condição de Ciclo Estrito ("*Strict Cycle Condition*" - SCC)⁷², cuja definição de encontra em (51):⁷³

(51) Condição de Ciclo Estrito (SCC)

(a) regras cíclicas se aplicam somente a formas derivadas.

(b) Definição: Uma representação ϕ é derivada com respeito à regra R no ciclo j se ϕ encontra a análise estrutural de R através da combinação de morfemas introduzidos no ciclo j ou da aplicação de uma regra no ciclo j.

⁷⁰ Ou melhor, colchetes.

⁷¹ Sobre a Convenção de Apagamento de Parênteses, ver Mohanan (1986: 23), Goldsmith (1990: 239), Kiparsky (1982a: 140) e Durand (1990: 175).

⁷² Para Durand (1990: 187), somente o último nível do léxico escapa da SCC.

⁷³ A este respeito, ver Kiparsky (1982a: 154) e Durand (1990: 184).

2.3.4. Para além do léxico: Fonologia Prosódica

A preocupação principal da teoria prosódica, conforme mostram Selkirk (1980, 1984), Nespor & Vogel (1986), Hayes (1989) e Selkirk & Shen (1990), é com todos os constituintes prosódicos, não somente rítmicos (pés e sílabas), ao contrário do modelo métrico. Os pés, ponto central da teoria métrica, são apenas um dos constituintes estudados pelo modelo prosódico. No seu livro de 1986, Nespor & Vogel, retomando Selkirk, enumeram todos os constituintes importantes para uma descrição prosódica e provam sua existência através da descrição de processos fonológicos em diversas línguas que necessitam destes constituintes como domínio. Os constituintes propostos por Nespor & Vogel são os seguintes:⁷⁴

(52)

Proposta de Nespor & Vogel (1986)		
CONSTITUENTES PROSÓDICOS		
constituintes	tradução	símbolo
<i>phonological utterance</i>	enunciado fonológico	<i>U</i>
<i>intonational phrase</i>	grupo entoacional	<i>I</i>
<i>phonological phrase</i>	grupo fonológico	ϕ
<i>clitic group</i>	grupo clítico	<i>C</i>
<i>phonological word</i>	palavra fonológica	ω
<i>foot</i>	pé	Σ
<i>syllable</i>	silaba	σ

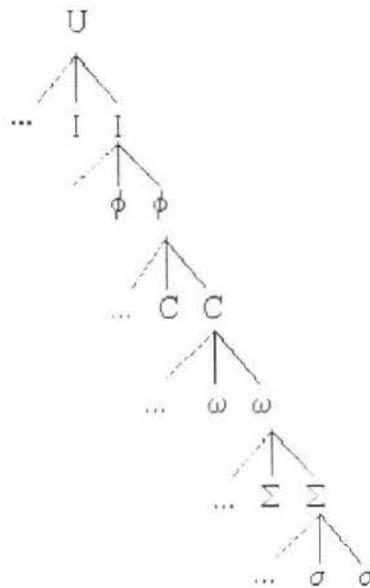
Para as autoras, a estrutura prosódica de um enunciado não depende da sua estrutura sintática, mas das regras de construção dos constituintes acima (que são universais) em cada língua. Na concepção atual de fonologia não-linear, todas as interações entre sintaxe e fonologia são mediadas pela estrutura prosódica. Neste sentido, o componente prosódico, além de domínio de aplicação de regras, ainda é concebido como mediador entre as parentetizações sintáticas e a aplicação de regras fonológicas pós-lexicais. Isto porque é, também, lugar de aplicação das regras de mapeamento que transformam a estrutura sintática em uma estrutura prosódica hierarquizada passível de ser submetida à aplicação das regras fonológicas pós-sintáticas.⁷⁵

Cada língua tem regras específicas de construção de constituintes, mas o que é universal é que cada constituinte superior - no esquema em (52) - sempre é formado por constituintes inferiores. Estas relações, em Nespor & Vogel, são expressas através de estruturas arbóreas n-árias - conforme (53), abaixo. Para cada constituinte, há apenas um elemento rotulado *s* (forte); os demais são todos rotulados com *w* (fraco).

⁷⁴ Selkirk (1980, 1984) não considera o grupo clítico como constituinte prosódico.

⁷⁵ A este respeito, ver Hayes (1990), Zec & Inkelas (1990) e as evidências a favor da mediação do nível prosódico entre a sintaxe e a aplicação de processos fonológicos pós-lexicais, a partir de dados de aquisição (aparecimento de "filler sounds"), apresentados em Scarpa (1993, 1995).

(53)



São duas as grandes vantagens do modelo prosódico. Em primeiro lugar, procura trazer para dentro do componente fonológico todas as manifestações prosódicas, não somente a acentuação e o ritmo, procurando descrever também o domínio da entoação e dos tons. Entretanto, quanto aos fenômenos de acentuação, este modelo só dá conta das suas manifestações pós-lexicais e, geralmente, não tão bem quanto a teoria métrica. Um exemplo disso são os fenômenos de retração de acento (ou regra rítmica ou reversão iâmbica ou, ainda, fenômenos de "Mova x"), muito melhor descritos através de grades (Prince, 1983) do que de árvores (Selkirk, 1980). É por este motivo que, nesta tese, preferiu-se adotar o modelo métrico: por sua natureza, o objeto do presente estudo é muito melhor descrito por este modelo do que pelo prosódico. Como Nespors & Vogel admitem uma interação entre os módulos métrico e prosódico, a melhor maneira de os pés prosódicos n-ários serem construídos é a partir do *input* fornecido pelo modelo métrico, que determina a distribuição das proeminências e a localização do acento nas palavras.⁷⁶ Além disso, considera-se, aqui, que o acento, no português, é um fenômeno lexical - e já o era no período arcaico. Portanto, a adoção do modelo prosódico não é apropriada, já que se presta melhor à explicação de fenômenos pós-lexicais.

A segunda grande vantagem do modelo prosódico é o fato de admitir uma certa flexibilidade na construção dos constituintes, permitindo, assim, que um mesmo enunciado

⁷⁶ Esta posição é diametralmente oposta à defendida por Nespors (1990: 245), para quem as grades métricas são construídas a partir de informações contidas nas árvores prosódicas, pós-sintaticamente. Ora, se se considera que as grades métricas são construídas ainda pré-sintaticamente, então não se pode postular que as árvores prosódicas sejam o ponto de partida para as grades métricas.

possa ser dividido diferentemente, o que geraria diferentes nuances de significado (ver Nespór & Vogel, 1986: 187-205).

Um outro fato importante a ser notado é que o modelo prosódico considera ramificações n-árias dos constituintes - fato que não é aceito por outros modelos não-lineares, que apostam na *binaridade*. Nespór & Vogel argumentam que os nós intermediários obrigatoriamente formados quando são utilizados constituintes binários não têm realidade fonológica, pois nenhum processo considera estes nós como domínio.⁷⁷

⁷⁷ A este respeito, ver Nespór & Vogel (1986: 9-10).

Capítulo 3:

Percurso Histórico

Capítulo 3:

PERCURSO HISTÓRICO

1. ACENTO EM LATIM

1.1. Latim clássico e latim vulgar

Como, no presente capítulo, pretende-se apresentar um panorama dos trabalhos sobre acentuação em latim, faz-se necessário, antes de mais nada, uma revisão da literatura acerca da dicotomia *latim clássico* x *latim vulgar*, uma vez que algumas modificações na atribuição do acento são apontadas por estes estudos na passagem de um ao outro.

A distinção entre as modalidades clássica e vulgar do latim é bem conhecida dos estudos linguísticos.¹ Mas esta distinção, embora de uso comum, acha-se prejudicada em clareza, dadas as inúmeras definições destes dois tipos de latim, especialmente o vulgar.

Entre os filólogos e demais estudiosos do latim, não é problemática a definição de latim clássico, uma vez que, para todos eles, esta modalidade corresponde ao latim literário - um latim escrito e culto, portanto. Entretanto, muitos problemas podem ser enfrentados quando se busca uma definição de latim vulgar. Existem, pelo menos, cinco correntes distintas. Entre elas, começar-se-á por citar a dos estudiosos que consideram vulgar o latim das classes baixas da população romana (sendo que, aqui, "romana" refere-se a todo o Império) - Coutinho (1954: 19), Nunes (1969: 45) e Ilari (1992: 60). Corresponderia, portanto, à fala da plebe, de pessoas incultas ou analfabetas.

Em termos de distinção de classes sociais, há também quem defina o latim vulgar como a fala da classe média - Battisti (1949: 23) e Montesinos Abellan (s/d: 23) - ou como a fala cotidiana das pessoas instruídas (classe alta, portanto) - Bueno (1955: 27).² Como argumentos contrários à consideração do latim vulgar enquanto fala da classe média (e, por extensão, da classe alta), Silva Neto (1977[1957]: 45-46) apresenta os seguintes:

"Se considerarmos (...) o «latim vulgar» como um bloco, isto é, a língua da classe média, não sabemos como dissociar-lhe o latim provincial que, sem

¹ Como adverte Silva Neto (1956), convém diferenciar "latim vulgar" de "baixo latim" e "latim bárbaro". Define estes dois tipos de latim da seguinte maneira - Silva Neto (1956: 42-43):

"O baixo latim é a língua literária da decadência, empregada pelos escritores cristãos, e na qual, de vez em quando, por humildade ou por má instrução dos autores, surgem barbarismos."

"O latim bárbaro, usado nos documentos da Idade Média, é língua puramente escrita, mas onde a influência românica é manifesta. Isto é, os copistas misturavam formas de seu latim artificial, tabeliônico, com formas romances de sua linguagem usual, comum."

Também fazem esta distinção Nunes (1969) e Montesinos Abellan (s/d).

² Para este último autor, o latim das classes baixas (mais pobres) da população, compreendendo as pessoas sem instrução, corresponderia ao "latim plebeu" - Bueno (1955: 28).

dúvida, havia de apresentar colorido dialetal. Mesmo a língua falada pela classe média provincial, além de diferenças de provincia para provincia, se distinguiria do latim das classes médias de Roma. Além disso qual o conceito em que se pode enfeixar a classe média no Império Romano ? Se ainda hoje tanto discutem os sociólogos o conceito rigoroso de classe social, como poderemos, confiantemente, falar numa linguagem da classe média dos romanos ? E mais a mais uniforme em todas as partes do Império?"

Um outro tipo de definição do latim vulgar baseia-se não mais em distinções sociais de grupos de falantes, mas na evolução e periodização do latim, enquanto língua viva. Para os autores que fazem este recorte do seu objeto, o latim vulgar corresponde ao último estágio da evolução do latim em direção às línguas românicas - Battisti (1949: 23). Apresentam, inclusive, o período no contínuo temporal da língua correspondente a esta modalidade: de 200 a.C. a 600 d.C. - Battisti (1949: 33) e Montesinos Abellan (s/d: 23).

Uma última corrente - mais lúcida - que pode ser citada é a que define o latim vulgar como a fala cotidiana dos romanos (de maneira geral), um aglomerado de falares e tendências. Neste sentido, vale a definição de Meillet (1933: 239):

"Ainsi qu'il résulte des conditions dans lesquelles s'est propagé l'usage du latin, le terme de «latin vulgaire» dont on se sert pour désigner le latin parlé au cours de l'époque impériale n'exprime à aucun moment ni en aucun lieu un état un, définissable avec quelque précision. On ne peut entendre par là qu'un ensemble de tendances qui se sont réalisées à des degrés divers suivant la condition et l'éducation des divers sujets parlants, suivant les temps et suivant les lieux."

Também definem latim vulgar deste modo Vasconcellos (1959: 12) e Silva Neto (1956: 36 e 1977: 46), para quem esta modalidade consiste em uma *"língua coletiva, falada, provida de meios de expressão que nem sempre eram julgados dignos de ascender às páginas da literatura"*, *"uma língua falada multimoda e complexa"*, que *"não obedecia as normas rigorosas da língua escrita"*.³

Como fontes desta modalidade vulgar do latim, Vasconcellos (1959: 12-13) cita:

"... as inscrições, quando gravadas por artifices pouco peritos, ou quando representam vocábulos locais; os gramáticos, quando combatem e exemplificam o que eles chamam falar vicioso; certos narradores, e poetas dramáticos, quando, para produzirem efeito cómico, fazem que os seus personagens falem a língua quotidiana; alguns autores da época da decadência literária."

³ Ilari (1992: 58) cita ainda um outro sentido para o qualificativo "vulgar": em conexão com "vulgarismo", ou seja, formas ou expressões *"condenáveis por suas conotações populares, provincianas ou arcaizantes"*. Tal sentido não foi encontrado em nenhum dos autores consultados.

São basicamente estas mesmas fontes as citadas por Silva Neto (1977: 40), às quais acrescenta informações fornecidas *a posteriori* pelas línguas românicas.⁴ Entretanto, discorda de Meillet (1933: 239), para quem somente a gramática das línguas românicas é que pode definir o latim vulgar verdadeiramente falado. Para Silva Neto (1977: 42-43):

"... as línguas românicas são de inapreciável valor para o conhecimento do latim falado, mas não para reconstruí-lo e sim para confirmá-lo: constituem apenas elementos de verificação."

1.2. Atribuição do acento de palavra em latim

A regra de atribuição do acento às palavras, no latim clássico, baseia-se na quantidade silábica, ou, em outras palavras, no peso relativo das sílabas. Ao contrário da quantidade vocálica, estabelecida apenas pela diferenciação no tempo de pronúncia das vogais (oposição breve *versus* longa), a quantidade das sílabas não é só estabelecida pelo peso das vogais; também é relevante a presença ou não de uma consoante travando a sílaba (isto é, imediatamente depois da vogal-núcleo).⁵ A(s) consoante(s) que precede(m) a vogal-núcleo, entretanto, não interfere(m) no peso da sílaba.⁶

Desta forma, o latim estabelece as seguintes distinções quantitativas (conforme Niedermann, 1953: 172-173; Grandgent, 1940: 11 - nota de rodapé; e Faria, 1970: 136-137):

- será breve toda sílaba aberta que possua, no núcleo, uma vogal breve;
- será longa toda sílaba que possua, no núcleo, uma vogal longa por natureza, um ditongo, ou que possua uma vogal breve, porém seguida de uma consoante.⁷

É importante, também, chamar atenção para o fato de que, na versificação, uma sílaba breve, seguida de outra igualmente breve mas que comece por duas consoantes, pode transformar-se em longa - Niedermann (1953: 174-175), citando a definição de "longa por posição", de Quintiliano.

Baseada na distinção quantitativa explicitada acima, a regra que atribui acento às palavras do latim leva em consideração apenas as três últimas sílabas das palavras. Ou melhor, segundo Devoto (1944) e Allen (1973), a regra do acento latino era uma "regra de duas sílabas" (e não de três), porque leva em consideração apenas a penúltima e a antepenúltima - uma vez que não existem oxítonos em latim.⁸ Assim sendo, a localização do acento latino é regulada pela quantidade da penúltima sílaba: **se a penúltima sílaba for longa, o acento recai sobre ela; se for breve, o acento recai na antepenúltima** - Meillet (1933: 129), Lindsay (1937: 25), Grandgent (1940: 11), Devoto (1944: 109), Niedermann (1953: 13-14), Silva Neto (1956: 96), Montesinos Abellan (s/d: 39), Nunes (1969: 33), Faria (1970: 134-135), Allen (1973: 155 e 177-178) e Ilari (1992: 74). Além disso, convém

⁴ Dentre os textos remanescentes que fornecem notícias a respeito do latim vulgar. Silva Neto (1946) coloca em relevo o *Appendix Probi*.

⁵ A respeito da quantidade em latim. ver Montesinos Abellan (s/d: 37).

⁶ Sobre este assunto. ver Monteil (1973: 47).

⁷ Em outras palavras, toda sílaba travada é longa em latim, independentemente da quantidade da vogal que encerra.

⁸ A este respeito. ver Meillet, 1933: 129; Silva Neto, 1956: 96 e Faria, 1970, 134.

lembrar que os dissílabos são necessariamente acentuados na primeira (ou penúltima) sílaba (isto é, são sempre paroxítonos), independentemente da quantidade desta sílaba. Como exemplos, extraídos de Niedermann (1953: 14), tem-se:

- *dissílabos*:

légis, ámās, quídam, inter, áudāx.

- *palavras de mais de duas sílabas*:

a) com a penúltima longa:

fídēlis, amātur, legúntur, fortitúdo, vehemēntur, religiōsus.

b) com a penúltima breve:

fácilis, légitur, fēmīna, ímpētus, subsidiūm, amícíſia, concēdere.

É importante ressaltar o fato de que a regra acima aplica-se apenas no nível das palavras. Isto quer dizer que ela só se aplica a elementos lexicais plenos (ou "*full words*", na terminologia de Allen, 1973: 158), em oposição aos proclíticos e enclíticos, os quais constituem uma unidade acentual com a palavra à qual aderem (ex: *Caesár-ne*, como *lantérna* e *ád+forum* como *árborem*) - cf. Allen (1973: 158-159).

Em relação aos enclíticos, existem divergências entre os autores com relação ao seu comportamento acentual. Havet (1935: 224) e Niedermann (1953: 14) acreditam que os enclíticos ocasionam a colocação do acento na sílaba final da palavra à qual se subordinam, mesmo quando esta seja breve e que haja, conseqüentemente, uma violação do princípio da regra de atribuição do acento latino. Entre as palavras enclíticas que causariam este efeito, Niedermann cita *-que, -ve, -ne, -ce, -met: virique, armáque, muliérve, aliáve, legisne, hujúsce, ipsémet*.

Já Allen (1973: 159) acredita que a regra dos enclíticos proposta por estudiosos como Havet e Niedermann, com base em testemunhos de gramáticos latinos, consiste simplesmente em mais um exemplo de "imitação", por parte destes gramáticos, dos modelos gregos. Acrescenta que as evidências providas da análise dos versos latinos apontam fortemente contra uma generalização deste tipo.

Em relação à acentuação das palavras compostas, verifica-se um comportamento análogo ao dos proclíticos. Segundo Faria (1970: 140):

"As palavras compostas, sendo consideradas um vocábulo único só recebem um único acento, de acórdo com as regras gerais da acentuação para as palavras simples: ádeo, cóniunx, infero, malesánus, respública, etc."

Em relação ao latim vulgar, são três as principais diferenças de acentuação, em comparação com o latim clássico. A primeira delas envolve o deslocamento do acento da antepenúltima (no latim clássico) para a penúltima sílaba (no latim vulgar), quando a vogal da penúltima sílaba for seguida de uma consoante oclusiva mais "R" - segundo Battisti (1946: 57), Niedermann (1953: 16), Silva Neto (1956: 96) e Maurer Jr. (1959: 68-69). Exemplos:⁹

⁹ Exemplos extraídos de Maurer Jr. (1959: 68-69).

<u>latim clássico</u>		<u>latim vulgar</u>
íntegrum	→	intégrum
tónitrum	→	tonitrum
álacrem	→	alècrem
ténebras	→	tenébras
cólubra	→	colóbra

A segunda diferença de acentuação entre clássico e vulgar seria a seguinte: quando o acento, no latim clássico, devia cair em um *ě* ou *ĩ* em hiato na antepenúltima sílaba, deslocava-se, na modalidade vulgar, para a vogal seguinte - Grandgent (1940: 12), Battisti (1946: 58), Niedermann (1953: 15), Silva Neto (1956: 96) e Maurer Jr. (1959: 70). Exemplos:¹⁰

<u>latim clássico</u>		<u>latim vulgar</u>
filiolus	→	filiólus
linteolum	→	linteólum
mulierem	→	muliérem
parietem	→	pariète

A terceira diferença na acentuação do clássico em relação ao vulgar diz respeito às palavras compostas. Enquanto, no latim clássico, o acento dos compostos é atribuído pela regra geral de acentuação (o que faz com que recaia algumas vezes sobre o prefixo), no latim vulgar, o acento cai normalmente na sílaba acentuada do segundo elemento. Esta mudança da regra dos compostos faz com que, quando ainda há "consciência da composição", a localização do acento mude, em alguns casos. Quando não há mais "consciência da composição", o latim vulgar segue a acentuação antiga. Atentam para este fato Grandgent (1940: 12), Battisti (1946: 59), Niedermann (1953: 17), Silva Neto (1956: 97) e Maurer Jr. (1959: 71-72). Embora o termo "consciência da composição" não seja muito feliz, refere-se a um fenômeno importante que, em outros termos, pode ser colocado como a modificação que sofreram certas palavras na sua forma de base, passando de compostas, no latim clássico, a não-compostas, no vulgar. Isto significa dizer que as palavras em que não há mais "consciência da composição" são as que sofreram esta modificação na sua forma de base (de compostas a não-compostas), enquanto que as palavras em que há esta "consciência" continuam a ser, efetivamente, compostas, no latim vulgar. Exemplos de mudança na localização do acento, extraídos de Silva Neto (1956: 97):

<u>latim clássico</u>		<u>latim vulgar</u>
révoco	→	revóco
rétinet	→	reténet
récipit	→	recípit

¹⁰ Exemplos extraídos de Maurer Jr. (1959: 70) e Silva Neto (1956: 96).

São estes três os principais casos de diferença de acentuação do latim clássico para o vulgar, apontados pelos estudiosos. Porém, existem outras diferenças, menos importantes, anotadas por alguns autores. Silva Neto (1956: 97) cita mudanças causadas por analogia, ou seja, por uma tendência a igualar, na acentuação, duas palavras de sentido semelhante ou associado. Como exemplo, dá a transformação de *várice* em *varice*, em analogia com *radice*.

Maurer Jr. (1959: 72), por sua vez, cita o caso das palavras estrangeiras, que conservam a acentuação original. Trata-se, claramente, de um equívoco a inclusão deste caso na lista das mudanças de acentuação ocorridas do latim clássico ao vulgar, pois não há quaisquer modificações acentuais envolvidas neste caso de empréstimo.

A anotação adicional de Battisti (1946: 58) refere-se à acentuação da terceira pessoa do plural dos "verbos fortes", no perfeito. Para ele, no latim vulgar, é acentuada a sílaba do radical - *fēcerunt, dixerunt, fuerunt*.

Grandgent (1940: 12) cita o caso de *illīc, illāc*. Trata-se, obviamente, de um equívoco, já que não há modificação alguma na localização do acento; o que ocorre é, simplesmente, a supressão do *e* final de *illīce, illāce* - Maurer Jr. (1959: 75, nota de rodapé).

Ao final desta exposição dos casos em que houve alteração na localização do acento, na passagem do latim clássico ao vulgar, é importante ressaltar que todas elas estão ligadas ao fato, bastante conhecido na literatura, da perda das distinções quantitativas entre vogais. Em outros termos, transformaram-se as formas de base das palavras, a partir da perda da distinção de quantidade entre vogais. Mudando-se a quantidade das vogais (passando a ser todas iguais em termos quantitativos, não fazendo mais sentido a distinção *longa x breve*), muda automaticamente a relação de peso entre as sílabas, com conseqüências para a regra de atribuição de acento, se estas modificações alteram o peso da penúltima sílaba. Isto não quer dizer que a regra de acento não leve mais em consideração as distinções quantitativas entre *silabas* - foram perdidas as distinções entre vogais e não entre sílabas. Assim, a quantidade da penúltima sílaba continua a ser o fator que regula a localização do acento, só que a sua definição de peso fica diferente (não há mais, no latim vulgar, a possibilidade de uma sílaba pesada composta de uma vogal longa no núcleo) apenas as sílabas travadas e as que contém um ditongo são consideradas pesadas. Portanto, no latim vulgar, ainda é necessário que a penúltima sílaba seja breve para que a palavra seja proparoxítona.

Ao lado dessas modificações de quantidade das vogais, ocorre, no latim vulgar, uma alteração quanto à consideração da extrametricidade. Como foi visto, o latim clássico desconsidera a última sílaba, no momento da atribuição do acento - fato que não ocorre mais no latim vulgar. Este fato faz com que a regra de acento do latim vulgar já seja a mesma, em formato, que a do português arcaico (apresentada no item 3.3 deste capítulo).

É a co-ocorrência destes dois fatores (perda das distinções quantitativas entre vogais e alterações na aplicação da extrametricidade) que explica as duas primeiras diferenças apontadas pelos estudiosos na localização do acento, na passagem do latim clássico para o vulgar.

Já, em relação aos compostos, verifica-se, do clássico ao vulgar, uma mudança na regra de atribuição do acento propriamente dita. Como foi visto, no caso do latim clássico, a regra trata da mesma maneira formas compostas e não-compostas; no vulgar, no entanto, a

regra "default" de acentuação aplica-se a formas não-compostas e, quando se juntam duas palavras para formar um composto, o acento da última torna-se o principal.

1.3. Natureza fonética do acento latino

Tendo sido atribuído o acento à palavra, no nível fonológico, isto é, tendo sido determinada a sua localização, resta saber de que maneira(s) este acento é atualizado no nível fonético - ou, em outras palavras, quais os seus correlatos físicos.

Tradicionalmente, o acento do latim clássico é considerado como sendo atualizado através da *altura* - ou, em outros termos, como um acento "melódico", "musical", "de tom", "tonal", "tônico", etc. Classificam-no desta forma Meillet (1933: 129), Havet (1935: 221), Niedermann (1953: 11), Maurer Jr. (1959: 65), Montesinos Abellan (s/d: 39), Nunes (1969: 32 e 39) e Ilari (1992: 74). Os principais argumentos a favor desta posição são os seguintes - aqui apresentados através de Maurer Jr. (1959: 65-66):

"O caráter musical do acento clássico se evidencia pela métrica latina com o seu ritmo quantitativo, pelo tratamento dispensado às sílabas átonas, que não se distingue do que recebem as tônicas, pela correção com que os poetas da época clássica e ainda muito mais tarde empregam o sistema quantitativo das vogais latinas, e, finalmente, pela descrição do acento latino feita por autores dessa época."

Na verdade, o que os primeiros argumentos provam é a relevância do peso silábico para o ritmo do latim, não o caráter musical do seu acento. Resta, portanto, somente o último argumento: o testemunho dos autores latinos.

Abrangeria este acento musical do latim três tipos: o agudo, o circunflexo e o grave. De maneira geral, pode-se dizer que o acento agudo era atribuído às sílabas acentuadas breves, o circunflexo, às longas acentuadas, e o grave, às sílabas átonas (Faria, 1970: 145-146). No entanto, há casos em que o acento agudo pode também ser atribuído a sílabas longas¹¹: na penúltima sílaba acentuada, quando esta e a última são longas, ou nas antepenúltimas longas acentuadas.

Embora esta opinião de que o acento latino clássico era musical seja muito difundida, encontrando muitos adeptos, controvérsias existem a respeito da verdadeira natureza fonética do acento do latim. Allen (1973: 151), por exemplo, considera a terminologia latina uma simples tradução do grego. Para ele, é inconcebível que o latim tenha desenvolvido um sistema de acentuação melódica que coincida com o sistema grego nos mínimos detalhes. Além disso, o fato de nem todos os gramáticos seguirem o modelo grego (Servius, por exemplo) poderia constituir uma evidência no sentido de que o acento latino talvez tivesse uma natureza diversa da do grego. Faria (1970: 145) compartilha dessa opinião.

Ao lado desta observação, vários estudiosos levantam a hipótese de que, antes do período em que o acento latino é classificado pela maioria como melódico, ele teria sido intensivo, e atribuído à sílaba inicial da palavra (Allen, 1973: 151; Faria, 1970: 141; e

¹¹ Detalhados por Havet (1935: 222-223) e Montesinos Abellan (s/d: 39).

Montesinos Abellan, s/d: 38). Na opinião de Allen (1973: 152), parece improvável que este acento dinâmico (= intensivo) tenha sido substituído por um acento melódico para, posteriormente, ser substituído novamente por um acento intensivo (na evolução para as línguas românicas). Tal fato, para este autor, constitui um forte argumento contra a consideração de um acento de altura em latim.

Allen (1973: 152-153) acrescenta também outros argumentos contrários à opinião da maioria. Para ele, a perda das vogais átonas, nas línguas românicas, sugere um acento intensivo, ao menos no latim tardio. Como este processo já podia ser verificado em textos mais antigos do latim, aumentam as dúvidas quanto à natureza do acento latino antes deste período.

Outros dois argumentos levantados por Allen dizem respeito à estrutura lingüística do latim, quando comparado ao grego. O primeiro deles alicerça-se no fato de que a acentuação grega é baseada nos elementos que podem variar quanto à altura melódica ("pitch"), ou seja, vogais, enquanto que a acentuação latina é baseada na quantidade da sílaba como um todo¹², o que incluía também as consoantes finais - que não podiam variar quanto à altura. Este fato revela, na sua opinião, que existe realmente a possibilidade de o acento latino ser diverso do grego. O outro argumento relativo à estrutura interna dessas duas línguas Allen vai buscar em Troubetzkoy (1939). Segundo a terminologia de Troubetzkoy, quanto ao tratamento das moras, o latim seria uma língua de acento dinâmico, por basear-se na sílaba, e o grego uma língua de acento melódico, baseado nas moras.

A estes argumentos todos, Allen (1973: 153-154) junta o fato de, na versificação, poder haver, em latim, coincidência entre acento de palavra e proeminência do verso - o que, na sua opinião, aponta para um acento de intensidade. Em grego, isto não ocorre. Quando comparados com as evidências a favor do acento de altura (somente evidências colhidas em textos de autores latinos, na sua opinião), os seus argumentos fazem com que Allen considere o acento latino como de natureza intensiva, desde os primórdios até as línguas românicas.

Faria (1970: 141-142) também acredita que o acento latino possuiu desde sempre um componente intensivo, mas justifica de uma maneira um tanto quanto polêmica a sua posição, por considerar a existência de um acento secundário, correspondente ao que, mais tarde, teria se tornado o acento principal:

"Este acento inicial, fortemente intensivo, predominou em latim até um, ou, no máximo, dois séculos, antes da época literária.

Como sói acontecer em qualquer língua que possua um acento intensivo, as palavras muito extensas costumam apresentar, além do acento principal, uma espécie de contra-acento secundário, como, por exemplo em português, palavras como: admirávelmente, contraproducente. Assim, por ocasião da vigência da intensidade inicial em latim, os vocábulos mais extensos recebiam em sua parte final um acento secundário, que deveria recair na penúltima sílaba da palavra se a referida sílaba fôsse longa, e na antepenúltima se ao contrário fôsse breve. Ainda antes do período literário,

¹² Ou melhor, a acentuação latina baseia-se no grau de preenchimento da posição chamada de "rima", na terminologia das fonologias não-lineares, o que inclui a vogal-núcleo e a(s) consoante(s) que a segue(m), mas não inclui a(s) consoante(s) inicial(is) - o "onset".

sofreria o acento latino uma transformação, tornando este contra-acento final o acento principal da palavra, passando a intensidade inicial do vocábulo a atuar como um acento secundário. A causa desta transformação, que veio atingir apenas a localização do acento (e não a sua natureza, pois que continuava sendo um acento intensivo), parece-nos assentar na analogia com a maior parte das palavras da língua que não contavam mais de duas ou três sílabas, confundindo-se assim acento inicial e final."

Também Lindsay (1937: 28) aposta no acento intensivo do latim. Para defendê-lo, cita processos fonológicos de enfraquecimento das sílabas átonas, encontrados desde sempre nos textos latinos.

Por todos esses motivos, a controvérsia em relação à natureza fonética do acento latino persiste, sendo que, enquanto vários autores (Havet, 1935; Devoto, 1944; Battisti, 1946; Niedermann, 1953; Silva Neto, 1956, 1977, Maurer Jr., 1959; Montesinos Abellan, s/d; Nunes, 1969; e Ilari, 1992, entre outros) acreditam que o acento era de altura, outros - como Allen (1973) e Lindsay (1937) - acreditam em um acento intensivo, ao lado de ainda outros, que acreditam que o acento do latim, no nível fonético, era o resultado de uma combinação de fatores (para Silva Neto, 1977: 210, altura e intensidade; para Faria, 1970: 161, intensidade, altura e quantidade).

Embora não tenha havido, como já foi visto anteriormente, uma mudança radical na regra de atribuição do acento latino (na sua localização, em outras palavras), todos os autores - inclusive aqueles que defendem a natureza musical do acento clássico - acreditam ser já indubitavelmente intensivo o acento em latim vulgar (muito embora seja difícil estabelecer com exatidão o sentido da palavra "intensivo", para eles. Qual seria a natureza fonética da sílaba "forte" à qual se referem?). Neste caso, para alguns autores, não houve transformação alguma na natureza fonética do acento latino, uma vez que ele já era intensivo. Já para os que apostavam na combinação de vários elementos fonéticos presentes na acentuação do latim, teria havido o predomínio de um correlato acústico (intensidade) sobre outro (altura). Por outro lado, uma mudança na atualização fonética do acento latino teria ocorrido, por volta do século III d.C. (período imperial), para um terceiro e mais numeroso grupo.

Para os propósitos do presente trabalho, é bastante apresentar a polêmica instaurada diante desta questão. No entanto, não há necessidade da tomada de uma posição, uma vez que não ocorreram mudanças cruciais na atribuição do acento, do latim clássico ao vulgar - fenômeno que tem ligação direta com o objeto deste estudo, a evolução da regra de acento, no português. Como será visto neste capítulo, a regra de acentuação, enquanto resultante das escolhas paramétricas quanto ao ritmo, mantém-se intacta durante toda a evolução do latim, e nada há nesta regra ou na estrutura das palavras latinas, ou mesmo no momento de atribuição deste acento, que condicione a sua realização fonética: como intensivo, tonal ou duracional - teoricamente, ele pode ser atualizado por qualquer uma dessas três maneiras ou por qualquer combinação desses correlatos. Isto porque a regra de atualização fonética do acento é uma regra pós-lexical, de superfície. Portanto, não interessa a este trabalho discutir qual era a natureza fonética do acento latino e se houve ou não mudanças a este respeito porque isto não interfere no estudo dos parâmetros do ritmo de uma língua, uma vez que

estes parâmetros atuam na determinação de uma regra que se aplica em um momento muito anterior da descrição.

1.4. Inovações na versificação latina tardia

A base da versificação latina clássica, segundo Havet (1935: 25), é constituída de versos geralmente formados por dois hemistíquios, cujo ritmo resulta do retorno dos tempos marcados a intervalos regulares. Estes tempos marcados, para Havet (1935: 120), são quase sempre as sílabas longas dos pés.¹³ Por este motivo, pode-se dizer que os versos latinos são constituídos por uma sucessão de *metros* (= pés), que são construídos a partir da oposição sílaba longa *versus* sílaba breve, a intervalos regulares.

Entre os principais metros latinos, figuram os seguintes:¹⁴

iambo:	○ —	espondeu:	— —
troqueu:	— ○	pirríquio:	○ ○
dátilo:	— ○ ○	tribraco:	○ ○ ○
anapesto:	○ ○ —		

Na construção dos metros acima, a relação entre as sílabas longas e breves é de 2 para 1, ou seja, uma longa vale duas breves. Por este motivo, estes valores são intercambiáveis.

Em relação aos hexâmetros latinos mais tardios, Allen (1973: 165-166) aponta uma tendência a manter a equivalência — = ○ ○ somente na parte fraca dos versos, sendo que, ao mesmo tempo, estaria agindo sobre eles uma forte tendência a fazer com que coincidam os padrões métricos do verso com os padrões acentuais das palavras:

*"... there is an increasing tendency in the development of the Latin hexameter to achieve agreement between metrical and accentual patterns in the cadence of a line, as e. g. in p̄rimus āb ō̄ris. As such agreement suggests, the metrical pattern is a 'falling' pattern, in the sense that the 'strong' part of the foot (which the cadence is reinforced by the linguistic accent) is the initial portion; and this is invariably a heavy syllable; so that the equivalence of $\underline{\underline{\Sigma}}$ $\underline{\underline{\Sigma}}$ to $\underline{\underline{\Sigma}}$ is a characteristic only of the 'weak' part of the foot."*¹⁵

Tal tendência inovadora já havia sido, anteriormente, apontada por Havet (1935: 233).

¹³ Os tempos marcados são "quase sempre" as sílabas longas dos pés porque, como será visto adiante, estas podem ser substituídas por uma sequência de duas breves.

¹⁴ No esquema abaixo, ○ significa "sílabas breves" e —, "sílabas longas".

¹⁵ Para Allen (1973), os símbolos $\underline{\underline{\Sigma}}$ e $\underline{\underline{\Sigma}}$ significam, respectivamente, "sílabas breves" e "sílabas longas".

"Le principe de la versification nouvelle fut (...) la coincidence des temps marqués du vers avec les accents des mots, coincidence qui, aux siècles classiques, n'avait été ni recherchée ni évitée par aucun poète. Ce principe a été nettement dégagé par les versificateurs de la fin du moyen âge, et, après eux, par les critiques modernes. Quant aux versificateurs des bas siècles, ils l'ont appliqué sans en avoir conscience, et, par suite, d'une façon incomplète et imparfaite. Ils se guident sur la place de l'accent pour connaître approximativement la quantité, car ils renoncent à connaître exactement la quantité en elle-même, mais ils ne suivent pas de règle directement fondée sur l'accent."

A partir desta citação de Havet, percebe-se que a perda das distinções quantitativas é um fenômeno concomitante à inovação versificatória apontada e, talvez até, causadora desta. Na verdade, as consequências da perda das distinções de quantidade, para os estudiosos, seriam mais graves ainda do que esta, para a arte de poetar.

Quando havia a possibilidade, nos versos clássicos latinos e também nos gregos, de se substituir uma sílaba longa por duas breves (e vice-versa), o número de sílabas em cada verso de um poema podia variar. Segundo Meillet (1933: 244) e Havet (1935: 236-237), com a perda das distinções quantitativas, ficou impossível a substituição de sílabas longas por breves (e vice-versa), e tal impossibilidade teria gerado o *isossilabismo*, isto é, a construção de versos com um mesmo número de sílabas cada um. A par desta, Meillet cita outra consequência do desaparecimento das distinções duracionais: a disposição fixa dos acentos nos versos. Para Meillet, tais inovações já estariam plenamente em vigor no século IV e refletiriam uma mudança rítmica da própria língua, ao passo que

"Les poètes qui, au IV^e siècle, ont fait des hexamètres suivant les règles anciennes de la quantité, ainsi Claudien ou Ausone, n'ont pu faire que des pastiches qui attestent leur connaissance des auteurs classiques mais qui ne reposent pas sur la prononciation de leur temps."

A estas duas consequências, Ilari (1992: 76) acrescenta o aparecimento da rima.

Finalizando, é importante dizer que o levantamento destas tendências inovadoras verificadas na versificação latina tardia cumpre, neste estudo, o papel de explicitar que a poesia latina mais próxima no tempo da dos trovadores galego-portugueses apresentava-se já bastante diferenciada da clássica. Portanto, se influência houve, é imprescindível ter-se em mente que ela pode estar mais para *Carmina Burana* do que para Ovídio e Horácio.¹⁶

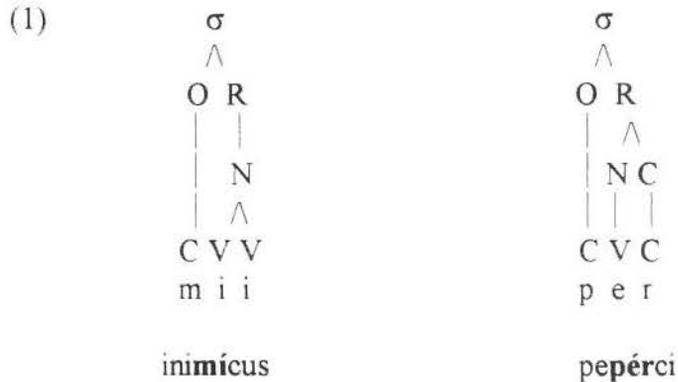
1.5. O acento latino visto pela fonologia métrica

A regra de acento latina tem sido alvo de vários estudos dentro da perspectiva métrica - Hayes (1985, 1991), Halle & Vergnaud (1987), Nespor & Vogel (1986), entre outros. De maneira geral, o que estes estudos fazem é traduzir para a terminologia métrica

¹⁶ A este respeito, ver Spina (1991).

as observações feitas anteriormente em estudos tradicionais (citadas em 1.2), uma vez que não há controvérsias quanto à formulação da regra do latim. É isto também o que se pretende fazer aqui, apresentando e desenvolvendo a análise de Hayes (1991: 80-81).

Como a regra de atribuição de acento em latim leva em consideração o peso relativo das sílabas, faz-se necessário definir quais sílabas são consideradas breves e quais são consideradas longas por esta regra. São longas as sílabas que tiverem duas posições preenchidas na rima¹⁷, exemplificadas em (1), e breves as que tiverem apenas uma posição preenchida na rima, (2).



Resumindo, este efeito é o resultado de duas escolhas paramétricas quanto à quantidade silábica: valor positivo quanto à sensibilidade ao peso das sílabas e considerar elementos da *rima* como um todo para estabelecer as distinções quantitativas.

Quanto à regra de atribuição de acento propriamente dita, ela pode ser formulada da seguinte maneira, segundo Hayes (1991: 80):

"Marking final syllables as extrametrical, form a moraic trochee scanning from right to left."

A regra, tal qual formulada acima, pressupõe cinco escolhas: (1) quantidade de sílabas por pé: binário; (2) dominância: esquerda; (3) direcionalidade: da direita para a

¹⁷ Evita-se, aqui, a expressão "rima ramificada", já que uma das suas acepções (a de que a rima ramificada teria que possuir núcleo e coda) excluiria as sílabas com vogais longas.

sobram pós-tonicamente (ou, em outras palavras, antes que qualquer pé canônico tenha sido construído, no momento da escansão) não é permitida em latim, pois produziria a proeminência principal em sílaba errada nas palavras em (5), quando da aplicação da Regra Final - conforme exemplificado em (6):

(6)	(x)	(x)	(x)
	(x) (x)	(x) (x)	(x) (x)
	*fē <u>mi</u> <na>	*im <u>pē</u> <tus>	*con cē <u>dē</u> <re>

Entretanto, é o caso dos monossílabos e dissílabos que lança luz a esta questão. Afirmam os estudos tradicionais que, nas palavras pequenas demais para seguirem as regras de acentuação, o acento cai o mais à esquerda possível: na única sílaba dos monossílabos e na primeira dos dissílabos. No caso dos dissílabos iniciados por sílabas leves, como em (7), se a construção dos pés degenerados não fosse permitida, não haveria como atribuir acento a estas palavras.

(7)	(x)
	(x)
	le <gis>
	(x)
	(x)
	a <mās>

Em se considerando a acentuação dos dissílabos iniciados por sílabas breves e monossílabos leves, além do comportamento das sílabas pré-tônicas que "sobram" no momento da escansão, a conclusão mais lógica, dentro da teoria, é considerar uma *proibição fraca* quanto à construção dos pés degenerados: eles são permitidos quando nenhum pé canônico tiver sido construído - ou porque a ação da extrametricidade esgotaria o domínio de aplicação da acentuação (monossílabos)²¹ - ou porque a única sílaba que restou depois da aplicação das regras de extrametricidade é breve (dissílabos).

Estabelecidos os parâmetros do ritmo do latim, resta ainda estabelecer o domínio de aplicação da regra de acentuação daí resultante, ou seja, estabelecer se ela se aplica no nível da palavra ou além deste, se lexical ou pós-lexicalmente. Três são os argumentos que apontam para uma aplicação pós-lexical das regras de acentuação latina. O primeiro deles é a ausência de exceções apontadas às regras formuladas acima.

O segundo argumento envolve o comportamento da acentuação nas palavras compostas, análogo ao das palavras simples e derivadas.²² Sendo assim, os compostos recebem um único acento, de acordo com as regras gerais - exemplos em (8):

(8)	(x)	(x)	(x)
	(x .)	(x)	(x)
	co ni <unx>	ma le sã <nus>	res pu bli <ca>

Como mostram os exemplos, as palavras compostas são tratadas, pelas regras de acentuação, da mesma maneira que as não-compostas. Para que isto seja possível, é preciso

²¹ O que não é permitido dentro da teoria - ver *Condição de Exaustividade*, no capítulo anterior.

²² A este respeito, ver Nespor & Vogel (1986: 115).

que a atribuição de acento se dê em um nível em que as parentetizações internas à palavra já tenham sido apagadas: pós-lexicalmente.

O terceiro e mais forte argumento provém do comportamento da acentuação quando um clítico é adjungido à palavra. Com exceção de Allen (1973), por motivos já explicitados, os estudiosos aqui citados acreditam que, quando uma palavra enclítica é adjungida a uma outra palavra, o acento primário muda da sua posição original para a sílaba que imediatamente precede o clítico - exemplos em (9):²³

(9)	Cæsar	x	Cæsárne
	virī	x	virique
	arma	x	armáque
	légis	x	legisne
	hújus	x	hujúsce
	ipse	x	ipsémet
	rôsa	x	rosáque, rosáque, rosámque
	vidēs	x	vidésne
	cum vobis	x	vobiscum

Existe apenas um aparente par mínimo, citado por Nespor & Vogel (1986 : 116) e aqui apresentado em (10), que, caso as duas palavras possuissem realmente um clítico adjungido à sua direita, poderia sustentar a opinião de Allen (1973). Acontece que, para Nespor & Vogel, somente (10a) pode ser interpretada como possuindo um enclítico; por sua vez, "que", em (10b), não pode ser interpretada como clítico.

(10)	a. itáque	"e assim por diante"
	b. itáque	"portanto"

Desta maneira, o comportamento da acentuação de palavras + enclíticos, ao lado dos dois outros argumentos aqui levantados, aponta para a consideração da atribuição de acento em latim como ocorrendo em um nível *pós-lexical*, cujo domínio extrapola a palavra. Para Nespor & Vogel (1986), o domínio da regra de acentuação do latim é a *palavra fonológica* (ω) e o domínio da regra que ajusta a posição do acento quando à palavra é adjungido um clítico é o *grupo clítico* (C) - dois domínios pós-lexicais, portanto.

1.5.1. Sumário dos parâmetros do acento do latim

PÉ BÁSICO: troqueu moraicó

1. Quantidade de sílabas por pé: binário
2. Dominância: esquerda
3. Sensibilidade à quantidade das sílabas: sim

²³ Esta posição é assumida pelos estudos em fonologia prosódica - Nespor & Vogel (1986: 146).

4. Direcionalidade: da direita para a esquerda
5. Regra Final: à direita
6. Extrametricidade:
 - a. constituinte: sílaba
 - b. borda: direita
7. Pés degenerados: proibição fraca (permitidos quando nenhum pé canônico puder ser construído)
8. Quantidade Silábica: considera elementos da rima
9. Iteratividade: os pés são construídos não-iterativamente.

2. ACENTO EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

2.1. Em busca de correlatos acústicos

A preocupação com a maneira através da qual o acento pode se atualizar foneticamente no português não data de hoje. Em outras palavras, existem já vários trabalhos que buscam explicitar quais os correlatos físicos que diferenciam uma sílaba átona de uma sílaba tônica, na nossa língua. A observação destes correlatos físicos assume grande importância quando o que se procura são os parâmetros do ritmo de uma língua, segundo preceitos da teoria métrica (exposta anteriormente), porque pode fornecer pistas que levem às escolhas paramétricas efetuadas por esta língua, sobretudo em relação à realização fonética de fatores como duração, intensidade e altura. É claro que a observação unicamente dos correlatos físicos da acentuação não é essencial para a decisão de descrição fonológica, neste caso, devendo ser levados em consideração também - e principalmente - os processos fonológicos relacionados com a colocação do acento nesta língua. Mas a observação dos correlatos físicos é sempre um bom começo, mesmo porque pode indicar pistas a respeito dos próprios processos fonológicos relacionados à acentuação, que devem ser observados pelos fonólogos - como, por exemplo, mudanças na qualidade vocálica.

Embora os estudos dos correlatos do acento tenham tomado impulso com o advento da instrumentalização, antes mesmo da existência desses recursos, a preocupação com a busca dos correlatos acústicos do acento do português (ou *do* correlato, por excelência) já existia. Além disso, havia certo consenso de que o acento do português era "intensivo", embora não se possa afirmar com certeza a que correlato físico corresponde este "intensivo" - talvez a amplitude maior da sílaba tônica em relação às outras da mesma palavra - cf. Mattoso Câmara Jr. (1985a[1970]: 63, 1985b[1975]: 33), Silva Neto (1970: 163), Maurer Jr. (1959: 65).

Dentre os estudos realizados em busca dos correlatos acústicos do acento no português, podem ser citados os de Fernandes (1976), Major (1981, 1985), Moraes (1986, 1987), Delgado Martins (1986, 1988) e Massini (1991)²⁴

Fernandes (1976) investiga os correlatos acústicos do português do Brasil (variante de São Paulo), estudando a sua realização em vocábulos inseridos em frases assertivas. A conclusão a que chega é que as marcas do acento são, em ordem decrescente de importância, a duração, a frequência e, por último, a intensidade. Já os estudos de Major (1981, 1985) afirmam que o principal correlato físico do acento é a duração.

Moraes (1986, 1987), por sua vez, mostra como

"o acento manifesta-se de maneira complexa, podendo servir-se de dois ou três dos parâmetros prosódicos (frequência, intensidade, duração), em dosagens que variam segundo o seu contexto linguístico." (1986: 25)

Os "contextos linguísticos" estudados por Moraes dizem respeito, principalmente, à posição da palavra na frase e à modalidade da frase (assertiva, interrogativa, etc.). A partir

²⁴ Publicado, em versão simplificada, em Massini-Cagliari (1992).

de todas essas variáveis, a conclusão a que chega é que as modificações de duração e de intensidade são as marcas mais constantes do acento lexical; as variações da frequência fundamental indicam a localização do acento unicamente em posição final de grupo prosódico, em que há uma coincidência entre acento lexical e frasal (Moraes, 1987: 313).

Para Delgado Martins (1986, 1988), os principais correlatos físicos do acento no português de Portugal são a duração e a energia ("*integral da intensidade pela duração*"), nas oxítonas e proparoxítonas; nas paroxítonas (padrão não-marcado em português), não há marcas acústicas que correspondam à acentuação. Também alude ao fato da mudança da qualidade das vogais, em posições átonas (que, no português de Portugal, é ainda mais marcante do que no português do Brasil). Além de estudos instrumentais - com o auxílio do espectrógrafo, do osciloscópio e da cine-radiografia -, empreende estudos perceptivos, sendo cinco deles a respeito de acento lexical e dois sobre acento frasal.

Em relação à acentuação frasal, Delgado Martins empreende testes perceptivos baseados nos graus de acento frasal de Chomsky & Halle (1968) e chega à conclusão de que a percepção dos falantes não corresponde a tamanha complexidade em relação aos graus de acentuação no nível da frase.

Já Massini (1991) conclui que o acento no português do Brasil é uma proeminência atualizada foneticamente pela co-ocorrência de diversos fatores prosódicos. No nível lexical, os principais correlatos acústicos do acento são (em ordem decrescente de importância): duração, intensidade e qualidade vocálica. A duração destaca-se dentre os outros fatores, já que se encarrega de caracterizar o acento em 90% dos casos analisados pela autora. Entretanto, existe uma grande interação entre os parâmetros duração e intensidade - atualizada foneticamente através da queda da amplitude na(s) sílaba(s) pós-tônica(s) -, responsável pela caracterização do acento em 71% dos casos analisados. Tais resultados vêm confirmar os estudos de Moraes (1986, 1988).

Em relação à qualidade vocálica, Massini (1991: 73) estabelece uma hierarquia das vogais das palavras analisadas, quanto à aplicação de processos de levantamento e/ou centralização: as pós-tônicas aparecem como as vogais mais sujeitas a tais processos; depois aparecem as pré-tônicas, cuja qualidade apresenta-se já bem mais próxima à qualidade das vogais tônicas, embora ainda possam sofrer tais processos de levantamento e/ou centralização, mas em menor escala e gerando uma qualidade vocálica intermediária à das outras vogais da palavra - a tônica e a(s) pós-tônica(s) -, por último, as tônicas, não sujeitas à aplicação desses processos.²⁵

2.2. Em busca de regras

A evolução das descrições fonológicas da acentuação do português seguem, como não poderia deixar de ser, a história da própria fonologia dentro da ciência linguística. Sendo assim, é natural que o acento do português venha sendo descrito de maneiras muito diferentes desde os primórdios da linguística estruturalista até o advento das chamadas fonologias não-lineares.

²⁵ Tais evidências levaram Massini (1992) a sugerir que a qualidade vocálica deveria ser enfocada nos estudos de "parsing" do português, que procuram pistas para "recortar" a fala em palavras.

A seguir, procurar-se-á fornecer um panorama dos principais estudos sobre o acento do português, explicitando a que momento histórico da ciência eles estão ligados e estabelecendo as principais diferenças entre eles, resultantes do posicionamento teórico assumido pelos seus autores.

Em relação às descrições estruturalistas do acento do português, a abordagem de Mattoso Câmara Jr. (1970) pode ser considerada clássica.

Em geral, os estudos estruturalistas descrevem o acento como distintivo; portanto, pode-se dizer que o acento era considerado um *fonema*. Para Mattoso Câmara Jr. (1970: 63), o acento em português tem tanto a função distintiva quanto a delimitativa²⁶, na terminologia de Troubetzkoy (1939). Pode ser classificado como distintivo, já que existem palavras na língua que só se distinguem pela posição da sílaba tônica - "jaca" *versus* "jacá"; "cáqui" *versus* "caqui"; "fábrica" *versus* "fabrica" (Mattoso Câmara Jr., 1970: 64-65). Já a sua função delimitativa opera da seguinte maneira (Mattoso Câmara Jr., 1970: 63):

"No registro formal da pronúncia padrão do português do Brasil há a rigor uma pauta acentual para cada vocábulo. As sílabas pretônicas, antes do acento, são menos débeis que as postônicas, depois do acento. Se designarmos o acento, ou tonicidade, por 3, em cada vocábulo, temos o seguinte esquema:

... (1) - 3 - (0) - (0) - (0)

indicando os parênteses a possibilidade de ausência de sílaba átona (nos monossílabos tônicos) e as reticências um número indefinido de sílabas pretônicas." ²⁷

Com o advento da fonologia gerativa, o acento não mais é tratado nas suas propriedades distintivas no nível fonêmico, mas adquire o status de *traço distintivo* apenas no nível superficial. Isso quer dizer que o acento, por não ser distintivo de vogais no nível do inventário das vogais de uma língua, não é marcado no nível das representações subjacentes, mas que sua colocação é determinada através de regras, que operam mecanicamente, passíveis de serem formalmente expressas, e que evidenciam certas generalizações a respeito do padrão acentual da língua.

Dentro desta perspectiva teórica, o traço [± acentuado] só pode ser atribuído, por meio de regras, a vogais, no nível da palavra. Neste sentido, então, Chomsky & Halle (1968: 15-17) formulam regras para o inglês que atribuem o traço [+ ac] à vogal acentuada (acento primário) e o traço [- ac] a todas as outras vogais da palavra. No nível da sentença, Chomsky & Halle vinculam o acento à sua *constituição sintática* e, para isso, é necessário

²⁶ Ou "demarcativa", na terminologia de Martinet (1965: 112-113).

²⁷ Mattoso Câmara reserva o algarismo 2 para indicar acento secundário. "numa seqüência de vocábulos sem pausa" (grupo de força):

/abilidade/ - hábil idade

2 0 13 0

/abilidade/ - habilidade

1 1 13 0

recorrer ao *ciclo transformacional*²⁸ para distribuir a todas as vogais rotuladas com [+ ac] diferentes níveis (correspondentes a algarismos) de acentuação.

Entre os estudos do acento do português realizados sob a perspectiva do modelo gerativo padrão - baseados em Chomsky & Halle (1968) -, podem ser postos em relevo os de Mateus (1982[1975], 1983), Leite (1974), Maia (1981) e Costa (1978 - 1ª parte).

O primeiro trabalho a respeito da acentuação do português sob a perspectiva teórica da fonologia gerativa foi o de Mateus (1975). Observando representações superficiais, descreve processos fonológicos gerais, indicando, ao mesmo tempo, os segmentos que não fazem parte da matriz fonológica, uma vez que é possível obtê-los pela aplicação de regras fonológicas, sempre que se manifestam no nível fonético. Entre estes processos, encontra-se a regra de acentuação responsável pela atribuição do acento a todas as formas nominais (substantivos e adjetivos) paroxítonas terminadas em vogal - Mateus (1975: 28).²⁹

$$(11) V \rightarrow [+ac] / [_] (G) C_0 V C_0 \#$$

Pela aplicação da regra acima, também é atribuído o acento a todas as formas oxítonas terminadas em /r/, /l/, /s/, /z/ e vogal ou ditongo nasal, uma vez que Mateus postula formas subjacentes com segmentos que serão suprimidos no decorrer da derivação - no caso, todas as formas possuiriam um segmento final /e/, suprimido na forma singular dos nomes. Desta forma, palavras como "mês", "mar" teriam como formas básicas, respectivamente, /meze/ e /mare/, sobre as quais a regra (11) acima poderia ser aplicada, sem problemas. Além disso, por causa da existência de palavras como "pedal", "solidão" e "lanífero", para as palavras "pé", "só" e "lã" (e afins), poderiam ser postuladas as seguintes formas de base: /pæde/, /solo/ e /lana/ - sobre as quais também se aplica a regra de acentuação (11).

Para explicar a colocação do acento nas palavras oxítonas e proparoxítonas, Mateus formula duas outras regras, respectivamente em (12) e (13), sugerindo que estas palavras devam ser marcadas, em forma de base, com um diacrítico no léxico - Mateus (1975: 205-206):

(12) palavras agudas (oxítonas):

$$\begin{bmatrix} V \\ +A \end{bmatrix} \rightarrow [+ac] / [_] C_0 \#$$

(13) palavras esdrúxulas (proparoxítonas):

$$\begin{bmatrix} V \\ +E \end{bmatrix} \rightarrow [+ac] / [_] C_0 V C_0 V C_0 \#$$

Para as formas verbais, num primeiro momento, Mateus não vê a necessidade de se postular uma regra diferente de atribuição de acento da relativa às formas nominais. Acredita

²⁸ Aqui, o ciclo transformacional deve ser entendido conforme citação de Chomsky & Halle (1968), no item 2.3.2 do Capítulo 2.

²⁹ A numeração aqui seguida para as regras de acentuação formuladas pelos diversos autores não segue a numeração original de sua apresentação nos trabalhos resenhados.

que o acento, também nos verbos, é atribuído pela regra (11).³⁰ É importante lembrar que, como acontece em relação aos nomes, a regra de acentuação dos verbos é aplicada sobre as formas básicas abstratas propostas por Mateus.

No nível da sentença, Mateus (1975: 202-203) formula regras cíclicas, à moda de Chomsky & Halle (1968).

Também seguindo a teoria gerativa, Leite (1974) rejeita as soluções que colocam a regra de acentuação latina como ainda ativa para o português, utilizando-se de regras várias e de marcas no léxico para explicar a colocação do acento. Primeiramente, Leite (1974: 37) postula regras não-cíclicas para uma série de casos, entre eles o das palavras formadas com os sufixos *-íssimo* e *-inho*, o das oxítonas (em geral), o das oxítonas terminadas em vogal ou ditongo nasal. Entretanto, as paroxítonas terminadas por vogal ou ditongo nasal devem ter o acento marcado no léxico. Também constituem um caso especial cujo acento é atribuído através de uma regra específica - (14) -, as palavras terminadas em líquida ou sibilante. Porém, existe um grande número de exceções à regra formulada por Leite (1974: 41): todos os adjetivos paroxítonos terminados em *-il* ou *-vel* (que deverão também ser marcados no léxico).

$$(14) V \rightarrow [+ac] / _ [+cont] (+pl) \#$$

As palavras proparoxítonas recebem no léxico a marca [+eruditas] e têm a sua acentuação atribuída através da seguinte regra:

$$(15) V \rightarrow [+ac] / _ C V C_0 V C_0 (+pl) \#$$

Para o padrão acentual preferido do português, o paroxítono, Leite (1974: 43) propõe a regra (16):

$$(16) V \rightarrow [+ac] / (X) C_0 \left(\begin{array}{c} V \\ -ac \\ -regra\ 14 \end{array} \right) C_0 \#$$

Condição: X pode conter um acento apenas se estiver colocado à esquerda de um limite /+/.

Comparando-se as regras de colocação de acento nas formas nominais de Leite (1974) às formuladas por Mateus (1975), percebe-se que, enquanto as de Mateus têm um poder maior de generalização (e são em menor número), as de Leite têm o mérito de não precisar recorrer a formas de base muito abstratas. Além disso, as regras de Leite não podem ser amalgamadas, nem são passíveis de uma ordenação extrínseca. Isto quer dizer que, satisfeitas as condições para a aplicação de uma regra, ela sempre será aplicada. Havendo a aplicação de mais de uma, e conseqüente colocação de dois acentos em uma mesma palavra, será conservado o que estiver mais à direita.

³⁰ Apenas para as formas do passado. Mateus (1975: 157) vê a necessidade de postular uma regra especial, que, junto com a regra (11), compõe o conjunto de regras do acento dos verbos, cuja aplicação segue o princípio geral da disjunção, já que o contexto da regra geral (11) é complementar ao contexto da regra de exceção.

Maia (1981) é mais um trabalho que parte em busca de regras de atribuição do acento no português. Em relação à regra de atribuição de acento aos oxítonos, Maia (1981) rejeita a solução tradicional do tipo *SPE* - que seria postular vogais finais (em geral, /e/) na estrutura subjacente das palavras oxítonas terminadas em consoante, às quais se aplicaria a regra mais geral de acento do português, que atribui a proeminência à última sílaba (como faz Mateus, 1975) - por criar problemas com palavras absolutamente correntes do português e que não são empréstimos (como, por exemplo, "vale", "frase", "fone", etc.). A partir daí, Maia resolve o problema da atribuição de acento às oxítonas elaborando uma regra que atribui acento à última vogal do radical.

Mas a solução mais elegante do seu trabalho diz respeito à atribuição de acento às palavras proparoxítonas - Maia (1981: 86):

*"... in nouns and adjectives, antepenultimate stress and certain morphologically determined cases of penultimate stress can be adequately handled by recourse to the lexical diacritic x, i. e., 'prestressed', or, in full, 'causing the preceding vowel to be stressed'."*³¹

Esta solução, já esboçada por Duarte (1977) (como será visto a seguir), apesar de continuar assinalando palavras no léxico, pode ser considerada mais elegante do que as anteriores, na medida em que não mais todas as palavras proparoxítonas são marcadas, uma a uma, como tal, no léxico, mas é uma *classe de palavras* que recebe a marca. Além disso, esta noção de "inacentuabilidade", corresponde em grande parte ao conceito, bastante em moda hoje em dia nos modelos não-lineares, de *extrametricidade* - Hogg & McCully (1987), Halle & Vergnaud (1987), Hayes (1982, 1991).

Em Mateus (1983), a autora revê sua proposta de 1975, por acreditar que, como acontece com os verbos, os nomes e adjetivos estão sujeitos a uma regra morfofonológica de acentuação. Para os nomes e adjetivos, a regra proposta por Mateus (1983: 217) está reproduzida em (17), na qual *RADICAL* deve ser entendido como a raiz da palavra mais os afixos que não sejam nem de gênero nem de número.

(17) Acentuar a última vogal do *RADICAL*.

Para os verbos, a autora começa chamando a atenção para o fato de que a vogal só será considerada vogal temática se for acentuada. Portanto, em formas do presente do indicativo como *fal-as, fal-a, fal-am*, [a] não é vogal temática. Um argumento a favor desta análise é o fato de haver mudança de qualidade na vogal: se for a vogal temática, não ocorre redução (isto é, centralização), caso contrário, a vogal se reduz. Pode-se, por outro lado, sustentar que este não é um bom argumento, uma vez que a redução é um fato fonológico que interage com a tonicidade.

A regra que atribui o acento aos verbos é idêntica à dos nomes, o que, para os verbos, significa dizer que o acento cai na vogal temática, se esta estiver presente, ou na última sílaba da raiz, se não estiver presente a vogal temática. A união de radical mais vogal

³¹ Dentre os grupos de sons tidos como "inacentuáveis" por Maia (1981) em relação ao português estariam, por exemplo, *-ik-* ("fonética", "mágica", "música", etc.) e o *-im-* do sufixo de superlativo *-issim-* ("belíssimo", etc.).

temática nos verbos tem o nome de tema. Assim, a regra dos verbos pode ser expressa da seguinte forma:

(18) Acentuar a última vogal do TEMA[Vb]

Entretanto, mesmo sob esta nova perspectiva, fica difícil ainda explicar a colocação do acento nas palavras proparoxítonas e nas formas do futuro e do condicional. A localização do acento nas proparoxítonas ainda é resolvida através da colocação de diacríticos no léxico - no caso, a marca [+E] (+ excepcional) - Mateus (1983: 222-223).

E, em relação ao futuro e ao condicional, o problema é resolvido admitindo-se fronteiras de morfema um pouco diversas das outras formas verbais (Mateus, 1983: 226):³²

"... as formas do futuro e do condicional divergem de todas as outras formas verbais pela existência de duas fronteiras de morfema seguidas que, por um lado, bloqueiam a actuação da regra (3) [aqui regra (12)], e por outro permitem a inserção de fronteiras de palavra com manutenção dos acentos primitivos. Esta proposta pode assim considerar-se um argumento de apoio à hipótese de que o futuro e o condicional são constituídos com o morfema do infinitivo."

A regra de acento proposta por Mateus (1983) dá conta de maneira simples e elegante da grande maioria das palavras do português, apresentando apenas umas poucas exceções, que constituem a limitação deste trabalho.

Também pode ser citado o trabalho de Costa (1978) que, na primeira metade de sua dissertação, apresenta uma abordagem do acento do português dentro da perspectiva da fonologia gerativa padrão e, na outra metade, apresenta uma abordagem alternativa, sob a perspectiva da fonologia gerativa natural.

Dentro da perspectiva gerativa padrão, as regras de atribuição do acento que Costa formula são muito parecidas com as de Mateus (1975). Entretanto, por não se sentir satisfeita com esta sua primeira análise do acento, a autora fornece uma análise alternativa, dentro do modelo da fonologia gerativa natural. Dentro desta perspectiva, em relação ao acento do português, merece relevo o trabalho de Duarte (1977), além do de Costa (1978).

A teoria gerativa natural surgiu principalmente como reação às análises extremamente abstratas baseadas no modelo gerativo padrão. Em Hooper (1976), podem ser encontradas duas condições impostas às regras do componente fonológico, que restringem severamente alguns mecanismos poderosos utilizados no modelo gerativo padrão. Sobre a primeira dessas condições, a de *verdadeira generalização*, Duarte (1977: 15-16) afirma:

"A condição de Verdadeira Generalização irá restringir as regras, para que expressem apenas generalizações que os falantes tenham real possibilidade de formular, dadas as formas superficiais da língua. Todas as regras serão

³² O mesmo tipo de explicação dada para a colocação do acento no futuro e no condicional (existência de duas fronteiras de morfema seguidas) vale, na opinião de Mateus (1983: 227) para as palavras terminadas em *-zinho*, *-zita*, *-zona* e *-mente*.

fortemente restritas a fim de expressar generalizações superficiais transparentes, isto é, generalizações verdadeiras para todas as formas de superfície, além de expressar as relações entre as formas superficiais da maneira mais direta possível. Também sob esta condição, nenhuma regra poderá se referir a um segmento inexistente."

A segunda condição, a de *não-ordenação*, diz respeito não à regra em si, mas à sua aplicação. Sob esta condição, as regras fonológicas aplicam-se em sequência, mas sem uma ordem extrínseca. Para Duarte (1977: 16), uma consequência imediata da condição da não ordenação é o fato de que a aplicação cíclica das regras fonológicas torna-se perfeitamente dispensável, ou mesmo desnecessária.

Inspirando-se no estudo de Hooper & Terrel (1976) para o acento do espanhol, Duarte (1977: 133) propõe uma regra de atribuição de acento às formas nominais muito parecida com a que seria posteriormente proposta por Mateus (1983) - já citada. Da regra formulada por Duarte, infere-se que o conceito de RADICAL com que trabalha é o mesmo de Mateus (1983), embora Duarte (1977: 131) prefira chamar de "vogal de classe" o que Mateus denomina *morfema de gênero*.³³

(19) $V \rightarrow [+ \text{acent.}] / _ C_0]_R$

Para as palavras terminadas em vogal e acentuadas no penúltimo segmento [+silábico] do radical (proparoxítonas), Duarte (1977: 138) adota a mesma solução que seria depois também proposta por Maia (1981) - já citada.

"... indicaremos este grupo de nomes por um diacrítico, mostrando que tais palavras terão que ser aprendidas como uma classe de exceções arbitrárias. O diacrítico (X) será colocado no último segmento [- silábico] do radical, indicando que ele não pode ser acentuado, fazendo regredir o acento primário para o segmento [- silábico] precedente."

(20) $V \rightarrow [+ \text{acent.}] / _ C_0 \begin{bmatrix} V \\ X \end{bmatrix} C_0]_R$

Para o outro grupo de palavras que constituem exceção à regra (19) - palavras que terminam em consoante, ou em vogal ou ditongo nasal, acentuadas no penúltimo segmento [+ silábico] -, Duarte (1977: 141) propõe o uso do mesmo tipo de diacrítico que marca no léxico as palavras proparoxítonas, colocado sob a vogal final do radical. Deste modo, a vogal que precederia a marcada pelo diacrítico recebe o acento através da aplicação da mesma regra que, aqui, recebeu o número (20).

³³ "...como bem notou Câmara (1975), existe uma grande complexidade em torno da categoria gênero em português. Muitas vezes, a mesma vogal final é compatível com os dois gêneros, por exemplo, *casa* (feminino), *poeta* (masculino). Além disso, há pouca evidência de que as outras vogais /e/, /i/, /u/ assinalam o gênero. Por essas razões, chamaremos essas vogais, como sugerem Hooper & Terrel (1976), de vogais de classe." - Duarte (1977: 131).

Duarte (1977) também distingue a regra de atribuição do acento às formas nominais da regra de atribuição do acento às formas verbais. A regra de acento que formula para os verbos tem várias partes, abrangendo diferentes regras para os tempos do passado, as formas nominais, as formas do presente e as do futuro.

Pode-se perceber, em relação ao trabalho de Duarte, que, embora ele se pretenda como uma reação ao modelo padrão da teoria gerativa, só se distancia dele quanto à consideração do domínio do acento (o radical, ao invés da palavra), apresentando vários pontos de contato com os trabalhos analisados anteriormente.

Já a análise de Costa (1978) considera um outro grande passo dado pelo modelo natural em relação ao modelo de Chomsky & Halle (1968): a incorporação do conceito de sílaba, ainda que representada linearmente. Em Costa (1978: 136), a forma possível de sílaba para o português é a seguinte (os parênteses indicam opcionalidade):

$$(21) \quad (C_1) (C_2) (G) V (G) (C_3) (C_4)$$

em que: C = consoante; V = vogal; G = glide.

A partir da incorporação deste conceito, Costa desenvolve uma análise do acento nos nomes baseada na força da sílaba. Em relação à força relativa das sílabas no português, Costa (1978: 142) afirma:

"Partindo-se do pressuposto de que a sílaba normal no português é a de estrutura CV, sendo a vogal o elemento que concentra a maior intensidade de pronúncia dentro da sílaba, concluímos que o normal do português é que a sílaba termine neste momento de maior intensidade. As sílabas que têm algum elemento adicional depois da vogal são reforçadas. Vamos chamá-las em princípio de sílabas fortes (conceito que coincide mais ou menos com o de sílaba fechada), enquanto que as que terminam simplesmente em uma vogal são sílabas fracas (abertas)."

Para Costa (1978: 143), a acentuação dos nomes em português leva em consideração a constituição das sílabas, especialmente a última sílaba da palavra.

"Partindo da relação entre a estrutura silábica e o acento, podemos afirmar o seguinte:

(a) O acento deve estar na última sílaba, caso essa seja forte.

(b) caso a última sílaba seja fraca, o acento deve estar na penúltima."

Estas observações foram por Costa (1978: 143) formalizadas na seguinte regra de atribuição de acento aos nomes:

$$(22) \text{ Acento na sílaba final forte}$$

$$V \rightarrow [ac 1] / _ \left\{ \begin{array}{l} [+ \text{ nasal}] \\ \alpha \text{ consonantal} \\ \alpha \text{ vocálico} \end{array} \right\} \# \quad] \text{ N. Adj. Adv}$$

Como esta se configura em uma regra morfofonêmica dentro do modelo natural, para Costa não há problemas no fato de ela apresentar exceções. Uma delas, o caso das paroxítonas terminadas em sílaba travada, Costa (1978: 144) resolve através da formulação da seguinte regra:³⁴

(23) Acento na penúltima sílaba

$V \rightarrow [ac\ 1] / _ \$ (C (G (C))) V \#] N. Adj. Adv$

Para Costa (1978: 149), existe uma regra geral no português, segundo a qual o acento nos verbos é colocado na vogal temática. As exceções a essa regra, de acordo com Costa, são condicionadas ou pelas marcas de modo-tempo-aspecto (futuro do presente e futuro do pretérito), ou por informações fornecidas conjuntamente pelas marcas de modo-tempo-aspecto e de número-pessoa.

Com o advento da fonologia não-linear, no final da década de 70, e com o seu desenvolvimento até os dias de hoje, surgiram vários outros trabalhos sobre a acentuação portuguesa. Entre eles podem ser citados os de Carvalho (1989), d'Andrade & Laks (1991), Alvarenga (1993), Bisol (1992a e b)³⁵ e Lee (1994). A concepção de fonologia destes estudos encontra-se já bem próxima da apresentada no Capítulo 2. Por este motivo, não há a necessidade de repetir aqui todos os pressupostos e mecanismos assumidos. Entretanto, é preciso salientar que os graus de contato entre a concepção de fonologia aqui adotada e a concepção dos trabalhos acima citados varia. Como será visto, alguns apresentam como ponto de contato com o presente trabalho a admissão de uma hierarquia de constituintes fonológicos, incorporando noções como as de "pé", "sílaba" (e seus constituintes - "onset", ou "ataque", e "rima", que, por sua vez, subdivide-se em "núcleo" e "coda"), de acordo com a teoria métrica; outros, como os de Bisol (1992 a e b), já apresentam maior número de pontos de contato com a concepção de fonologia aqui assumida, uma vez que, além de todos os pressupostos acima, ainda incorporam as noções de que o acento e o ritmo de uma língua são resultado de escolhas paramétricas efetuadas por ela própria, que obedecem a princípios universais.

Diferentemente das propostas mais tradicionais, Carvalho (1989: 412) diz ser evidente que:

*"EP [European Portuguese] vowel reduction PRECEDES STRESS ASSIGNMENT and it is moreover the MAJOR PHONOLOGICAL BASIS for stress placement."*³⁶

Esta é uma posição bastante polêmica, pois fica difícil de sustentar que a redução vocálica precede o acento, já que necessita de informações sobre a localização das proeminências principal e secundária para ocorrer. Uma primeira consequência desta posição assumida por Carvalho é a regra de atribuição de acento às palavras dever ser pós-lexical. Sendo pós-lexical, ela só pode ser independente da estrutura morfológica das palavras. O que possibilita a argumentação de Carvalho é o fato de ele atribuir *moras* às sílabas, ainda no léxico - antes mesmo da aplicação da regra de redução vocálica. Para ele, as sílabas "leves",

³⁴ Na formalização de Costa (1978), o símbolo \$ indica fronteira silábica.

³⁵ Bisol (1993) e (1994b) são uma retomada de Bisol (1992a e b).

³⁶ Destacado no original.

sem rima ramificada (silabas monomoraicas), reduzem-se no português, ao passo que as silabas "pesadas", com rimas contendo R ou L na coda ou uma vogal nasal ou ditongo³⁷ (silabas bimoraicas) não se reduzem.³⁸ A partir desta constatação, Carvalho afirma que só é possível entender melhor como funciona a regra de colocação do acento principal no português através da consideração do peso silábico. Baseado na predominância de paroxítonas terminadas em rima não-ramificada no português e relacionando-as com as oxítonas terminadas em rima ramificada, Carvalho (1989: 417) formula a seguinte regra de atribuição de acento:

(24) *(Unmarked) stress falls on the penultimate mora.*

Embora Carvalho formule a regra acima tanto para o português de Portugal como para o do Brasil, como as regras de redução vocálica de que depende a regra de acento funcionam apenas para Portugal, a sua generalização fica prejudicada.

Como exceção à regra (24), serão *marcadas* as paroxítonas terminadas em R, L, vogal nasal e ditongo, uma vez que, por causa disso, a última sílaba contém duas moras, mas não é acentuada. O acento a estas palavras deve ser, então, atribuído através de uma outra regra - Carvalho (1989: 417).³⁹

(25) *Marked stress bears on the antepenultimate mora.*

Carvalho (1989: 417-423) apresenta como evidências a favor da sua abordagem da acentuação portuguesa o efeito da crase reduzindo ou não a vogal e o fato de formas marcadas passarem a não-marcadas (enquanto o contrário nunca acontece), através de vários processos de redução - desnasalização, monotongação, metátese, epêntese, formação de plural, etc.

Mostra também que um estudo da colocação dos clíticos no português europeu e no português brasileiro (predominância da ênclise no primeiro e da próclise no segundo) traz evidências a favor das regras de acento que formula - Carvalho (1989: 423-433). A este respeito, diz que, no português europeu, todo clítico (pronomes objeto) tem sílaba leve e acrescenta uma mora ao pé acentual precedente. Esta mora dos clíticos, na verdade, tem um valor *nulo*, como mostram os exemplos a seguir:

(26) a. matar	matá-lo	matei	matei-o
matou	matou-o		
b. mata	mata-a	matamos	matamo-lo
vejam	vejam-na	matávamos	matávamo-lo
c. dá-se	dá-se-lhe	paga-se	paga-se-lhe

³⁷ Carvalho (1989: 418) considera que o /-s/ de final de sílaba não transforma a sílaba em "pesada" - ou, em outras palavras, é *extramétrico*.

³⁸ Um empecilho para as generalizações de Carvalho são as sílabas travadas (para ele, bimoraicas) que se reduzem e não portam acento (ex: *revolver* - *revólvi*; *viagem* - *viagi*).

³⁹ Como já foi visto no Capítulo 2, um dos pré-requisitos que uma regra deve ter para poder ser considerada pós-lexical é não apresentar exceções. Sendo assim, fica difícil para Carvalho continuar a sustentar a sua posição, que já é polêmica desde o princípio, por causa da redução vocálica acontecer ainda no nível do léxico.

O clítico não afeta a marcação acentual para os pés não marcados em (26a). Em (26b) e (26c), a marcação dos pés fica alterada: pé não-marcado fica marcado e pé marcado fica super-marcado. Paroxítonas não-marcadas ficam paroxítonas marcadas ou proparoxítonas. Oxítonas com dois clíticos ficam proparoxítonas. Exemplos deste tipo mostram, para Carvalho, que a ênclise está ligada ao fato de o português europeu contar as moras e ter unidades marcadas e não marcadas, coisa que o português do Brasil não faz (pelo menos não do mesmo modo).

Já incorporando elementos da teoria de princípios e parâmetros, figura o trabalho de d'Andrade & Laks (1991), baseado principalmente no modelo de Halle & Vergnaud (1987).

Em d'Andrade & Laks (1991), os autores começam fazendo algumas considerações gerais a respeito do acento de palavras em português. Observam que, tradicionalmente, apareceram regras diferentes para nomes e verbos e que o acento não vai além da proparoxítona, a não ser quando ocorre a adjunção de clíticos, como em *dávamo-no-lo*. Os autores discordam da idéia segundo a qual o português ainda teria em ação regras de um esquema acentual grego e latino, uma vez que, na sua opinião, atualmente, é a quantidade que depende do acento e não o contrário, tendo em vista que a duração não é mais distintiva fonologicamente.⁴⁰

É apresentada uma distinção entre **acento secundário**, oriundo de palavras derivadas com *-mente*, ou sufixo que comece por *-z-*, e **acento eco**, que ocorre em sílabas pares à esquerda do acento principal, formando a *onda rítmica*.

Para eles, a informação morfológica é importante (veja: *cômputo e computo*). Neste sentido, é preciso levar em conta o **radical derivacional** que é definido como "*o que sobra depois de retiradas as marcas de classe e de número ou de pessoa e de número*" - d'Andrade & Laks (1991: 5). Partindo dessa definição de radical derivacional, é possível formular a seguinte regra:

- (27) O acento principal cai na última vogal do radical ou na penúltima no caso de haver uma vogal extramétrica.

A interpretação do acento nos nomes, para d'Andrade & Laks (1991), é a seguinte:

De acordo com um *princípio de onda rítmica*, a acentuação em português resulta da expansão direita-esquerda de uma onda rítmica cujo tempo inicial é cavado (átone). Numa linha zero projetam-se as vogais. Na linha superior, faz-se uma grade perfeita do tipo direita-esquerda, iniciando num cavado (.). Na linha superior a esta, ocorre a regra de fim que atribui um (*) ao último (*) (à direita da palavra) da linha logo abaixo. Veja os exemplos em (28), a seguir:

⁴⁰ Os autores assumem esta posição porque, para eles, a sensibilidade à quantidade da sílaba na construção dos pés não é independente da utilização pela língua da duração de segmentos como traços distintivos. Ao contrário do que pensam d'Andrade & Laks, Hayes (1991) mostra que estes fatores são completamente independentes - ver Capítulo 2.

(28)

		*			*		*	
x	x	x		x	x	x	x	x
mo	de	lo		or	ga	ni	za	do

De acordo com o princípio da ancoragem, forma-se a *onda rítmica* do português - do tipo crista/cavado. Este princípio é assim formulado por d'Andrade & Laks (1991: 9):

(29) Princípio da ancoragem: ancora-se na primeira posição correspondente ao seu tempo inicial; na ausência de uma tal posição, ancora-se ao limite direito.

Palavras sem marca de classe têm posição vazia na grade - exemplo (30) - o que as torna paroxítonas no léxico, seguindo uma regra "default" que acentua as paroxítonas, como as do exemplo (31). As paroxítonas terminadas em L, R, S ou Z são proparoxítonas no léxico e têm um cavado lexical pré-atribuído, ou seja, são marcadas no léxico com relação ao acento - (32).

(30)

		*			*		*	
x	x	x		x	x	x	x	
ca	fé			hos	pi	tal		

(31)

*				*			*		*		
x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
u	til		ca	tás	tro	fe	ca	tas	tró	fi	co

(32)

útil		catástrofe		catastrófico
------	--	------------	--	--------------

Alguns morfemas são considerados *acento-repelentes*, como os sufixos *-ico*, *-voro*, *-gero*, etc., os quais são marcados no léxico como cavados. Toda palavra tem, ainda, um acento inicial com uma crista secundária que os autores chamam de regra de *fim-inicial*. É uma regra opcional que precisa atribuir cavado ou crista aos lugares devidos.

Em relação aos verbos, a análise do acento também é baseada na sua constituição morfológica: radical + vogal temática + marca de tempo + marca de pessoa + marca de número.

Se o verbo não tiver as marcas de tempo, pessoa e número (ou então apresentá-las amalgamadas em um único morfema - caso em que não ocorre vogal), o verbo será oxítono e terá um cavado extra, como nos nomes e adjetivos - exemplos em (33). Se o verbo for

paroxítono, segue a regra default geral. Se for proparoxítono - (34) -, terá sempre uma marca de tempo que é postulada como cavado lexical pré-atribuído sobre a qual a onda rítmica poderá ancorar-se.

(33)

* *	* *	* *
x x x	x x x	x x x
par ti	ba teu	fa lou

(34)

* *	* *
x x x x	x x x x x
fa lá va mos	a ca bá sse mos

A interpretação feita por d'Andrade & Laks, tem a vantagem de, embora partindo de considerações morfológicas, apresentar como resultado final apenas uma regra para nomes, adjetivos e verbos. Os casos que não se encaixam na regra geral são resolvidos com marcas de cavado no léxico. No entanto, a análise leva a uma interpretação aparentemente estranha, como no caso das oxítonas sem sufixos de gênero e de número (tipo *café*, *amor*), que são interpretadas como paroxítonas, e de paroxítonas (tipo *falava*) que são interpretadas como proparoxítonas, o que leva a considerar como padrão canônico do português as proparoxítonas (!). Além disso, a forma de onda rítmica que é gerada dá conta de apenas uma possibilidade de realização, não contemplando outras formas possíveis e existentes na língua.

A análise de Alvarenga (1993) baseia-se na proposta descrita acima, de d'Andrade & Laks (1991). O autor chama a atenção para o fato de o acento cair na última vogal da raiz ser uma maneira de formar palavras *paroxítonas* em português, uma vez que se espera sempre um sufixo de gênero, ou outro de natureza verbal, contendo uma vogal. Os exemplos das palavras derivadas é eloquente: *pata* - *patada*, *dívida* - *duvidoso*. Reconhece que não é possível atribuir acento em português somente por critérios fonológicos. Então, procura uma saída intermediária.

Em primeiro lugar, considera que a consoante (L, R, S, N) final dos nomes oxítonos - por exemplo *cartaz*, *hospital*, *pomar* - é, na verdade, um *onset* e tem um *núcleo vazio*.⁴¹ Este fato é dado pela estrutura silábica atribuída no léxico e não por marcas, não constituindo exceção à regra, portanto.⁴² Como exceções marcadas no léxico, consideram-se

⁴¹ Esta solução lembra em muito as estruturas de palavras propostas por Kaye, Lowenstamm & Vergnaud (1985) e Charette (1988), na teoria de charme e de governo.

⁴² O /S/ - marca de plural - é coda e não onset + núcleo vazio, porque o plural não muda a localização do acento (o mesmo vale para os verbos terminados em -s). Assim, uma palavra como *cartas* tem duas sílabas, mas uma palavra como *cartaz* terá três sílabas no léxico.

A nasal /N/, se for um morfema não amalgamada (ex. *falam*), será coda. Se não for morfema (ex. *irmã*), a nasal será onset seguido de um núcleo vazio.

apenas as paroxítonas terminadas por consoante, como em *Vênus, lápis, tênis, nível, útil*, etc., e as proparoxítonas.

Alvarenga (1993: 85) considera (como d'Andrade & Laks) que alguns morfemas tem *acentuação negativa* (segundo Garde, 1968), ou seja, rejeitam o acento. São os morfemas átonos: *-fero, -gero, -ico*. Esta regra serve também para todos os morfemas verbais que formam uma sílaba inteiramente isolada das demais do morfema vizinho à esquerda, porque são *independentes* do ponto de vista silábico (podem formar sílaba por si). Os demais morfemas verbais pertencem à sílaba anterior, acentuada.

Já a proposta de Bisol (1992a), baseada na abordagem de Hayes (1981), depende crucialmente da aceitação da noção de *extrametricidade*. Partindo do pressuposto de que o português estrutura as sílabas em pés métricos binários de cabeça à esquerda, e admitindo o parâmetro do peso inerente da rima ramificada (Hayes, 1981), Bisol (1992a: 69) atribui o acento através da seguinte regra:

(35) Regra de Acento Primário

Domínio: a palavra⁴³

- i. Atribua um asterisco (*) à sílaba pesada final, i. é., sílaba de rima ramificada.⁴⁴
- ii. Nos demais casos, forme um constituinte binário (não-iterativamente) com proeminência à esquerda, de tipo (*), junto à borda direita da palavra.⁴⁵

Para resolver o problema da atribuição de acento aos nomes e adjetivos com proeminência na terceira sílaba (contadas no sentido do final para o início da palavra) e terminados em consoante ou ditongo com acento não-final, Bisol (1992a: 71) recorre à noção de *extrametricidade*, marcando estes casos no léxico. O primeiro caso receberia a marca [+Ex(sil)] e o segundo, [+Ex(coda)]. Em outras palavras, as proparoxítonas possuem a última sílaba extramétrica, enquanto que as paroxítonas terminadas em consoante ou ditongo possuem a última coda extramétrica.⁴⁶

Entretanto, segundo Bisol, a maior dificuldade da sua proposta consiste em resolver o problema da atribuição do acento às oxítonas terminadas por vogal. A solução proposta por Bisol (1992a: 73-74) é a seguinte:

"Partimos da suposição que tais palavras recebem acento por SQ em razão de uma consoante abstrata na rima final. Formadas apenas pelo radical, sem a desinência de vogal temática, apresentam-se com uma vogal final de radical plena, jacaré, saci, jacu, diferentemente das que se submetem à regra (Iii) [aqui (35ii)], cuja vogal final é reduzida. A proposta é que recebem acento pela mesma regra que atua em pastel, pomar, funil, em virtude de a

⁴³ "Em se tratando de nomes e adjetivos, a palavra fica entendida como *radical + vogal temática ou marca de gênero*, que pode estar ausente." (Bisol, 1992a: 69). "Em se tratando de verbos, a palavra fica entendida como *radical + vogal temática + sufixo modo-temporal + sufixo número-pessoa*." (Bisol, 1992a: 69).

⁴⁴ À regra descrita em (35i). Bisol (1992a: 71) denomina Regra de Sensibilidade Quantitativa (SQ).

⁴⁵ Bisol (1992a: 71) dá o nome de Formação de Constituintes Prosódicos (FCP) ao processo descrito em (35ii).

⁴⁶ Para tal, Bisol (1992a: 71) admite que a silabação precede a acentuação.

regra (1) [aqui (35)] visualizar a consoante idiossincrática registrada em seu item lexical, que somente vem à superfície em palavras derivadas. Desta forma, as palavras sem VT cujo elemento terminal pode ser:

(i) uma consoante: pomar, funil

(ii) uma vogal plena: saci, jacaré

constituem uma categoria só, em virtude de um artifício morfológico cujo mecanismo interno consistente é levado em conta pela Regra do Acento Primário."

As evidências a favor desta solução, listadas por Bisol, são as seguintes:

- tais palavras optam pelo sufixo *-zinho*, como as acabadas em rima ramificada (pomar - pomarzinho, café - cafezinho);
- a mesma opção fazem com outros sufixos que apresentam a variante com *-z*;
- por vezes, a consoante abstrata se manifesta no paradigma flexional (ex: jacá - jacazes);
- não faltam exemplos de hiatos, o que também oferece argumentos (ex: café - cafeeiro).

Já os verbos, para Bisol (1992a: 78), recebem o acento pela mesma regra que os nomes e adjetivos; porém, a extrametricidade em verbos tomaria a forma de uma regra específica:

(36) A extrametricidade em verbos

Marque como extramétrica:

i. A sílaba final da primeira e da segunda pessoa.⁴⁷

ii. Nos demais casos, marque a consoante com status de flexão.

Para as formas verbais do futuro, Bisol (1992a: 78-79) admite a existência de um pé degenerado, atribuído às desinências. Isso, entretanto, ocasionaria, num primeiro momento, um *stress clash*, resolvido, depois, pela aplicação da regra de Evite Choque Acentual (ECh) - exemplo (37):

(37)	(*) (*)		(*)(*)	ECh	(*)
	/falar/ /ei/	→	falarei	→	falarei

Já a proposta de Bisol (1992b) baseia-se no trabalho de Halle & Vergnaud (1987). Na realidade, trata-se não de apenas uma proposta, mas de duas, uma vez que o trabalho apresenta "*duas alternativas de análise*" para a acentuação portuguesa: uma que não

⁴⁷ Embora Bisol (1992a: 78) tenha formulado (31i) em termos de extrametricidade da *silaba* final, os exemplos que fornece provam que o que ela tinha em mente era a extrametricidade ou da consoante final (no caso da primeira e segunda pessoas do singular) ou da sílaba final da primeira e segunda pessoas do plural.

considera os pesos silábicos como influentes para a atribuição do acento e outra que considera.⁴⁸

A autora começa mostrando que o acento em português - como no espanhol, na interpretação de Harris (1983) - está sujeito à restrição de janela, de maneira que, em se contando da borda direita para a esquerda da palavra, nunca vai além da terceira sílaba. Também antes de proceder às análises, Bisol (1992b) vê a necessidade de trazer à tona uma série de considerações gerais a respeito da colocação do acento no português, que ela mesma (Bisol, 1992b: 12-13) resume da seguinte maneira:

I - O acento não ultrapassa o limite da terceira sílaba, ou seja, da antepenúltima.

II - A desinência de número, em se tratando de não-verbos, não influi na posição do acento, com exceção de casos em que o limite das três sílabas for ultrapassado.

III - Palavras terminadas em consoante recebem, na sua maioria, acento na sílaba final.

IV - Palavras terminadas em vogal do radical recebem acento na sílaba final. Nos processos derivacionais elas exibem, antes do afixo, uma consoante idiossincrática.

V - Palavras com acento na terceira sílaba, que constituem uma classe minoritária, não admitem sílaba [ríma] intermediária ramificada. Dão preferência, embora acabem em vogal, à variante diminutiva -zinho. Apresentam a variante -inho desde que ocorra o apagamento de uma sílaba.

VI - As terminações em nasal tendem a puxar o acento para a sílaba final, com a exceção de -eN que dá prioridade ao acento na segunda.

VII - A língua possui sufixos átonos e tônicos. Entre os primeiros existem alguns que, sem acento próprio, causam mudança na posição do acento original.

VIII - Palavras terminadas em dupla consoante são tradicionalmente acentuadas na segunda sílaba. Palavras de introdução relativamente recente, o mais das vezes não-dicionarizadas, tendem, todavia, a incorporar-se ao padrão das palavras acabadas em consoante.

Em sua primeira alternativa de análise para o acento do português, Bisol (1992b: 14) admite que:

"... o léxico é pensado à maneira da Fonologia Lexical, o que permite distinguir verbos de não-verbos pelo domínio de aplicação de regras. Em não-verbos, as regras de acento operam no componente lexical, a partir da primeira regra de formação de palavras, a que introduz a vogal temática, e voltam a operar a cada introdução de um novo morfema, durante todo o processo derivativo, como regras cíclicas; em verbos, somente operam quando a palavra está pronta, caracterizando-se como não-cíclicas."

⁴⁸ Para o estudo do acento lexical, Bisol (1992b: 8) utiliza-se da mesma estrutura de palavra atribuída aos nomes e adjetivos, por um lado, e verbos, por outro, formulada em Bisol (1992a).

Para a atribuição do acento primário, Bisol (1992b: 15) formula os seguintes procedimentos, aos quais denomina Regra Final (RF):

(38) Procedimentos de atribuição do Acento Primário

- O domínio do acento é a palavra (...).
- Os portadores de acento ou elementos acentuáveis são os núcleos silábicos, i é, as vogais.
- A extrametricidade incide sobre a última vogal do domínio do acento com status de desinência.
Estrutura métrica:
- linha 0: constituinte ilimitado, cabeça à direita com projeção da cabeça na linha 1. Governo: direita/esquerda.
- linha 1: constituinte ilimitado, cabeça à direita com projeção de cabeça na linha 2.
- linha 2: fusão das linhas 1 e 2 com preservação do asterisco mais à direita.

Em relação aos acentos dos nomes, Bisol (1992b: 16) considera que a extrametricidade incide sobre a última vogal do domínio do acento com status de desinência. Depois, é aplicada a regra RF. Estas vogais invisíveis, segundo Bisol, são incorporadas à palavra pela Regra de Adjunção da Sílabas Perdida (ASP) (Hayes, 1982: 235), que faz anexar ao vocábulo uma sílaba leve como um membro fraco de um pé adjacente. Bisol (1992b: 15-16) assim exemplifica a atribuição de acento às palavras terminadas em consoante ou em vogal do radical:

(39)	/kaz+a/	/pared+e/	/kafE/	/koronE/	léxico
	/kaza/	/parede/	/kafE/	/koronE/	domínio
	a a	a e e	a E	o o E	portadores
	<a>	<e>			Ex
	(*)	(* *)	(* $\bar{}$ *)	(* * $\bar{}$ *)	linha 0
	(*)	(. *)	(. *)	(. . *)	linha 1
	(*)	(. * .)			ASP
	(*)	(*)	($\bar{}$ *)	($\bar{}$ *)	linha 2
	[káza]	[parédzi]	[kafÉ]	[koronÉ]	

Já as palavras paroxítonas terminadas em consoante recebem, na opinião de Bisol (1992b: 16), um diacrítico no léxico, que faz com que a última rima seja extramétrica. Ao final da derivação, aplica-se a Regra de Adjunção da Sílabas Perdida, que só tem o poder de anexar uma vogal ao pé precedente como seu membro fraco. Desta maneira, a coda permanece invisível e vem à tona somente no final da derivação, como ocorre quando segmentos consonantais são extramétricos.

A principal barreira para esta primeira alternativa de análise do acento proposta por Bisol é a atribuição de acento às palavras proparoxítonas. Bisol (1992b: 17) considera que estas palavras possuem a última sílaba marcada no léxico como extramétrica. Além disso,

incidiria sobre elas a regra (40), que proíbe incidir acento, ou seja asterisco, em sílaba leve final (visível), já que a extrametricidade lexical teria prioridade sobre a extrametricidade do algoritmo acentual.

- (40) Apague *
em sílaba leve, final, *se a palavra possuir elemento extramétrico.*

Em relação às proparoxítonas terminadas em sílaba travada (ex: *júpiter, Lúcifer*), a solução proposta por Bisol (1992b: 18) é a mesma adotada em relação às outras proparoxítonas - extrametricidade da sílaba final e posterior aplicação de (40). Para explicar a acentuação dos estranhos plurais dessas formas (*jupiteres, lucíferes*), Bisol (1992b: 19) recorre à Restrição de Janela de Três Sílabas (RJT).⁴⁹

Para as palavras derivadas, Bisol segue a teoria Lexical de Kiparsky (1982b, 1985) e Mohanan (1982, 1985), que prediz a estruturação do léxico em *strata*, cada qual com suas regras próprias. O acento, desta forma, é atribuído ciclicamente a domínios cada vez maiores até a formação final das palavras derivadas.

Em relação aos verbos, o domínio da extrametricidade é definido de maneira diferente da dos nomes por Bisol (1992b: 25):

- (41) Extrametricidade na classe verbal
- Marque como extramétrica a rima final se essa contiver uma consoante com status de flexão.
 - De outra forma, marque a vogal final com status de desinência.

A solução que Bisol (1992b: 26) fornece à atribuição do acento aos tempos do futuro não precisa ser diferente da relativa aos outros tempos verbais - como o foi em Bisol (1992a) e em outros trabalhos aqui citados anteriormente.

"Quanto aos tempos do futuro, embora haja diferentes teorias sobre a sua morfologia, este algoritmo pressupõe que sincronicamente não existem diferenças entre eles e os demais tempos verbais. Funciona como MTA re, ra, futuro do presente e ria, futuro do pretérito. E {i}, no futuro do presente, assim como nos tempos de perfeito, é morfema número-pessoa (cf. Mattoso Câmara 1975: 147)."

Em relação à acentuação do imperfeito, Bisol (1992b: 27) propõe a atuação de um filtro especial, que proíbe a atribuição de acento ao morfema relativo a este tempo-modo (-va, -ia, -se, -ria). A atuação de tal filtro faz com que, por exemplo, o acento atribuído primeiramente, por regra, a *cantávamos*, seja deslocado para *cantávamos*.

⁴⁹ Note-se que estes plurais, além de inusitados, não ocorrem em todos os dialetos do português. Podem, por exemplo ocorrer como *júpiteres* e *lúciferes*. Além disso, o plural de outros exemplos citados por Bisol, *júnior* e *sênior*, talvez por causa da influência do inglês, ocorrem, frequentemente, como *juniors* e *sêniors*. A forma *juniores*, por outro lado, vem se popularizando, por influência da televisão, que passou a transmitir jogos do campeonato de juniores (que os narradores de futebol pronunciam, atualmente, como *juniores*, mas que pronunciavam, há algum tempo atrás, como *juniors*).

A segunda alternativa de análise apresentada por Bisol (1992b) é muito semelhante à apresentada em Bisol (1992a), porque, embora a presente proposta se desenvolva à luz da fonologia métrica de Halle & Vergnaud (1987), ela admite o parâmetro do peso inerente da rima ramificada, assumida por Hayes (1981), trabalho sobre o qual é baseada a proposta de (1992a).

Nesta segunda alternativa de análise, a regra de atribuição de acento primário proposta por Bisol (1992b: 34) é idêntica à formulada por Bisol (1992a: 69) - aqui transcrita sob o número (35).

A principal diferença entre esta proposta (e a expressa em Bisol, 1992a) e a primeira apresentada neste trabalho consiste no tratamento dado à extrametricidade. Nesta segunda análise, o poder da extrametricidade fica consideravelmente restringido, conferindo uma maior adequação ao uso deste mecanismo.

Em relação aos nomes e adjetivos, a extrametricidade é atribuída como um diacrítico lexical a palavras com acento na terceira sílaba (proparoxítonas) e palavras terminadas em consoante ou ditongo com acento não-final. Em relação aos verbos, a regra de extrametricidade manda marcar como extramétrico: a.) a sílaba final da 1ª e da 2ª pessoas do plural das formas do imperfeito; b.) nos demais casos, deve ser marcada a coda que porte elementos com status de flexão, ou seja, {N, S}.

Nesta segunda proposta, Bisol (1992b: 35) considera que o processo de silabação começa pelo delineamento da estrutura mórica, com a atribuição de uma mora a toda vogal da palavra. Depois, vem a regra de formação de ataque ("onset") - elemento não-mórico. O passo seguinte consiste em determinar o peso da sílaba. Para isto, cada língua tem instruções especiais.⁵⁰

Sobre o fato de o português considerar o peso silábico na atribuição do acento, Bisol (1992b: 35-36) afirma:

*"Há evidência de que o português é uma língua que leva em conta as moras. Testemunham em seu favor as sílabas finais de duas moras que na sua maioria atraem o acento (funil, papel), pois 78% das palavras acabadas em consoantes são oxítonas."*⁵¹

Em relação à acentuação de nomes, adjetivos e outros com estrutura lexical similar, as soluções propostas são exatamente as mesmas já adotadas em Bisol (1992a) - apresentadas anteriormente -, inclusive em relação às proparoxítonas, às paroxítonas terminadas em rima ramificada e oxítonas terminadas em vogal - exceções clássicas a todas as regras aqui analisadas. O mesmo ocorre em relação aos verbos, incluindo a acentuação dos tempos do futuro (futuro do presente e futuro do pretérito).

Entre as vantagens dessa segunda alternativa de análise do acento do português em relação à primeira, Bisol (1992b: 50) aponta o uso restrito da extrametricidade, o não uso da metátese, oriunda da regra de "apaga (*)" e a ausência de necessidade de um filtro para as formas do imperfeito. Além disso, para resolver o problema da colocação do acento nas oxítonas terminadas em vogal, a segunda proposta se vale de um recurso morfológico,

⁵⁰ Ver item 2.2.7 do Capítulo 2.

⁵¹ A porcentagem citada por Bisol (1992b) diz respeito ao estudo estatístico que ela efetua neste seu trabalho.

trazendo para o domínio do acento a consoante idiossincrática que tais itens registram lexicalmente e que se manifestam em processos derivacionais - o que também constitui uma vantagem dessa segunda abordagem. A conclusão da autora, a partir daí, é indiscutível:

"Comparativamente, pode-se afirmar que a concepção do acento como se fosse insensível ao peso complica desnecessariamente a análise."

Embora o trabalho de Wetzels (1992) não seja especificamente sobre o acento do português (trata da neutralização das vogais médias no Português do Brasil), merece ser aqui citado, pois, como os fenômenos de que trata são dependentes, de certa forma, da localização do acento, apresenta uma lista dos procedimentos de atribuição do acento de palavra em Português Brasileiro (de agora em diante, PB), à luz do modelo de Hayes (1991). Para Wetzels (1992:24), o acento de palavra, no PB, é sensível à quantidade das sílabas: sílabas pesadas em final de palavra são sempre acentuadas, no caso não-marcado, e as penúltimas sílabas, se pesadas, nunca podem ser "puladas" pela regra de acento (isto é, *sempre* recebem acento, desde que a última sílaba da palavra não seja pesada). Por outro lado, o acento secundário é insensível ao peso das sílabas, sendo assinalado da direita para a esquerda.⁵²

Em relação ao acento primário, Wetzels considera como pé "relevante" o troqueu moraico. A construção dos pés se dá não-iterativamente, da direita para a esquerda. Assim, o acento de palavra recai, necessariamente, na vogal proeminente do troqueu moraico construído.⁵³ Para resolver os casos excepcionais, as proparoxítonas e paroxítonas terminadas em sílaba pesada, Wetzels opta por marcar a última sílaba das proparoxítonas e a última mora das paroxítonas terminadas em sílaba pesada com um diacrítico no léxico que as transforma em extramétricas.

Mais recentemente, tem-se o estudo de Lee (1994), para quem a regra que atribui acento aos não-verbos, em PB, é diferente da que o atribui aos verbos, tanto em relação ao domínio de aplicação (para os não-verbos, o radical; para os verbos, a palavra), quanto em relação à fixação dos valores dos parâmetros envolvida na definição da própria regra.

Lee (1994: 38-40) divide a acentuação tanto dos não-verbos como dos verbos em dois casos: o marcado e o não-marcado. Nestas duas categorias, a regra de acento das formas marcadas considera constituintes prosódicos básicos quase especulares aos das formas não-marcadas, como se vê em (42). Além disso, Lee não considera a acentuação do PB sensível à quantidade das sílabas.

(42) Regra de Acento do Não-Verbo

Domínio: radical derivacional.

a. Casos Não-Marcados: constituinte ilimitado, cabeça à direita.

b. Casos Marcados: constituinte binário, cabeça à esquerda, direita para esquerda, não-iterativo.

⁵² Para uma descrição mais detalhada dos procedimentos de atribuição de acento secundário em PB, ver Collischonn (1994).

⁵³ É importante ressaltar que, em relação ao valor dos parâmetros do ritmo do PB, o presente estudo chega às mesmas conclusões de Wetzels (1992) - ver item 2.3 deste capítulo.

Regra de Acento do Verbo

Dominio: palavra.

a. Casos Não-marcados: constituinte binário, cabeça à esquerda, direita para esquerda, não-iterativo.

b. Casos Marcados: constituinte ilimitado, cabeça à direita, extrametricidade: sílaba.⁵⁴

Ao tentar fugir do uso excessivo da noção de extrametricidade, Lee se vê em uma situação difícil: seria válido estabelecer pés básicos diferentes - e, portanto, valores diferentes para um mesmo parâmetro - para casos marcados e não-marcados? A noção chomskiana mais estreita de parâmetro não permite que sejam considerados duas fixações de valor diferentes para um mesmo parâmetro. Isto se aplicaria a todos os parâmetros da língua, inclusive os do ritmo. No entanto, uma abordagem do tipo da apresentada, por exemplo, por Lee (1994), considera dois valores diferentes, um para casos marcados e outro para casos não-marcados, tanto para verbos como para não-verbos. A partir destas considerações, fica uma dúvida a respeito da natureza dos parâmetros do ritmo: seriam eles tão diferentes dos outros parâmetros da língua, a ponto de poderem apresentar, ao mesmo tempo, valor positivo para alguns casos e valor negativo para outros? Sendo assim, embora este tipo de abordagem consiga, de fato, minimizar o uso da extrametricidade na descrição do acento, o custo para isto é a alteração da noção de parâmetro, atitude que o presente trabalho procura evitar.

⁵⁴ Em Lee (1995), tese de doutorado em preparação, é melhor desenvolvida esta proposta de descrição do acento em PB.

2.3. Em busca de parâmetros: uma proposta de análise do acento em Português do Brasil

No presente item deste capítulo, pretende-se, à luz dos estudos resenhados no item anterior, estabelecer as escolhas paramétricas efetuadas pelo PB quanto à acentuação.

Um ponto de partida comum a todos os trabalhos citados é a observação de que o PB possui apenas três tipos de palavras quanto à acentuação: oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas (o que Bisol denomina de Restrição da Janela de Três Silabas). Desses três tipos, são ampla maioria as paroxítonas - o que já sugere, em relação às duas últimas sílabas da palavra, uma alternância binária, do tipo forte-fraca. Aliás, esta alternância binária - e não apenas em relação a essas duas últimas sílabas, mas à palavra como um todo - constitui um denominador comum a todos os estudos mais recentes acerca da acentuação do português (vejam-se, por exemplo, os fenômenos de onda rítmica de d'Andrade & Laks, 1991, e a descrição de Colischonn, 1994, do acento secundário em PB). No entanto, muito antes, trabalhos elaborados sob a égide do modelo gerativo padrão já abriam brechas para a introdução na descrição de fenômenos deste tipo (veja-se a "regra rítmica" de Costa, 1978).

Quanto ao domínio da regra de atribuição do acento em PB, formam-se dois blocos distintos entre os autores resenhados: os que consideram o *radical* como domínio da acentuação e os que consideram a *palavra*. Trabalhos como os de Lee (1994), d'Andrade & Laks (1991), Mateus (1983), Maia (1981) e Duarte (1977) formulam regras de acento cujo domínio é o RADICAL (é acentuada a última vogal do radical). Neste caso, o fato de a proeminência principal da palavra localizar-se o mais à direita possível do domínio de aplicação do acento sugere uma dominância à direita, na formação dos constituintes prosódicos (pés) - em outras palavras, sugere um pé iâmbico.

(43) (. x)
batat + a

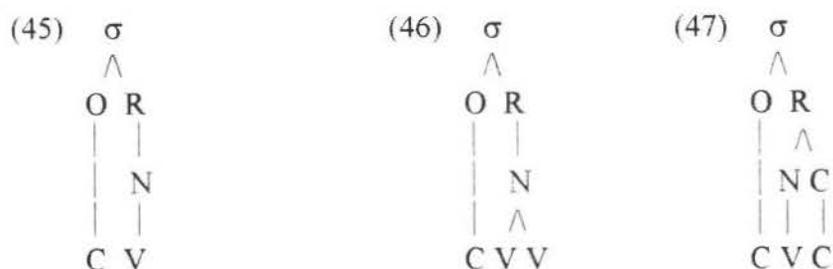
Todos os demais autores citados anteriormente, por sua vez, consideram a PALAVRA como domínio da acentuação em PB. Como a palavra canônica, nesta língua, é formada de um radical mais desinências de gênero (marca de classe) e número (que nunca são acentuadas), a alternância sugerida é do tipo trocaico:

(44) (x .)
batata

Como ambas as possibilidades são teoricamente possíveis, faz-se necessário pesar as duas opções para se fazer uma escolha. Através da resenha da literatura empreendida anteriormente, pôde ser constatado que mesmo boas descrições do acento que consideram a proeminência à direita na constituição do pé básico do PB acabam, em algum momento, considerando alternâncias trocaicas (o caso dos não-verbos marcados e dos verbos não-marcados em Lee, 1994, por exemplo, ou o caso da "onda rítmica", em d'Andrade & Laks). Por outro lado, os trabalhos que apostam no troqueu como pé básico do PB nunca são obrigados a considerar alternâncias iâmbicas em qualquer contexto. Tal fato faz com que deva ser considerado o *troqueu* (no caso, *moraico*) como pé básico do PB - a exemplo do que fazem Bisol (1992a, b) e Wetzels (1992).

Outro ponto de desacordo entre os trabalhos resenhados é a consideração da quantidade silábica na construção dos pés. Por ter explorado as duas possibilidades, o trabalho de Bisol (1992b) aponta o caminho a seguir: uma análise que leva em consideração a quantidade das sílabas dá conta muito melhor dos fenômenos acentuais do português do que uma que não leva.

Para estabelecer a quantidade das sílabas, o PB leva em consideração a quantidade de elementos da *rima*. Desta maneira, somente a sílaba em (45) é considerada leve (◡) em PB, por possuir apenas um elemento na rima. As demais são pesadas (—), por possuírem mais de um elemento na rima, quer estes elementos estejam todos concentrados no núcleo (no caso de ditongos) - (46) - ou distribuídos entre o núcleo e a coda (no caso de sílabas travadas por consoante) - (47):⁵⁵



Embora exista um certo consenso, nos trabalhos anteriormente resenhados, quanto à sensibilidade do PB à quantidade silábica com relação à acentuação, foram levantados por Silva (1992: 23-24) alguns argumentos contrários a isto. Os argumentos de Silva são os seguintes: (a) as sílabas antepenúltimas pesadas não atraem o acento, como em *artigo*; (b) falta evidência experimental para assumir que as vogais portadoras de acento primário são mais longas do que as outras sílabas da palavra; (c) não há contraste (entenda-se "distinção fonêmica") entre vogais longas e breves.

Ora, é uma inverdade afirmar que não existem evidências experimentais que comprovem que as vogais portadoras de acento primário são mais longas do que as outras vogais da palavra. Basta recorrer aos resultados de Fernandes (1976), Major (1981, 1985), Moraes (1986, 1987), Delgado Martins (1986, 1988) e Massini (1991), resenhados em 2.1. O que deveria ter sido dito por Silva é que esta maior duração da tônica é consequência - e não causa - da atribuição do acento.

Mas o principal problema com a proposta de Silva é que ela só concebe a sensibilidade à quantidade silábica enquanto distinção fonêmica entre vogais longas e breves, ao contrário da concepção aqui adotada, em que estes dois fatores são independentes um do outro e a sensibilidade à quantidade silábica é percebida através da maneira pela qual a língua constrói os pés e distribui as proeminências.

Quanto ao primeiro argumento de Silva, pode-se dizer que a sua falsidade reside no fato de, em PB, qualquer estrutura do tipo CVC (citada por Silva como exemplo) constituir, sozinha, um pé, desta maneira, se esta sílaba ocupa a penúltima ou a última posição da palavra, sempre atrai o acento. Porém, se ela ocupa a antepenúltima posição da palavra, só a ocorrência de elementos extramétricos ou inacentuáveis na última ou penúltima sílabas faz com que o acento recaia sobre ela (ex: *ártico*). Na realidade, a sensibilidade do PB à

⁵⁵ Este critério é o mesmo utilizado em Bisol (1992a, b).

monossílabos, a construção de um pé degenerado é obrigatória, uma vez que, do contrário, o acento não poderia ser atribuído a palavras deste tipo. Assim, a estrutura métrica de (50) corresponde a (53):

(53) (x)
lá
 ◡

A partir destas observações, deduz-se que a construção dos pés degenerados, em PB, somente acontece quando nenhum pé canônico tiver condições de ser construído.

Por causa das sílabas que escapam à primeira escansão, as palavras abaixo, todas paroxítonas, possuem estruturas métricas diferentes, dependendo da ocorrência ou não de uma sílaba pesada na penúltima posição.

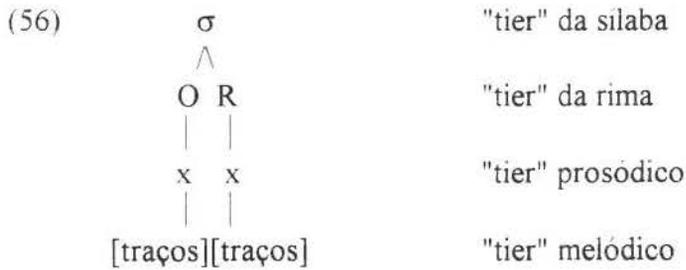
(54) a.	(x .)	ca sa	◡ ◡	b.	(x)	RF	(x)	a cen to	◡ — ◡
	(x)	a ce ro la	◡ ◡ ◡ ◡		(x)	RF	(x)	res pei to	— — ◡
	(x)	ge la do	◡ ◡ ◡		(x)	RF	(x)	ge la dei ra	◡ ◡ — ◡

Observem-se, agora, as palavras em (55), que possuem um ditongo na penúltima sílaba:

(55) geléia
jibóia
idéia
assembléia

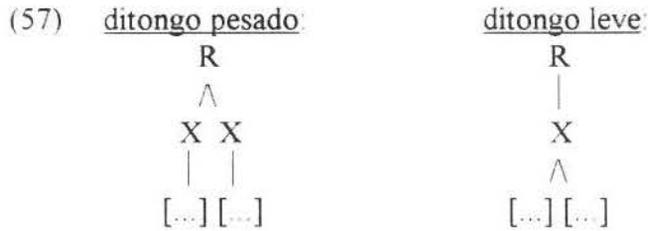
Para saber se o seu padrão rítmico corresponde a (54a) ou (54b), é preciso atentar para a distinção estabelecida por Bisol (1989)⁵⁶ entre dois tipos de ditongos decrescentes, partindo de um "template" silábico como o apresentado em (56):

⁵⁶ Bisol (1991) é uma versão reduzida deste seu estudo de 1989 a respeito dos ditongos do português. Já Bisol (1994) explora um outro tipo de ditongos, os derivados, não presentes na forma básica do léxico.



Sendo assim, a distinção que Bisol (1989: 189-190) estabelece é a seguinte (representada em (57)):

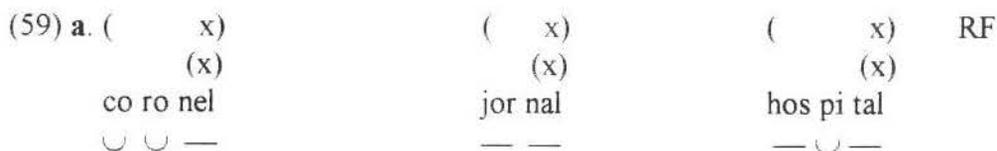
"No português há duas classes de ditongos: o ditongo pesado, o verdadeiro, associado a duas posições no 'tier' da rima, e o ditongo leve, associado a uma só posição. O primeiro constitui uma sílaba complexa e tende a ser preservado; o segundo constitui uma rima simples e tende a ser perdido."



Considerando-se a distinção estabelecida por Bisol (1989), conclui-se que a penúltima sílaba das palavras em (55) deve ser considerada pesada e que, portanto, elas seguem a estrutura métrica das palavras em (54b) - conforme (58):



A admissão dos troqueus moraicis construídos da direita para a esquerda como pés básicos do PB, além das outras escolhas paramétricas apresentadas até aqui, explica também a ocorrência das oxítonas terminadas em sílabas contendo L, S e R em posição de coda (em final de palavra). Neste caso, a última sílaba das palavras é pesada, formando sozinha um pé canônico trocaico-moraico, e, conseqüentemente, atraindo o acento principal, quando da aplicação da RF - (59):



b. (x)	(x)	(x) RF
(x)	(x)	(x)
a tra vés	ra paz	por tu guês
∪ ∪ —	∪ —	— ∪ —
c. (x)	(x)	(x) RF
(x)	(x)	(x)
I ta mar	po mar	su pe ri or
∪ ∪ —	∪ —	∪ ∪ ∪ —

Em relação às palavras oxítonas terminadas em vogal, duas soluções são possíveis, dentro da teoria. Para Bisol (1992a: 73-76), existem razões para acreditar que estas palavras formam uma classe única com as palavras do tipo descrito em (59). Aceitas as evidências apresentadas por Bisol, pode ser adotada a solução por ela proposta: a postulação de uma consoante abstrata (C) na coda da rima final, que apareceria nas derivações⁵⁷ - ver (60).⁵⁸

(60)	/pomar/	/kafEC/	/kafEC/+/eir+a/	1º ciclo
	po mar	ka fĒC		léxico
	(x)	(x)		silabação
		ϕ		SQ
			kafeteir+a	por convenção
			ka fe tei ra	2º ciclo
			(x)	silabação
	[pomár]	[kafĒ]	[kafeteira]	FCP
				saida

Há, porém, uma segunda possibilidade de explicação para estas formas, prevista pela teoria: se a última sílaba das oxítonas terminadas em vogal se comporta como pesada (atraindo o acento), é porque ela é pesada. Para tal, é preciso postular que a última vogal destas palavras ocupa duas posições no núcleo da sílaba, ou seja, é bimoraica - (61):

(61)	σ	
	∧	
	O R	
	N	
	∧	
	μμ	
	∨	
	C V	
ex:	f ε	café

⁵⁷ Segundo Bisol (1992a), também pertencem a esta classe monossílabos do tipo *chá* (- *chaleira*), *nu* (- *nudez*), *nó* (- *nódulo*), *pé* (- *pedal*), *so* (- *solidão*), etc.

⁵⁸ Exemplo extraído de Bisol (1992a: 76).

Ora, esta solução tem o inconveniente de postular que o PB ainda possui vogais longas, embora a duração das vogais não seja mais fonemicamente distintiva (não existe oposição do tipo kafê x kafe:). Postular a existência de vogais longas em PB é um problema, uma vez que se disse, no item 1 deste capítulo, que todas as distinções entre vogais foram perdidas ainda na passagem do latim clássico ao vulgar. Por outro lado, pode-se sustentar que esta distinção de duração possui reflexos no nível fonético: as últimas vogais das oxítonas terminadas em sílaba aberta tem uma maior duração do que as vogais tônicas de sílabas abertas em outras posições na palavra. Mesmo que isto seja comprovado através de estudos acústicos e que não seja um mero efeito de alongamento diante de pausa, ainda resta a questão "do ovo e da galinha": a sílaba é longa porque é acentuada ou é acentuada porque é longa? Quando as distinções quantitativas entre vogais foram perdidas, na passagem do latim clássico ao vulgar, houve mudanças na forma de base das palavras que continham vogais longas⁵⁹, que provocaram reanálises que, por sua vez, ocasionaram a subida da regra de acento do nível pós-lexical ao lexical. Entretanto, naquele momento, não havia ainda, na língua, oxítonas terminadas em sílabas abertas: tais palavras foram introduzidas posteriormente no PB, a maior parte delas de origem indígena ou africana. Sendo assim, não havia mais empecilho para que a língua, nesse momento posterior ao das perdas quantitativas entre vogais e dos rearranjos daí provenientes, voltasse a considerar a existência de vogais longas que, pela sua natureza bimoraica, atraem o acento.

Enfim, ambas as soluções estão disponíveis, dentro da teoria, para explicar o padrão acentual das oxítonas terminadas em vogal. E, aceita uma ou outra, a estrutura métrica destas oxítonas se equipara àquelas em (59) - conforme (62):

(62)	(x) (x) ca fé ◡ —	(x) RF (x) ja ca ré ◡ ◡ —
------	------------------------------	--------------------------------------

A distinção entre ditongos decrescentes estabelecida por Bisol (1989) - apresentada anteriormente - faz com que mais um tipo de palavras possa ser acrescentada a esta classe: a das oxítonas terminadas em ditongos. Por outro lado, existem também, no PB, paroxítonas terminadas em ditongos. É por este motivo que é importante a aceitação da distinção em Bisol (1989). Observe-se as palavras em (63):

(63) a.	europeu	judeu	b.	jérsei
	chapéu	herói		pônei
	papai	fogareu		jóquei
	pigmeu	confrei		vôlei

Bisol (1989) estabelece que é no momento da silabação que a atribuição de moras é feita. Portanto, quando o acento é atribuído às palavras acima, já encontra os ditongos finais de (63a) e (63b), cuja estrutura encontra-se respectivamente em (64a) e (64b), diferenciados pela atribuição moraica.

⁵⁹ A este respeito, ver o item 1.2 deste Capítulo e a Conclusão.

- (67) a. (x) RF
 (x)
 cha péu
 ⊂ —
- b. (x)
 jô quei
 ⊂ ⊂

Observem-se, agora, as palavras em (68):

- (68) a. limão
 irmão/irmã
 constituição
 coração
 leão
- b. órgão
 sótão
 imã
 órfã
 bênção

O mesmo trabalho de Bisol (1989) já citado - sobre os ditongos do PB - fornece pistas a respeito da acentuação das palavras acima. Seguindo Mattoso Câmara (1970), Bisol (1989: 198) afirma que as vogais nasais do PB são uma seqüência de vogal e consoante, baseada na existência de pares de palavras como *limão/limonada*, *irmão/irmanar*, *órfão/orfanato*. A partir daí, Bisol (1989: 198-200) descreve o processo de formação de glide (ditongação) como o seguinte:

- A vogal nasal é uma seqüência VC subjacente, em que C é uma sonorante nasal não plenamente especificada, cujos traços de lugar serão especificados por regra "default" no fim da derivação.
- A seqüência VC tem duas posições na linha prosódica.
- A regra de desligamento de N (absorção da nasal) opera antes da adjunção de marca de classe.⁶¹
- Por desligamento a nasal torna-se um auto-segmento flutuante.
- A nasal é ligada à última sílaba por uma regra particular do português, e a nasalidade espraia, segundo os princípios da teoria auto-segmental.
- O auto-segmento nasal é associado ao núcleo da última rima da palavra, em sílabas de rimas cheias, e espraia para todas as vogais da sílaba.

Ex.: irmaN > irma- > irmão > irmão > irmãũ > irmãw̃.

 | |/

 [+N] [+N]

- Se a estrutura da sílaba apresenta um C vazio, isto é, se C ainda está lá quando o auto-segmento é ligado, a flutuante nasal será associada a esta posição, coda da rima, e espraia para a esquerda. O glide é criado como resultado do mútuo processo assimilatório: a nasal dá nasalidade à vogal e essa dita a qualidade do glide.

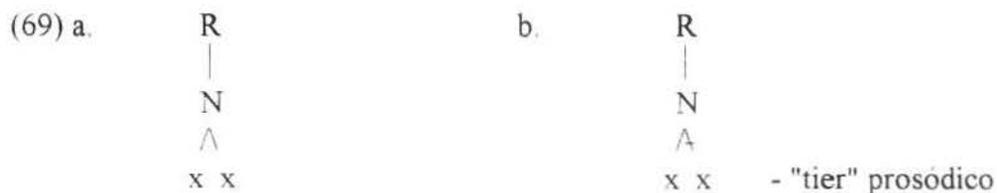
Ex.: omeN > ome- > ome- > omẽỹ

 | v

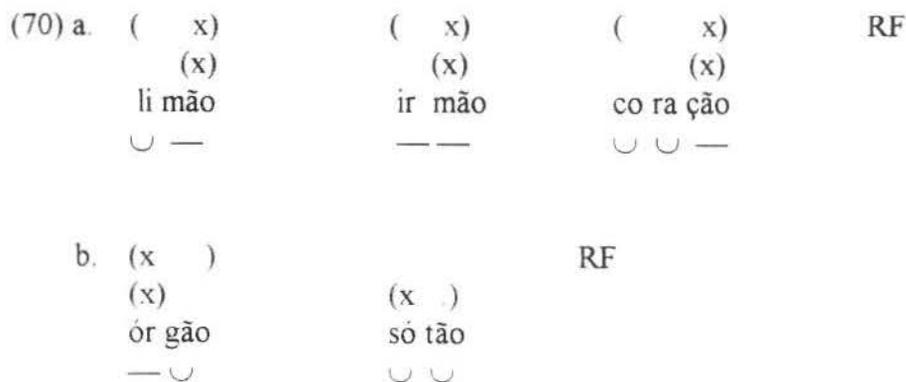
 [+N] [+N]

⁶¹ Sufixo de gênero, para outros autores.

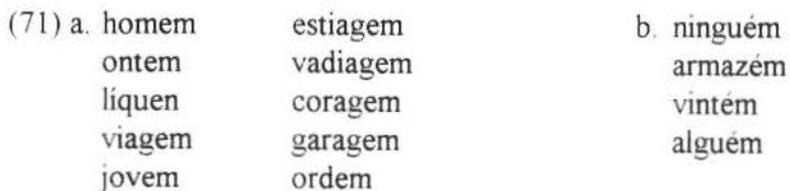
A partir daí, Bisol (1989: 207) explica a diferença de acentuação entre as formas em (68) como relacionada à introdução do marcador de classe (sufixo de gênero), que se dá em momentos diferentes para as palavras em (68a) e (68b). Em geral, o marcador de classe de palavras com terminação nasal é introduzido no "tier" da rima, depois do desligamento da nasal - casos em (68a). Porém, existem casos em que o marcador de classe é incorporado somente no nível do "tier" prosódico, isto é, quando os pés são construídos. É por este motivo que o ditongo final das palavras em (68b) é redutível: ao ter a marca de classe atribuída apenas no "tier" prosódico, resta apenas uma posição para o ditongo na camada, uma vez que, nestes casos, para Bisol (1989: 207), a nasal é extramétrica. Sendo assim, a representação no léxico dos ditongos finais de (68a) e (68b) é, respectivamente:



Partindo das estruturas rimáticas em (69), a estrutura métrica das palavras em (68) corresponde a:



O processo de formação de glide de Bisol (1989) descrito acima explica também porque o padrão acentual das palavras em (71a) e (71b) é diferente.



Segundo Bisol, as palavras em (71a) ainda possuem um C vazio na coda no momento do ligamento da nasal, uma vez que não possuem marca de classe e que a nasal, neste caso, é extramétrica. Portanto, possuem apenas uma posição dominada pela rima no

momento da construção dos pes - o que, para Bisol, ocorre antes do ligamento da nasal e da formação do glide. É por este motivo que o seu padrão acentual segue o das paroxítonas:⁶²

(72)	(x) (x .)	(x) (x)	(x) (x .)	RF
	ho me<m>	on te<m>	vi a ge<m>	
	∪ ∪	— ∪	∪ ∪ ∪	

Já para as palavras em (71b), a posição anteriormente ocupada pela nasal se mantém, pois esta não é extramétrica. Por esta razão, a última sílaba dessas palavras é pesada, fazendo com que elas sigam o padrão acentual das oxítonas:

(73)	(x) (x)	(x)	RF
	nin guém	ar ma zém	
	— —	— ∪ —	

A distinção de padrão acentual baseada na extrametricidade ou não da nasal final também serve para as palavras em (74):

(74) a.	elétron	b.	batom
	próton		bombom
	Nilton		urucum
	Gerson		olodum

No exemplo acima, as palavras em (74a) possuem a nasal extramétrica, enquanto que as em (74b), não. Acerca da extrametricidade da nasal final, resta dizer que parece não haver condicionamento morfológico para que ela ocorra, uma vez que, em todos os casos (tanto quando é extramétrica, como quando não é), a nasal ocupa a posição final do radical; logo, a marca no léxico parece ser a única solução.

Existem outras paroxítonas terminadas em rima ramificada, além das terminadas por nasal, que constituem exceções à regra "default" de acentuação do português. Tais palavras constituem exceções clássicas às regras apresentadas pelos trabalhos resenhados em 2.2: paroxítonas terminadas em -S, -L e -R.

Quanto às paroxítonas terminadas em -S, é preciso anotar um fato curioso: possuem a mesma forma no singular e no plural:

(75)	o lápis	-	os lápis
	o pires	-	os pires
	o tênis	-	os tênis
	o Lopes	-	os Lopes
	o Marques	-	os Marques
	o vírus	-	os vírus
	a Gladis	-	as Gladis

⁶² Elementos extramétricos (silabas, segmentos) estão representados por < >.

Como já foi observado por Leite (1974), Bisol (1989, 1992a, b) e Magalhães (1991, 1994), o morfema *-s* de plural é sempre extramétrico. Em outras palavras, só é afixado à palavra depois da aplicação da regra de acento. Isso pode ser observado em (76), que apresenta a derivação do falso par mínimo *cartas:cartaz*.

(76)	[kart] [a] [s] [karta] (x .) (x) [s] [kártas]	[kartas] (x) (x) [kartás]	léxico afixação Construção dos pés RF afixação saída
------	---	---	---

A partir daí, pode ser formulada a hipótese de que, na verdade, as palavras citadas em (75) só são usadas na forma de plural. Se este for o caso, a vogal antecede o *-s* final ou é epentética ou é marca de classe. Por esta razão, as palavras em (75) são acentuadas na penúltima e não na última sílaba - conforme exemplos em (77):

(77)	[lap] [s] (x) (x) [láps] [lápes] i [lápis]	[lop] [e] [s] [lope] (x .) (x) [lopes] i [lópis]	[vir] [o] [s] [viro] (x .) (x) [viros] u [vírus]	léxico afixação: marca de classe FCP RF afixação: plural epêntese alçamento da V pós-tônica saída
------	--	---	---	--

Existe, por outro lado, como alternativa, a solução tradicional - postular que estas formas são marcadas no léxico como possuindo o *-s* final extramétrico. Porém, o comportamento dessas palavras quanto ao número - (75) - aponta para a solução exemplificada em (77) como a mais correta.

Por outro lado, a extrametricidade da consoante final parece ser o único caminho para explicar o padrão acentual das paroxítonas terminadas em *-L* e *-R*. Nos exemplos em (78), a extrametricidade da consoante final é morfológicamente condicionada à presença do sufixo *vel*. Este sufixo encontra-se marcado no léxico como *-ve<l>* ou *-bi<l>*.

(78)	visível paupável agradável	possível amigável horível	ignóbil sensível irresistível
------	----------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

A estrutura métrica das palavras em (78) corresponde a:

- (79) (x) (x) (x) RF
 (x .) (x .) (x .)
 vi sí ve<l> pau pá ve<l> a gra dá ve<l>
 ∪ ∪ ∪ — ∪ ∪ ∪ ∪ ∪ ∪

Porém, existe uma outra classe de adjetivos em -L, não terminados em *-vel*, listados em (80a), que, juntamente com alguns substantivos, contrasta com (80b), que segue o padrão dos exemplos em (59), quanto ao padrão acentual.

- (80) a. útil nível viril fuzil
 fácil túnel sutil Brasil
 difícil missil anil tonel
 ágil réptil coronel pastel

Observe-se, porém, que estas duas classes de palavras não diferem apenas no padrão métrico, mas também na formação do plural.

- (81) a. útil - úteis b. sutil - sutis
 fácil - fáceis viril - viris
 difícil - difíceis fuzil - fuzis

Porém, esta diferenciação quanto à formação do plural não abrange todos os exemplos em (80b). Note-se que os substantivos terminados em *-el* fazem o plural à maneira das palavras em (80a):

- (82) a. túnel - túneis b. pastel - pastéis
 nível - níveis tonel - tonéis
 míssil - misseis

Como a formação do plural é feita em um estrato posterior ao da atribuição do acento, pode-se concluir que o processo que diferencia o plural de (81a) e (81b) depende da acentuação - mais precisamente, que atua de maneira diversa quando o -L final é ou não é extramétrico (para palavras terminadas em -IL). Segundo Bisol (1989: 210-211), esta diferenciação ocorre porque as rimas finais das palavras em (80a) possuem apenas uma posição preenchida, uma vez que o -L da coda é extramétrico, enquanto que as rimas finais dos exemplos em (80b) possuem duas posições preenchidas. Aceitando-se a extrametricidade da coda final dos exemplos em (80a), a estrutura métrica de (80a) e (80b), corresponde a, respectivamente, (83a) e (83b):

- (83) a. (x) (x) (x) RF
 (x .) (x .) (x .)
 ú ti<l> di fi ci<l> tú ne<l>
 ∪ ∪ ∪ ∪ ∪ ∪

b. (x)	(x)	RF
(x)	(x)	
su til	to nel	
∪ —	∪ —	

Um terceiro caso de exceção à regra "default" que depende da noção de extrametricidade para ser explicado, o das paroxítonas terminadas em -R, está exemplificado em (84). Tais palavras, na maioria empréstimos recentes do inglês ou não tão recentes do latim, muitas vezes conservam a acentuação da língua original.

(84)	revolver	Helder	açúcar
	flúor	âmbar	cadáver
	dólar	pôquer	catéter
	éter	néctar	impar
	Walter	caráter	

Note-se que, na maioria das vezes, a sequência -VR final dessas palavras é redutível:

(85)	revólver	-	revólvi
	Walter	-	Walti
	açúcar	-	açucra/açuca

Além disso, as palavras em (84) aceitam os dois sufixos de diminutivo, enquanto que as oxítonas terminadas em -VR aceitam apenas *-zinho*. Ora, isto prova que, ao contrário das oxítonas (em (86b)), as palavras em (84) ora se comportam como não possuindo vogal marcadora de classe, ao aceitar o sufixo *-zinho*, em alguns dialetos, ora como formadas por radical + marca de classe, ao aceitar *-inho*.

(86) a.	revólver	-	revolverzinho/revolvinho; revolverzão/revolvão
	açúcar	-	açucarzinho/açuquinha/açucrinha; açucarzão/açucão/açucrão
	Walter	-	*Walterzinho/Waltinho; *Walterão/Waltão

b.	pomar	-	pomarzinho/*pomarinho
	elixir	-	elixirzinho/*elixirinho
	Ester	-	Esterzinha/*Esterinha

Tal fenômeno faz com que seja levantada a hipótese de que, ao menos nos dialetos em que pode ser adicionado *-inho/-ão* a paroxítonas terminadas em -R, a vogal antes do -R pode ser considerada marca de classe. Pode residir aí, talvez, a motivação para a extrametricidade desta consoante final. Aceita esta hipótese ou não, a verdade é que a ocorrência desta consoante não interfere, de maneira alguma, como mostra (87), na estrutura métrica das palavras em questão e, conseqüentemente, deve ser marcada no léxico como extramétrica.

(87)	(x)	(x)	(x)	(x)	RF
	(x)	(x)	(x)	(x)	
	re vól ve<r>	a çú ca<r>	flú o<r>	âm ba<r>	
	U — U	U U U	U U	— U	

Outro caso interessante a ser analisado é o das sílabas finais superpesadas - (88):

(88) a.	tórax	b. xerox	eucatex
	córtex	durex	pirex
	ônix	vidrex	tampax

Note-se que as palavras em (88a), importadas diretamente do latim, preservam o acento na posição original (penúltima sílaba). Já as palavras em (88b), de empréstimo recente, atribuem o acento à última sílaba da palavra, conforme a regra "default". Ora, para que a estrutura rítmica das palavras em (88a) seja corretamente derivada, é necessário postular que a sequência -KS final seja marcada como extramétrica no léxico para esta classe de palavras.⁶³

(89) a.	(x)	(x)	RF
	(x)	(x)	
	tɔ ra<ks>	kɔr te<ks>	
	U U	— U	
b.	(x)	(x)	RF
	(x)	(x)	
	ʃe rɔks	taN paks	
	U —	— —	

A mais clássica das exceções às regras formuladas pelos estudos aqui resenhados diz respeito à acentuação das proparoxítonas. A maneira clássica de adequá-las ao padrão acentual das outras palavras do PB tem sido através da utilização do conceito de extrametricidade ou de noções próximas. Assim, como já foi visto anteriormente, Bisol (1992a, b) atribui, no léxico, extrametricidade à última sílaba das proparoxítonas. A desvantagem desta posição está no fato de terem que ser marcadas, uma a uma, no léxico, todas as palavras proparoxítonas. Por outro lado, as posições de Duarte (1977), Maia (1981), d'Andrade & Laks (1991) e Alvarenga (1993), embora mais arrojadas, polêmicas e menos ortodoxas dentro da teoria, trazem maior iluminação à questão das proparoxítonas em PB. D'Andrade & Laks e Alvarenga aludem a sufixos acento-repelentes, entre eles, *-ico*, *-voro*, *-gero*, *-fero*⁶⁴; Duarte e Maia fazem referência a seqüências inacentuáveis, entre elas *-ic-* e *-im-* (do sufixo *-íssimo*). A grande inovação desta proposta consiste em considerar inacentuáveis as vogais da penúltima - e não da última sílaba, como vem sendo feito, tradicionalmente, no modelo métrico. Podem ser citados como argumentos favoráveis à

⁶³ Esta é a solução tradicional, também adotada por Bisol (1992a, b).

⁶⁴ Note-se que se trata dos mesmos sufixos apontados por Wetzels (1992: 38) como indutores de ritmo datílico (na aplicação da regra de abaixamento datílico).

extrametricidade dessas seqüências inacentuáveis - e, conseqüentemente, da penúltima sílaba, pois só a projeção da rima interessa à atribuição do acento - alguns processos de redução das proparoxítonas em PB, visando a transformá-las em palavras canônicas quanto à acentuação. Note-se, em (90), que a sílaba que se enfraquece, em geral, é a penúltima, pois é ela quem perde a vogal (o núcleo).⁶⁵

- (90) abóbora - abóbra
 número - númro
 fósforo - fósfru
 cérebro - cérbu

Fazendo um levantamento entre sufixos de origem grega e latina, pode-se perceber que muitos deles são acento-repelentes (não apenas os citados correntemente na literatura). Além disso, podem ser agrupados em classes quanto às seqüências inacentuáveis que encerram. Note-se que estas seqüências, do tipo -VC-, sempre são compostas pela vogal da penúltima sílaba mais o "onset" da última.

(91) Quadro dos sufixos que contém seqüências inacentuáveis

Seqüências inacentuáveis	Sufixos
-ik- -ak-	-ik- / -stic- / -fic- -ak-
-er- -or- -ar-	-ger- / -pter- / -fer- -vor- / -for- -par-
-of- -af-	-sof- / -trof- -graf-
-ul- -al- -ol- -il-	-ul- -cefal- -pol- / -col- -dáctil- / -fil-
-im- -om- -am-	-íssim- / -ílim- / -érrim- / -ônim- -drom- / -nom- -gam- / -pótam-
-an- -on-	-man- -gon- / -ton- / -son-
-og- -ag- -ug-	-log- -fag- -fug-
-it-	-cit- / -clit- (-clis-)
-ob-	-fob-
-od- -ed- -id-	-pod- -ped- -id-
-ip-	-tip-

⁶⁵ Existe, porém, uma exceção: *estômago* - *estoma*. Esta forma, no entanto, é mais corrente, em alguns dialetos do interior de São Paulo, como *estômago* - *estomo*.

Algumas das palavras que contém os sufixos acima encontram-se listadas em (92). (93) contém palavras que, embora não sejam formadas pelos sufixos mencionados, possuem as mesmas seqüências inacentuáveis.

(92)	-metro cronômetro anemômetro quilômetro	-gero beligero lanigero	-voro carnívoro herbívoro	-sofo filósofo teósofo
	-trofé/-trofo catástrofe apóstrofo	-mano toxicômano bibliômano	-íssimo contentíssimo belíssimo	-ilimo facilimo
	-érrimo chiquérrimo paupérrimo	-ula/-ulo úvula músculo minúscula homúnculo clavícula furúnculo maiúscula	-gono polígono	-paro oviparo
	-logo teólogo arqueólogo antropólogo biólogo	-fago antropófago	-céfalo hidrocéfalo braquicéfalo	-grafo polígrafo geógrafo dígrafo
	-cito leocócito	-dátilo pterodátilo	-dromo hipódromo kartódromo	-filo hidrófilo bibliófilo
	-fobo xenófobo hidrófobo	-foro semáforo	-gamo polígamo monógamo	-tono monótono átono oxítona
	-ik- despótico mágica música fonética	-pole/-polis metrópole Cosmópolis Cordeirópolis	-potamo hipopótamo	-cola silvícola agrícola

	caótico crônico tônico plástico hélice democrático político médico úmbrico público	-pode/-pede artropode velocipede quadrúpede	-ptero díptero	-stico distico trístico
	-fugo vermífugo	-fero calorífero mortífero ferrífero	-fico benéfico	-sono uníssono
	-clit- (-clise) mesóclise ênclise próclise	-nomo astrônomo metrônomo	-ônimo homônimo anônimo pseudônimo	-id- límpido tépido calido pálida
(93)	-im- último ótimo ínfimo	-aco maniaco elegíaco paradisíaco	-tipo fenótipo genótipo protótipo	-or- abóbora vibora fósforo
	-ol- pérola	-ar- cântaro	-it- êxito súbito súdito explícito	-om- átomo
	-id- dúvida dívida lúcida híbrido	-ag- estômago	-od- período	

Existe, porém, outros proparoxítonos que não contém estes sufixos nem qualquer das seqüências inacentuáveis listadas em (91)

(91)	córrego fôlego pêssego tráfego	silaba polissilabo monossilabo	máquina antídoto lâmpada
------	---	--------------------------------------	--------------------------------

As sequências *-ad-*, *-eg-*, *-ab-*, *-in-* e *-ot-* não constam do quadro em (91). Por outro lado, embora não conste especificamente a sequência *-ad-*, de *lâmpada*, constam da lista *-od-*, *-ed-* e *-id-*; o mesmo ocorre com *-eg-*, das palavras na primeira coluna, que não consta de (91), mas *-og-*, *-ug-* e *-ag-*, sim; antes de *-b*, a única sequência que consta de (91) é *-ob-* e antes de *-t*, *-it-*. A partir daí, pode ser elaborada a hipótese de uma generalização, no sentido de considerar inacentuáveis, por analogia às sequências constantes nos sufixos em questão, as sequências *-VD-*, *-VG-*, *-VB-*, *-VT-*; e assim por diante, para todas as sequências de (91). Dos exemplos acima, a única palavra que continua fora desta generalização é *máquina*, pois não foi listado nenhum sufixo com a sequência *-VN-*.

A partir dessas observações, duas hipóteses podem ser formuladas com relação à acentuação das proparoxítonas.

A primeira envolve a postulação da extrametricidade dessas sequências inacentuáveis. Um primeiro problema que surge, a partir daí, diz respeito à construção do último pé das proparoxítonas: como construir um pé integrando duas sílabas não-contíguas?

O problema com relação a esta primeira hipótese reside na aplicação da noção de extrametricidade a estruturas não-periféricas - o que fere a Condição de Periféricidade (ver Capítulo 2). Como o domínio de aplicação do acento em PB é a palavra, as sequências inacentuáveis em (91) não são periféricas, já que, de modo geral, são seguidas por uma marca de classe.

Por outro lado, a solução tradicional (marcar no léxico, para cada item lexical em questão, a última sílaba das proparoxítonas como extramétrica) promove o inchaço das marcas no léxico (marca todas as sílabas que ocorrem em posição final nas proparoxítonas). No entanto, é esta sílaba - e não a penúltima - que satisfaz as condições de extrametricidade impostas pela teoria - é ela, portanto, que deve ser a extramétrica nas proparoxítonas. O que resta a ser explorado é a existência ou não de algum condicionamento morfológico a que estes casos de extrametricidade estariam submetidos - o que leva à segunda hipótese.

Dadas as restrições para a ocorrência de extrametricidade impostas pela teoria, conclui-se que, embora não constituam em si mesmas as sequências inacentuáveis elementos extramétricos, a presença de uma delas condiciona morfológicamente a extrametricidade da sílaba composta pela(s) consoante(s) da sequência inacentuável e da vogal que a segue.⁶⁶ Tal condicionamento encontra-se esquematizado em (95):

$$(95) \quad \sigma \rightarrow \langle \sigma \rangle / \begin{array}{c} \sigma \quad \text{---}]_P \\ \wedge \quad / \quad \backslash \\ O \ R \ O]_S + [R]_M \\ \vdots \quad | \quad | \quad \vdots \\ \quad \quad x \quad x \\ \quad \quad \vee \\ [+ \text{ inacentuável}] \end{array} \quad \begin{array}{l} \text{em que:} \\ P = \text{palavra} \\ S = \text{sufixo} \\ M = \text{marca de classe} \end{array}$$

A solução descrita acima, mais elegante do que a tradicional, na medida em que não é mais necessário marcar no léxico a extrametricidade das sílabas finais das proparoxítonas levanta uma importante questão: é possível considerar a extrametricidade atribuída por regra

⁶⁶ O fato de ser a consoante da sequência inacentuável o elemento que mais interessa à regra de extrametricidade reforça a hipótese da generalização, formulada acima.

e não como uma estipulação ? Se a resposta for positiva, a estrutura rítmica de *fonética* pode ser reescrita como (96).

(96) (x) RF
 (x.)
 fo né ti <ca>

É importante ressaltar o fato de que, quando pertencentes ao radical, as seqüências -VC- não satisfazem as condições de (95) e, em consequência, não são extramétricas, podendo portar acento.⁶⁷ Observe-se a oposição em (97):

(97) facil + ílim + o vs. arrim + o

Também podem ser contrastados casos de derivação (portando seqüências inacentuáveis) e composição (em que não se aplica a extrametricidade, por causa da Condição de Exaustividade):

(98) genó + tip + o vs. logo # tip + o
 fenó + tip + o

Por sua vez, a oposição apresentada em (99) deve-se ao fato de existirem dois sufixos *-ido*, um adjetivador, portador de seqüência inacentuável, e outro verbal (particípio), sujeito à regra de extrametricidade dos verbos, que será apresentada adiante, diversa da dos não-verbos:

(99) límpido vs. ardido

Partindo dessas considerações, os processos redutores exemplificados em (90) seriam explicados como eliminadores de extrametricidade, com a fusão das duas últimas sílabas através de diferentes processos, rumo ao padrão rítmico canônico do PB.

Observem-se, agora, as palavras em (100), todas proparoxítonas, cuja sílaba final é pesada:

(100) a. Júpiter b. íterim c. ônibus
 Lúcifer espécimen

Note-se, também, que as palavras em (100a) possuem um comportamento análogo ao das paroxítonas terminadas em -R (extramétrico) quanto à formação do diminutivo. É este um argumento favorável à consideração do -R final de *Júpiter* e *Lúcifer* como extramétrico.

(101) Júpiter - Jupiterzinho - *Jupiterinho
 Lúcifer - Luciferzinho - Luciferinho

⁶⁷ A não ser nos casos excepcionais, devidos a analogia com os sufixos em questão, listados em (91) e (92).

Também os exemplos em (100b) e (100c) possuem a última consoante extramétrica, pelos mesmos motivos que as paroxítonas terminadas em -EM e as paroxítonas terminadas em -S, respectivamente. Além disso, todos os exemplos em (100) estão sujeitos à aplicação da regra (95). Embora sejam todos eles formas não-derivadas, a extrametricidade da última sílaba pode ser postulada em analogia aos sufixos acento-repelentes, já que possuem, na periferia do radical, seqüências análogas às listadas em (91). Por sua vez, a co-ocorrência destes dois tipos de extrametricidade não causa qualquer problema, uma vez que a teoria prediz que elementos extramétricos de um nível superior (no caso, a sílaba) podem dominar elementos extramétricos de um nível inferior (no caso, a coda).

Desta maneira, a estrutura métrica das palavras em (100) corresponde a (102):

(102) (x) (x) (x)
 (x) (x) (x)
 Jú pi <te<r>> es pé ci <me<n>> ô ni <bu<s>>

A partir da segunda hipótese a respeito da acentuação das proparoxítonas, o único caso que fica por resolver é a atribuição de acento a *pênalti* (que, segundo Bisol, 1992b, alterna com *penákti*, acentuada conforme a regra "default"). Por se tratar de apenas um caso, oriundo de empréstimo, pode-se propor uma marca no léxico, que impede que a penúltima sílaba, *nal*, pesada, receba o acento.

Em relação ao acento na antepenúltima sílaba, resta ainda um caso a ser analisado: o das imprópriamente chamadas, pelas gramáticas tradicionais, de paroxítonas terminadas em ditongo crescente - exemplos em (103). Melhor seria nomear esta classe proparoxítonas terminadas em hiato, uma vez que "*ditongos crescentes são rimas de duas diferentes sílabas na estrutura subjacente*" (Bisol, 1989: 215). A principal evidência a este respeito consiste no fato de a seqüência glide-vogal estar normalmente em variação livre com o hiato - ver exemplos em (104), extraídos de Bisol (1989: 216).

(103) a. paciência
 ignorância
 bancário
 marmóreo
 imundície
 ministério
 usuário
 primário
 adulterio
 consequência
 superfície
 ciência
 literário
 consciência

 b. tábuas
 família
 Ásia
 refúgio
 gênio
 ingênuo
 contínuo
 médio
 obséquio
 amnésia
 dália
 privilégio
 egípcio
 óbvio

(104) quiabo	[ki`abu ~ `kyabu]
iate	[i`atʃi ~ `yatʃi]
suar	[su`ar ~ `swar]

Como os glides dos ditongos acima nunca são apagados, Bisol (1989: 218) conclui que essa sequência de vogais possui duas posições no esqueleto prosódico - o que é absolutamente previsível, já que se originou de um hiato. A partir daí, três hipóteses podem ser aventadas - todas elas problemáticas, porém.

A primeira delas prevê a formação do ditongo logo após a silabação, mas antes da atribuição do acento. Além disso, nesta operação, a sequência perde uma mora, tornando-se leve (resulta daí o padrão trocaico de acentuação, canônico). A segunda hipótese prevê que o ditongo é formado antes da aplicação do acento, através de um processo que transforma a sílaba anterior em "onset" da última sílaba, o que transforma a sílaba resultante em leve (já que o "onset" não interfere no peso silábico). O problema em relação a essas duas hipóteses preliminares é que, embora façam com que este grupo de palavras siga o padrão canônico de acento em PB, excluem a possibilidade de a sequência de vogais ser efetivamente realizada como um hiato.

Uma terceira hipótese envolve a consideração da noção de extrametricidade. Como esta sequência de vogais constitui, na forma de base, um hiato, possuindo duas posições no esqueleto prosódico, então uma das vogais da sequência tem que ser extramétrica, para que o acento seja atribuído à sílaba correta. Como é a primeira vogal da sequência que se transforma em glide (se reduz), pode-se sugerir a sua extrametricidade - e não a da última sílaba, como dita a posição tradicional da teoria. Entretanto, esta solução é problemática, pois esbarra no fator da perifericidade dos elementos extramétricos, ferindo a Condição de Perifericidade, uma vez que a vogal em questão não se encontra na periferia do domínio - a palavra.

Uma quarta solução, mais viável, pode ser formulada a partir do estabelecimento de um condicionamento morfológico da extrametricidade, nos casos em (103), que foram estrategicamente dispostos em duas colunas, correspondentes a duas subclasses - a e b.

As palavras em (103a) são todas formadas a partir da adição dos seguintes sufixos: -ÁRIO (*bancário*), -ÉRIO (*adultério*), -ÍCIE (*imundície*), -IA (*consequência*) e -EO (*marmóreo*). Dada a recorrência dos casos, pode ser formulada a regra de extrametricidade em (105), ligada à presença dos sufixos acima nas palavras em questão:

$$(105) \quad V \rightarrow \langle V \rangle / \begin{array}{l} \text{-ari-} \\ \text{-eri-} \\ \text{-ici-} \\ \text{-i-} \\ \text{-e-} \end{array} \left. \vphantom{\begin{array}{l} \text{-ari-} \\ \text{-eri-} \\ \text{-ici-} \\ \text{-i-} \\ \text{-e-} \end{array}} \right] \text{---}]_M$$

em que:
M = marca de classe
R = radical derivacional

Porém, o que faz com que esta regra não se aplique às formas em (106), que, aparentemente, satisfazem as condições de aplicação em (105)?

- (106) padaria
joalheria
freguesia

Acontece que os sufixos formadores das palavras em (106) não são os mesmos presentes nos exemplos em (103a), pois podem ser diferenciados entre si através do significado que atribuem ao radical ao qual se ligam.

Atente-se, agora, para as palavras em (103b), que possuem uma peculiaridade que pode ser apreendida através do paradigma derivacional a que pertencem - conforme (107): apresentam todas um radical terminado em vogal alta.⁶⁸

- (107) médi/o - medi/ano - medi/atriz
obséqui/o - obsequi/oso
privilégi/o - privilegi/ar - privilegi/ado
ingênu/o - ingênu/a - ingenu/idade
continu/o - continu/a - continu/idade - continu/ar
egipci/o - egipci/a⁶⁹
óbvi/o - óbvi/a - obvi/idade
tábu/a - tabu/inha - tabu/ada

A partir daí, pode-se formular a seguinte regra de extrametricidade - em (108) -, de cuja aplicação deriva o padrão métrico das palavras agrupadas em (103b):

$$(108) \sigma \rightarrow \langle \sigma \rangle / \begin{array}{c} \sigma \\ \wedge \\ O \ R \\ \vdots \ | \\ N \\ | \\ V \\ | \\ [+ alta] \end{array}]_R \quad \begin{array}{c} \text{---} \\ \wedge \\ O \ R \\ | \ | \\ N \\ | \ | \\ \phi \ V \end{array}]_M$$

em que:
R = radical derivacional
M = marca de classe

A partir da aplicação das regras (105) e (108), são derivadas as estruturas métricas das palavras em (103), como mostrado em (109):

⁶⁸ Não pertencem a esta categoria palavras como *língua, água, iniquo*, etc., uma vez que o glide, neste caso, forma uma unidade com a consoante, podendo os dois serem considerados uma consoante composta de dois momentos (embora ocupando uma única unidade temporal no "tier" prosódico), representada por /k^w/, /g^w/). Neste caso, o glide se situa no "onset" da sílaba - não se tratando, conseqüentemente, de um ditongo "verdadeiro" na forma de base do léxico. A este respeito, ver Bisol (1989).

⁶⁹ Mas *Egito - egípcio*. Entretanto, pode-se argumentar que não se trata exatamente do mesmo radical, mas de radicais correlatos, assim como no caso de *leite - lácteo*.

(109) (x) (x) pa ci ên ci <a> ∪ ∪ — ∪	(x) (x .) ban cá ri <o> — ∪ ∪	(x) (x .) mar mó re <o> — ∪ ∪	RF
(x) (x .) tá bu <a> ∪ ∪	(x) (x .) in gê nu <o> — ∪ ∪	(x) (x .) pri vi lé gi <o> ∪ ∪ ∪ ∪	RF

Observe-se o caso dos exemplos em (110), similares aos de (103) por possuírem um hiato pós-tônico, mas diversos deles por possuírem a última sílaba pesada, terminada em -R.

(110) júnior
 sênior

O comportamento dos exemplos em (110) quanto à formação do diminutivo - em (111) - prova que eles são análogos às paroxítonas terminadas em -R extramétrico, o que faz crer que, também nestas palavras, o -R final é extramétrico.⁷⁰

(111) júnior - juniorzinho - *juniorinho - juninho
 sênior - seniorzinho - *seniorinho - *seninho

Porém, a extrametricidade apenas do -R final não explica o padrão acentual dessas palavras. É preciso que toda a sílaba final seja extramétrica para que o padrão correto seja derivado.

Existem algumas hipóteses que podem fundamentar a extrametricidade da sílaba final em nos exemplos em (110). Uma delas resulta da observação do fato de *juninho* ser um diminutivo possível e corrente de *júnior*. Ora, neste caso, como se pode ver através da terminação do diminutivo, -o funciona como marca de classe; sendo assim, existem condições de aplicabilidade para a regra (109), que transforma em extramétrica toda a sílaba final, fazendo com que esta domine a extrametricidade da consoante da coda. Uma outra hipótese é a solução clássica: envolve a marcação no léxico da última sílaba de *júnior* e *sênior* como extramétricas. Aceita a primeira (112a) ou a segunda hipótese (112b), a estrutura métrica dessas palavras é a mesma:

(112) a. (x) (x .) jú ni <o<r>>	b. (x) (x .) jú ni <or>
--	------------------------------------

Um outro caso típico de exceção à regra "default" citado na literatura envolve os exemplos em (113), palavras acentuadas na quarta-última sílaba, no nível fonético.

⁷⁰ Além disso, *júnior* e *sênior* também são de empréstimo relativamente recente, assim como muitas das paroxítonas e proparoxítonas terminadas em -R.

- (113) rítmico
 técnica
 amígdala
 eclâmpsia
 elíptica
 étnico
 óptico

No entanto, note-se que a epêntese que acarreta a localização do acento na quarta-última não é obrigatória.

- (114) [ˈxítmiku ~ ˈxítʃimiku]
 [ˈtɛknika ~ ˈtɛkinika]
 [aˈmígdala / aˈmídala ~ aˈmígdala]
 [ˈɔptʃiku / ˈɔʃiku ~ ˈɔpitʃiku]

Por não ser obrigatória, esta epêntese deve ser considerada uma regra de aplicação pós-lexical. Como o acento, em PB, é atribuído ainda no léxico, o padrão acentual dessas palavras segue o das proparoxítonas. Observe-se que todas elas estão sujeitas à aplicação da regra (95), que marca a extrametricidade da última sílaba de palavras que contêm seqüências inacentuáveis. Desta forma, a estrutura de *rítmico*, no nível lexical, corresponde a (115):

- (115) (x)
 (x)
 rit mi <co>
 — ∪

Quanto aos monossílabos, faz-se necessário estabelecer distinção entre os pesados (em (116a)) e os leves (em (116b)).

- | | | | | |
|-------|----|-----|----|-----|
| (116) | a. | sol | b. | te |
| | | mel | | lá |
| | | mar | | de |
| | | noz | | cá |
| | | céu | | o |
| | | pai | | a |
| | | mãe | | lhe |
| | | com | | |

Não há problemas em relação às palavras em (116a): a única sílaba, sozinha, já forma um pé canônico trocaico-moraico.

- | | | | | |
|-------|-----|-----|-----|-----|
| (117) | (x) | (x) | (x) | (x) |
| | sol | pai | mãe | com |
| | — | — | — | — |

Em relação às formas em (116b), é necessário repetir que a construção dos pés degenerados é permitida (embora nenhum pé canônico tenha sido ainda construído), porque, de outra forma, não seriam construídos quaisquer pés no domínio da palavra.

(118) (x) (x)
 de lá
 ∪ ∪

Até o momento, a presente apresentação deteve-se na explicação do padrão acentual dos nomes, adjetivos e outros itens com estrutura lexical similar (em outras palavras, não-verbos). Porém, para dar conta da acentuação das formas verbais, é preciso estabelecer a mesma distinção de Bisol (1992b: 14) entre verbos e não-verbos, em que o léxico é pensado à maneira da Fonologia Lexical - o que permite distinguir verbos de não-verbos pelo domínio de aplicação da regra do acento. Em não-verbos, a regra de acento opera no componente lexical a partir da primeira regra de formação de palavras e volta a operar a cada introdução de um novo morfema, ciclicamente, durante todo o processo derivativo. Em relação aos verbos, a regra de acento pode ser considerada não-cíclica, pois só opera quando a palavra está pronta.

Como já foi visto no item anterior deste capítulo, Bisol acredita que os parâmetros que atribuem o acento aos nomes e similares são os mesmos que o atribuem aos verbos - só muda a regra de extrametricidade, que é especial para os verbos.⁷¹ Este posicionamento de Bisol (1992a, b) é, aqui, seguido à risca.

(119) Extrametricidade nos verbos

Marque como extramétrico:

- a. o morfema número-pessoal das formas das 1ª e 2ª pessoas do plural nos tempos Imperfeito do Indicativo e Subjuntivo e Mais-que-perfeito do Indicativo.
- b. a coda final que porte elemento com status de flexão, ou seja, {N, S}.⁷²

A partir da aplicação de (119), dá-se conta do padrão acentual das formas verbais do PB, exemplificadas em (120), através da conjugação do verbo AMAR.⁷³

⁷¹ Ver (36) e (41), neste mesmo capítulo.

⁷² Note-se que, nas desinências número-pessoais da 1ª e da 2ª pessoas do plural, *-mos* e *-tes*, nos tempos Presente e Perfeito do Indicativo, Presente e Futuro do Subjuntivo, Imperativo e formas nominais, somente o *-s* final é extramétrico, porque somente ele pertence à coda.

⁷³ As únicas formas das quais não se dá conta do padrão acentual a partir da consideração de (119) são a terceira pessoa do singular do verbo "estar" (*está*) e todas as formas da primeira pessoa do singular do Pretérito Perfeito do Indicativo, nas segunda e terceira conjugações (ex.: *defendi*, *parti*). Para uma explicação destes padrões, aceita-se, aqui, as mesmas soluções apresentadas para o padrão acentual destas formas no português arcaico (ver 3.3, neste capítulo).

(120) Indicativo:

Presente:

(x) (x) (x) (x) (x) (x)
(x) (x) (x) (x) (x) (x)
a mo a ma<s> a ma a ma mo<s> a mai<s> a ma<m>
U U U U U — U U

Preterito Perfeito:

(x) (x) (x) (x) (x) (x)
(x) (x) (x) (x) (x) (x)
a mei a mas te a mou a ma mo<s> a mas te<s> a ma ra<m>
U — U — U U — U U — U U U U

Preterito Imperfeito:

(x) (x) (x) (x) (x) (x)
(x) (x) (x) (x) (x) (x)
a ma va a ma va<s> a ma va a má va <mos> a má ve<is> a ma va<m>
U U U U U U U U U U U U U U U U

Preterito Mais-que-perfeito:

(x) (x) (x) (x) (x) (x)
(x) (x) (x) (x) (x) (x)
a ma ra a ma ra<s> a ma ra a má ra <mos> a má re<is> a ma ra<m>
U U U U U U U U U U U U U U U U

Subjuntivo:

Presente:

(x) (x) (x) (x) (x) (x)
(x) (x) (x) (x) (x) (x)
a me a me<s> a me a me mo<s> a mei<s> a me<m>
U U U U U — U U

Preterito Imperfeito:

(x) (x) (x) (x) (x) (x)
(x) (x) (x) (x) (x) (x)
a ma sse a ma sse<s> a ma sse a má sse <mos> a má sse<is> a ma sse<m>
U U U U U U U U U U U U U U U U

Futuro:

(x) (x) (x) (x) (x) (x)
(x) (x.) (x) (x) (x) (x.)
a mar a ma re<s> a mar a mar mo<s> a mar de<s> a ma re<m>
U — U U U U — U U — U U U U

Imperativo:

Afirmativo:

(x) (x) (x) (x) (x)
(x) (x) (x) (x) (x)
a ma a me a me mo<s> a mai a me<m>
U U U U U U U — U U

Negativo:

(x) (x) (x) (x) (x)
(x) (x) (x) (x) (x)
a me<s> a me a me mo<s> a mei<s> a me<m>
U U U U U U U — U U

Formas Nominais:

Infinitivo Impessoal:

(x)
(x)
a mar
U —

Infinitivo Pessoal:

(x) (x) (x) (x) (x) (x)
(x) (x.) (x) (x) (x) (x.)
a mar a ma re<s> a mar a mar mo<s> a mar de<s> a ma re<m>
U — U U U U — U U — U U U U

Gerúndio:

(x)
(x)
a man do
∪ — ∪

Participio:

(x)
(x)
a ma do
∪ ∪ ∪

Foram deixadas de fora de (120), propositadamente, as formas do Futuro do Presente e do Futuro do Pretérito (Condicional) do Indicativo, que, como em Mateus (1983) e Bisol (1992a), são aqui consideradas compostas: pela forma do infinitivo mais o verbo *haver* no presente do indicativo, no futuro, e pelo infinitivo mais o pretérito imperfeito do verbo *ir*, no condicional.⁷⁴ Assim, as estruturas métricas correspondentes à conjugação do verbo amar nesses dois tempos encontra-se em (121). Note-se que é preciso a aplicação da regra de "Apagamento de x" (Ap x), para a dissolução do choque ("*clash*") formado pelos acentos das duas palavras envolvidas na formação dos compostos.

(121) Futuro do Presente:

(x)
(x) Ap x
(x) (x)
amarei = [amar] [ei]
∪ — —

(x)
(x) Ap x
(x) (x)
amarás = [amar] [á<s>]
∪ — ∪

(x)
(x) Ap x
(x) (x)
amará = [amar] [á]
∪ — ∪

⁷⁴ Diferentemente de Bisol (1992a), que considera o condicional composto do infinitivo mais o verbo *haver*, no imperfeito do indicativo.

(x)
 (x) Ap x
 (x) (x .)
 amaremos = [amar] [emo<s>]
 ∪ — ∪ ∪

(x)
 (x) Ap x
 (x) (x)
 amareis = [amar] [ei<s>]
 ∪ — —

(x)
 (x) Ap x
 (x) (x)
 amarão = [amar] [ão]
 ∪ — —

Futuro do Pretérito:

(x)
 (x) Ap x
 (x) (x .)
 amaria = [amar] [ia]
 ∪ — ∪ ∪

(x)
 (x) Ap x
 (x) (x .)
 amarias = [amar] [ia<s>]
 ∪ — ∪ ∪

(x)
 (x) Ap x
 (x) (x .)
 amaria = [amar] [ia]
 ∪ — ∪ ∪

(x)
 (x) Ap x
 (x) (x .)
 amaríamos = [amar] [ia<mos>]
 ∪ — ∪ ∪

$$\begin{array}{c} (\quad x \quad) \\ (x) \quad \text{Ap } x \\ (x) (x.) \\ \text{amarieis} = [\text{amar}] [\text{ie<is>}] \\ \cup - \cup\cup \end{array}$$

$$\begin{array}{c} (\quad x \quad) \\ (x) \quad \text{Ap } x \\ (x) (x.) \\ \text{amariam} = [\text{amar}] [\text{ia<m>}] \\ \cup - \cup\cup \end{array}$$

2.3.1. *Sumário dos parâmetros do acento do PB*

pé básico: troqueu moraico

1. Quantidade de sílabas por pé: binário
2. Dominância: esquerda
3. Sensibilidade à quantidade silábica: sim
4. Direcionalidade: da direita para a esquerda
5. Regra Final: à direita
6. Extrametricidade:
 - a. constituintes: segmentos/sílabas
 - b. borda: direita
7. Pés degenerados: proibição fraca (quando nenhum pé canônico puder ser construído)
8. Quantidade silábica: elementos da rima.
9. Iteratividade: os pés são construídos não-iterativamente.

3. ACENTO EM PORTUGUÊS ARCAICO

3.1. Acentuação em Português Arcaico: a visão dos estudos tradicionais

Pouco se sabe a respeito da prosódia do português arcaico. Até mesmo em trabalhos mais recentes sobre este período da língua portuguesa, não é possível encontrar tais informações. Pode-se contar apenas com algumas citações de antigos filólogos e outros estudiosos da língua (não tão antigos assim) a respeito da acentuação do português, na sua fase arcaica. Um levantamento destas citações é o que se pretende aqui fazer, já que é imprescindível levar em consideração os achados de estudos anteriores no momento de uma proposta de análise do acento do português arcaico - o que será desenvolvido no próximo item.

Em relação à localização do acento nas palavras, nem todos os estudiosos estão de acordo. Enquanto que, para Nunes (1973), como será visto a seguir, o acento só pode recair sobre as duas últimas sílabas da palavra, Teyssier (1987: 24) pensa que:

"Em galego-português, o acento tônico podia recair na última sílaba (perdi), na penúltima (perde) e, muito raramente, na antepenúltima (alvissara)."

Teyssier é dessa opinião porque acredita que a regra de atribuição do acento - que ele considera de intensidade (Teyssier, 1987: 8) - não teria mudado do português arcaico até os dias de hoje. Portanto, salvo raras exceções (que ele afirma existem sem, entretanto, apontá-las), as regras de atribuição do acento formuladas para o português atual serviriam para o português arcaico - Teyssier (1987: 8).

"Generaliza-se um acento de intensidade, cuja posição é determinada de maneira automática.⁷⁵ Quando nenhuma acção contrária entre em jogo, a acentuação permanece a mesma em galego-português e em português contemporâneo."

Neste caso, Teyssier teria que propor uma mudança na atribuição de acento ainda no latim (seja em qual fase for).

Porém, o mais comum é encontrar afirmações a respeito da permanência do acento tônico na mesma sílaba em que ocorria no latim - o que não quer automaticamente dizer que esta sílaba, no português arcaico, ocupe a mesma posição na palavra que ocupava em

⁷⁵ Um acento atribuído "de maneira automática" pode corresponder, na atual terminologia das fonologias não-lineares, a um acento atribuído lexical ou pós-lexicalmente, por regra, e sem exceções. Por outro lado, pode se referir, também, à atribuição do acento no nível mais profundo do léxico, não por regra, mas por marcação da sílaba tônica em cada um dos itens lexicais. Por este motivo, não está absolutamente claro o que Teyssier entende por acento "automático".

latim.⁷⁶ Este fenômeno é o que Coutinho (1954: 138) chamou de *lei da persistência da tônica*. Sobre este assunto, Vasconcellos (1959: 29) afirma:

"Em regra o acento latino conservou-se em português na mesma sílaba: calente- > caente > quente; mácula > mac'la > malha. As aparentes exceções, que há, provêm geralmente de analogia: amávamos < amabámus, por causa de amava, amavas, que tem o acento na segunda sílaba; mas o galego mantém ainda o acento primitivo, pois diz -abámos."

Nunes (1969: 33) atribui a essas exceções à permanência do acento na mesma sílaba em que ocorria no latim três causas principais: fonéticas, morfológicas e analógicas. Como causas fonéticas, Nunes aponta duas. A primeira delas seria a seguinte - Nunes (1969: 33-34):

"Nas palavras em que um e ou um i tônico se achava em hiato, quer dizer, seguido de outra vogal, o latim vulgar, pela tendência natural a acentuar a mais sonora ou aberta de duas vogais contíguas, transpunha o acento para a segunda delas, que absorvia a primeira, quando esta não o era pela consoante precedente, e passava de breve a longa, mantendo, porém, a primitiva quantidade, se se dava a absorção pela consoante."

Como exemplos do fenômeno acima, pode ser citada a mudança do acento em *mulière* → *muliere*, *lintéōlu* → *linteólu*, *pariēte* → *pariēte*.

A segunda causa fonética, para Nunes (1969: 34), seria:

"Sempre que nos polissílabos a vogal que estava na que os gramáticos chamavam «positio debilis», isto é seguida de um grupo formado por oclusiva e líquida, podia em latim clássico receber ou não o acento tônico, o vulgar, porém, acentuou-a, mas continuando a manter-lhe a antiga quantidade."

Podem ser citadas como exemplo as seguintes mudanças na posição do acento: *álācre* → *alēcre*; *íntēgru* → *intēgru*; *cólūbra* → *colūbra*; *cátēdra* → *catēdra*; *ténēbras* → *tenēbras*.

Como causa morfológica de uma possível alteração na colocação do acento do latim para o português arcaico, Nunes (1969: 35) propõe uma relação entre a atribuição do acento e a "consciência" ou não da natureza composta da palavra em latim.⁷⁷ Diz ele:

⁷⁶ Quando uma palavra, do latim ao português, sofre, por exemplo, um processo de queda de vogal pós-tônica (*óculo* → *olho*), a sílaba acentuada continua sendo a mesma que recebia o acento em latim, só que, agora, ocupando nova posição na palavra (no caso do exemplo citado, a sílaba acentuada, em latim, era a antepenúltima e a palavra envolvida era *proparoxitona*; no português, a mesma sílaba acentuada agora é a penúltima, e a palavra tornou-se *paroxitona*).

⁷⁷ Sobre a noção de "consciência" da composição, ver 1.2. neste mesmo capítulo.

"Quando numa palavra composta se perdeu a consciência dessa composição, o acento tônico conserva o seu antigo lugar, mas, todas as vezes que essa consciência persiste (...) é o segundo elemento considerado como o mais importante, por nele se encontrar o radical que recebe o acento, embora assim nem sempre sucedesse na língua clássica."

Aponta como exemplos desse fenômeno: *cómēdo* → *cómo*; *prædíco* → *prégo*; *récito* → *rézo* - em que a "consciência" da composição foi perdida; *óbligó* → *obrigó*; *réfínet* → *retém* - em que a "consciência" da composição se mantém.

Como alterações causadas por analogia, Nunes (1969: 36) aponta a mudança de acentuação nas duas primeiras pessoas do plural, nos pretéritos imperfeito e mais-que-perfeito: *amabámus* → *amávamos*; *amarámus* → *amáramos* (em analogia como *amava*, *amavas*, *amara*, *amaras*). Tal alteração também é considerada como sendo consequência de uma operação analógica por Bueno (1955: 157).

O estranho em relação a esta alteração na colocação do acento nas duas primeiras pessoas do plural nos tempos verbais indicados é que ela vai no sentido contrário a uma tendência apontada por muitos estudiosos na acentuação do português arcaico: a de evitar proparoxítonos. Embora esta tendência tenha origem já no latim vulgar, Bueno (1955: 29-30) mostra que ela não abrangeu todas as áreas onde se falava o latim:

"A base de todas as demais transformações foi a alteração da acentuação silábica: enquanto o latim da România Oriental, que compreende o sul da Itália, Sicília, Córsega, Sardenha e Dácia, hoje, Rumânia, conserva os proparoxítonos; a România Ocidental de que fazem parte o norte da Itália, a Gália, a Provença, a Hispânia e a Lusitânia, por meio de sínopes, reduziu a maioria dos proparoxítonos a paroxítonos. (...) Tal efeito do acento já vinha do latim plebeu onde a síncope das vogais ante a postônicas era comum: virdis (viridis), auricla e oricla (auricula), muliere, consuere, battuere (muliere, consuere, battuere) por isto o italiano diz bater quando em português é bater. Em seguimento a esta tendência continua a língua vulgar a dizer córgo, abóbra, cânfro quando a literatura, procurando aproximar-se das formas latinas clássicas emprega córrego, abóbora, cânfora. Como consequência dessa deslocação da sílaba tônica, muitas palavras passaram a oxítonas."

Michaélis de Vasconcelos (1912-13: 61) atribui, como causa desta tendência, o caráter "esquisito" das palavras proparoxítonas (ou esdrúxulas) em relação às outras palavras (oxítonas e paroxítonas) do português:

"... o sentido originário da palavra sdrúcciolo indica ou faz suspeitar que mesmo na Itália acharam outrora um quid estranho, estrambótico, aos proparoxítonos, esbarrando e escorregando quando os enunciavam - traço curioso que porventura provenha dos invasores germânicos. (...) Em português passou-se mesmo a dar a esdrúxulo a acepção figurada de esquisito, excêntrico, extravagante."

O motivo é óbvio. Nas palavras herdadas que perfazem o núcleo primitivo do vocabulário nacional, há e houve vocábulos de tôdas as espécies prosódicas. O número das graves prevalece, todavia, e de muito, sobre as agudas e esdrúxulas. Nas evoluções por que passou o latim vulgar e o romance de Portugal manifesta-se claramente a tendência de transformar proparoxítonas latinas em paroxítonas."

Uma das maneiras de se efetuar esta transformação de proparoxítona em paroxítona, que ocorria no latim vulgar, no português arcaico e que continua a ocorrer no português contemporâneo, é promover a queda da vogal átona pós-tônica.⁷⁸ A este respeito, diz Nunes (1969: 68):

"Devido à tendência da língua a evitar os proparoxítonos, a postônica cai, sempre que está precedida ou seguida de consoante que possa formar grupo com a vogal que a precede ou segue."

Como exemplos, cita os casos de *virīde* → *verde*; *pulīca* → *pulga*; *opĕra* → *obra*; *domīna* → *dona*.

Já Bueno (1955: 30) aponta uma outra maneira de se "evitar proparoxítonas", que ocorria muito, na sua opinião, durante o período arcaico:

*"Segundo a tendência da língua, de reduzir tôdas as palavras a paroxítonos, o período arcaico empregou muitas vezes a hipétese do iod: corium = *corio = coiro; corsarium = corsario = cossairo; rabiam = *ravia = raiva; sapio = sabio = saibo de que hoje temos apenas o composto ressaibo; capiam = cabia = caiba."*

Mas a questão das palavras proparoxítonas, em relação ao período arcaico, não se resolve tão simplesmente com a admissão de uma mera "tendência" da língua a evitá-las. Existem sérias dúvidas a respeito da sua existência no português arcaico. A partir daí, existem dois caminhos, que propõem diferentes questões teóricas. No caso de as palavras proparoxítonas existirem neste período da língua, pode-se hipotetizar, por causa da tendência apontada de "evitá-las", que uma mudança linguística estava em curso nesta época (que, se implementada, iria extingui-las por completo), mas que foi interrompida quando da re-introdução, na língua, dos chamados "termos eruditos", no período renascentista. Por outro lado, se as proparoxítonas já tivessem sido totalmente extintas no português arcaico, ter-se-ia que hipotetizar que a mudança referida acima já estivesse totalmente implementada nesta época e que teria de haver, posteriormente, uma adaptação na regra de atribuição do acento no português, para acomodar os "termos eruditos" re-introduzidos.

Na opinião de Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 62), no português arcaico, podiam ser encontradas palavras proparoxítonas, mas poucas:

⁷⁸ Para Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 13), este fenômeno era comum a toda a România.

"Nas prosas arcaicas há-de se encontrar forçosamente palavras semi-eruditas - eclesiásticas, jurídicas, medicinais, etc. - que conservaram a prosódia e a acentuação latina - verbigratio, os nomes de contribuições como hospedádego, eurádega, montádega. Mas, relativamente poucas: e nos cancioneiros, pouquíssimas. Apenas algumas que se popularizaram verdadeiramente: com os sufixos -ara, -aro, -alo, -ado, -ago, -ego, -igo, -amo.

A época dos esdrúxulos principia com o Renascimento. Eles constituem a parte principal das palavras cultas, poéticas e eruditas reintroduzidas do século XV em diante."

Entretanto, Nunes (1973, vol. I: 361), na análise que faz da linguagem das cantigas de amigo, só encontra oxítonas e paroxítonas:

"Como ainda hoje se nota, em geral, na lingua popular, a dos antigos trovadores apenas conhecia palavras agudas e graves: quando por ventura a uma consoante se seguia um i átono e outra vogal, os três fonemas contavam-se por uma sílaba única; é o que nos ensina a métrica a respeito, por exemplo, de servio, sabiades, etc., em que o acento recaia na penúltima."

Também Vasconcellos (1959: 172) acentua a segunda pessoa do plural do verbo falar no imperfeito como FALABÁDES, no português arcaico. Se for realmente esta a acentuação dessas formas verbais⁷⁹, a mudança de acento à qual se referem Nunes (1969: 36) e Bueno (1955: 157), já citada, causada por analogia, tem que ter sido implementada somente depois do período trovadoresco da língua arcaica.

É importante ressaltar também que, para Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 63-64), a prosódia do português arcaico - como não poderia deixar de ser - não se manteve imutável durante todo o período. Mas, para esta autora, as mudanças ocorridas então não alteraram significativamente o quadro prosódico do português daquela época:

"Vocábulos outrora graves passaram a ser agudos. Soo, doo, maa, sã-o, mã-o foram contraídas em sô, dó, má, sã, mão, como sabemos; esdrúxulos antigos como perigoo, bágoo, párvoo (parvulus) passaram a graves, como perigo, bago, parvo.

Verdade é que de 1200 a 1500 houve evoluções na prosódia. Mas elas não alteraram sensivelmente o estado anterior.

A única diferença notável é a tantas vezes citada introdução de termos cultos, metade dos quais, pelo menos, são proparoxítonos, esdrúxulos."

Em relação ao ritmo do português arcaico, só existem observações de Michaelis de Vasconcelos sobre o *Cancioneiro da Ajuda*. Observa esta autora - Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 63 e 399) - que a grande maioria dos versos do *Cancioneiro* são

⁷⁹ Pode ser um argumento a favor da não-existência de proparoxítonos no período trovadoresco da língua o fato, já citado anteriormente, de o galego manter a acentuação *-abámos* (cf. Vasconcellos, 1959: 29) para estas formas verbais.

agudos, isto é, terminados por palavras oxítonas. Ora, tal fato poderia sugerir um ritmo predominantemente *iâmbico* para o português arcaico, se fosse tomado como indicio a estrutura prosódica destas palavras predominantes em final de verso, isoladamente de outras possíveis evidências a este respeito. Entretanto, Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 63) adverte que:

"... isso não corresponde de maneira alguma ao organismo verdadeiro do idioma. É devido apenas à falta de experiência, à estética rudimentar dos trovadores que, restringindo-se a um pequenino vocabulário selecionado de sabor áulico, repetem ad infinitum os mesmos consoantes fáceis á, é, i, ai, ei, eu, ou, iu; ar, er, ir (verbos e substantivos verbais); am em im om; al el; az ez; e se cingem na técnica aos modelos franceses e provençais: Onde se afastam deles, nos gêneros populares, portanto, nas lindas cantigas de amigo, nas bailadas - no típico cantar paralelístico del rei D. Denis:

*Ay flores ! ay flores do verde pino
Se sabedes novas do meu amigo
Ay Deus ! e u é (et ubi est)*

temos logo rimas graves. E também em cantares de escárnio e mal dizer: Nas cantigas áulicas, as poucas consonâncias graves que ocorrem, são em regra ada, ado, asse; edes esse; ia. - Horrenda monotonia. Rimas graves são as únicas que se usam, em regra, da idade áurea em diante, - em harmonia com o carácter da língua, e já se usavam de preferência no segundo período (lusu-hispânico) da poesia (Cancioneiro de Resende)."

A este respeito, Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 401) faz também outra advertência:

"... na poesia artística dos trovadores a cantiga de mestria contrastava e se distinguia propositadamente do estilo popular. O povo gostava e gosta do ritmo trocaico - descendente - de marcha ou de dança saltada. Por isso o poeta da corte preferia o ritmo jâmbico, ascendente. O povo gostava de rimas graves (inteiras) sem desprezar as agudas. O áulicos preferiam as agudas. O povo gostava de estribilhos, entoados ao ar livre pelo coro. Os áulicos evitavam-no por isso, nos gêneros mais cultos, pelo menos. Na cantiga popular, cada verso era uma proposição: e muita vez uma sentença. Na canção aristocrática, todos são ligados e concatenados cuidadosamente."

Porém, a autora mostra que os versos graves, mais "naturais", na sua opinião, não eram desconhecidos dos trovadores. Ela mesma aponta que D. Dinis, no *Cancioneiro da Ajuda*, se serve de um ritmo que ela chama de "trocaico" ("naturalíssimo") em 19 cantigas - Michaelis de Vasconcelos (1912-13: 396).

3.2. Acentuação em Português Arcaico: duas hipóteses

Já foi dito anteriormente, na Introdução desta tese e no Capítulo 1, que a única maneira de se estudar historicamente fenômenos como acentuação e ritmo é através de textos poéticos metrificados, porque é somente a estrutura métrica dos versos que pode fornecer pistas a respeito da estrutura prosódica (aí incluída a estrutura métrica) de palavras de uma época da língua que se conhece apenas através de textos escritos. Neste sentido, o estudo da estruturação rítmica dos versos (número de sílabas poéticas, posição do acento) faz-se imprescindível, porque pode fornecer pistas da localização do acento em palavras já em desuso e em vocábulos desconhecidos.

A estrutura métrica de cada cantiga do corpus (num total de 503) foi analisada da seguinte maneira:

1. Foram consultadas, além da versão de Nunes (1973) (base para a análise aqui desenvolvida, porque reúne o conjunto de todas as cantigas de amigo galego-portuguesas conhecidas), algumas outras edições, que contêm apenas um grupo reduzido de cantigas. Foram consideradas as seguintes coletâneas: Pimpão (1942), Azevedo Filho (1974), Lapa (1960), Bernárdez (1952), Vieira (1987) e Spina (1991). Foi também levada em consideração a crítica que faz Lapa (1965) à edição de Nunes (1973[1926/1929]), além de observações esparsas em Cidade (1946) e Silva Neto (1970).
2. Como nem sempre a disposição do texto das cantigas do CBN em versos corresponde à estrutura original da cantiga (é a rima o principal fator que mostra quando isto acontece), fez-se necessário comparar as edições citadas acima entre si e com o original do CBN, a fim de decidir qual a melhor divisão em versos para cada cantiga.⁸⁰ A partir desta comparação, escolheu-se sempre a versão mais próxima da lição do CBN.
3. Com base no texto original (CBN), foram contadas as sílabas poéticas de cada verso, conforme os procedimentos descritos no Capítulo 1 - item 2.2.
4. Estabeleceu-se a estrutura métrica das cantigas, através da observação da quantidade de sílabas poéticas de cada verso e da pauta acentual da última palavra de cada verso (oxitona/ monossílabo ou paroxitona).

Abaixo, apresenta-se como exemplo dos procedimentos descritos acima a análise da cantiga 14 (CBN 563), de D. Dinis, na versão de Nunes (1973, vol. II: 14).⁸¹

⁸⁰ Existem algumas divergências entre as versões consultadas a respeito da disposição dos versos de várias cantigas. Um exemplo clássico é a cantiga "Ai eu coitada", de D. Sancho (ver exemplo (124)), que Nunes (1973, vol. II: 458-459) e Spina (1991: 315) consideram como composta de versos de 4, 7, 4, 5, 4, 7 sílabas e Leite de Vasconcelos considera como composta de versos de 12, 11, 4 e 7 sílabas.

⁸¹ O algarismo entre parênteses, no final de cada verso, corresponde à quantidade de sílabas poéticas do verso. A barra inclinada marca a divisão do verso em sílabas poéticas. Já o asterisco depois do parêntese chama a atenção para o fato de que o verso em questão (sempre grave) tem uma sílaba poética a menos do que os outros versos (agudos) da cantiga, pelo sistema de contagem de sílabas poéticas que o português utiliza atualmente. Como será visto a seguir, na época das cantigas, também esta sílaba átona final de verso fazia parte da sua estrutura rítmica, porque todas as sílabas deveriam ser contadas. Isto faz com que todos os versos desta cantiga de D. Dinis tenham a mesma quantidade de sílabas poéticas. Este fenômeno ficou conhecido na literatura especializada como *lei de Mussafia*, à qual já foi feita referência no Capítulo 1.

(122)	Pe/sar/ mi/ fez/ meu/ a/mi/go.	(7)*
	a/mi/ga./ mais/ sei/ eu/ que/ non/	(8)
	cui/dou/ el/ no/ seu/ co/ra/çon/	(8)
	de/ mi/ pe/sar./ ca/ vos/ di/go	(7)*
	que/ an't'el/ que/ri/a/ mo/rrer/	(8)
	ca/ mi/ sol/ un/ pe/sar/ fa/zer./	(8)
	Non/ cui/dou/ que/ mi/ pe/sa/sse	(7)*
	do/ que/ fez./ ca/ sei/ eu/ mui/ ben/	(8)
	que/ do/ que/ foi/ non/ fõ/ra/ ren./	(8)
	po/ren/ sei./ se/ en/ cui/da/sse.	(7)*
	que/ an't'el/ que/ri/a/ mo/rrer/	(8)
	ca/ mi/ sol/ un/ pe/sar/ fa/zer./	(8)
	Fe/ze/-o/ por/ en/co/ber/ta.	(7)*
	ca/ sei/ que/ se/ fo/ra/ ma/tar./	(8)
	an/te/ que/ a/ mi/ fa/zer/ pe/sar./	(9)
	e/ por/ es/to/ sõ/o/ cer/ta	(7)*
	que/ an't'el/ que/ri/a/ mo/rrer/	(8)
	ca/ mi/ sol/ un/ pe/sar/ fa/zer./	(8)
	Ca/ de/ mo/rrer/ ou/ de/ vi/ver/	(8)
	sa/b'el/ ca/ x'ê/ no/ meu/ po/der./	(8)

quantidade de sílabas por verso: 7/8(/9)

pauta acentual da última palavra de cada verso: paroxitona/oxitona

alternância de versos graves e agudos

Da análise de todas as cantigas do corpus, pôde-se constatar que elas se subdividem em três tipos básicos: cantigas formadas apenas por versos agudos, cantigas formadas apenas por versos graves e cantigas em que os versos graves alternam com os agudos - como no exemplo em (122). Ao grupo de cantigas formadas apenas por versos agudos denominou-se "caso I", exemplificado em (123). O "caso II", por sua vez, agrupa as cantigas compostas apenas por versos graves - exemplo em (124). Já as cantigas em que ocorre uma alternância entre versos graves e agudos foram rotuladas como "caso III" - exemplo em (125).⁸²

(123) Cantiga 210 (CBN 797)
Nuno Perez Sandeu

Ai, mia madre. sempre vos eu roguei	(10)
por meu amigu'e pero non mi val	(10)
ren contra vós e queredes-lhi mal.	(10)
e direi-vos que vos por en farei:	(10)
pois mal queredes meu lum'e meu ben.	(10)
mal vos querrei eu, mia madre. por en.	(10)

⁸² Todas as cantigas dos exemplos (124) a (130) são apresentadas na versão de Nunes (1973), com exceção da cantiga 39 (CBN 588), de D. Dinis, apresentada na versão de Pimpão (1942: 72).

Vós catade per qual guisa sera.	(10)
ca non ei eu já mais vosc'a viver:	(10)
pois vós a meu amigu'ides querer	(10)
mal. direi-vos que vos end'averrá:	(10)
pois mal queredes meu lum'e meu ben.	(10)
mal vos querre eu, mia madre. por en.	(10)

Cantiga 241 (CBN 834)

Pero da Ponte

Foi-s' o meu amigo d'aqui	(8)
na oste. por el-rei servir.	(8)
e nunca eu depois dormir	(8)
pudi. mais ben tenh'eu assi.	(8)
que. pois m'el tarda e non ven.	(8)
el rei o faz que mi-o deten.	(8)

E gran coita non perderei	(8)
per ren. meos de o veer.	(8)
ca non á o meu cor lezer.	(8)
pero tanto de conort'ei.	(8)
que. pois m'el tarda e non ven.	(8)
el rei o faz que mi-o deten.	(8)

E ben se devia nembrar	(8)
das juras que m'enton jurou.	(8)
u m'el mui fremosa leixou.	(8)
mais. donas. podedes jurar	(8)
que. pois m'el tarda e non ven.	(8)
el rei o faz que mi-o deten.	(8)

(124) Cantiga 512 (CBN 456)

El-rei D. Sancho I

Ai eu coitada !	(4)
Como vivo en gram cuidado	(7)
por meu amigo	(4)
que ei alongado !	(5)
Muito me tarda	(4)
o meu amigo na Guarda !	(7)

Ai eu coitada !	(4)
Como vivo en gram desejo	(7)
por meu amigo	(4)
que tarda e non vejo !	(6)
Muito me tarda	(4)
o meu amigo na Guarda !	(7)

Cantiga 123 (CBN 690)
D. João Soares Coelho

Ai. Deus a vô-lo digo:	(6)
foi s'or' o meu amigo:	(6)
e se o verei. velida !	(7)
Quen m'end'ora soubesse	(6)
verdad'e mi dissesse:	(6)
e se o verei. velida !	(7)
Foi-s'el mui sen meu grado	(6)
e non sei eu mandado:	(6)
e se o verei. velida !	(7)
Que fremosa que seja.	(6)
morrendo con desejo:	(6)
e se o verei. velida !	(7)

(125) Cantiga 101 (CBN 666)
D. Joan d'Avoin

Vistes. madre. quando meu amigo	(9)*
pôs que verria falar comigo ?	(9)*
oje dia cuidades que venha ?	(9)*
Vistes. u jurou que non ouvesse	(9)*
nunca de min ben. se non veesse ?	(9)*
oje dia cuidades que venha ?	(9)*
Viste'las juras que jurou enton.	(10)
que verria sen mort'ou sen prison ?	(10)
oje dia cuidades que venha ?	(9)*
Viste'las juras que jurou ali.	(10)
que verria. e jurou-as per mi:	(10)
oje dia cuidades que venha ?	(9)*

Da quantificação dos dados obtidos a partir da análise da estrutura métrica das cantigas, foi possível constatar, como aliás já mostrava Michaélis de Vasconcelos, que as cantigas compostas apenas por versos agudos predominam no corpus. É o que mostra a tabela 3.

Tabela 3. Classificação das cantigas quanto à pauta acentual da última palavra dos versos.

caso I: versos agudos	219	(43.54%)
caso II: versos graves	95	(18.89%)
caso III: versos graves/agudos	189	(37.57%)
TOTAL	503	(100%)

Por causa da grande predominância de versos agudos, mostrada na tabela 3, cujas palavras em final de verso são oxítonas e, portanto, possuem a proeminência à direita, pode ser formada a falsa idéia de que o pé básico do português arcaico (de agora em diante, PA) é o iambo. Tal hipótese pode ser aventada tomando-se por base a estrutura métrica da última palavra dos versos. Como a que predomina é oxítona, se for desconsiderada a quantidade silábica na construção dos pés, a alternância sugerida - e, conseqüentemente, o pé básico sugerido - é iâmbica. Entretanto, como será mostrado adiante, embora os versos agudos predominem, por um lado, as palavras paroxítonas são grande maioria no corpus, o que contradiz esta hipótese. Por outro lado, considerando o peso silábico na construção dos pés, os versos agudos (predominantes) podem ter, dentro da teoria adotada, dupla interpretação: podem tanto ser considerados como compostos de pés iâmbicos como de pés trocaicos, sempre se considerando a construção da direita para a esquerda (neste caso, o que se chama de alternância iâmbica, na poesia, seria, na realidade uma trocaica, precedida de anacruse) - veja-se o exemplo (126a), em que estas duas possibilidades são apresentadas a partir do verso 13 da cantiga 241 (CBN 834), de Pero da Ponte, transcrita anteriormente em (123). Mas não são somente os versos agudos que podem ser interpretados, dentro da teoria, de duas maneiras: ocorre o mesmo com os graves (desde que a última sílaba das paroxítonas em final de verso seja considerada extramétrica (< >), em se considerando pés iâmbicos) - exemplo (126b), em que é analisado o primeiro verso da cantiga 14 (CBN 563), de D. Dinis, transcrita anteriormente em (122).⁸³

(126) a.

(x)	(x)	(x)	(x)	iambos
(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	troqueus moraicos
E	ben	se	de	vi	a	nem	brar
∪	—	∪	∪	∪	∪	—	—
1	2	3	4	5	6	7	8

b.

(x)	(x)	(x)	(x)	<>	iambos
(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)))	troqueus moraicos
Pe	sar	mi	fez	meu	a	mi	go	
∪	—	∪	—	—	∪	∪	∪	
1	2	3	4	5	6	7		

Esta dupla interpretação dos versos das cantigas só é possível porque ambas as estruturas - as com pés trocaicos e as com pés iâmbicos - geram "outputs" semelhantes, tanto em relação à estrutura da última palavra do verso, como em relação à posição do acento no verso. Logo, é necessário considerar outros fatores para se chegar ao pé básico do PA. Neste sentido, não ajuda muito a observação dos versos dos casos I e II, mas é bastante iluminador observar os versos das cantigas do caso III.

⁸³ Nos exemplos em (126), não estão sendo considerados pés degenerados.

As cantigas do caso III podem ser agrupadas em três subtipos, rotulados como casos IIIa, IIIb e IIIc, como mostra a tabela 4, abaixo.

Tabela 4. Subclassificação das cantigas do caso III: alternância de versos graves e agudos.

CASO	quantidade de cantigas	percentual em relação ao caso III	percentual em relação ao corpus
IIIa - as sílabas átonas de final de verso fazem parte da estrutura métrica do verso. isto é, são contadas.	86	(45.5%)	(17.01%)
IIIb - as sílabas átonas de final de verso são desconsideradas	48	(25.4%)	(9.54%)
IIIc - É impossível saber se o trovador considera ou não as átonas finais	55	(29.1%)	(10.93%)
TOTAL	189	(100%)	(37.57%)

Como pode ser visto através da tabela 4, no caso IIIa, todas as sílabas, inclusive as átonas de final de verso, fazem parte da estrutura métrica do verso. Em outras palavras, neste grupo de cantigas, um verso agudo de n sílabas corresponde a um verso grave de $n-1$ sílabas (pelo sistema de contagem atual) - é a chamada *Lei de Mussafia* (ver item 2 do Capítulo 1). É importante ressaltar que este modo de contar sílabas é diferente de qualquer uma das duas correntes apresentadas no Capítulo 1, já que em nenhuma delas estes dois tipos de versos seriam equivalentes: nas duas tradições (a francesa, provençal e portuguesa, por um lado, e latina, espanhola e italiana, por outro), um verso agudo deste tipo sempre possuiria uma sílaba poética a mais do que o grave. Em (127), são apresentados dois exemplos de cantigas que seguem o padrão IIIa:

(127) Cantiga 473 (CBN 1261)
Lourenço, jogral

Ua moça namorada	(7)*
dizia un cantar d'amor	(8)
e diss'ela: «Nostro Senhor,	(8)
o'eu foss'aventurada	(7)*
que oiss'o meu amigo	(7)*
com'eu este cantar digo».	(7)*
A moça ben parecia	(7)*
e en sa voz manselinha	(7)*
cantou e diss'a menina:	(7)*
«Prouguess'a Santa Maria	(7)*
que oiss'o meu amigo	(7)*
com'eu este cantar digo».	(7)*

Cantava mui de coraçõ	(8)
e mui fremosa estava	(7)*
e disse. quando cantava:	(7)*
«Peç'eu a Deus por pediçõ	(8)
que oiss'o meu amigo	(7)*
com'eu este cantar digo».	(7)*

Cantiga 510 (CBN 373)
Pedro Mafaldo

Ai amiga. sempr'avedes sabor	(10)
de me rogades por meu amigo	(9)*
que lhi faça bem. e bem vos digo	(9)*
que me pesa. mais já por voss'amor	(10)
farei-lh'eu bem. mais de pran non farei	(10)
quant'el quiser. pero bem lhi farei.	(10)

Vós me rogastes mui de coraçõ	(10)
que lhe fezesse ben algũa vez.	(10)
ca me seria mesura bon prez.	(10)
e por vos[s]o rogo e por al non	(10)
farei-lh'eu bem. mais de pran non farei	(10)
quant'el quiser. pero bem lhi farei.	(10)

Rogastes-mi. amiga. per bõa fé.	(10)
que lhi fezesse todavia ben	(10)
por vós. e. pois vós queredes. convém	(10)
que o faça. mais. pois que assi é.	(10)
farei-lh'eu bem. mais de pran non farei	(10)
quant'el quiser. pero bem lhi farei.	(10)

Por outro lado, nas cantigas do subtipo IIIb, as sílabas poéticas são contadas à moda atual, e, portanto, as sílabas átonas de final de verso são desconsideradas, não pertencendo à estrutura métrica do verso. É o que pode ser observado nos exemplos em (128):

(128) Cantiga 111 (CBN 678)
D. João Soares Coelho

Per boa fé. mui fremosa. sanhuda	(10)
sej'eu e trist'e coitada por en.	(10)
por meu amigu'e meu lum'e meu ben.	(10)
que ei perdud'e el mi [á] perduda.	(10)
por que se foi sen meu grado d'aqui.	(10)

Cuidou-s'el que mi fazia mui forte	(10)
pesar de s'ir. porque lhi non falei.	(10)
pero ben sabe Deus ca non ousei.	(10)
mais seria-lh'oje melhor a morte.	(10)
por que se foi sen meu grado d'aqui.	(10)

Tan crua mente lh'o cuid'a vedar	(10)
que ben mil vezes no seu coraçõ	(10)
rogu'el a Deus que lhi dê meu perdon	(10)
ou sa morte. se lh'eu non perdoar.	(10)
por que se foi sen meu grado d'aqui.	(10)

Cantiga 110 (CBN 676)

D. Joan D'Avoin

Cavalgava noutro dia	(7)
per o caminho francès	(7)
e ùa pastor siia	(7)
cantando com outras três	(7)
pastores e non vos pês.	(7)
e direi-vos toda via	(7)
o que a pastor dizia	(7)
aas outras en castigo:	(7)
«Nunca molher crêa per amigo.	(9)
pois s'o meu foi e non falou migo.»	(9)
«Pastor. non dizedes nada.	(7)
diz ùa delas enton:	(7)
se se foi esta vegada.	(7)
ar verrá-s'outra sazõ	(7)
e dirá-vos por que non	(7)
falou vosc'. ai ben talhada.	(7)
e é cousa mais guisada	(7)
de dizerdes. com'eu digo:	(7)
«Deus. ora veess'o meu amigo	(9)
e averia gram prazer migo.»	(9)

Sob o rótulo "caso IIIc" figuram as cantigas em que ocorre uma alternância entre versos graves e agudos, mas em relação às quais é impossível saber se o trovador considera ou não as sílabas átonas finais como parte integrante da estrutura dos versos. São duas as principais causas desta impossibilidade, aqui rotuladas como IIIc1 e IIIc2, como mostra a tabela 5.

Tabela 5. Causas da impossibilidade de se estabelecer se o trovador considera ou não as sílabas átonas de final de verso, nas cantigas do caso IIIc.

SUBCASO	quantidade de cantigas	percentual em relação ao caso IIIc	percentual em relação ao corpus
IIIc1 - Cada um dos versos possui uma quantidade diferente de sílabas poéticas.	16	(29,09%)	(3,18%)
IIIc2 - O número de sílabas poéticas e o tipo de verso (grave/agudo) do refrão são diferentes dos do resto da cantiga.	39	(70,91%)	(7,75%)
TOTAL	55	(100%)	(10,93%)

Como se vê, é impossível saber se o trovador conta ou não as átonas finais nas cantigas do caso IIIc1 porque, como os versos possuem uma quantidade diferente de sílabas poéticas, e esta diferença é maior do que 1, não se pode comparar os versos agudos aos graves para se constatar se as átonas finais fazem ou não parte da estrutura métrica dos versos (cantiga 372, em (129)). Também não é possível saber se o trovador está considerando as átonas finais quando há, na mesma cantiga, versos graves e agudos com o mesmo número n de sílabas e versos agudos com um número $n - 1$ (cantiga 39, em (129)).

(129) Cantiga 372 (CBN 1149)
João Servando

Trist'and'eu, velida, e ben vo-lo digo.	(11)
por que mi non leixam veer meu amigo.	(11)
poden-m'agora guardar.	(7)
mais non mi partirám de o amar.	(10)
Pero me feriron por el noutro dia.	(11)
fui a San Servando se o veria.	(10)
poden-m'agora guardar.	(7)
mais non mi partirám de o amar.	(10)
E, pero m'aguardan que o non veja.	(10)
esto non pode seer per ren que seja.	(11)
poden-m'agora guardar.	(7)
mais non mi partirám de o amar.	(10)
E muito me poden guardar.	(8)
e non mi partirám d'o amar	(9)

Cantiga 39 (CBN 588)

D. Dinis

Valer-vos-ia. amigu'e meu ben.	(9)
se eu ousasse. mais vedes quen	(9)
me tolhe d'aquest'. e non al	(8)
mia madre. que vos á mortal	(8)
desamor: e con este mal	(8)
de morrer non mi pesa ria	(8)

Valer-vos-ia. par Deus. meu ben.	(9)
se eu ousasse. mais vedes quen	(9)
me tolhe de vos non valer:	(8)
mia madr'è. qu'end'[á] o poder	(8)
e vos sabe gran mal querer.	(8)
e por en mia morte querria	(8)

O outro caso em que não é possível dizer se o trovador conta ou não as sílabas átonas de final de verso - caso IIIc2 - ocorre quando a quantidade de sílabas do refrão é diferente da dos demais versos da cantiga (quando a diferença é maior do que 1) e, além disso, a pauta acentual da última palavra dos versos do refrão é diferente da pauta acentual das palavras finais dos demais versos. É o que mostram os exemplos em (130):

(130) Cantiga 66 (CBN 632)

Fernan Rodriguez de Calheiros

Madre. passou per aqui un cavaleiro	(11)
e leixou-me namorad' e com marteiro:	(11)
ai. madre. os seus amores ei.	(9)
se me los ei.	(4)
ca mi-os busquei.	(4)
outros me lhe dei:	(5)
ai. madre. os seus amores ei.	(9)

Madre. passou per aqui un filho d'algo	(11)
e leixou-m'assi penada. com'eu ando:	(11)
ai. madre. os seus amores ei.	(9)
se me los ei.	(4)
ca mi-os busquei.	(4)
outros me lhe dei:	(5)
ai. madre. os seus amores ei.	(9)

Madre. passou per aqui quen non passasse	(11)
e leixou-m'assi penada. mais leixasse:	(11)
ai. madre. os seus amores ei.	(9)
se me los ei.	(4)
ca mi-os busquei.	(4)
outros me lhe dei:	(5)
ai. madre. os seus amores ei.	(9)

Cantiga 200 (CBN 784)
D. Afonso Sanchez

Dizia la fremosinha:	(7)
«ai. Deus. val !	(3)
Com'estou d'amor ferida !	(7)
ai. Deus. val !	(3)
Com'estou d'amor ferida ! »	(7)
Dizia la ben talhada:	(7)
«ai. Deus. val !	(3)
Com'estou d'amor coitada !	(7)
ai. Deus. val !	(3)
Com'estou d'amor ferida ! »	(7)
« Com'estou d'amor ferida !	(7)
ai. Deus. val !	(3)
Non ven o que ben queria !	(7)
ai. Deus. val !	(3)
Com'estou d'amor ferida ! »	(7)
« Com'estou d'amor coitada !	(7)
ai. Deus. val !	(3)
Non ven o que muit'amava !	(7)
ai. Deus. val !	(3)
Com'estou d'amor ferida ! »	(7)

Para procurar pistas em busca dos parâmetros do ritmo do PA (e do seu pé básico), o caminho é deixar de lado, por ora, as cantigas dos casos I, II e IIIc e investigar as cantigas agrupadas nos casos IIIa, em que os trovadores consideram as sílabas átonas de final de verso como parte integrante da estrutura métrica dos versos, e IIIb, em que os trovadores as desconsideram, pois, como será visto adiante, é o fato de estas duas estratégias poderem co-existir que fornece indícios do pé básico do PA. A proporção entre as cantigas que se encaixam nestes dois casos é dada pela tabela 6.

Tabela 6. Proporção entre os casos IIIa e IIIb.

CASO	quantidade de cantigas	percentual em relação à soma dos casos IIIa e IIIb	percentual em relação ao corpus
caso IIIa	86	64.18%	17.1%
caso IIIb	48	35.82%	9.54%
SUBTOTAL	134	100%	26.64%

A partir do confronto destes dois procedimentos de metrificação, duas primeiras hipóteses (excludentes entre si) podem ser formuladas:

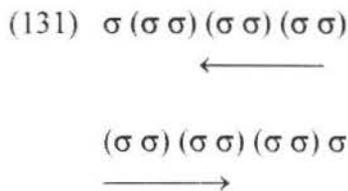
1. Uma mudança linguística está em curso e a população, nesta época, é mista: uma parcela possui um determinado conjunto de valores para os parâmetros do ritmo e

outra parcela apresenta diferenças em relação ao valor de algum(ns) parâmetro(s). É esta diferenciação que faz com que haja duas maneiras de se fazer poesia (duas línguas diferentes - duas poesias diferentes).

2. A população como um todo optou, quanto ao ritmo, pelos mesmos valores paramétricos; o que está sendo inovada é a maneira de poetar (alguns trovam como os latinos, mais preocupados com o isossilabismo dos versos - e, por isso, contam todas as sílabas, inclusive as átonas finais -, outros preocupam-se com a quantidade de acentos por verso⁸⁴ - e, alguns deles, também com a sua posição). Mas o mais comum era unir estas duas tendências, unindo a preocupação com o isossilabismo com a tendência a fazer com que os versos possuam todos a mesma quantidade de acentos (e, se possível, na mesma posição) - como se fez posteriormente (Gil Vicente, Camões e Florbela Espanca, para citar somente três exemplos).⁸⁵ Estas duas hipóteses serão exploradas a seguir.

3.2.1. Explorando a primeira hipótese: teoria da população mista

Pode ser dito que, nas cantigas em que as sílabas átonas de final de verso fazem parte da estrutura métrica do verso, isto acontece porque os pés rítmicos são construídos da direita para a esquerda. Por outro lado, nos poemas em que estas sílabas são desconsideradas, pode ser dito que a direcionalidade, na construção dos pés, é aplicada na direção inversa: da esquerda para a direita. Além disso, tem que ser postulado que as sílabas que sobram, em um primeiro momento da escansão, não constituem pés degenerados. Esta diferença na aplicação da direcionalidade pode ser esquematizada como em (131):



Ora, aceitar que todas as diferenças de comportamento entre as cantigas dos casos IIIa e IIIb são devidas apenas a uma diferença de valor no parâmetro da direcionalidade é uma conclusão apressada e errônea, porque, caso a variação no valor da direcionalidade fosse realmente a responsável pela diferenciação de comportamento destas cantigas, as palavras, no interior dos versos, poderiam sofrer flutuações, isto é, deslocamentos na

⁸⁴ Como acontece na famosa cantiga 19 (CBN 568), de D. Dinis. *Ay, flores, ay flores do verde pino*.

⁸⁵ De um outro ponto de vista, pode-se dizer, como Michaëlis de Vasconcelos (citação em 3.1), que, enquanto alguns autores seguiam mais de perto o medelo francês (em cujos versos a proeminência principal era localizada na sílaba final, pela própria natureza da língua) - os que davam preferência aos versos agudos -, outros - os que preferiam os graves - cultivavam também gêneros mais "populares". No entanto, na proposta de Michaëlis de Vasconcelos, o isossilabismo dos versos não tem uma importância tão crucial como para a formulada aqui como segunda hipótese. Porém, como intuição de que eram duas maneiras diferentes de poetar, não deve ser descartada a sua explicação.

posição das proeminências, de um trovador para outro, ou de uma cantiga para outra (de um mesmo trovador) - o que não ocorre.

Além disso, a hipótese acima, sozinha, não dá conta do fenômeno, pois esbarra na questão do pé básico: qual pé está sendo construído da direita para a esquerda ou vice-versa?

Como o comportamento de alguns trovadores é contrário ao dos outros com relação às átonas de final de verso (uns as consideram parte integrante do verso e outros, não), pode-se levantar a hipótese de que, para cada um desses grupos, a imagem do pé básico é especular à do outro. Assim, pode-se dizer que o primeiro grupo considera o *troqueu moraico* como pé básico (uma vez que o PA considera a quantidade silábica, como será visto adiante). É por este motivo que este grupo conta as átonas de final de verso: porque elas são parte integrante do último pé do verso, mesmo que a parte menos proeminente. Veja-se o exemplo em (132):

(132) (x) (x .) (x) (x) (x) (x .)
 Hũ papagay mui fremoso [2]⁸⁶

Já o pé básico para o segundo grupo tem que ser o *iambo* (que, por definição, leva em consideração a quantidade das sílabas) - imagem espelhada do troqueu moraico. Por isto, as átonas finais são desconsideradas, uma vez que constituem sílabas que não fazem parte do último pé do verso, que sobram depois da escansão - como mostra o exemplo em (133):

(133) (x) (. x) (x) (. x)
 Hũ papagay mui fremoso [2]

Mesmo depois destas considerações, a hipótese da direcionalidade deve ser descartada, já que, tanto no caso dos troqueus como no caso dos iambs, a construção dos pés só é possível *da direita para a esquerda*. Quando os pés são erguidos na direção oposta, o resultado é catastrófico: estruturas agramaticais - proeminências em sílabas não-proeminentes e falta delas em sílabas proeminentes. No exemplo (134), os pés foram construídos nas duas direções, para que se possa visualizar esta impossibilidade de aplicação da construção dos pés da esquerda para a direita.

(134) TROQUEUS:
 (x) (x .) (x) (x) (x .)
 Hũ papagay mui fremoso [2]⁸⁷
 ←
 (x) (x .) (x) (x) (x .)
 Hũ papagay mui *fremoso [2]
 →

⁸⁶ O algarismo entre colchetes indica o número da cantiga de que o exemplo foi extraído. A versão apresentada é a original do CBN.

⁸⁷ Neste exemplo, estão sendo desconsiderados os pés degenerados.

IAMBOS:

(x) (. x) (x) (. x)
 Hũ papagay mui fremos<o> [2]⁸⁸

←

(x) (. x) (x)(x) (. x)
 Hũ *papagay mui fremos<o> [2]

→

Em todo o caso, ainda resta examinar a hipótese de ser a população mista quanto às escolhas paramétricas responsáveis pela obtenção do pé básico. A este respeito, dois argumentos podem ser levantados: um aparentemente a favor (mas não totalmente) e outro contra.

As preferências métricas dos trovadores podem se constituir em um argumento a favor de se considerar que co-existem dois tipos de pés básicos em PA, uma vez que, através de uma análise dos metros preferidos pelos trovadores, pode-se isolar o grupo de cantigas do caso IIIb (cantigas que não consideram as átonas de final de verso) das outras categorias.

Como se pode ver na tabela 7, as medidas preferidas, quando as cantigas são constituídas apenas de versos agudos, são o decassílabo (73.06%) e o octossílabo (15.53%). Como este (caso I) é o tipo majoritário de cantigas no corpus, os resultados apresentados pela tabela 7 permitem dizer que os decassílabos e octossílabos são as medidas preferidas dos trovadores, de maneira geral.

Tabela 7. Caso I (versos agudos): preferências métricas.

quantidade de sílabas poéticas por verso	número de cantigas compostas por versos desta medida		SUBTOTAL
	considerando o refrão	desconsiderando o refrão ⁸⁹	
6	2 (0.91%)	2 (0.91%)	4 (1.82%)
7	2 (0.91%)	1 (0.46%)	3 (1.37%)
8	33 (15.07%)	1 (0.46%)	34 (15.53%)
10	153 (69.86%)	7 (3.2%)	160 (73.06%)
11	6 (2.74%)	3 (1.37%)	9 (4.11%)
12	1 (0.46%)	1 (0.45%)	2 (0.91%)
13	1 (0.46%)	1 (0.46%)	2 (0.92%)
vários	5 (2.28%)	----	5 (2.28%)
SUBTOTAL	203 (92.69%)	16 (7.31%)	219 (100%)

⁸⁸ Neste exemplo, está-se considerando que a última vogal de "fremoso" é extramétrica porque se trata de marca de classe.

⁸⁹ Porque este possui versos cuja estrutura métrica (quantidade de sílabas poéticas) é diferente da dos demais versos da cantiga.

Já em relação aos versos graves, a preferência fica com os de 7 e 9 sílabas - conforme tabela 8.

Tabela 8. Caso II (versos graves): preferências métricas.

quantidade de sílabas poéticas por verso	número de cantigas compostas por versos desta medida		SUBTOTAL
	considerando o refrão	desconsiderando o refrão	
5	1 (1.05%)	2 (2.11%)	3 (3.16%)
6	3 (3.16%)	5 (5.26%)	8 (8.42%)
7	31 (32.63%)	2 (2.1%)	33 (34.73%)
9	9 (9.47%)	6 (6.32%)	15 (15.79%)
10	4 (4.21%)	2 (2.11%)	6 (6.32%)
11	2 (2.11%)	2 (2.1%)	4 (4.21%)
13	4 (4.21%)	4 (4.21%)	8 (8.42%)
15	2 (2.11%)	5 (5.26%)	7 (7.37%)
vários	11 (11.58%)	-----	11 (11.58%)
SUBTOTAL	67 (70.53%)	28 (29.47%)	95 (100%)

Em relação ao caso IIIa (cantigas em que há uma alternância de versos graves e agudos e em que as sílabas átonas de final de verso fazem parte da estrutura do poema), pode-se ver, na tabela 9, que, como já era previsto, a preferência recai sobre as alternâncias entre eneassílabos graves e decassílabos agudos e setessílabos graves e octossílabos agudos.

Tabela 9. Caso IIIa (versos graves/agudos): preferências métricas.

quantidade de sílabas poéticas por verso ⁹⁰	número de cantigas compostas por versos desta medida		SUBTOTAL
	considerando o refrão	desconsiderando o refrão	
6-7	2 (2.33%)	-----	2 (2.33%)
7-8	31 (36.05%)	3 (3.49%)	34 (39.54%)
8-9	1 (1.16%)	-----	1 (1.16%)
9-10	39 (45.35%)	3 (3.49%)	42 (48.84%)
10-11	1 (1.16%)	-----	1 (1.16%)
11-12	2 (2.33%)	-----	2 (2.33%)
14-15	1 (1.16%)	-----	1 (1.16%)
15-16	1 (1.16%)	1 (1.16%)	2 (2.32%)
vários	1 (1.16%)	-----	1 (1.16%)
SUBTOTAL	79 (91.86%)	7 (8.14%)	86 (100%)

⁹⁰ O primeiro algarismo designa a quantidade de sílabas poéticas dos versos graves, enquanto que o segundo (depois do hífen), a dos agudos (sempre uma a mais do que a dos graves).

Já em relação ao caso IIIb (cantigas em que há uma alternância entre versos graves e agudos, mas em que o trovador não considera as átonas de final de verso - os dois tipos de verso possuem a mesma medida), a situação é diferente, como se vê através da tabela 10. As preferências recaem sobre o decassilabo (grave ou agudo) e o setessilabo (grave ou agudo) - os mesmos versos preferidos por poetas posteriores ao período do PA.

Tabela 10. Caso IIIb (versos graves/agudos): preferências métricas.

quantidade de sílabas poéticas por verso	número de cantigas compostas por versos desta medida		SUBTOTAL
	considerando o refrão	desconsiderando o refrão	
6	3 (6.25%)	2 (4.17%)	5 (10.42%)
7	16 (33.33%)	2 (4.17%)	18 (37.5%)
8	1 (2.08%)	-----	1 (2.08%)
9	-----	2 (4.17%)	2 (4.17%)
10	17 (35.42%)	1 (2.08%)	18 (37.5%)
11	2 (4.17%)	-----	2 (4.17%)
13	-----	1 (2.08%)	1 (2.08%)
15	-----	1 (2.08%)	1 (2.08%)
SUBTOTAL	39 (81.25%)	9 (18.75%)	48 (100%)

Em relação ao caso IIIc1 (cantigas cujos versos terminam alternadamente por oxítonas e paroxítonas, não sendo possível, entretanto, detectar se o trovador considera ou não as átonas finais na contagem das sílabas poéticas de cada verso), não existe meio de construir uma tabela de preferências métricas por cantiga (como as tabelas 7, 8, 9 e 10), porque, em todos os casos, as estrofes das cantigas em questão são compostas por versos de uma quantidade diferente de sílabas, muitas vezes não havendo uma preferência nem mesmo dentro dos limites da própria cantiga.⁹¹

Em relação ao caso IIIc2 (quando a alternância entre versos graves e agudos existe, mas não é possível saber se o trovador leva ou não em consideração as átonas finais, porque o número de sílabas e a pauta acentual da última palavra do(s) verso(s) do refrão são diferentes dos do resto da cantiga), é natural que a situação apresente-se complicada (ver tabela 11), porque, como é impossível saber se as átonas estão ou não sendo contadas, é provável que estejam misturados dados análogos tanto às tabelas 7, 8 e 9 como à tabela 10.

⁹¹ Vale a pena lembrar, porém, que este é um fenômeno raríssimo dentro dos limites do corpus - constitui apenas 3.18% dos casos (conforme tabela 5).

Tabela 11. Caso IIIc2 (versos graves/agudos): preferências métricas.

quantidade de sílabas poéticas por verso	versos agudos	versos graves	SUBTOTAL
5	-----	1 (2.56%)	1 (2.56%)
6	-----	1 (2.56%)	1 (2.56%)
7	-----	8 (20.51%)	8 (20.51%)
8	2 (5.13%)	1 (2.56%)	3 (7.69%)
9	-----	2 (5.13%)	2 (5.13%)
10	2 (5.13%)	2 (5.13%)	4 (10.26%)
11	2 (5.13%)	5 (12.82%)	7 (17.95%)
12	-----	1 (2.57%)	1 (2.57%)
13	4 (10.26%)	-----	4 (10.26%)
15	2 (5.13%)	1 (2.56%)	3 (7.69%)
16	3 (7.69%)	-----	3 (7.69%)
variável	1 (2.56%)	1 (2.57%)	2 (5.13%)
SUBTOTAL	16 (41.03%)	23 (58.97%)	39 (100%)

Colocando-se lado a lado as preferências métricas das cantigas que se encaixam nos vários casos, pode-se perceber que os casos I, II e IIIa formam um bloco único, oposto às cantigas do caso IIIb - como pode ser observado a partir da tabela 12. No caso I (versos agudos), os versos preferidos são o decassílabo e o octossílabo. No caso IIIa, a alternância se dá justamente entre estes dois tipos de verso e os correspondentes graves - com uma sílaba a menos. Ora, quando esta átona final é contada, significa que estes versos são ou decassílabos ou octossílabos, como os preferidos do caso I. Já que se pode considerar que as átonas finais estão sendo contadas nas cantigas do caso IIIa, por que não considerar o mesmo em relação ao caso II? Ora, no caso II (versos graves), as preferências recaem sobre os versos setessílabos e eneassílabos; acrescentando-se a esta conta uma sílaba átona final, obtemos como resultado versos de 10 e 8 sílabas, como no caso I. Por este motivo, as cantigas desses três casos podem ser consideradas um bloco único: possuem as mesmas preferências métricas.

Tabela 12. Preferências métricas relativas a todos os casos - em ordem decrescente.

		CASOS				
		I	II	IIIa	IIIb	IIIc2
M	P	10	7	9-10	7/10	7
E	R	8	9	7-8	6	11
D	E	11	13/6	6-7/11-12	9/11	10/13
I	F	6	15	8-9/10-11	8/13/15	8/15/16
D	E	7	10	14-15		9
A	R	12/13	11			5/6/12
I			5			
D						
A						

A proporção entre os versos preferidos dos trovadores (decassilabos e octossilabos agudos e eneassilabos e setessilabos graves) e os outros por eles cultivados é dada pela tabela 13, que mostra a sua predominância (66.01%).

Tabela 13. Comparação entre os versos preferidos dos trovadores (decassilabos e octossilabos agudos e eneassilabos e setessilabos graves) e os outros tipos de verso encontrados no corpus.

medida dos versos	Caso I (agudos)	Caso II (graves)	Caso IIIa (graves/agudos)	Caso IIIc2 (graves/agudos)	outros casos (IIIc1 + IIIb)	SUBTOTAL
10-agudo 9-grave	160 (31.81%)	15 (2.98%)	42 (8.35%)	4 (0.8%)	-----	221 (43.94%)
8-agudo 7-grave	34 (6.76%)	33 (6.56%)	34 (6.76%)	10 (1.99%)	-----	111 (22.07%)
outros	25 (4.97%)	47 (9.34%)	10 (1.99%)	25 (4.97%)	-----	107 (21.17%)
SUBTOTAL	219 (43.54%)	95 (18.88%)	86 (17.1%)	39 (7.76%)	64 (12.72%)	503 (100%)

Já a proporção entre os versos preferidos pelas cantigas que se encaixam no caso IIIb (setessilabos e decassilabos) e os outros tipos de verso cultivados pelos trovadores nas outras cantigas é dada pela tabela 14.

Tabela 14. Comparação entre as medidas de verso preferidas pelas cantigas do caso IIIb e todas as outras medidas cultivadas pelos trovadores.

medida dos versos	Caso IIIb (graves/agudos)	outros casos	SUBTOTAL
7	18 (3.58%)	-----	18 (3.58%)
10	18 (3.58%)	-----	18 (3.58%)
outros	12 (2.38%)	-----	12 (2.38%)
SUBTOTAL	48 (9.54%)	455 (90.46%)	503 (100%)

A análise dos tipos de verso preferidos pelas cantigas que se encaixam nos diversos casos mostra, como já foi dito anteriormente, que, por um lado, podem ser agrupadas as cantigas pertencentes aos casos I, II e IIIa e, por outro, as cantigas do caso IIIb. Tal fato pode ser um argumento favorável a considerar a população mista quanto às escolhas dos valores dos parâmetros do ritmo e conseqüente escolha do pé básico. A partir daí, pode ser dito que uma primeira parcela da população, mais numerosa, tem como pé básico o *troqueu moraico* (já que consideram como parte integrante do verso as átonas finais) - casos I, II, IIIa. Por outro lado, uma parcela menos numerosa da população, caso IIIb, possui como pé básico o *iambo*.

Ora, esta afirmação leva à hipótese de que deve estar havendo uma mudança linguística, em curso na época em que as cantigas foram compostas. Neste sentido, a inovação (pé iâmbico) está sendo introduzida por uma parcela minoritária da população (uma vez que o pé latino básico é o troqueu moraico); entretanto, esta mudança iniciada retrocede posteriormente (já que o pé básico do PB é, assim como o latino, trocaico-moraico).

Pode-se especular a respeito do início desta suposta mudança. Foneticamente, a atualização de uma sequência ...s w (forte/fraco), no fim de palavra, tanto pode corresponder a um pé trocaico como a um pé iâmbico seguido de um elemento extramétrico - ver (135). Como em PA a vogal de "marca de classe" nunca é acentuada, pode ter sido interpretada como extramétrica - o que leva à escolha do iambo como pé básico. Decorre, daí, uma reanálise, introduzida quando da aquisição da linguagem.

(135) troqueu:	iambo:
(x .)	(. x)
a mi go	a mi g<o>
w s w	w s w

No entanto, esta não é a única hipótese que pode ser formulada a partir da constatação da existência desses dois grupos opostos de cantigas no corpus. Há, também, uma segunda hipótese a ser formulada e, a partir dela, a teoria da população mista fica descartada.

3.2.2. Explorando a segunda hipótese: duas maneiras de trovar

Como foi dito anteriormente, o fato de o grupo de cantigas agrupadas sob o rótulo IIIb trovar de maneira diferente pode ser devida, não só a diferentes escolhas paramétricas quanto ao ritmo (quando a *lingua* é diferente), mas também apenas a uma nova maneira de se fazer poesia (a língua e as escolhas dos valores dos parâmetros, neste caso, são as mesmas para todos os trovadores). A partir daí, pode-se dizer que o pé básico de ambos os grupos de cantigas é o troqueu moraico, assim como são os mesmos, para os dois grupos, os valores dos demais parâmetros rítmicos. Neste caso, a diferença no modo de trovar dos dois grupos consiste em diferentes escolhas para o nível prosódico de segmentação, para delimitar o verso. O primeiro grupo (majoritário) elege o nível prosódico mais baixo, o do *pé*, e é por isto que as sílabas átonas de final de verso fazem parte da estrutura poética, porque todos os elementos (sílabas) do pé devem ser contados:

(136)	(x) (x .) (x) (x) (x) (x .)	→ nível de delimitação do verso (Σ)
	$\sigma \sigma \sigma \sigma \sigma \sigma \sigma$	→ nível de segmentação e contagem (σ)
	Hũ pa pa gay mui fre mo so	

O outro grupo, por outro lado, escolheu um nível acima em relação ao nível escolhido pelo grupo majoritário como lugar em que ocorre o estabelecimento dos limites

do verso: as sílabas poéticas só devem ser contadas até a última tônica, ou seja, até a última sílaba que tiver uma projeção (x) no nível superior ao dos pés (o da palavra fonológica - ω).

- (137) (x) (x) (x) (x) → nível de delimitação do verso (ω)
 (x) (x .) (x) (x) (x) (x .) → nível de segmentação e contagem (σ)
 σ σ σ σ σ σ σ
 Hũ pa pa gay mui fre mo so

O principal ponto de contato entre estas duas maneiras de trovar, que podem ser chamadas uma de conservadora e a outra de inovadora, consiste em considerar, de uma maneira ou de outra, o isossilabismo dos versos. O segundo grupo (e parte do primeiro, o que reforça a hipótese da população não-mista) dá uma maior atenção à quantidade e à posição dos acentos nos versos (ver exemplos em (129)).

Um outro argumento favorável à hipótese de que apenas a maneira de trovar desses dois grupos é diferente e não as escolhas paramétricas quanto ao ritmo consiste na constatação de que a maneira de versificar do grupo IIIb é a mesma usada posteriormente (Gil Vicente, Camões, etc. até os poetas de hoje em dia, que compõem versos metrificados), ao passo que o pé básico da língua não mudou - continua a ser, desde o latim até os dias de hoje, o troqueu moraico.

Há também outros argumentos contrários à hipótese da população mista e favoráveis à hipótese do troqueu moraico como pé básico único do PA, que envolvem a correlação entre as cantigas e seus autores.

A tabela 15 mostra um levantamento de todas as cantigas em que as sílabas átonas de final de verso são desprezadas (caso IIIb). Ao lado do número de cada cantiga, figura o nome do trovador que a compôs e a época em que provavelmente poetou.

Tabela 15. Relação das cantigas em que as sílabas átonas finais não fazem parte da estrutura rítmica do verso.

CANTIGA	TROVADOR	ÉPOCA ⁹²
21 (CBN 570) 25 (CBN 573) 41 (CBN 590) 51 (CBN 600)	D. Dinis	final do séc. XIII/início do séc. XIV
64 (CBN 630) 67 (CBN 632)	Fernan Rodriguez de Calheiros	1ª metade do século XIII
68 (CBN 633)	Vaasco Praga de Sandin	1ª metade do século XIII
80 (CBN 646)	Nuno Fernandez Torneol	meados do século XIII
83 (CBN 649)	Pero Garcia Burgalês	2ª metade do século XIII
110 (CBN 676)	D. Joan D'Avoin	final do séc. XIII/início do séc. XIV

⁹² Fontes consultadas: 1. Nunes (1973); 2. Spina (1991); 3. Magne (1944); 4. Michaelis de Vasconcelos (1912-13); 5. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Ltda. s/d; 6. *Cancioneiro da Ajuda*. Lisboa: Sá da Costa. 1945 - Prefácio e notas do Prof. Marques Braga; 7. *Enciclopédia BARSÁ*. Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopædia Britannica Editores Ltda. 1979.

111 (CBN 678) 116 (CBN 683)	D. João Soares Coelho	meados do século XIII
137 (CBN 705)	D. Fernan Fernandez Cogominho	1ª metade do século XIII
138 (CBN 706)	Gonçalo Eanes do Vinhal	2ª metade do século XIII
181 (CBN 746) 191 (CBN 776)	Joan de Guilhade	1ª metade do século XIII
217 (CBN 805)	Fernan Frojaz	2ª metade do século XIII
222 (CBN 839)	Pai Gomez Charinho	2ª metade do século XIII
231 (CBN 824)	Vaasco Perez Pardal	2ª metade do século XIII
232 (CBN 825)	Afonso Eanes do Coton	1ª metade do século XIII
238 (CBN 831)	Pero da Ponte	1ª metade do século XIII
259 (CBN 881)	Airas Nunes	2ª metade do século XIII
260 (CBN 918)	Pero Gonçalvez de Porto Carreiro	meados do século XIII
265 (CBN 926) 269 (CBN 930)	Roy Fernandez. clérigo	meados do século XIII
280 (CBN 967)	Joan Airas. burgalês de Santiago	2ª metade do século XIII
330 (CBN 1098) 331 (CBN 1208) 332 (CBN 1209) 336 (CBN 1214) 340 (CBN 1218)	Pedr'Amigo de Sevilha	2ª metade do século XIII
347 (CBN 1120)	Pero de Berdia	?
351 (CBN 1129) 355 (CBN 1134)	Pero de Veer	?
364 (CBN 1142) 365 (CBN 1143) 368 (CBN 1146bis) 375 (CBN 1152) 376 (CBN 1143bis)	João Servando	?
380 (CBN 1148)	Joan Zorro	final do sec. XIII/início do séc. XIV
395 (CBN 1166) 396 (CBN 1167) 404 (CBN 1175)	Juião Bolseiro	meados do século XIII
438 (CBN 1225)	João Baveca	2ª metade do século XIII
448 (CBN 1235)	Pero D'Ambroa	meados do século XIII
455 (CBN 1242)	Martin de Padrozeios	1ª metade do século XIII
480 (CBN 1267)	Joan de Cangas	?
485 (CBN 1272)	Martin de Ginzo	2ª metade do século XIII

Como o período do corpus cobre mais ou menos 150 anos, é de se supor que, se uma mudança linguística estiver em curso, deve haver uma flutuação no percentual de ocorrência das formas inovadoras com o passar do tempo: ele deve aumentar - principalmente quando se sabe que ela realmente foi implementada (hoje faz-se poesia como os trovadores deste grupo minoritário). Porém, como se pode ver através da tabela 16, isto não acontece. Pelo contrário, o período mais avançado no tempo (fim do século XIII/início do século XIV) é o que tem a menor concentração de cantigas deste tipo.

Tabela 16. Distribuição no tempo dos trovadores que não consideram as átonas finais como participantes da estrutura rítmica do verso.

ÉPOCA	TROVADORES
1ª metade do século XIII	7 (23.34%)
meados do século XIII	6 (20%)
2ª metade do século XIII	10 (33.33%)
fim do séc. XIII/início do séc. XIV	3 (10%)
?	4 (13.33%)
TOTAL	30 (100%)

Sendo assim, é este mais um argumento desfavorável à hipótese da população mista, uma vez que, iniciada uma reanálise, se ela se implantar realmente, a ocorrência das formas inovadoras deve ir crescendo gradualmente até que não existam mais ocorrências da forma anterior.

Mas o principal e definitivo argumento contra a hipótese da população mista é o fato de a maioria desses trovadores, que não contavam as átonas de final de verso em suas composições, também compor versos à outra maneira, ou seja, considerando-as como parte integrante do verso. É o que mostram as tabelas 17 e 18.

Tabela 17. Procedimentos versificatórios dos trovadores autores das cantigas do caso IIIb (1).

TROVADOR	nunca considera as átonas finais	considera as átonas finais em algumas cantigas e em outras, desconsidera-as
D. Dinis		x
Fernan Rodriguez de Calheiros	x	
Vasco Praga de Sandin		x
Nuno Fernandez Torneol	x	
Pero Garcia Burgalês	x	
D. Joan D'Avoin		x
D. João Soares Coelho	x	
D. Fernan Fernandez Cogominho		x
Gonçalo Eanes do Vinhal		x
Joan de Guilhade		x
Fernan Frojaz		x
Pai Gomez Charinho		x
Vasco Perez Pardal		x
Afonso Eanes do Coton	x	
Pero da Ponte		x
Airas Nunes	x	
Pero Gonçalvez de Porto Carreiro	x	
Roy Fernandez, clérigo		x

Joan Airas, burgalês de Santiago		X
Pedr'Amigo de Sevilha	X	
Pero de Berdia		X
Pero de Veer		X
João Servando		X
Joan Zorro		X
Juião Bolseiro		X
João Baveca		X
Pero D'Ambroa		X
Martin de Padrozelos		X
Joan de Cangas		X
Martin de Ginzo		X

Tabela 18. Procedimentos versificatórios dos trovadores autores das cantigas do caso IIIb (2).

Trovadores que utilizam apenas a estratégia de desconsiderar as sílabas átonas de final de verso	8 (26.67%)
Trovadores que utilizam as duas estratégias (considerar e desconsiderar as átonas de final de verso)	22 (73.33%)
TOTAL	30 (100%)

Ora, não é possível que um mesmo falante da língua possa ter dois valores diferentes relativos ao mesmo parâmetro. É impossível "ligar" um valor paramétrico e "desligar" outro, de acordo com a situação. Sendo assim, a única conclusão possível é que a população dos falantes de PA possui como único pé básico o *troqueu moraicu* e que há duas maneiras co-ocorrentes de se utilizar esta língua para compor versos, talvez causadas, como afirma Michaelis de Vasconcelos, pela convivência de trovadores com um grau maior de influência dos modelos provençais com outros que sofrem uma influência menor destes modelos, de trovadores munidos de um espírito "elitizador" da poesia com outros mais "popularizantes", ou por outros fatores históricos e culturais, que não cabe ao presente trabalho determinar.

3.3. Acentuação em Português Arcaico: uma proposta de análise

Como já foi visto anteriormente, pode-se considerar o troqueu moraico como o pé básico do PA, sendo que a construção dos pés deve se dar da direita para a esquerda. Concomitantemente a esta constatação, quatro valores paramétricos são obtidos:

1. Quantidade de sílabas por pé: binário;
2. Dominância: esquerda;
3. Sensibilidade à quantidade silábica: sim;
4. Direcionalidade: da direita para a esquerda.

Porém, para se chegar ao valor dos demais parâmetros, deve-se estudar mais detidamente as palavras do PA e sua estrutura métrica. Para tal, recorreu-se a um método análogo ao de Halle & Keyser (1971), que estudaram a evolução da acentuação do inglês através de textos poéticos, correspondentes a três momentos da língua: *Old English*, *Late Middle English* e *Early Modern English*. Como já foi visto anteriormente (Capítulo 1 - 1.2) apenas para a última fase da sua análise, dispunham de dicionários de rimas e observações de tratadistas sobre a posição do acento nas palavras da época; para as outras duas fases, tiveram que procurar, nos limites dos próprios versos, dispositivos que indicassem qual (ou quais) palavra(s) possuía(m) o(s) acento(s) principal(is) do verso.⁹³ Em relação aos poemas da primeira fase (*Old English*), as palavras foram focalizadas de acordo com a seguinte estratégia - Halle & Keyser (1971: 87):

"... poets of the time adhered to the following metrical convention: each line of the poetry had to contain at least two alliterating 'staves', that is, at least two words in which the syllable bearing primary stress begins with the same consonant or with zero consonants. Thus, this type of verse affords evidence for the location of primary stress in a word when the word in question is attested in staff position."

Já para o segundo período, Halle & Keyser escolheram os poemas de Chaucer, cuja estrutura ("*iambic pentameter*") fornece evidências da localização dos acentos nos versos (e, conseqüentemente, no interior das palavras).

Assim como em Halle & Keyser (1971), faz-se necessário adotar uma estratégia, a partir da própria estrutura dos versos, que aponte qual palavra recebe o acento principal. Em muitos dos versos, apenas a última palavra (ou a sílaba proeminente da última palavra) recebe o acento, isto é, constitui o único acento do verso. Em outros, várias palavras recebem acento. No entanto, o último acento do verso é sempre mais forte do que os outros. Isto tudo pode ser observado a partir dos exemplos em (138).⁹⁴

⁹³ O acento secundário do verso, neste caso, não serve, pois, como ainda acontece hoje em dia, pode ser resultado de uma operação de "Mova x".

⁹⁴ O algarismo entre parênteses indica a quantidade de sílabas no verso e o(s) algarismo(s) que o segue(m) indica(m) a posição do(s) acento(s).

(138) Cantiga 495 (CBN 1282):⁹⁵

Quantas sabedes amar amigo	(9)	4 - 9
treydes comig'a lo mar de Vigo:	(9)	4 - 9
E Banhar-nos-emos nas ondas !	(8)	5 - 8

Cantiga 16 (CBN 565):⁹⁶

Bon dia vi amigo.	(6)	4 - 6
pois seu mandad'ei migo.	(6)	4 - 6
louçana.	(2)	2

Portanto, a estratégia aqui adotada consiste em focalizar as palavras que aparecem no fim de cada verso, pois são, com certeza, portadoras do acento principal do verso (ou, em outras palavras, de uma proeminência nos níveis superiores ao do pé). De posse da informação de que estas palavras são portadoras do acento principal, basta olhar para a estrutura métrica do poema, pois ela fornece, através da observação da quantidade de sílabas poéticas por verso e da estratégia de versificação do trovador (contar ou não as átonas finais), a posição da tônica.

Desta maneira, todas as palavras encontradas nesta posição privilegiada para análise (final de verso) foram listadas⁹⁷ e divididas em duas categorias: nomes e outros itens lexicais de estrutura similar (não-verbos), por um lado, e verbos, por outro - para que o resultado da análise destes dados possa ser comparado com os valores dos parâmetros do PB, em que a extrametricidade atua diferentemente em não-verbos e verbos. Cada uma dessas palavras foi também classificada quanto à sua pauta acentual: monossilábicas, oxítonas e paroxítonas. A distribuição dessas categorias no universo de todas as palavras do corpus é mostrada na tabela 19.

Tabela 19. Palavras em posição final de verso.

PAUTA ACENTUAL	NOMES	VERBOS	SUBTOTAL
monossílabos	51 (3.97%)	41 (3.19%)	92 (7.16%)
oxítonos	92 (7.17%)	372 (28.97%)	464 (36.14%)
paroxítonos	300 (23.36%)	428 (33.34%)	728 (56.7%)
SUBTOTAL	443 (34.5%)	841 (65.5%)	1284 (100%)

A partir desta tabela, pode-se constatar que a grande maioria das palavras do corpus é paroxítona - o que vem a confirmar a hipótese do troqueu moraico como pé básico único do PA, já que a pauta paroxítona é o padrão trocaico canônico. Além disso, verifica-se que predominam os verbos (são maioria, em relação a todas as outras classes de palavra).

⁹⁵ Na versão de Cunha (1956: 67).

⁹⁶ Na versão de Pimpão (1942: 62).

⁹⁷ As palavras que não puderam ser decifradas foram desconsideradas.

Já havia sido dito anteriormente que o PA é sensível à quantidade silábica na construção dos pés. Em outros termos, o que isto quer dizer é que qualquer sílaba longa (ou pesada) posicionada na penúltima ou última posição silábica da palavra atrai o acento principal. É o que pode ser visto nos exemplos abaixo:

- (139) a. sagrádo vs. sagraçón
 U U U U U —
- b. uírgo vs. uírgéu
 — U — —

O exemplo (139b) mostra também que, quando as duas últimas sílabas da palavra são longas, é a última que recebe o acento. Além disso, os exemplos em (139) provam que, em relação à escolha do valor do parâmetro que rege que sílabas são consideradas leves ou pesadas, o PA escolheu contar os elementos da rima como um todo e não só do núcleo - como demonstrado em (140).

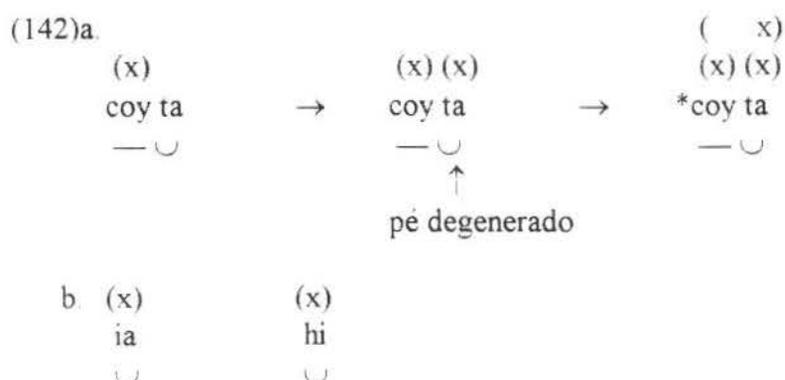
- (140)
- | | | | |
|-----------------|--|---------------|-----|
| σ | | σ | σ |
| ^ | | ^ | ^ |
| O R | | O R | O R |
| ^ | | ^ | |
| N C | | N C | N |
| | | | ^ |
| μ μ | | μ μ | μ μ |
| | | | |
| ç o n | | u i r g e u | |
| <u>sagraçón</u> | | <u>uírgéu</u> | |

Como mostra a tabela 19, o corpus é constituído apenas de monossílabos, oxítonos e paroxítonos. Este fato vem a confirmar a afirmação de Nunes (1973) de que não existem proparoxítonos no conjunto de cantigas de amigo galego-portuguesas e equivale a dizer que existe uma janela de duas sílabas para o acento em PA: a última ou a penúltima. Tal constatação comprova que os pés são construídos não-iterativamente e que a Regra Final (RF), em PA, se aplica à direita:

- (141) (x) (x) RF
 (x .) (x)
 na mo ra da a mor
 U U U U U —

Em relação à ocorrência de pés degenerados, pode-se constatar, no PA, o mesmo comportamento do PB atual: pós-tonicamente, isto é, na posição à direita do primeiro pé canônico construído, a sua ocorrência é expressamente proibida, caso contrário seria anulada a força da quantidade silábica na localização do acento, alterando, deste modo, a

localização das proeminências, ou seja, a estrutura acentual do vocábulo - (142a); entretanto, quando nenhum pé canônico puder ser construído (monossílabos leves), sua ocorrência é facultada - (142b). Trata-se, portanto, de uma *proibição fraca* em relação à ocorrência de pés degenerados.



Como mostra a tabela 20, os paroxítonos terminados em V (vogal aberta), seguida ou não do morfema de número plural (-s), são o tipo canônico dos não-verbos em PA.

Tabela 20. Nomes e outros itens lexicais de estrutura similar: pauta acentual.

Terminação	MONOSSÍLABOS	OXITONOS	PAROXITONOS	SUBTOTAL
-V(S)	10 (2.26%)	6 (1.35%)	274 (61.85%)	290 (65.46%)
-VR	3 (0.68%)	42 (9.48%)	-----	45 (10.16%)
-VS	9 (2.03%)	5 (1.13%)	-----	14 (3.16%)
-VL	8 (1.8%)	12 (2.72%)	-----	20 (4.52%)
-v/-VN	12 (2.71%)	25 (5.64%)	-----	37 (8.35%)
ditongo decrescente	8 (1.81%)	2 (0.45%)	-----	10 (2.26%)
ditongo decrescente + S (-VVS)	1 (0.22%)	-----	-----	1 (0.22%)
ditongo crescente	-----	-----	14 (3.16%)	14 (3.16%)
-v (hiato)	-----	-----	4 (0.9%)	4 (0.9%)
-VV (hiato: vogais iguais)	-----	-----	2 (0.45%)	2 (0.45%)
-E (epentético) + S _{pl.} (plural de formas oxítonas)	-----	-----	5 (1.13%)	5 (1.13%)
-E paragógico	-----	-----	1 (0.23%)	1 (0.23%)
SUBTOTAL	51 (11.51%)	92 (20.77%)	300 (67.72%)	443 (100%)

Em (143), são apresentados alguns exemplos de paroxítonas terminadas em -V(S), padrão canônico do PA. Note-se que, nestas palavras, -V é sempre marca de classe (morfema de gênero) e não faz parte do radical.⁹⁸

⁹⁸ Os exemplos são sempre apresentados na ortografia original do CBN. Quando há mais de uma forma de escrita para uma mesma palavra, todas as variações ortográficas são apresentadas (e, no caso de palavras com muitas formas ortográficas, são apresentadas as mais recorrentes).

(143)	○○○	—○	○○○	—○○
	nada	coyta	talhada/talhado	coytada/coytado
	mano	quando/quãdo	amigo	lontano
	uida	doyta	fremoso/fremosa	uerdade
	migo	morte	agora	mandado/mãdado
	grado	forte	senhora	castigo
	pino	alua	guarida/guarido	louçana
	ramo	ponto	comigo	delgado
	sano	tãto	amado	culpada
	hira	cousa	uelida	enueia
	sanha/ſanha	algo	camisa	cõssigo
	brauo	triſte	caualo	uẽtura
	madre	preyto	calada	engano
	uila	uosco	ſanhuda	eſtrado
	casa	parte	catiuo	cordura
	lume	morto	deseio	mẽtira
	uosso/uossa	torto	sobeio	caſtela
	leda/ledo	ſempre	mesura	ermida
	oie	cinta	uegada/vegada	
	cedo	louca	guylhade/guilhade	
	medo	touca	pecado	
	ſigo/ſigo	barco	locura	
	dano	uirgo	saude	
	voda	monte	nemiga	
	fera	gente	sagrado	
	tudo	pouco		
	ora	alto		
	logo	longe		
	bela	guarda		
	padre	noſco		
	○○○○	—○○	○—○○	—○○○
	namorado	desmẽtido	alongado	dereyto
	namorada	sospeytada	alongada	fazenda
	saboroso	cõpostela	lealdade	tolheyto
	caridade		aleyuosa	proueyto
	mesurada			deserto
	soydade			
	fremosura			
	puridade			

— — ◡	◡ ◡ — ◡	— ◡ — ◡	— — — ◡
espanto	caualeyro	eſcudeyro	entendente
marteyro		maldizēte	
enfinta			
deſpeyto			

Com base nas escolhas paramétricas explicitadas anteriormente, a estrutura métrica dessas palavras corresponde a:

(144)	(x)	(x)	(x)
(x)	(x)	(x)	(x)
lu me	for te	coy ta do	so y da de
◡ ◡	— ◡	— ◡ ◡	◡ ◡ ◡ ◡
(x)	(x)	(x)	(x)
(x)	(x)	(x)	(x)
cõ pos te la	a lon ga do	de rey to	pas to re la
— — ◡ ◡	◡ — ◡ ◡	◡ — ◡	— ◡ ◡ ◡
(x)	(x)	(x)	(x)
(x)	(x)	(x)	(x)
en fin ta	ca ua ley ro	eſ cu dey ro	en ten den te
— — ◡	◡ ◡ — ◡	— ◡ — ◡	— — — ◡

Também se encaixam no padrão canônico do PA, sem problemas, as oxítonas cuja última sílaba possui duas posições preenchidas na rima. Como mostra a tabela 20, fazem parte deste paradigma as oxítonas terminadas em -VR, -VS, -VL, -v/-VN e ditongo crescente.

Em (145), são listados exemplos de oxítonas terminadas em -VR, cuja estrutura métrica encontra-se em (146):

(145)	◡ —	— —	◡ ◡ —
amor		pastor	desamor/deſamor
pesar/peſar		cantar/cātar	parecer
iguar		osmar	traedor
prazer		mester/meſter	sabedor/ſabedor
melhor		cuydar	derredor
senhor/ſenhor		altar	trobador
poder		baylar	sofredor
sabor/ſabor		maior/mayor	remador
peor		peyor	pecador
color			semelhar
logar			mêtidor

	U U U — rrocamador	— U — saluador	— — U — entendedor	
(146)	(x) (x) pra zer U —	(x) (x) pas tor — —	(x) (x) tro ba dor U U —	(x) (x) sal ua dor — U —
	(x) (x) en ten de dor — — U —	(x) (x) rro ca ma dor U U U —		

Há ainda um caso de palavra que varia quanto à quantidade da primeira sílaba (longa, para alguns trovadores, e breve, para outros), mas não quanto à estrutura métrica - *peyor* vs. *peor*:

(147)	(x) (x) pey or — —	(x) (x) pe or U —
-------	---------------------------------	--------------------------------

Em (148), são listados exemplos de oxítonas terminadas em -VL, cuja estrutura métrica encontra-se em (149):

(148)	— U — mentyral desleal portugal	— U U — descomunal	— — mortal	
	U U U — auelanal	U — atal leal brial	U U — bonaual soueral	
(149)	(x) (x) por tu gal — U —	(x) (x) mor tal — —	(x) (x) a tal U —	(x) (x) bo na ual U U —
	(x) (x) des co mu nal — U U —	(x) (x) a ue la nal U U U —		

Em (150), são listados exemplos de oxítonas terminadas em -v̄/-VN, cuja estrutura métrica encontra-se em (151):

(150)	— —	○ —	○ ○ —
	enton/ẽton/entõ	uarõ	coraçõ/coraçon
	pdõ/pdon	sazõ/sazon/şazon/şazõ	trayçõ
	deʃden	razõ/razon/rrazõ/rrazon	oraçõ/oraçon
	alguẽ/alguen	şimon/şimhõ	sagraçon/sagraçon
	mouron	senõ	pediçõ
		afam	Treçon
		daquen/daquẽ	
		prişon/prison	
	○ — —	— ○ —	
	beençon	outroʃşỹ	
	defensõ		

(151)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
	en ton	ra zõ	co ra çon	be en çon	ou tro ʃşỹ
	— —	○ —	○ ○ —	○ — —	— ○ —

Comparem-se, agora, os seguintes casos:

(152)a. assaz/asʃaz	b. amigas	camisas
solaz	coitadas	delgadas
frances	namoradas	brauos
juyz	loucanas	ledas
paris	uelidas/velidas	manhanas
	louuadas	outras
	granadas	frolidas
	irmanas	auelanas
	belas	fiuelas
	eruas	ceruas

Note-se que ambas as colunas de (152) possuem palavras terminadas em fricativas (travando a última sílaba). Porém, enquanto nas palavras da primeira coluna esta fricativa faz parte do radical, em (152b) corresponde à desinência de número (plural), que, como se vê, não transforma a sílaba à qual se liga em pesada e, portanto, não faz com que esta atraia o acento. Para que isto seja possível, é necessário que a desinência de número seja ligada à palavra, no nível lexical, em um momento posterior à atribuição do acento - como exemplificado em (153):

(153)	[amig] [a] [s]	forma de base
	amiga	afixação
	(x)	construção dos pés
	(x)	RF
	+s	pluralização

Portanto, a estrutura métrica das palavras em (152b) corresponde ao padrão das paroxítonas (canônicas), enquanto que as palavras em (152a) seguem o padrão das outras palavras do léxico terminadas em sílaba travada.

Serão analisados, agora, os diversos casos de palavras terminadas em uma sequência de duas vogais. Tal sequência pode constituir as seguintes estruturas: hiato de vogais iguais, hiato de vogais diferentes, ditongo crescente e ditongo decrescente.

De acordo com Michaélis de Vasconcelos (1912-13) e Nunes (1973), uma sequência de duas vogais iguais constitui sempre um hiato, como nos exemplos em (154), resultando em padrão acentual paroxítono - (155):

(154) doo
 ∫oo

(155) (x .)
 do o
 ∪ ∪

Já a sequência de duas vogais diferentes pode constituir tanto um ditongo como um hiato.

Quando as duas vogais formam um ditongo decrescente, como nos exemplos em (156), a sílaba constituída é pesada (porque tem duas posições preenchidas no núcleo - e, conseqüentemente, na rima -, já na forma de base da palavra) e atrai o acento - exemplo (157):

(156) uirgeu
 sandeu

(157) (x)
 (x)
 san deu
 — —

Por sua vez, a mesma sequência de vogais (por exemplo, IO, IA) pode tanto constituir um hiato como um ditongo crescente. É a estrutura poética do verso (contagem das sílabas) que fornece pistas para diferenciar os dois casos. Em (158a), encontram-se listadas palavras terminadas em hiato, enquanto que em (158b), listam-se as terminadas em ditongo crescente:

(158)a. Maria	sabedoria	b. marauilya
baylia	maestria	Cecilia
todauya/todauia	bogia	augua
vya/uya/uiia	nauyo	
fria	ʃandia	
dia	romaria	
perfia/pfia	garcia	

Os exemplos em (158a) não apresentam problemas quanto à estrutura métrica: ela corresponde à estrutura canônica dos paroxítonos. Já em relação aos exemplos em (158b), é necessário estabelecer se se trata intrinsecamente, já na forma de base, de um ditongo crescente, ou se, como acontece no PB atualmente, o ditongo é resultado de uma operação que transforma um hiato em ditongo crescente quando nenhuma das duas vogais é acentuada (neste caso, as palavras em questão seriam proparoxítonas e não paroxítonas). Entretanto, ao contrário do que ocorre hoje em dia no PB, não há variação entre as formas com ditongo e com hiato - apenas a forma ditongada aparece no corpus, o que faz com que se deva considerar este ditongo como constituído já no léxico, no momento da silabação. Todavia, como a sílaba em questão não é pesada (não atrai o acento), deve-se considerar que esta semivogal ocupa uma posição no "onset" - e não no núcleo - da sílaba. Deste modo, a última sílaba de todas as palavras em (158b) apresenta a seguinte planilha silábica ("template"):

(159)	σ	
	^	
	O R	
	^	
	l y a	marauilya

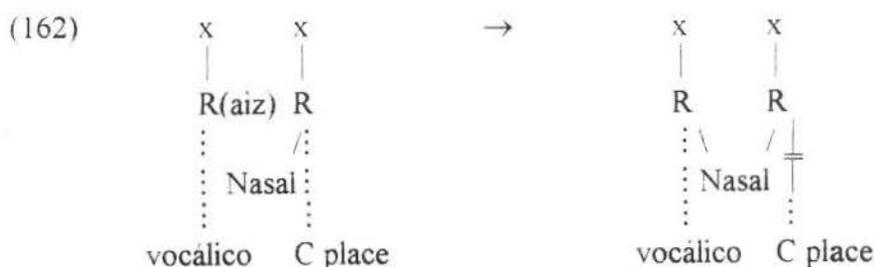
Daí decorre que a estrutura métrica dessas palavras também corresponde à estrutura canônica das paroxítonas - conforme exemplos abaixo:

(160)	(x)	(x)	(x)
	(x)	(x .)	(x .)
	au gua	ma ra ui lya	Ce ci lia
	— ∪	∪ ∪ ∪ ∪	∪ ∪ ∪

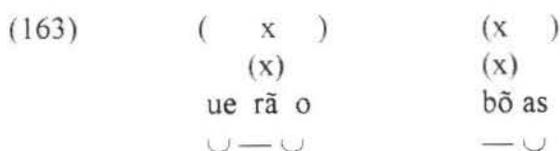
Também ocorrem, em final de palavra, seqüências de vogal nasal-vogal oral (ñv) - exemplos em (161):

(161)	uerão	dōas
	uão	bōas

Neste caso, a seqüência só pode constituir um hiato, uma vez que a vogal nasal ocupa, na verdade, duas posições no "tier" prosódico, porque é o resultado do processo de assimilação de uma vogal oral com uma consoante nasal, descrito em (162).



Desta forma, a estrutura métrica dessas palavras corresponde a:



O principal problema para a presente proposta de análise, em relação aos não-verbos, consiste em explicar (e descrever) o padrão métrico das seguintes palavras:

- (164)
- assy/asʃi/aʃʃy/aʃʃi/asʃy
 - aqui/aquj/aq̃/aq̃
 - daqui/daquy/daquj/daq̃
 - aly
 - ala
 - aca

Como a última sílaba destas palavras atrai o acento, é automática a conclusão de que ela é pesada (possui duas posições preenchidas na rima). O problema consiste em buscar uma explicação para este fenômeno. A explicação usada por Bisol (1992a,b) para o padrão acentual das oxítonas terminadas em vogal do PB atual (postular uma consoante abstrata, que emerge nas derivações) não serve, porque as palavras em questão não são nomes e não dão origem a um paradigma derivacional em que possa ser buscada tal consoante.

Observe-se, entretanto, que existem, no PA, formas monossilábicas que co-ocorrem (isto é, estão em variação) com a maioria das palavras da lista acima:

- (165)
- | | | |
|-----|---|------|
| qui | ~ | aqui |
| la | ~ | ala |
| ca | ~ | aca |

As duas únicas palavras da lista que não possuem um correspondente monossilábico presente no corpus são *assy* e *aly*. No entanto, ocorrem os monossílabos *ʃy* (advérbio), *ʃy* (conjunção) e *ʃy* (pronomes). Não existe, no corpus, um monossílabo *ly*.

Mesmo assim, a explicação mais provável para o padrão acentual das palavras em (164) consiste em considerá-las compostas da preposição *a* com as formas monossilábicas

dos advérbios. Tal explicação faz com que a estrutura métrica das palavras em questão corresponda a (166), abaixo, uma vez que a regra de acentuação dos compostos em PA é idêntica à do PB - Regra Final à Direita (o componente mais à direita recebe o acento principal).

(166) (x) Regra de acento dos compostos
 (x) (x)
 a # qui

No entanto, não se pode saber ao certo, através da ortografia do CBN, nem se estas palavras constituem realmente palavras (compostas, no caso). Pode ocorrer até mesmo que elas constituam duas palavras (uma locução adverbial), uma vez que é muito comum (como já foi mostrado no item 1.3 do Capítulo 1), no CBN, duas ou mais palavras estarem escritas sem espaços delimitando-as. Das palavras em questão, apenas *aqui* também aparece escrita separadamente: *a quy, a quj*.

Para dar conta dos nomes constituídos de mais de uma sílaba, resta examinar a ocorrência de dois -Es: os chamados E epentético e E paragógico.

O E epentético ocorre, em final de palavra, principalmente quando da formação do plural de palavras oxítonas terminadas em -R - exemplos em (167):

(167) amores
 flores/frores
 pastores
 jogadores

Nestes casos, a introdução da desinência de plural às oxítonas terminadas em -R forma, em um primeiro momento, uma sílaba não-aceitável em PA (com a sequência -RS na coda). Para solucionar este problema, uma ressilabação faz-se necessária, além da introdução de uma vogal epentética.

(168) amor → *amórs → amóres

Repare-se, porém, que a localização do acento não se altera, porque a pluralização e a epêntese daí decorrente são processos posteriores à atribuição do acento. Feitas estas observações, parece claro postular que a sílaba constituída a partir do processo de formação de plural seja adjungida somente em um momento posterior à estrutura métrica (já pronta) da forma do singular.

(169) [amor] [s] forma de base
 amor
 (x) construção dos pés
 (x) RF
 s formação do plural
 e epêntese/ressilabação
 (x)

Da mesma forma que a epêntese, o -E paragógico não pertence à forma de base das palavras oxítonas, mas é acrescentado a elas posteriormente, depois até da atribuição do acento, por um processo de afixação. Para Cunha (1982: 268), a origem da paragoge

"... só pode estar na tendência à final trocaica, tão sensível nesses idiomas [castelhano, leonês, português e galego]"

Assim, este processo de paragoge vai ao encontro do que se espera na teoria métrica (cf. Hayes, 1991): processos fonológicos transformando estruturas não-padrão em canônicas e nunca vice-versa.

No corpus, a paragoge só se verifica em duas cantigas, 384 (CBN 1153) e 426 (CBN 1199) - figuras 14 e 15 -, e sua aplicação não se restringe aos nomes:

(170) portugale [384]	vs.	portugal [317]
laurare [384]	vs.	lauř [383]
metere [384]	vs.	meter [383]
auere [426] ⁹⁹	vs.	auer [15]

Para Cunha (1982: 270-271), toda cantiga paralelística em versos agudos está sujeita ao processo de paragoge.¹⁰⁰ Naro (1973: 156) compartilha da opinião de Cunha (1982).

É muito precipitado fazer uma afirmação tão abrangente. Em primeiro lugar, porque a vogal epentética, ocorrendo em todos os casos, desfaria a equivalência verso agudo com uma sílaba a mais e verso grave com uma sílaba a menos - largamente cultivada por grande parte dos trovadores (como foi visto anteriormente). Em segundo lugar, o presente trabalho não pode fazer qualquer afirmação deste tipo baseada em apenas um dado (uma vez que existe, a respeito da outra ocorrência de paragoge, a suspeita de se tratar de um erro de cópia). Portanto, as vogais paragógicas só são aqui consideradas nos casos em que devidamente assinaladas no *Cancioneiro*.

Assim, a estrutura métrica das palavras em (170) corresponde a:

(171) [portugal]	[meter]	forma de base
portugal	meter	
(x)	(x)	construção dos pés
(x)	(x)	RF
e	e	paragoge
(x)	(x)	

Além de todos estes tipos de nomes e itens lexicais de estrutura similar, o PA possui nomes monossilábicos, que podem ser constituídos de sílabas pesadas ou leves. Em (172), são listados exemplos de monossílabos pesados:

⁹⁹ Este caso pode se tratar apenas de um erro de cópia, já que os demais infinitivos em final de verso que aparecem nesta cantiga não apresentam o -E paragógico.

¹⁰⁰ Ver citação no item 2.4 do Capítulo 1.

1153 *João Zorro*

El Rey de portugale
 Bargas mandou laurare
 Ela ram nas barys migo
 Esta filha e noss amigo

El Rey portugale
 Barys mandou sa fazz
 Ela ra nas barguas migo

Barys mandou laurare
 E no mar as deytare
 Ela ram

Barys mandou sa fazz
 E no mar as metere
 Ela ram :-

115

Figura 14.
 Cantiga 384, de Joan Zorro, CBN 1153 (p. 529 - 1ª coluna).

1199
Aelles qual pyra gloria trager
 Irmaa seo en podesse gnisar
 Que s' fezessa meu amigo praz
 E no fezessa mha madre pesar
 E semi ds esto guisar be sey
 Demi q' loquen' mihi leda serrey

Eatal pyro mera mihi mester
 Semi de q' aguisar do auere
 Quado meu amigo q' ser
 E q' mho niade mha madre faz
 E semi ds' gnisar

Essenha mi g'sar mo senhor
 Ag'ste pyro sera meu gra be
 (ameu faça a meca amigamor)
 E me rogou mha madre ante pen
 E semi ds' esto gnisar be sey
 Demi . . .

Figura 15.
 Cantiga 426, de Martin de Caldas, CBN 1199 (p. 544 - 2ª coluna).

(172)	seu	mar	prol	nen	sol
	en	ben/bēm/bem/bē	m̃j/min/mĩ	mal	al
	Rey/rey	ren/rem/rren/rrem/r̃rē/rē	meu	non/nō	tal
	par	sē/ſē/ſen/ſem/ssē	prez	quē	ay
	uez	prā/pram	greu	frol	eu
	lez	tres	nos	cos	luz
	ſon	ſal	cā/can	uos	fin
	sar	m̃jll	cruz		

Não há qualquer problema para a descrição em relação à estrutura métrica das palavras acima, uma vez que a sílaba que as constitui, sozinha, já forma um pé - como se pode ver em (173):

(173)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
	Rey	ben	uez	mal	mar
	—	—	—	—	—

Já em relação às palavras em (174), monossílabos leves, o fato de aparecerem em posição final de verso (posição que carrega o acento principal do verso), comprova que o PA permite que um pé degenerado seja construído sobre palavras cuja estrutura (somente uma sílaba leve) é menor do que o mínimo exigido para se erguer um pé canônico (duas sílabas leves ou uma pesada). A partir daí, considera-se que a estrutura métrica dessas palavras corresponde a (175).

(174)	fe	ia	la
	mi/mj/my	i/hi/hy/y/j	q̃ (= "que")
	qui	ſſy/ssy/ſy (conjunção)	ſy/sy/ſſy/ssy (pronome)

(175)	(x)	(x)	(x)
	fe	mj	la
	⌣	⌣	⌣

E isto ocorre não somente em relação a nomes e clíticos (conjunção e pronome oblíquo, listados acima), mas também em relação a artigos. Veja-se o exemplo (176), em que o artigo o recebe o acento principal do verso (figura 16). Para que isso seja possível, é necessário que, antes, seja construído sobre esta sílaba um pé degenerado.

(176) Cantiga 345 (CBN 1119):
Na versão de Nunes (1973, vol. II: 319):

Se m'el desejasse tanto
como dizia, logo ant'o
tempo que disse verria.
mais sei que non me queria
tam gram ben como dizia.

S

 Dero de Berdia
 Ay fuisse pigmentada
 Qñdomi be no guesada

urastambo meu amigo
 Qñdel falava comigo
 Qmca lbur viueria
 Se mi & nõ mi gria
 Já grã be como dizia

F

 Soy hu dia
 A sanca mta emær
 humd urou q mueria
 P mi mays non mi gria
 Já grã be como dizia

S

 emel desciasse tanto
 como dizia logo
 Tempo q disse viria
 Mays sey gme nõ gria
 Já grã be como dizia

P

 odet tãdar gñco q ser
 Mays p urar gñdo uer
 Jaudheu nõ creeria
 Ca sey gmi nõ gria
 Já grã be

Figura 16.

Cantiga 345, de Pero de Berdia, CBN 1119 (p. 515 - 1ª e 2ª colunas).

Na versão do CBN:

Se mel deseiasse tanto
Como dizia logo anto
Tempo q̄ disse viria
Mays sey q̄ me nõ q̄ria
Tã grã bẽ como dizia

O mesmo vale para os verbos monossilábicos - longos, em (177), e breves, em (178):

(177)	hyr/hir/ir/yr	ey/ei	uou/vou	der
	sey/sei/ssey/ſsey/ſey/ſsei	ten/tem/tẽ	for	faz
	vyr/uyr/uir/vir/vjr (verbo VEER)	pon	dar	fez
	uir/vir/uyr (verbo VIIR)	dei/dey	deu	praz
	quer/q̄r/q̄r/q̄r	ſal/sal	fiz	diz
	sõ/ſon/son/ſõ	uay	vyu	pes
	quix/q̄z/q̄x	dã/dam	fal	den
	prix	uã	ual	vin
	iaz	fui		
(178)	vi/ui/uy/uj/vy	e/he	de	da
	a/ha			

Antes de passar à análise do acento nas formas verbais do PA, vale a pena dispender algum tempo na análise de um caso - isolado, mas extremamente interessante.

Na fiinda da cantiga 340 (CBN 1218), aparece a palavra "perigoos" (*prigoos*), considerada proparoxitona, por Michaelis de Vasconcelos - figura 17.

(179) Sacademe madre destes prigoos
Ca nõ auedes deq̄ u^o temer

Filha bẽ sey eu uoss^o corações
Ca nõ q̄ren grã p̄sar atẽder

No entanto, nem Nunes (1973, vol. II, 314-315), nem Spina (1991: 337) - as duas versões desta cantiga consultadas - interpretam esta palavra como "perigoos". Interpretam-na ambos como "prijões", rimando com "corações".

(180) Sacade-me. madre. d'estas prijões.
ca non auedes de que vos temer.

- Filha. ben sei eu vossos corações.
ca non queren gram p̄sar atender.

394
 8 **S**azede madre por q me metes tes
 E n tal prision e por q mi Toles tes
 Q no possa meu amigo uer
 Por q filha des qe nos conhoces tes
 He uma pinhou erguem q talher

Essy filha q uo trage q uada
 Con sey cantares q no uale nada

Qhi podia que q' des faz
 Ho dize madrem cada pousada
 Os q' trobar sabe be entender

Sacademe madre de vras paredes
 E uery meu amigue uerades
 Q lo gome mete uosso poder
 He man uenbades tal pito mouer

Casey eu be q' p'ro uo el trage
 E fodes nos filha de tal linhage
 Q demia uosso seruo seer
 Loydades nos madre q' eta sage
 Q yodessel comigueso por

Sacademe madre des to pigos
 Ca no a uedes de q' no tome

Filha be sey eu uosso coraços
 Ca ne q'ra q'ra pesar aceder

Figura 17.
 Cantiga 340, de Pedro Amigo de Sevilha, CBN 1218 (p. 552 - 2ª coluna;
 p. 553 - 1ª coluna).

Provavelmente, consideraram estes autores a forma "p̄rigoos" como um erro de cópia, já que, conforme informações de Nunes (1973, vol. III: 530), o *Cancioneiro da Vaticana* contém a forma "prijões", mais adequada, por rimar com "corações". Contudo, como o presente estudo baseia-se na forma do CBN, esta palavra não pode ser ignorada. Constitui ela o único exemplar de nome proparoxítono do corpus? Caso a resposta seja positiva, qual é, então, a estrutura métrica correspondente a ela?

Foi visto anteriormente que uma sequência de vogais iguais, em PA, sempre constitui um hiato. Como nos demais casos em que estas sequências ocorreram no corpus as palavras eram dissílabas (e, conseqüentemente, paroxítonas), não houve problemas quanto à postulação de sua estrutura métrica. Entretanto, a estrutura poética da cantiga em questão (decassílabos - não conta as átonas finais) mostra que, no caso desta palavra, nenhuma das duas últimas sílabas da palavra é acentuada:

(181) Sa/ca/de/me/ ma/dre/ des/tes/ p̄ri/go/os
 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Sendo assim, a única saída é marcar este caso como isolado e excepcional no léxico, através da postulação da extrametricidade da sua última sílaba. Como as outras palavras terminadas em hiato de vogais iguais do corpus são dissílabas, não é possível saber se esta vogal é sempre extramétrica em PA. No entanto, alguns exemplos citados por Michaelis de Vasconcelos apontam para a extrametricidade da última vogal de hiatos de vogais iguais - o que explicaria o padrão de "p̄rigoos". Independentemente da sua motivação, a extrametricidade da última vogal faz com que a estrutura métrica desta palavra corresponda a:

(182) (x)
 (x)
 pe ri go <o>-s
 ◡ ◡ ◡

Porém, por ser este o único exemplar do corpus e extraído de um contexto problemático, o melhor a fazer é desconsiderar este dado até que se tenha certeza de que ainda existiam proparoxítonos no PA nesta época, e, conseqüentemente, de que se aplicava a noção de extrametricidade aos nomes e outros itens de estrutura lexical similar, já que é pouco elegante ter que recorrer a esta noção para explicar a estrutura de uma única palavra em um grande universo que não a utiliza.

Um outro caso isolado é a ocorrência da palavra "liria", na cantiga 402 (CBN 1173), a respeito da qual pairam dúvidas quanto à localização do acento (na antepenúltima ou na penúltima sílaba?), porque ela não ocorre em posição final de verso - figura 18. Nunes (1973, vol. II: 364-365) considera-a paroxítona, já que grafia "liria" (no seu padrão ortográfico, a forma proparoxítona seria "lirias"). O interessante é que a estrutura poética da cantiga em que ocorre esta palavra, felizmente, pode fornecer pistas a respeito da sua acentuação, mesmo estando ela em posição medial, porque, na maioria dos versos, octossílabos agudos, os acentos aparecem nas 5ª e 8ª sílabas.

1173
F fez hũa catiga d' amor
Ora meu amigo por mi...
Q' nũa melhor feyta - u
Mays comexa muy trobador
fez hũhas liras no s' q' mi saca o curaga
Muyto be sesoub' hũcar
f' mi aly quandoa fez
En loar mi muyte meu prez
Trays de p'ra p' me m' matar

F fez hũas liras
Per b'ã fe be baraton
Dea f' mi b'ã fazer
Emuytolho sey gradator
Trays n'edes deg' me matou
F fez hũas liras

Figura 18.
Cantiga 402, de Juião Bolseiro, CBN 1173 (p. 536 - 1ª e 2ª columnas).

(183)	Fez ùa cantiga d'amor	(8)	5 - 8
	ora meu amigo por mi.	(8)	5 - 8
	que nunca melhor feita vi.	(8)	5 - 8
	mais. como x'é mui trobador.	(8)	5 - 8
	fez ùas liras no son	(8)	5 - 8
	que mi sacam o coraçõn.	(8)	3 - 8
	 Muito ben se soube buscar.	(8)	5 - 8
	por mi ali quando a fez.	(8)	4/5 - 8
	en loar-me muit'e meu prez	(8)	5 - 8
	mais de pran. por xe mi matar.	(8)	3 - 8
	fez ùas liras no son	(8)	5 - 8
	que mi sacam o coraçõn.	(8)	3 - 8
	 Per bõa fê ben baratou	(8)	4/5 - 8
	de a por mi bõa fazer	(8)	4/5 - 8
	e muito lho sei agradecer.	(8)	5 - 8
	mais vedes de que me matou.	(8)	5 - 8
	fez ùas liras no son	(8)	5 - 8
	que mi sacam o coraçõn.	(8)	3 - 8

Desta maneira, "liras" deve ser considerada paroxitona, encaixando-se no padrão canônico do PA. Além destes dois casos analisados e descartados, não foram encontrados, entre os nomes do PA, formas proparoxítonas.

Também em relação aos verbos, como mostra a tabela 21, não foram encontrados proparoxítonos - apenas monossílabos, oxítonos e paroxítonos.

Tabela 21. Verbos: pauta acentual.¹⁰¹

Modo/Tempo/Pessoa	MONOSSÍLABOS	OXÍTONOS	PAROXÍTONOS	Subtotal
<u>Indicativo</u>				
Presente				
1ps	5 (0.59%)	5 (0.59%)	24 (2.85%)	34 (4.03%)
3ps	14 (1.66%)	----	29 (3.45%)	43 (5.11%)
1pp	----	----	6 (0.71%)	6 (0.71%)
2pp	----	----	46 (5.47%)	46 (5.47%)
3pp	3 (0.36%)	1 (0.12%)	1 (0.12%)	5 (0.6%)
Preterito Perfeito				
1ps	7 (0.83%)	54 (6.42%)	----	61 (7.25%)
3ps	4 (0.48%)	64 (7.61%)	4 (0.48%)	72 (8.57%)
1pp	----	----	5 (0.59%)	5 (0.59%)
2pp	----	----	25 (2.97%)	25 (2.97%)
Preterito Mais-que-Perfeito				
1/3ps	----	----	7 (0.83%)	7 (0.83%)
Preterito Imperfeito				
1/3ps	----	----	53 (6.3%)	53 (6.3%)
3pp	----	----	9 (1.07%)	9 (1.07%)

¹⁰¹ Na tabela 21, "ps" significa "pessoa do singular", enquanto que "pp", "pessoa do plural". O algarismo que precede estas formas indica o número da pessoa (primeira, segunda ou terceira).

Futuro do Presente				
1ps	-----	37 (4.4%)	-----	37 (4.4%)
3ps	-----	28 (3.33%)	-----	28 (3.33%)
1pp	-----	-----	1 (0.12%)	1 (0.12%)
2pp	-----	-----	4 (0.48%)	4 (0.48%)
3pp	-----	14 (1.66%)	-----	14 (1.66%)
Futuro do Pretérito				
1/3ps	-----	-----	26 (3.09%)	26 (3.09%)
<u>Subjuntivo</u>				
Presente				
1/3ps	2 (0.24%)	-----	27 (3.21%)	29 (3.45%)
1pp	-----	-----	2 (0.24%)	2 (0.24%)
2pp	-----	-----	13 (1.55%)	13 (1.55%)
3pp	1 (0.12%)	-----	-----	1 (0.12%)
Preterito Imperfeito				
1/3ps	-----	-----	44 (5.23%)	44 (5.23%)
Futuro				
1/3ps	3 (0.36%)	12 (1.43%)	-----	15 (1.79%)
2pp	-----	-----	10 (1.19%)	10 (1.19%)
<u>Imperativo</u>				
Afirmativo				
2ps	-----	-----	8 (0.95%)	8 (0.95%)
1pp	-----	-----	1 (0.12%)	1 (0.12%)
2pp	-----	-----	2 (1.43%)	2 (1.43%)
Negativo				
2pp	-----	-----	12 (1.43%)	12 (1.43%)
<u>Formas Nominais</u>				
Infinitivo Pessoal				
2ps	-----	-----	1 (0.12%)	1 (0.12%)
2pp	-----	-----	1 (0.12%)	1 (0.12%)
Infinitivo Impessoal	2 (0.24%)	157 (18.67%)	4 (0.47%)	163 (19.38%)
Gerúndio	-----	-----	27 (3.21%)	27 (3.21%)
Participio	-----	-----	36 (4.28%)	36 (4.28%)
Subtotal	41 (4.88%)	372 (44.23%)	428 (50.89%)	841 (100%)

Mas, para que possa ser descrita a estrutura métrica de todas as formas verbais em todos os tempos e modos que figuram no corpus, faz-se necessário recorrer à noção de *extrametricidade*. A seguinte regra de extrametricidade faz com que possam ser derivadas automaticamente, a partir dos valores paramétricos explicitados anteriormente, todas as formas verbais encontradas no corpus.

(184) Extrametricidade nos verbos:

Marque como extramétrica a coda final que porte elemento com status de flexão, ou seja, {N, S}.¹⁰²

¹⁰² Note-se que, nas desinências número-pessoais das 1ª e 2ª pessoas do plural, *-mos* e *-des/-tes*, somente o *-s* final é extramétrico, porque somente ele pertence à coda.

A exemplificação será iniciada pelos tempos do Indicativo.

Em relação ao Presente, o corpus não apresenta formas da segunda pessoa do singular; todas as outras pessoas estão representadas, como se pode ver em (185):

<p>(185) 1ª pessoa do singular: digo ueio/veio (verbo VEER) seio/ŕeio mando/mãdo trago cingo deseio trauo uyuo/viuo falo ando conhosco ŕoo rogo posso padesco paresco alongo sospiro/ŕospiro manho adugo</p>	<p>3ª pessoa do singular: enuya/ẽuya falha desuia deseia/deŕeia chama tarda cuyda mata cata morre acorre ousa ŕoŕpira filha mora atende manda merece parece creçe canta</p>	<p>esta/eŕta pardon/pardõ/ perdon auẽ/auen deten cõuen/conuen</p>
<p>1ª pessoa do plural: fazemos parecemos moirem⁹ podem⁹ guyŕam⁹ deŕeiam⁹</p>	<p>2ª pessoa do plural: edes auedes fazedes perdedes guaahades dizedes cuydades podedes amades chegades sabedes/ŕabedes ueedes/veedes morades andades/ãdades ptides (partides) oydes</p>	<p>3ª pessoa do pl.: demãdã/ demandam eŕtam</p>

hides
 mādades
 parecedes
 cuydades
 falades
 mentides

Como se pode ver, através dos exemplos em (185), o acento dos verbos, em PA, é atribuído da mesma maneira que aos nomes, sendo sensível ao peso silábico (uma sílaba pesada sempre atrai o acento quando em uma das duas últimas posições da palavra), e tendo como pé básico o troqueu moraicico, construído da direita para a esquerda, não-iterativamente:

(186)	(x)	(x)	(x)
(x .)	(x .)	(x)	(x)
di go	de se io	a uen	par don
○ ○	○ ○ ○	○ —	— —

Como já foi dito anteriormente, a única diferença entre a atribuição de acento aos nomes e aos verbos, no PA, é a aplicação de uma regra de extrametricidade às formas verbais, necessária, em relação ao tempo Presente, para explicar os padrões das três pessoas do plural.

(187)	(x)	(x)	(x)
(x .)	(x .)	(x)	
fa ze mo<s>	fa ze de<s>	de man da<m>	
○ ○ ○	○ ○ ○	○ — ○	

As únicas exceções ao padrão canônico encontradas no corpus, nas formas do Presente, pertencem ao paradigma do verbo "estar": *esta/esta, estam*. Pode ser dito que o padrão oxitono de acentuação é devido ao fato de a primeira vogal deste verbo ser epentética - e -, portanto, não poder receber acento. Neste caso, considera-se que o radical, no português arcaico, ainda é o mesmo do latim ST-. Entretanto, esta explicação tem o incômodo de complicar a descrição dos padrões silábicos do PA, já que, em nenhuma outra palavra, pode ser encontrada a sequência /st/ no "onset". Este é, porém, um problema falso, uma vez que, no léxico, estas sequências podem ocorrer, na forma de base, e depois serem resolvidas (através de uma epêntese, como acontece neste caso, por exemplo) no decorrer da derivação:

(188)	[st] [a]	forma de base
	sta	afixação NP
	stá	acento
	está	epêntese

Porém, também as formas da primeira pessoa do singular do Pretérito Perfeito, nas segunda e terceira conjugações - opostas à primeira, em que não há problemas, pois a sílaba acentuada encerra um ditongo decrescente -, fogem ao padrão da acentuação nas demais formas verbais.

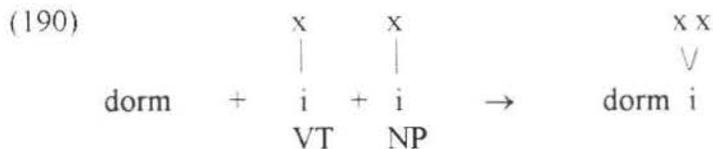
(189) **2ª e 3ª conjugações:**

defendi/defendj
 dormi/dormj
 perdi/pdi
 entendi
 mereçi
 uiuj
 temi/temj
 morry
 p̃ndi (= prendi)
 menti
 parti/p̃ti
 uēçi
 gradeçi
 oy
 naci/naçi/nacy

1ª conjugação:

cuydei/cuydey
 folguei
 mandey
 faley
 estranhei
 roguei/roquey
 ouſey/ousey
 ſaluey
 chorey
 deseiey/deſeiey
 receey/recehey
 amey
 chorey
 punhey
 namorey

Pode-se dizer que as formas das segunda e terceira conjugações, assim como as da primeira, possuem, num primeiro momento da derivação, VT. O que acontece é que a VT e a vogal do morfema NP, por serem da mesma natureza ([+ alta]) fundem-se - processo descrito em (190). Desta maneira, restam dois tempos no "tier" prosódico ligados a uma mesma vogal. Por este motivo, a sílaba resultante é pesada, atraindo o acento.



No entanto, esta solução também tem um inconveniente: acaba por postular que o PA possui vogais longas, não na forma de base, mas nas formas derivadas. Além disso, há um forte argumento contra esta solução, que consiste no seguinte: por que as vogais temática e do morfema número-pessoal teriam que se fundir, se o PA admite tranquilamente hiatos formados por vogais iguais ?

Ora, acontece que as vogais em questão não são exatamente iguais: cada uma delas constitui uma desinência diferente. De fato, o PA não faz restrições à ocorrência de hiatos formados de vogais com a mesma especificação nos radicais dos verbos e nos nomes - inclusive, em relação aos últimos, hiatos formados pela última vogal do radical e a da marca de classe (ex: "soo", "doo"). Ocorre que a estrutura morfológica - e a formação - dos verbos não é idêntica à dos nomes e, portanto, é bastante viável a postulação de uma restrição para a ocorrência de hiatos formados pela VT e morfema NP, quando as vogais que os

constituem forem da mesma natureza (+ altas). Mateus (1982: 163) considera a supressão da vogal temática diante de outra vogal uma regra "muito geral" da gramática portuguesa (atual). Sendo assim, diante da restrição de ocorrência de hiatos neste contexto em PA, é provável que esta regra já estivesse em vigor na época dos trovadores.

Mas, se isto é verdade, como explicar o fato de as formas da primeira pessoa do singular, na primeira conjugação, e da terceira pessoa do singular, em todas as conjugações, apresentarem uma vogal de superfície na posição de VT ?

Em (191), apresenta-se um quadro das especificações das vogais temáticas do PA (segundo o modelo de Clements, 1993):

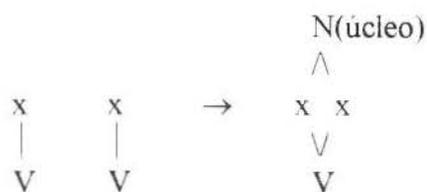
(191)

	i	e	a
abertura 1	-	-	+
abertura 2	-	-	+
abertura 3	-	+	+

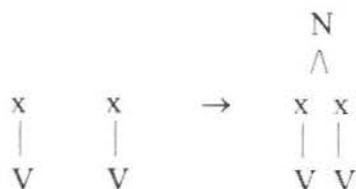
A verdade é que, antes de ser aplicado este processo que Mateus chamou de supressão de VT aplica-se o processo de desligamento dos dois primeiros graus especificados de abertura, nas formas da primeira e terceira pessoas do singular, motivado pela presença da vogal alta de NP. Em outras palavras, desligando-se a especificação de [+ abertura 1] e [+ abertura 2] da VT da primeira conjugação, ela se transforma em [e], e a especificação de [+ abertura 3] da VT da segunda conjugação, ela se transforma em [i].

A partir daí, atua o processo descrito em (192), que transforma as duas últimas vogais das formas da primeira conjugação em um ditongo e as formas da segunda e terceira em uma vogal longa.

(192) Se a especificação de VT é igual à de NP:



Se a especificação de VT é diferente da de NP:



Sendo a construção dos pés um processo posterior a estes, é sensível às duas posições ocupadas pela vogal final das formas da primeira pessoa do singular do Pretérito Perfeito, considerando-a pesada, e construindo um pé único sobre elas. Contudo, esta

solução ainda considera como longas estas vogais - o que não é tão absurdo assim, em se considerando que a primeira conjugação possui um ditongo decrescente, intrinsecamente longo, nesta posição.

A questão relativa a esta solução é compatibilizá-la com as mudanças linguísticas que são conhecidas da passagem do latim clássico ao vulgar, entre elas a mais importante em relação ao acento: a perda das distinções quantitativas entre vogais. Ora, como se sabe, foram, de fato, perdidas as distinções entre vogais longas e vogais breves; portanto, em PA, tais distinções não existem mais, na forma de base das palavras, mas não há nada que impeça que uma tal distinção seja criada, no processo de formação das formas verbais. Assim, de modo geral, distinções quantitativas entre vogais não existem no PA, aparecendo unicamente no caso específico da formação das formas do Pretérito Perfeito - neste caso, no entanto, a ligação da vogal a dois tempos no "tier" prosódico não tem, em relação às outras formas, um caráter fonêmico-distintivo.

Não há qualquer problema quanto à acentuação das formas das outras pessoas, no Pretérito Perfeito - como mostram os exemplos em (193) e a análise que deles se fez em (194):

(193) **1ª/3ª pessoas do singular:**

disse/diſſe/disſe
mal diſſe

3ª pessoa do singular:

forçou	passou	chegou
durou	pesou	guardou
rogou	seruyou	morreu
tolheu	defendeu	levou
sentiu	deseiou	receou
achou	morou	partiu
cuydou	namorou	amou
punhou	dormiu	uenceu
mandou/mãdou		

1ª pessoa do plural:

partimos
oym⁹
uimos
ouuem⁹
fazemo

2ª pessoa do plural:

ouueſtes	andaſtes/ãdastes
fezeſtes	quyſteſtes/qſteſtes
ſemeaſtes	partiaſtes/partiſteſtes
ueeſtes	uiaſtes/uiiſteſtes
rogaſtes	iuraſtes
moraſtes	mãdaſtes
diſſeſtes	conhoceſtes
namorasteſtes	

(194)

(x)	(x)
di sse	na mo rou
○ ○	○ ○ —

(x)	(x)
par ti mo<s>	po deſ te<s>
— ○ ○	○ — ○

Também dentre as formas do Perfeito, foram encontrados dois exemplos de verbos originariamente oxítonos que se tornaram paroxítonos, através de processos fonológicos que buscam transformar estruturas não-padrão em canônicas. É o caso das formas *q̄so* ("quiso" = quis) e *negoo* (= negou).

(195)

(x .)	(x)
qui so	ne go o
○ ○	○ ○ ○

Quanto às formas do Futuro do Presente, elas podem ser consideradas compostas do infinitivo do verbo principal seguido da forma do verbo *auer* no Presente do Indicativo. Há alguns argumentos a este favor. O primeiro deles é a co-ocorrência, no PA, de formas do tipo "*uiurey*" e "*ei a uiuer*" - em "*ca nõ ei eu ia mays uofcauiuer*" (*ca non ei eu já mais vosc'a viver*), cantiga 210, CBN 797.

Outro argumento a favor da independência das partes que compõem as formas do futuro consiste na possibilidade da mesóclise, muito comum no corpus - por exemplo: "*hir mey*" (*ir-m'ei*), cantiga 3 - CBN 547.

Um outro argumento provém dos próprios padrões acentuais dessas formas, todas oxítonas. Ora, se não se tratasse de um composto, a forma da terceira pessoa do singular deveria ser paroxítona, pois termina em vogal aberta. Entretanto, isto não ocorre, porque esta forma é composta do infinitivo do verbo principal mais o verbo *auer* na terceira pessoa do singular do Presente do Indicativo (*a*), que é um monossílabo, sobre o qual é erguido em pé degenerado.

(196)

	(x)	
		(x)	(x)	Ap x
partira =	par	tir #	a	
	—	—	○	

Deste modo se comportam todas as formas do Futuro do Presente:

(197) 1ª pessoa do singular:	3ª pessoa do singular:
andarey	partira
serey/ſeerey	ſera/sera/seera
direy	porra
farey	morrera/moirera
morrerey	ueira/veira/verra/veyra (verbo VIIR)
creerey	creera
irey/yrey/hirey	dira
poderey	fara
auerey	aeira/auera
acharey	ualrra
queirey/ḡirey/ḡrey	ſalrra

negarey
 uĩqarey
 dormirey
 poderey
 ueerey/uerey/verrey
 teirey

attendera
 demandara
 tornara
 ſeruira

1ª pessoa do plural:
 direm⁹

2ª pessoa do plural:
 rogaredes
 daredes
 ueeredes/ueredes
 vingaredes

3ª pessoa do pl.:
 veiram (VEER)
 ueirã (VIIR)
 chegarõ
 leixarõ
 hirã
 diram
 falarã
 terrã

(198)	(x) (x) (x) (x) auerey: a uer + ey ∪ — —	Ap x
	(x) (x) (x) (x .) direm ⁹ : dir + e mo<s> — ∪ ∪	Ap x
	(x) (x) (x) (x .) ueeredes: ue er + e de<s> ∪ — ∪ ∪	Ap x
	(x) (x) (x) (x) falarã: fa lar + ã ∪ — —	Ap x

No entanto, o fato de alguns verbos apresentarem um radical diferente, nas formas do Futuro do Presente do Indicativo, da forma do Infinitivo, que não aparece independentemente, mas que aparece em outras formas que não são compostos (como o

Futuro do Pretérito, por exemplo) pode se constituir em um argumento contrário à solução apresentada acima. Vejam-se os exemplos em (199):

(199) <u>Infinitivo:</u>	<u>Futuro:</u>
dizer	direy/dira
fazer	farey/fara
querer	queirey
ſeer	serey/sera
ueer	uerey/verrey
poner	porra
auer	aeira
ualer	ualrra
salir	ſalrra
tener	teirey/terrã

Este fato pode levar à formulação de uma segunda solução, considerando as formas do Futuro do Presente como simplesmente derivadas - e não compostas. Entretanto, considerando as formas do Futuro como derivadas, fica por explicar o padrão acentual das formas das segunda e terceira pessoas do singular, cuja sílaba final, constituída de apenas um elemento na rima, é tratada como se fosse pesada e recebe acento.

As demais formas verbais não apresentam problemas quanto à acentuação. Por esta razão, serão apresentadas, sem discussão, listas de exemplos de formas dos demais tempos verbais encontrados no corpus e correspondente estrutura métrica:

(200) Indicativo - Pretérito Mais-que-Perfeito:

1ª e 3ª pessoas do singular:

cuydara	partira
poſera	uira/vyra
puça (= prouguera)	quiſera
mēcera (= merecera)	

(x)	
(x)	(x)
cuy da ra	ui ra
— ∪ ∪	∪ ∪

(201) Indicativo - Pretérito Imperfeito:

1ª e 3ª pessoas do singular:

falaua	dizia	3ª pessoa do plural:
forçaua	mentia/mêtia	cãtauã
rogaua	choraua	diziã
amaua	temia	auyã
parecia	fazia	enmêtauã
		sijam

pedia	partia	pousauã
cuydaua	andaua	beuiã
dormia	estava/eftaua	bañuã
chegaua	cantaua/cãtaua	
era	podia	
queria/ãria/ãrya/q'ria		

(x)	(x)	(x)	(x)
(x .)	(x .)	(x .)	(x .)
di zi a	di zi a<n>	can ta ua	cã ta ua<n>
— ○ ○ ○	○ ○ ○	— ○ ○	— ○ ○

(202) Indicativo - Futuro do Pretérito:

1ª e 3ª pessoas do singular:

tornaria	cuydaria
seria/feria	faria
viueria	mãdaria
diria	mentiria
creeria	hiria

(x)	(x)
(x .)	(x .)
cuy da ri a	se ri a
— ○ ○ ○	○ ○ ○

(203) Subjuntivo - Presente:

1ª pessoa do singular:

valha/ualha
diga
cinga
asconda
pague
feia/seia
veia/ueia
possa
vyua
more
ētenda
deffenda
fale
ande
faça

2ª pessoa do plural:

perçades
ueiades
possades
creades
sabhades/ſabhades
aiades
digades
façades
uiuades
bayledes
gradescades
cuydedes

1ª pessoa do pl.:

aiam⁹
moyram⁹

(x .)	(x)	(x)	(x)
di ga	as con da	a ia mo<s>	sa bha de<s>
— —	— —	— —	— —

(204) Subjuntivo - Pretérito Imperfeito:

1ª e 3ª pessoas do singular:

rogaſſe/rogasſe/rrogaſſe	pesasſe
cuydaſſe/cuydaſſe	soffreſſe/sofresſe
morresse	durasse
nacesse	ſëtisse/ſentiſſe
quieſſe/quiesse	leixasse
uisse/uisse/uisse/uyſſe/uiſſe	ouueſſe/ouuesse
partisse/partiſſe/ptiſſe	ſoubeſſe/soubesse
dissesse/diſſeſſe	mataſſe
podeſſe/podesse	amasse
falasse	dormiſſe
chegaſſe	

(x)	(x)	(x)
cuy da sse	ui sse	a ma sse
— —	— —	— —

(205) Subjuntivo - Futuro:

1ª e 3ª pessoas do singular:

prouguer/pguer
quiser/qſer/quyſer
diſſer/disser
ouuer
ſouber/souber
poder
fezer
ueher
teuer

2ª pessoa do plural:

quyserdes
ſouberdes
uirdes
partirdes
creuerdes
poderdes
falardes
orardes
achardes

(x)	(x)	(x)	(x)
prou guer	fe zer	par tir de<s>	fa lar de<s>
— —	— —	— —	— —

(206) Imperativo - Afirmativo:

2ª pessoa do singular:

tornade

ʃabede/sabede

morade

creede

uyuede

partide

doede

fazede

1ª pessoa do plural:

baylemos/bailemos

2ª pessoa do pl.:

pregütedes

facades

(x)

(x .)

par ti de

— U U

(x)

(x .)

bay le mo<s>

— U U

(x)

(x .)

pre gü te de<s>

U — U U

(207) Imperativo - Negativo:

2ª pessoa do plural:

uaades

neguedes

faledes

guardedes

rroguedes/roguedes

digades

tardedes

(x)

(x .)

di ga de<s>

U U U

(x)

(x .)

tar de de<s>

— U U

(208) Infinitivo Impessoal:

dizer/diž/diz'/diĥ

ueer/veer

ʃab'/saber/ʃaber

fazer/faž/ffazer/faz'

viuer/uyuer/uiuer/ujuer

ʃeer/seer/ʃseer

gradecer/agradeçer

ʃayr/sayr

uiir/uijr

mandar/mădar

uêgar/uingar/uengar/vingar/uigar

q̄rer/querer

negar

durar

poer/poner/põer

perder/pder/pder

rogar/roguar/rrogar

creer

iurar

oyr

dormir

seruir

falar

matar

auer

andar/ădar

partir/ptir

iazer

cuydar

amar

leixar

(x)	(x)
(x)	(x)
ue er	man dar
U —	— —

(209) Infinitivo Pessoal:

2ª pessoa do singular:
fores

(x)
(x .)
fo re<s>
U U

2ª pessoa do plural:
mãdardes

(x)
(x)
mã dar de<s>
— — U

(210) Gerúndio:

chorando/chorãdo	iurando	falando
dizêdo/dizendo	trobando	cuydando
cantãdo/cantando/cãtãdo	rogando	fazêdo
andando		

(x)	(x)
(x)	(x)
di zen do	cuy dan do
U — U	— — U

(211) Participio:

iurado	chegado	sofrudo
saydo/salido	ascondudo	pagado
feyto	mandado	presa
partido/ptido/ptido	perduda	leixada
uigada/vigada	dito	morto

(x)	(x)	(x)
(x)	(x)	(x)
di to	mor to	so fru do
U U	— U	U U U

Além de todas as formas já analisadas, foram encontradas, porém em posição não-final de verso, formas da segunda pessoa do plural do Pretérito Imperfeito do Subjuntivo:

Também não existem razões para supor que o domínio do acento em PA seja maior do que a palavra (em outros termos, uma regra de aplicação pós-lexical). Existem vários argumentos que servem de apoio à consideração da PALAVRA como domínio da acentuação em PA. O primeiro deles diz respeito à localização dos clíticos, uma vez que a colocação de clíticos à direita das palavras não altera a posição do acento¹⁰³, como mostram os exemplos em (214).¹⁰⁴ Isto só é possível quando o acento já foi atribuído em um módulo anterior - o lexical.

(214)	veér-me	(ueerme)	[6]
	óuve-m'el	(ouuemel)	[8]
	díz-mi	(Dix mi)	[9]
	doí-me d'el	(Doi me del)	[13]
	féze-o	(Fezeo)	[14]
	fazé-lo	(fazelo)	[15]

Também o processo de elisão, tão cultivado pelos trovadores, fornece evidências a favor da palavra como domínio do acento em PA, uma vez que a sua ocorrência não altera a posição dos acentos de nenhuma das palavras envolvidas:¹⁰⁵

(215)	o meu <i>amig',amiga</i>	(O meu amiga miga)	[10]
	<i>quér'eu</i> este <i>préit'assi</i> trager	(q̃reu este preytassy trager)	[10]
	<i>Chegôu-m'ór'aqui</i>	(Chegou mora qui)	[9]
	<i>mandád',é mórt'ou</i> mentia	(mandade mortou mentia)	[8]
	vos <i>mánd'eu</i>	(u ⁹ mandeu)	[12]
	per <i>quánt'eu</i> sei <i>cért'e</i> <i>póss'entendèr</i>	(p̃ quanteu sey certe possētender)	[25]
	<i>leixôu-m'assi</i> penada, <i>cóm'eu</i> ando	(leixou massy penada comeu ando)	[66]

Além disso, é importante lembrar que a aplicação da acentuação é recursiva em PA. Isto quer dizer que, a cada nova afixação (ou a cada nova palavra formada), são novamente aplicadas as regras de acento. Tal fenômeno está exemplificado em (216):

(216)	sabér → sabedór → sabedoria
	marauilya → marauilháda
	leál → lealdáde
	fálſo → falsidáde
	mesúra → mesuráda → defmesuráda
	fremósa → fremosúra

¹⁰³ A colocação de clíticos à esquerda não alteraria a posição do acento, mesmo que o acento fosse atribuído pós-lexicalmente (como não é o caso), ou seja, mesmo que o domínio da acentuação fosse maior do que a palavra, porque a Regra Final, em PA, aplica-se à direita. Desta forma, para saber se o domínio da acentuação é maior ou não do que a palavra, basta ver como se comporta o acento quando clíticos ocorrem à direita da palavra.

¹⁰⁴ Neste exemplo, entre parênteses, é apresentada a ortografia do CBN para a sequência de palavras em questão e, entre colchetes, o número da cantiga em que aparece.

¹⁰⁵ Idem nota anterior. As sequências em que ocorre elisão são apresentadas em itálico.

loár → loáda
uerdáde → uerdadéyro
mêtír → mêtíra → mentirál
auelána → auelanédo → auelanál
dizér → maldizér → maldizěte
pastór → pastoreła

CONCLUSÃO

Ao final da análise do acento nos três momentos privilegiados por esta tese, um fato surpreende: o conjunto dos valores dos parâmetros do acento desses três períodos do português quase *não* se diferencia, como pode ser observado no confronto que se fez, abaixo, das escolhas paramétricas do latim, do PA e do PB.

(1)

	LATIM	PA	PB
pé básico	troqueou moraico	troqueou moraico	troqueou moraico
1. Quantidade de sílabas por pé	binário	binário	binário
2. Dominância	esquerda	esquerda	esquerda
3. Sensibilidade à Quantidade das sílabas	sim	sim	sim
4. Direcionalidade	da direita para a esquerda	da direita para a esquerda	da direita para a esquerda
5. Regra Final	à direita	à direita	à direita
6. Extrametricidade			
a. constituinte	silabas	segmentos	segmentos/silabas
b. borda	direita	direita	direita
7. Pés degenerados	proibição fraca	proibição fraca	proibição fraca
8. Quantidade Silábica	elementos da rima	elementos da rima	elementos da rima
9. Iteratividade	não-iterativo	não-iterativo	não-iterativo

Isto quer dizer, de uma maneira geral, que não houve grandes mudanças na regra de atribuição do acento do latim até os dias de hoje, mas não quer automaticamente dizer que o PB possui, ainda hoje, uma regra de acentuação em tudo igual à latina. As pequenas modificações observadas no valor do parâmetro da extrametricidade (assinaladas acima) - mais precisamente, quanto ao constituinte considerado extramétrico - não são as únicas responsáveis pelo diferente comportamento da acentuação do PB em relação à do latim - e também à do PA. Na verdade, tais modificações são reflexo (e, portanto, consequência) de uma mudança maior, envolvendo não a parametrização do ritmo em si, mas o momento de aplicação da regra de acentuação estabelecida pelas escolhas paramétricas efetuadas pela língua.

A observação caso a caso da parametrização dos valores em relação aos constituintes extramétricos, em cada um dos momentos da língua estudados, fornece pistas de como esta mudança no momento (dentro da gramática da língua) de aplicação da regra de acento se deu.

No latim, somente sílabas podem ser consideradas extramétricas; nenhum constituinte maior nem menor do que ela pode. Nesta língua, como foi visto na primeira parte do Capítulo 3, a regra de extrametricidade é, de fato, bastante simples: é extramétrica

b. nenhuma sílaba extramétrica:
 (x) (x)
 (x) (x)
 kal do a mar
 — ∪ ∪ —

Esta dupla interpretação da estrutura métrica dessas palavras resulta, por sua vez, da dupla interpretação possível da sua forma de base:

(8) a.	[kalid] [o]	b.	[kald] [o]	forma de base
	kalido		kaldo	afixação
	<do>		não se aplica	extrametricidade
	(x .)		(x)	construção dos pés
	(x)		(x)	RF
	kaldo		não de aplica	queda da 1ª vogal
				pós-tônica nas
				proparoxítonas
	kaldo		kaldo	output

Sendo assim, pode-se dizer que é a alteração da forma de base destas palavras o fator desencadeador da mudança observada na sua estrutura métrica. E, como a modificação da forma de base não altera a estrutura superficial, é possível dizer que, na passagem de uma (8a) a outra (8b), do latim ao PA, houve uma reanálise, no sentido langackeriano do termo:

"I will define 'reanalysis' as a change in the structure of an expression or class of expressions that does not involve any immediate or intrinsic modification of its surface manifestation. Reanalysis may lead to changes at the surface level (...), but these surface changes can be viewed as the natural and expected result of functionally prior modifications in rules and underlying representations." - Langacker (1977: 58).

Está justamente na reanálise das formas de base das palavras que sofrem este tipo de processos de redução a origem da mudança linguística que faz com que o PA, posteriormente, não considere qualquer constituinte extramétrico, em relação aos nomes. A interpretação em (8a) corresponde às escolhas paramétricas do ritmo latino, cujo conjunto de parâmetros pode ser chamado de "gramática antiga". Já a interpretação em (8b) pode ser considerada inovadora, pois dá origem a uma nova escolha paramétrica em relação ao ritmo (a de que a extrametricidade não se aplica aos nomes) - a uma nova gramática, a do PA. Entretanto, quanto ao ritmo, apenas a modificação de valor quanto à extrametricidade dos nomes não explica o movimento que faz a regra de acentuação do nível pós-lexical para o lexical, do latim ao PA. O caso dos verbos é particularmente esclarecedor a este respeito e prova que não é somente a mudança na fixação do valor do parâmetro relativo ao constituinte extramétrico a sua causa. Observe-se o exemplo em (9), cuja forma superficial também possui duas interpretações possíveis dentro da teoria gramatical:

(9)	(x)	(x)
	(x)	(x)
	can ta <mus>	can ta mu<s>
	— — —	— ∪ ∪

O exemplo acima mostra como a chamada perda das distinções quantitativas entre vogais, ainda no latim, interferiu na mudança verificada posteriormente na aplicação da regra de acento. É bem conhecido que as distinções latinas entre vogais longas e breves foram perdidas, do latim às línguas românicas. Entretanto, isto não afeta diretamente a regra de acento do latim, embora altere a quantidade de certas sílabas (como a da sílaba "ta", no exemplo acima): a regra de acento continua sendo sensível à quantidade, mas da *silaba* como um todo, ou seja, dos elementos da rima, e não somente do seu núcleo (em outras palavras, das vogais). Por causa desta perda das distinções entre vogais - e conseqüente alteração da quantidade das sílabas terminadas em vogais outrora longas -, são necessários ajustes na regra de acento, para que o padrão acentual de verbos similares ao do exemplo (9) não se modifique, uma vez que continua a ser atestado. Neste ponto, é necessário lembrar que, concomitantemente a estas alterações na quantidade das sílabas, continuam a ser aplicados os processos de redução referidos acima - exemplificados em (6) -, responsáveis pela indeterminância quanto ao valor do parâmetro do constituinte extramétrico (sílabas ou nenhum?). Ao se deparar com formas do tipo de (9) em sua experiência desencadeadora, um aprendiz da língua, outrora exposto a formas do tipo das em (6), pode, com base na dupla interpretação possível destas formas, estabelecer um condicionamento morfológico na aplicação da extrametricidade (trata-se apenas de *verbos*), separando, por um lado, os não-verbos, em que a extrametricidade não se aplica, e, por outro, os verbos, em que são extramétricos os elementos da coda que portem status de flexão (como já foi visto, em relação ao PA e PB). Ora, uma regra de tal natureza não é passível de ser aplicada no módulo pós-lexical, dado o seu condicionamento morfológico. Desta forma, o aprendiz é levado a interpretar o acento como um fenômeno *lexical* - o que, por sua vez, altera automaticamente o domínio de aplicação da acentuação: o domínio de regras lexicais nunca é maior do que a palavra.

Como as formas superficiais resultantes das escolhas paramétricas relativas às duas interpretações possíveis são semelhantes, nada impede que uma população mista quanto à escolha dos parâmetros rítmicos conviva, até que um dos conjuntos de escolhas venha a suplantá-lo outro (ver item 1 do Capítulo 2). A este respeito, a conjugação dos dois fatores discutidos anteriormente, indeterminância quanto à forma de base de certas palavras e quanto ao valor do parâmetro da extrametricidade e alteração na quantidade das sílabas outrora terminadas em vogal longa, favorece a preferência pela interpretação inovadora, que separa a acentuação dos não-verbos da dos verbos, através da aplicação da extrametricidade, morfológicamente condicionada, somente aos últimos, uma vez que a gramática antiga não mais dá conta da acentuação das formas verbais semelhantes à do exemplo (9), após as alterações de quantidade sofridas pela língua, que, desta forma, forçam a ocorrência da mudança. É o que de fato acontece, já que o PA apresenta, como padrão do ritmo e como domínio de aplicação da regra de acento, a concepção da interpretação aqui denominada de inovadora das formas do latim.

Há, no PA, uma grande diferenciação em relação à atuação da extrametricidade em não-verbos e em verbos - o que já sugere um tipo de condicionamento morfológico atuante. De uma maneira geral, pode-se dizer que a extrametricidade não se aplica aos nomes e outros itens lexicais de estrutura similar (não-verbos) - exemplos em (10):

- (10) (x) (x) (x) (x)
 (x) (x) (x) (x)
 a mi go a mor por tu gal be en çon
 ∪ ∪ ∪ ∪ — — — —

Já em relação aos verbos do PA, o condicionamento morfológico na atuação da extrametricidade é bem claro: são extramétricos os segmentos de final de palavra que ocupem a posição da coda dentro da sílaba, com status de flexão (ou seja, {N, S}). Exemplos em (11):

- (11) fazemo<s>
 auede<s>
 fore<s>
 demanda<m>
 namoraste<s>

Este condicionamento morfológico da aplicação da extrametricidade, ao lado dos fatores que definem o domínio do acento em PA como a palavra (ver o último item do Capítulo 3), fazem com que a acentuação seja considerada como um fenômeno exclusivamente *lexical*. Neste sentido, a mudança ocorrida na acentuação, do latim ao PA, envolve o domínio e o módulo de aplicação das regras de acento. Deste modo, quanto ao módulo, a regra se alça do nível pós-lexical ao lexical e, quanto ao domínio, particulariza a sua atuação: do grupo clítico, em latim³, à palavra, no PA.⁴

A definição do domínio de aplicação de uma regra é fundamental para se determinar se sua aplicação é lexical ou pós-lexical. Em um modelo fonológico como o considerado nesta tese, que segrega estes dois níveis, o componente lexical inclui níveis menores do que a palavra, enquanto que o pós-lexical inclui níveis maiores do que ela. Neste sentido, a palavra representa uma intersecção entre os dois componentes, uma vez que é saída de um e entrada do outro. Resulta daí a ambiguidade da definição de palavra, que pertence tanto ao domínio morfológico como ao sintático. Para Zec (1993: 366), a palavra fonológica pode ser criada tanto lexical como pós-lexicalmente. Neste sentido, as gramáticas podem variar, então, quanto ao domínio de criação da palavra fonológica. Segundo Zec (1993: 396):

"In some versions of the prosodic phonology (...), the set of prosodic domains includes the clitic group in addition to the phonological word and the phonological phrase. The clitic group thus corresponds to what we call here the phonological word in its postlexical guise: and the phonological word is treated as a strictly word-sized domain."

³ A este respeito, ver final do item 1.5. Capítulo 3.

⁴ A este respeito, ver item 3.4. Capítulo 3.

Com base em Zec (1993), então, pode-se estabelecer uma distinção paramétrica mais geral (não apenas rítmica, mas que interfere na construção dos padrões rítmicos) entre o PA e o latim, derivada da observação do domínio de aplicação das regras fonológicas (entre elas, a de atribuição do acento): enquanto o latim constrói a palavra fonológica pós-lexicalmente, o PA o faz ainda no léxico. Dentro desta concepção, a alteração de domínio da regra de acento do latim ao PA deve ser inserida dentro de uma conjuntura maior, não devendo ser considerada apenas como resultado de alterações do parâmetro do constituinte extramétrico e tentativas de solucionar pendências deixadas pela alteração na quantidade das vogais. Se há realmente o deslocamento da definição de palavra de um nível pós-lexical para um lexical, então outras regras fonológicas que, em latim, possuem como domínio o grupo clítico (a exemplo da regra de acentuação) sofrem também uma mudança no domínio da sua aplicação.

Existe, porém, dentro da teoria, uma outra possível explicação para a alteração no módulo e no domínio de aplicação da regra de acento, do latim ao PA, que não recorre à postulação de um parâmetro relativo ao momento de construção da palavra fonológica dentro da gramática. Na visão de alguns trabalhos bastante recentes de Fonologia Lexical diacrônica, este movimento de alçamento da regra de acento ao longo da história do português corresponde ao movimento natural da história das regras fonológicas, de maneira geral, desde a sua criação até o seu desaparecimento. A este respeito, Hayes (1990, 105) afirma:

"Typically rules originate phonetically, then crystallize as categorial, exceptionless postlexical rules. With the passage of the time, they accumulate exceptions and irregularity, until at some crucial point they are restructured by a new generation as lexical rules. Ultimately, through levelling and other processes, lexical rules disappear from the grammar."

É esta também a opinião de Kaisse (1993: 344):

"The direction of movement of a rule over time has been widely and correctly agreed to be 'upward' (...): sound changes begin as variable rules of phonetic implementation, are gradually grammaticized as postlexical rules, and move into the lexicon as they are incorporated into the grammar, acquiring exceptions, reference to morphological information, a cyclic mode of application, and so forth."

A confirmação de que a regra de acento, em português, está percorrendo este movimento natural vem do comportamento da extrametricidade no PB atual. Logo à primeira vista, pode-se constatar que o comportamento da extrametricidade no PB é muito mais complexo do que em latim e no PA, através do valor duplo do parâmetro do constituinte extramétrico: tanto sílabas (como era em latim) quanto segmentos (como em PA) podem ser extramétricos.

O incremento na aplicação da extrametricidade, do PA ao PB, deve-se, em grande parte, à introdução, por empréstimo, de muitas exceções à regra "default" de acentuação. A

maior parte dessas exceções foi introduzida na época do Renascimento, por volta do século XVI, e constitui-se de termos eruditos, proparoxítonos e paroxítonos, emprestados diretamente do latim clássico. Tais exceções foram regularizadas posteriormente pela língua, através da aplicação de regras de extrametricidade (morfologicamente condicionadas ou não), que, dependendo do caso, considera extramétrica a última sílaba ou o último segmento da palavra. No PB, com o início da colonização e da escravidão no Brasil, foram introduzidas palavras de origem indígena e africana, também exceções à regra "default" (oxítonas terminadas em vogal - sílaba aberta). Tais exceções foram posteriormente regularizadas pela língua através da consideração desta sílaba acentuada como longa. Mais recentemente, outras palavras emprestadas (principalmente do inglês) têm desafiado a gramática portuguesa, que sempre as tem incorporado à regra geral de acentuação através da aplicação da extrametricidade. É o caso das palavras paroxítonas terminadas em "R", "regularizadas" através da extrametricidade desta consoante final.

Resumindo, é importante lembrar que, em latim, a extrametricidade aplica-se indiscriminadamente a todas as classes de palavras, uma vez que constitui um fenômeno pós-lexical, não condicionado morfologicamente. Já no PA, a extrametricidade, morfologicamente condicionada, aplicava-se apenas em verbos. No entanto, quando tantas exceções começaram a ser introduzidas no português, por volta dos séculos XV-XVI, a noção de extrametricidade teve de ser expandida: como ainda atuava sobre os verbos, a solução encontrada pela língua foi aplicá-la também às formas não-verbais. Tal expansão resultou na extrema complexidade do comportamento da extrametricidade atualmente no PB, em que existem regras morfologicamente condicionadas e não-morfologicamente condicionadas. Por exemplo, em relação aos não-verbos, alguns sufixos possuem segmentos ou seqüências de segmentos extramétricos (ex.: -ve<l>, em *agradável*). Por outro lado, muitas das regras de extrametricidade dos não-verbos, em PB, não são morfologicamente condicionadas: a que transforma a consoante final de paroxítonas terminadas em nasal em extramétrica; a que estabelece a extrametricidade da consoante final de paroxítonos terminados em -L e -R e das consoantes finais em paroxítonos terminados em -KS, a que estabelece a extrametricidade da sílaba final das proparoxítonas (em que alguns casos são morfologicamente condicionados e outros, não).⁵ Já em relação aos verbos, a extrametricidade, como em PA, é sempre morfologicamente condicionada em PB; entretanto, além da regra de extrametricidade já presente em PA (a que estabelece a extrametricidade da coda em final de palavra que porte elemento com status de flexão), o PB incorporou mais uma, para dar conta das exceções à regra geral, que os filólogos consideram originadas por analogia às formas das primeiras pessoas do singular (ex.: *amávamos, amáveis, amáramos, amáveis, amássemos, amásseis*): a que considera extramétrico o morfema número pessoal das duas primeiras pessoas do plural nos tempos Imperfeito do Indicativo e Subjuntivo e Mais-que-Perfeito do Indicativo.⁶

Por possuir um condicionamento morfológico sobre a sua aplicação (mesmo que não em todos os casos), a atuação da regra de extrametricidade em PB é mais um argumento favorável a localizar a atribuição de acento, nesta língua, no léxico. Além disso, por causa

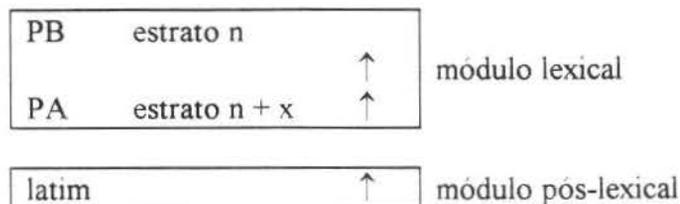
⁵ Todos estes casos de extrametricidade em PB foram apresentados e discutidos no item 2.3 do Capítulo 3.

⁶ A atuação da extrametricidade sobre os verbos, em PB, também foi apresentada e discutida no item 2.3 do Capítulo 3.

do número muito maior de exceções que a regra de acento adquiriu no PB, pode-se dizer que a atribuição do acento se dá em um nível mais profundo do léxico do que ocorria em PA, porque, quanto maior o número de exceções, mais profunda⁷ no léxico é a aplicação de uma regra - segundo Hayes (1990), Kaisse (1993) e Zec (1993).

Desta forma, este alçamento da regra de atribuição do acento em português, ao longo do tempo, do módulo pós-lexical ao lexical, e sua elevação de nível dentro deste podem ser esquematizados como em (12):

(12)



Como a aplicação da regra de acento em latim é pós-lexical, não há muito o que discutir a respeito do nível em que ela ocorre, uma vez que o módulo pós-lexical não é subdividido em estratos.⁸ Já em relação ao PA e ao PB, é importante estabelecer em que estrato do léxico a regra de acentuação se aplica.⁹

No PA, o acento não pode ser atribuído no nível mais profundo do léxico, já que nenhum elemento da palavra é extramétrico - a marca de classe (morfema de gênero, para alguns estudiosos) também integra o domínio da acentuação. Como a afixação da marca de classe é um dos últimos processos na formação de nomes e similares (trata-se de flexão; cf. Lee, 1995), o domínio de aplicação do acento tem que ser o mesmo estrato ou um posterior a esta flexão (se é que existe um estrato posterior a este tipo de afixação), em relação aos não-verbos. Também é necessário considerar a recursividade da acentuação neste grupo de palavras. Porém, não é possível afirmar com certeza se o acento se aplica ciclicamente a cada nova derivação, por ser preciso observar se a sílaba acentuada num ciclo anterior carrega este acento (ou algum traço dele) para os demais ciclos (deixa de sofrer processos de redução, por exemplo). Este é, no entanto, um processo difícil de se estudar através da escrita, mas que, na medida do possível, deverá ser objeto de trabalhos futuros.

Também em relação aos verbos do PA, considera-se que o acento é atribuído depois de a palavra já pronta. Mas para se saber se o domínio do acento dos verbos corresponde ao mesmo estrato em que é atribuído o acento a não-verbos, é necessário um estudo mais

⁷ O nível mais profundo do léxico é entendido, aqui, como o mais elevado. Portanto, "profundo" e "mais elevado" possuem ambos a acepção de "menos superficial".

⁸ Kaisse (1990) considera a existência de dois tipos de regras pós-lexicais: P1, com todas as características de regras lexicais (estão sujeitas à preservação de estrutura e a restrições morfológicas, possuem exceções lexicais, e podem ser aplicadas ciclicamente), mas que se aplicam também entre palavras, e P2, regras pós-lexicais propriamente ditas. Entretanto, esta divisão do nível pós-lexical não é aceita por todos. Hayes (1990: 103), por exemplo, considera que, se as regras P1 atuam *como se fossem* lexicais é porque elas *são* lexicais.

⁹ A quantidade de estratos do léxico do PA e do PB não foi aqui discutida. Em relação ao PA, não existem estudos a este respeito e, no presente trabalho, não é possível sugerir a quantidade de estratos do seu léxico, uma vez que este não é um estudo de processos morfológicos e fonológicos do PA, de maneira geral. Quanto ao PB, ver Lee (1995).

aprofundado, e não somente da acentuação, para estabelecer em qual(is) estrato(s) são feitas as derivações e flexões verbais e nominais - o que não era objetivo deste trabalho, mas que constitui uma meta futura.

Em relação ao PB, foi visto anteriormente que Bisol (1992b) considera que as regras de acento dos nomes e similares operam já a partir da primeira regra de formação de palavras - introdução da vogal de classe - e voltam a operar a cada introdução de um novo morfema, durante todo o processo derivativo, como regras cíclicas. Em relação aos verbos, as regras são não-cíclicas, operando apenas quando a palavra está pronta.

Já a posição de Lee (1995) difere bastante da de Bisol, uma vez que, para ele, o processo de flexão é um dos últimos na formação de palavras (atua no segundo estrato de um léxico dividido em apenas dois). Sendo assim, na concepção desta tese (não na de Lee, que formula outra regra de acentuação), o domínio do acento dos não-verbos tem que ser o segundo (e último) estrato lexical. O mesmo ocorre em relação aos verbos, uma vez que a flexão verbal só se dá no segundo estrato e o acento só é atribuído à palavra completamente formada.

Talvez então o que deva ser repensado é o estabelecimento do domínio da flexão nominal. Lee a considera como um dos últimos processos de formação de palavras porque a sua regra de acento dos não-verbos (apresentada no item 2.2 do Capítulo 3 desta tese) prescinde da marca de classe destas palavras. Ao contrário, a regra de Bisol e a fornecida por este trabalho consideram-na como parte integrante do domínio do acento. No entanto, embora integre o domínio da acentuação, a marca de classe jamais recebe o acento, uma vez que a sílaba da qual constitui o núcleo é leve. Portanto, é mais provável que Bisol esteja certa e que a flexão seja um dos primeiros processos de formação de palavras.

Uma conclusão importante a que se pode chegar a partir do movimento de alçamento da regra de acento do português do módulo pós-lexical ao lexical, historicamente, é que nem toda mudança fonológica envolve a troca de valor de um parâmetro. No caso, a mudança observada no PA não pode ser considerada paramétrica, já que quase todos os valores dos parâmetros do ritmo se mantêm (com exceção do valor do parâmetro do constituinte extramétrico; a mudança do seu valor, entretanto, é consequência de uma reanálise anterior, e não causa da principal mudança observada na acentuação do PA) o que se altera é o domínio de aplicação da regra (grupo clítico, no latim, e palavra, em PA e PB); altera-se, também (e principalmente), o módulo de aplicação desta regra (de pós-lexical a lexical).

Desta constatação duas importantes questões podem ser levantadas.

Em primeiro lugar, é possível um questionamento a respeito da noção de parâmetro. Afinal, o que é um parâmetro? A partir da teoria gerativa de mudança, resenhada no Capítulo 2, todas as mudanças linguísticas que efetivamente operam mudanças gramaticais constituem-se em mudanças paramétricas. Sendo assim, a escolha do módulo (lexical ou pós-lexical) em que se aplica uma regra tem que ser um parâmetro, pois a variação de um a outro altera profundamente a gramática da língua. Do mesmo modo tem que ser considerada a escolha do domínio de aplicação de uma regra. Entretanto, nenhuma dessas duas escolhas figura no inventário de parâmetros do ritmo.

Por outro lado, é importante lembrar que a concepção de gramática veiculada pela teoria gerativa da mudança apresentada no Capítulo 2 (item 1) não enxerga a participação da Fonologia na Gramática da mesma maneira que o presente trabalho. Neste sentido, é

necessário esclarecer que existem duas interpretações possíveis quanto à alteração da gramática por uma mudança linguística. Pode-se dizer, por um lado, que a mudança aqui discutida (a elevação de módulo de aplicação da regra de acento) altera substancialmente a gramática da língua, se gramática é entendida no seu sentido amplo e léxico é entendido como na teoria lexical assumida no Capítulo 2 (item 2.3.2). Por outro lado, pode-se entender gramática na sua acepção "sintática". Neste caso, a mudança em questão não afeta substancialmente a gramática, ou seja, a sintaxe da língua, pois nenhum reajuste nos padrões sintáticos é forçado por esta alteração. Este fato leva a uma importante conclusão: não há uma inter-relação necessária entre mudanças prosódicas e sintáticas, ou seja, uma mudança prosódica não provoca necessariamente uma mudança sintática, do mesmo modo que uma mudança sintática não afeta necessariamente a prosódia de uma língua.

Em segundo lugar, se é possível haver mudanças fonológicas que não envolvem alteração nas escolhas paramétricas de uma língua (como realmente ocorre - trata-se do caso aqui apresentado), então a teoria da mudança apresentada no Capítulo 2 tem que ser ampliada, a fim de abranger este tipo de mudança linguística não-paramétrica. Como foi visto no Capítulo 2 (item 1), a teoria da mudança assumida por esta tese foi construída com base unicamente em mudanças sintáticas. Embora Lightfoot acredite que ela possa ser aplicada a mudanças de outra natureza (fonológicas ou semânticas), são necessários ajustes para que esta teoria dê conta da mudança observada na acentuação, do latim ao PB. Lightfoot (1988) e Adams (1987) consideram a existência de mudanças não-paramétricas, mas consideram-nas motivadas por fatores extralinguísticos. Pode-se até dizer que alguns fatores extralinguísticos tenham interferido nesta mudança. Por exemplo, a re-introdução de palavras do latim clássico - as chamadas "eruditas" -, por empréstimo, por volta dos séculos XV-XVI, causou uma reavaliação da noção de extrametricidade. Mas não se pode dizer, de maneira precipitada, que o percurso da regra de acento do português seja motivado apenas por fatores extralinguísticos, já que a mudança em questão segue o caminho natural da história das regras fonológicas, em geral, e já que muitos dos ajustes constituem-se em reanálises exigidas por mudanças anteriores. Além disso tudo, este é um tipo de mudança que altera - e muito - a gramática da língua.

Enfim, quanto à teoria da mudança aqui empregada, percebe-se, ao final deste trabalho, que ela não é capaz de explicar completamente a modificação observada na regra de acento do português, ou porque "faltam" parâmetros no inventário de parâmetros possíveis, ou porque o modelo não admite uma mudança da gramática que não seja paramétrica. Entretanto, é preciso ressaltar que, somente através de um estudo a partir de uma teoria como esta, puderam ser levantadas questões a respeito do percurso da regra de acento do português que não poderiam ser levantadas a partir de um outro ponto de vista. Embora a mudança linguística envolvendo a regra de acento, do latim ao português atual, não possa ser expressa unicamente através da alteração de valor de um ou vários parâmetros da lista, através da observação da flutuação do valor de um único parâmetro foi possível reconstruir todo o caminho percorrido historicamente pela acentuação portuguesa - o que mostra a pertinência da observação da variação de valor dos parâmetros ao longo do tempo. Portanto, o saldo final é positivo: pôde ser fornecido um quadro bastante abrangente da acentuação do português arcaico - período ainda inexplorado quanto à prosódia -, que, por sua vez, foi o que possibilitou o estabelecimento do percurso histórico da regra de acento (o que não seria possível apenas com a descrição dos pontos inicial e final) e o levantamento de

questões a respeito da própria teoria, que, ao invés de enfraquecê-la, tem a intenção de corroborá-la e reforçá-la, através da sua ampliação.

Além disso, foi possível mostrar, a partir da análise que se fez da acentuação, ao longo do tempo, o quão *perto* o português atual está do latim, em relação a pelo menos este fenômeno prosódico. Embora as alterações lexicais (isto é, na forma de base) sofridas por muitas palavras, na passagem do latim ao português, mascarem um pouco o fenômeno, uma análise atenta mostra que regras que já atuavam no latim (como, por exemplo, a redução - e supressão - de uma das vogais, e até mesmo sílabas inteiras, pós-tônicas das proparoxítonas) continuam a atuar - e de maneira muito semelhante - no português atual. Além do mais, como mostra o conjunto de escolhas paramétricas (quanto ao acento) efetuadas por estas duas línguas (os dois pontos extremos do contínuo temporal), a regra de atribuição de acento às palavras mantém-se, basicamente, inalterada: a mudança verificada, como foi visto, é de outra natureza - no módulo de aplicação da regra - e não na sua formulação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abaurre, Maria Bernadete M. & W. Leo Wetzels (1992) Sobre a estrutura da gramática fonológica. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, (23): 5-18, jul./dez. 1992.
- Abercrombie, D. (1965) *Studies in Phonetics and Linguistics*. London: Oxford University Press.
- Abercrombie, D. (1967) *Elements of General Phonetics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Adams, Marianne Patalino (1987) *Null Subjects in Old French*. UCLA: tese de doutorado.
- Ali, M. Said (1948) *Versificação Portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Allen, W. Sidney (1973) *Accent and Rhythm - Prosodic Features of Latin and Greek: a study in theory and reconstruction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Alvarenga, Daniel (1993) *Variations orthographiques, temps d'identification et apprentissage de la langue écrite portugaise: une approche phono-cognitive*. Thèse de Doctorat Nouveau Régime. Université de Paris VIII.
- d'Andrade, Ernesto & Bernard Laks (1991) Na crista da onda: o acento de palavra em português. ms. Universidade de Lisboa/CNRS - Paris.
- Azevedo Filho, L. A. (1974) *As cantigas de Pero Meogo*. Rio de Janeiro: Gernasa e Soc. Bras. de Linguística e Literatura.
- Balaguer, Joaquin (1954) *Apuntes para una historia prosodica de la metrica castellana*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas.
- Battisti, Carlo (1946) *La crisi del latino - Lezioni universitarie sul latino volgare*. Firenze: Universitaria Editrice.
- Battisti, C. (1949) *Avviamento allo studio del Latino Volgare*. Bari: "Leonardo da Vinci" Editrice.
- Bernárdez, F. L. (1952) *Florilegio del Cancionero Vaticano*. Buenos Aires: Losada.
- Bisol, Leda (1989) O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *D.E.L.T.A.*, vol. 5, nº 2, 185-224.
- Bisol, L. (1991) O ditongo em português. *ABRALIN - Boletim da Associação Brasileira de Linguística* nº 11, junho/1991. pp. 51-58.
- Bisol, L. (1992a) O acento e o pé métrico binário. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, (22): 69-80.
- Bisol, L. (1992b) O acento: duas alternativas de análise. ms.
- Bisol, L. (1993) Uma análise métrica do acento. IN *ABRALIN - Boletim da Associação Brasileira de Linguística* agosto/1993, nº 14, pp. 153-156.
- Bisol, L. (1994a) Ditongos derivados. *D.E.L.T.A.*, vol. 10, nº especial, pp. 123-140.
- Bisol, L. (1994b) O acento e o pé binário. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 29, nº 4, pp. 25-36, dezembro de 1994.
- Braga, Marques (1945) Cancioneiros da Primeira Época Lírica. IN *Cancioneiro da Ajuda*. Lisboa: Sá da Costa.

- Bueno, Francisco da Silveira (1955) *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- Bueno, F. da Silveira (1963) *Estudos de Filologia Portuguesa*. 4ª edição. São Paulo: Saraiva.
- Bueno, F. da Silveira (1968) *Antologia Arcaica. Trechos, em prosa e verso, coligidos em obras do século VIII ao século XVI*. 2ª edição. São Paulo: Saraiva.
- Cagliari, Luiz Carlos (1981) *Elementos de Fonética do Português Brasileiro*. Campinas: UNICAMP. Tese de Livre-Docência defendida em 1982.
- Cagliari, L. C. (1984) Análise fonética do ritmo em poesia. Campinas: IEL - UNICAMP. *EPA*, nº 3, pp. 67-96.
- Cagliari, L. C. (1985) O ritmo do português na interpretação de Jerônimo Soares Barbosa. *Anais do I Encontro Nacional de Fonética e Fonologia*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. pp. 27-38.
- Cagliari, L. C. (1989) Marcadores prosódicos na escrita. *Estudos Linguísticos XXVIII - Anais de Seminários do GEL*. Lorena. pp. 195-203.
- Cagliari, L. C. (1990) Escrita e Linguística Histórica. Campinas: UNICAMP/IEL. ms.
- Cagliari, L. C. (1994a) O que é a ortografia ? *Estudos Linguísticos XXIII - Anais de Seminários do GEL*. São Paulo: CNPq/GEL. vol. I, pp. 552-559.
- Cagliari, L. C. (1993b) A origem das letras do alfabeto. *Ciência Hoje*. vol. 17, nº 98, março/1994. pp. 20-27.
- Cagliari, L. C. & M. B. M. Abaurre (1985) Elementos para uma investigação instrumental das relações entre padrões rítmicos e processos fonológicos no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos 10*. Campinas: UNICAMP/IEL. pp. 39-57.
- Carvalho, Joaquim Brandão de (1989) Phonological conditions on Portuguese clitic placement: on syntactic evidence for stress and rhythmical patterns. *Linguistics 27*. 405-436.
- Castilho, Antonio Feliciano de (1850) *Tratado de Metrificação Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal/Livraria Moderna Typographia, 1908.
- Charette, Monik (1988) *Some Constraints on Governing Relations in Phonology*. McGill University. Tese de Doutorado.
- Chen, Matthew Y. (1990) What must Phonology know about Syntax ? IN Inkelas, S. & D. Zec (eds.) *The Phonology-Syntax Connection*. Chicago/London: The University of Chicago Press. pp. 19-46.
- Chomsky, Noam (1986) *Knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger.
- Chomsky, N. (1987) Transformational Grammar: Past-Present-Future. Talk delivered at Kyoto, jan. 1987.
- Chomsky, N. (1988) *Language and Problems of Knowledge: The Managua Lectures*. Cambridge: The MIT Press.
- Chomsky, N. & M. Halle (1968) *The Sound Pattern of English*. New York: Harper & Row.
- Cintra, L. F. Lindley (1981) Apresentação. IN *Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti)*. Cod. 10991. Reprodução fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.
- Clark, Robin & Ian Roberts (1992) A computational model of language learnability and language change. *D.E.L.T.A.*, vol. 8, nº especial, 53-103.

- Clements, George N. (1985) The geometry of phonological features. *Phonology Yearbook* 2: 225-252.
- Clements, G. N. (1989) A unified set of features for consonants and vowels. ms., Cornell University.
- Clements, G. N. (1991) Place of articulation in consonants and vowels: a unified theory. *Working Papers of the Cornell Phonetics Laboratory* 5: 77-123.
- Clements, G. N. & Elizabeth V. Hume (1993) The internal organization of speech sounds. ms.
- Collischonn, Gisela (1994) Acento secundário em português. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 29, nº 4, pp. 43-53, dezembro de 1994.
- Costa, Iara Bemquerer (1978) *O acento em português: estudo de algumas mudanças no modelo da fonologia gerativa*. Campinas: IEL/UNICAMP. Dissertação de Mestrado.
- Couper-Kuhlen, E. (1986) *An Introduction to English Prosody*. London: Edward Arnold.
- Coutinho, Ismael de Lima (1954) *Pontos de Gramática Histórica*. 3ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- Cunha, Celso Ferreira da (1956) *O Cancioneiro de Martin Codax*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Cunha, C. F. da (1961) *Estudos de Poética Trovadoresca - Versificação e Ecdótica*. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro.
- Cunha, C. F. da (1982) *Estudos de Versificação Portuguesa (séculos XIII a XVI)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.
- Cunha, C. F. da (1986) Prefácio. IN Ferreira, Manuel Pedro (1986) *O Som de Martin Codax - Sobre a dimensão musical da lírica galego-portuguesa (séculos XII-XIV)*. Lisboa: UNYSIS, Imprensa Nacional - Casa da Moeda. pp. IX-XIV.
- Dauer, R. M. (1983) Stress-timing and syllable-timing reanalyzed. *Journal of Phonetics* 11: 51-62.
- Delgado Martins, Maria Raquel (1986) *Sept études sur la perception*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Delgado Martins, M. R. (1988) *Ouvir Falar - Introdução à Fonética do Português*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Devoto, Giacomo (1944) *Storia della lingua di Roma*. Seconda ristampa. Bologna: Licinio Cappelli Editore.
- Duarte, Yara C. M. de Ávila (1977) *As regras de atribuição do acento primário em língua portuguesa*. Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado.
- Durand, Jacques (1990) *Generative and Non-linear Phonology*. London: Longman.
- Faria, Ernesto (1970) *Fonética Histórica do Latim*. 2ª edição (2ª impressão). Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- Fernandes, Norma (1976) *Contribuições para uma análise instrumental da acentuação e da intonação do português*. São Paulo: USP. Dissertação de Mestrado.
- Ferreira, Manuel Pedro (1986) *O Som de Martin Codax - Sobre a dimensão musical da lírica galego-portuguesa (séculos XII-XIV)*. Lisboa: UNYSIS, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Garde, Paul (1968) *L'Accent*. Paris: Presses Universitaires de France.

- Giegerich, H. J. (1985) *Metrical Phonology and Phonological Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goldsmith, John A. (1976) *Autosegmental Phonology*. Doctoral Dissertation. Department of Linguistics, MIT, Cambridge, MA.
- Goldsmith, J. A. (1990) *Autosegmental and Metrical Phonology*. Oxford: Basil Blackwell.
- Goldstein, Norma (1987) *Versos, Ritmos, Sons*. 4ª edição. São Paulo: Ática.
- Grandgent, Charles H. (1940) *From Latin to Italian - An historical outline of the phonology and morphology of the Italian language*. Cambridge: Harvard University Press.
- Halle, Morris (1962) Phonology in generative grammar. *Word* 18, 54-72.
- Halle, M. (1989) Addendum to Prince's "Metrical Forms". IN Kiparsky, P. & G. Youmans (eds.) *Phonetics and Phonology. Volume 1: Rhythm and Meter*. Academic Press. pp. 81-86.
- Halle, M. & S. J. Keyser (1971) *English Stress: its form, its growth, and its role in verse*. New York: Harper & Row.
- Halle, Morris & Jean-Roger Vergnaud (1987) *An Essay on Stress*. Cambridge, Ma.: MIT Press.
- Haraguchi, Shosuke (1991) *A theory of Stress and Accent*. Dordrecht: Foris Publications.
- Harris, J. H. (1983) *Syllable structure and stress in Spanish*. Cambridge: MIT Press.
- Hauy, Amini Boainain (1989) *História da Língua Portuguesa I - Séculos XII, XIII e XIV*. São Paulo: Ática.
- Havet, Louis (1935) *Cours élémentaire de métrique grecque et latine*. 8^e édition. Paris: Librairie Delagrave.
- Hayes, Bruce (1980) *A metrical Theory of Stress Rules*. Doctoral Dissertation. Department of Linguistics, MIT, Cambridge, MA.
- Hayes, B. (1982) Extrametricality and English Stress. *Linguistic Inquiry* 13, 227-276.
- Hayes, B. (1985) *A metrical Theory of Stress Rules*. New York/London: Garland Publishing. - mesma versão distribuída em 1981 pelo Indiana University Linguistics Club.
- Hayes, B. (1989) The prosodic hierarchy in meter. IN Kiparsky, P. & G. Youmans (eds.) *Phonetics and Phonology. Volume 1: Rhythm and Meter*. Academic Press. pp. 201-260.
- Hayes, B. (1990) Precompiled Phrasal Phonology. IN Inkelas, S. & D. Zec (eds.) *The Phonology-Syntax Connection*. Chicago/London: The University of Chicago Press. pp. 85-108.
- Hayes, B. (1991) *Metrical Stress Theory - Principles and Case Studies*. UCLA (draft).
- Hogg, R. & C. B. McCully (1987) *Metrical Phonology: a coursebook*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hooper, Joan B. (1976) *An Introduction to Natural Generative Phonology*. New York: Academic Press.
- Hooper, J. B. & Tracy Terrel (1976) Stress assignment in Spanish: a natural generative analysis. *Glossa* 10: 64-110.
- Ilari, Rodolfo (1992) *Linguística Românica*. São Paulo: Ática.
- Inkelas, Sharon & Draga Zec (1990) *The Phonology-Syntax Connection*. Chicago/London: The University of Chicago Press.

- Kager, René (1989) *A metrical theory of stress and destressing in English and Dutch*. Dordrecht: Foris Publications.
- Kaisse, Ellen M. (1990) Toward a typology of postlexical rules. IN Inkelas, S. & D. Zec (eds.) *The Phonology-Syntax Connection*. Chicago/London: The University of Chicago Press. pp. 127-143.
- Kaisse, E. M. (1993) Rule reordering and rule generalization in Lexical Phonology: a reconsideration. *Phonetics and Phonology, Volume 4*. Academic Press. pp. 343-363.
- Kato, Mary Aizawa (1992) Variação Sintática e Estilo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, (22): 127-137, jan./jun. 1992.
- Kato, M. A. (1993) Apresentação - "Como, o que e por que escavar ?" IN Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas: Ed. da UNICAMP. pp. 13-30.
- Kato, M. A. (1994) Português Brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança linguística. Apresentado no Congresso Internacional sobre o Português. Lisboa, 1994.
- Kaye, Jonathan; J. Lowenstamm & J.-R. Vergnaud (1985) The internal structure of the phonological elements: a theory of charm and government. *Phonology Yearbook*. pp. 305-328.
- Kiparsky, Paul (1982a) From cyclic phonology to lexical phonology. IN H. van der Hulst & N. Smith (eds.) *The structure of Phonological Representations (Part I)*. Dordrecht: Foris Publications.
- Kiparsky, P. (1982b) Lexical morphology and phonology. IN I.-S. Yang (ed.) *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin. pp. 3-91.
- Kiparsky, P. (1985) Some consequences of lexical phonology. *Phonology Yearbook 2*: 85-138.
- Kiparsky, P. (1989) Sprung Rhythm. IN Kiparsky, P. & G. Youmans (eds.) *Phonetics and Phonology, Volume 1: Rhythm and Meter*. Academic Press. pp. 305-340.
- Kroch, Anthony S. (1990) Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change*, 1: 199-244. Cambridge University Press.
- Labov, William (1987) The overestimation of functionalism. IN Dirven, René & Vilém Fried (eds.) *Functionalism in Linguistics*. John Benjamin Publishing Company.
- Labov, W. (1989) The limitations of context. Evidence from misunderstanding in Chicago. ms.
- Langacker, R. W. (1977) Syntactic Reanalysis. in Li, C. N. (org.) *Mechanisms of Syntactic Change*. Austin: University of Texas Press. pp. 57-139.
- Lapa, M. Rodrigues (1929) *Das origens da poesia lirica em Portugal na Idade-Média*. Lisboa: edição do autor.
- Lapa, M. Rodrigues (1960) *Crestomatia arcaica*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Lapa, M. Rodrigues (1965) *Miscelânea de Língua e Literatura Portuguesa Medieval*. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro.
- Lapa, M. Rodrigues (1970) *Cantigas d'Escarnho e Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Portugueses*. 2ª edição revista e acrescentada. Coimbra: Editorial Galáxia. 1ª edição: 1965.
- Lapa, M. Rodrigues (1981) *Lições de Literatura Portuguesa - Época Medieval*. 10ª edição revista pelo autor. Coimbra: Ed. Coimbra.

- Lee, Seung-Hwa (1992) Fonologia Lexical do Português. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, (23): 103-120, jul./dez. 1992.
- Lee, S.-H. (1994) A regra de acento do português: outra alternativa. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 29, nº 4, pp. 37-42, dezembro de 1994.
- Lee, S.-H. (1995, em preparação) *Morfologia e Fonologia Lexical do Português*. Tese de Doutorado em preparação. Campinas, UNICAMP.
- Leite, Yonne F. (1974) *Portuguese Stress and Related Rules*. Tese de Doutorado, Universidade do Texas, Austin.
- Lehiste, Ilse (1985) Rhythm of Poetry, Rhythm of Prose. IN Fromkin, Victoria A. *Phonetic Linguistics - essays in honor of Peter Ladefoged*. Orlando: Academic. pp. 145-155.
- Lehiste, I. (1990) Phonetic investigation of metrical structure in orally produced poetry. *Journal of Phonetics*. 18(2): 123-133.
- Liberman, M. (1975) *The intonational system of English*. Doctoral Dissertation. Department of Linguistics, MIT, Cambridge, MA.
- Liberman, M. & A. S. Prince (1977) On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry* 8: 249-336.
- Lightfoot, David W. (1979) *Principles of Diachronic Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lightfoot, D. W. (1981) The History of Noun Phrase Movement. IN Baker, C. L. & J. McCarthy (eds.) *The logical problem of language acquisition*. MIT Press. pp. 86-119.
- Lightfoot, D. W. (1982) *The language lottery: toward a biology of grammars*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Lightfoot, D. W. (1987) Modeling language change: ontogenetic and phylogenetic. ms.
- Lightfoot, D. W. (1988) Syntactic change. IN Newmeyer, F. (ed.) *Linguistics: The Cambridge Survey*. vol I: *Linguistic Theory: Foundations*. Cambridge: VP. pp. 303-323.
- Lightfoot, D. W. (1989) Obsolescence and Universal Grammar. ms.
- Lightfoot, D. W. (1991) *How to set parameters: arguments from language change*. MIT Press.
- Lindsay, W. M. (1937) *A Short Historical Latin Grammar*. Second edition, reprinted. Oxford: Clarendon Press. 1st edition: 1895.
- Magalhães, José Olímpio de (1991) Representação da nasalidade das vogais em português. Comunicação apresentada no XXXIX Seminário do GEL. Franca, UNIFRAN.
- Magalhães, J. O. de (1994) O padrão silábico do português e o fonema /s/ em final de sílaba. *Estudos Linguísticos XXIII - Anais de Seminários do GEL*. São Paulo: GEL/CNPq, vol. II, pp. 889-895.
- Magne, Augusto (1944) Excertos da Bibliografia Metódica da Literatura Medieval. IN *A Demanda do Santo Graal* Volume III - Glossário. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. pp. 419-454.
- Maia, Eleonora da Motta (1981) *Phonological and Lexical Processes in a Generative Grammar of Portuguese*. Brown University. Tese de Doutorado.
- Major, Roy C. (1981) Stress-timing in Brazilian Portuguese. *Journal of Phonetics*. 9(3): 343-352.
- Major, R. C. (1985) Stress and Rhythm in Brazilian Portuguese. *Language* 61(2): 259-282.

- Maling, Joan M. (1973) *The Theory of Classical Arabic Metrics*. Ph.D. Thesis. Department of Linguistics and Philosophy. Massachusetts Institute of Technology. Distributed by: MIT Working Papers in Linguistics.
- Martinet, André (1965) *A Linguística Sincrônica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1971.
- Massini, Gladis (1991) *A duração no estudo do acento e do ritmo do português*. Campinas: IEL/UNICAMP. Dissertação de Mestrado.
- Massini, G. (1992) A importância da qualidade vocálica no português para os estudos de "parsing". *Estudos Linguísticos XXI - Anais de Seminários do GEL*. Jaú: Fundação Educacional "Dr. Raul Bauab". vol. II: pp. 947-954.
- Massini-Cagliari, Gladis (1992) *Acento e Ritmo*. São Paulo: Contexto.
- Massini-Cagliari, G. (1993) Escrita Ideográfica & Escrita Fonográfica. *Jornal da Alfabetizadora*. Ano V, nº 28, pp. 18-20. Porto Alegre: Kuarup/PUC-RS.
- Mateus, Maria Helena Mira (1982) *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. 2ª edição. Lisboa: INIC. 1ª edição: 1975.
- Mateus, M. H. M. (1983) O acento de palavra em português: uma nova proposta. *Boletim de Filologia*. Tomo XXVIII. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. pp. 211-229.
- Mattos e Silva, Rosa Virginia (1989) *Estruturas Trecentistas - elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Mattos e Silva, Rosa Virginia (1991) *O Português Arcaico: Fonologia*. São Paulo: Contexto.
- Mattos e Silva, R. V. (1993) O que nos diz sobre a sintaxe a pontuação de manuscritos medievais portugueses. *ABRALIN - Boletim da Associação Brasileira de Linguística*. nº 14, agosto/1993. São Paulo: CNPq/FFLCH-USP. pp. 75-85.
- Mattos e Silva, R. V. (1994) Para uma caracterização do período arcaico do português. *D.E.L.T.A.* vol. 10, nº especial, 247-276.
- Mattoso Câmara Jr., Joaquim (1985a) *Estrutura da Língua Portuguesa*. 15ª edição. Petrópolis: Vozes. 1ª edição: 1970.
- Mattoso Câmara Jr., J. (1985b) *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Padrão. 1ª edição brasileira: 1975.
- Maurer Jr., Th. H. (1959) *Gramática do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- McCarthy, John (1988) Feature Geometry and Dependency: a review. *Phonetica* 43: 84-108.
- Meillet, A. (1933) *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. Troisième édition révisée et augmentée. Paris: Librairie Hachette.
- Michaelis de Vasconcelos, Carolina (1904) *Cancioneiro da Ajuda. Edição crítica e comentada*. Halle. Max Niemeyer.
- Michaelis de Vasconcelos, Carolina (1912-1913) *Lições de Filologia Portuguesa (segundo as preleções feitas aos cursos de 1911 12 e de 1912 13) Seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, s/d.
- Mohanan, K. P. (1982) *Lexical Phonology*. Ph.D. Dissertation, MIT. Distributed by Indiana University Linguistics Club.
- Mohanan, K. P. (1985) Syllable structure and lexical strata in English. *Phonology Yearbook* 2: 139-155.

- Mohanan, K. P. (1986) *The Theory of Lexical Phonology*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company.
- Monteil, Pierre (1973) *Eléments de phonétique et de morphologie du latin*. Nathan Université
- Montesinos Abellan, Jose (s/d) *Gramatica Historica Latino-Española*. Cadiz: Escelicer.
- Moraes, João Antonio de (1986) Acentuação lexical e acentuação frasal em português: um estudo acústico-perceptivo. Comunicação apresentada no II Encontro Nacional de Fonética e Fonologia. Brasília.
- Moraes, J. A. de (1987) Correlats acoustiques de l'accent de mot en Portugais Brésilien. *Proceedings of the XI International Congress of Phonetic Sciences*. vol. 3, pp. 313-316. Tallin, Estonia, URSS.
- Moraes, J. A. & Y. Leite (1992) Ritmo e velocidade da fala na estratégia do discurso: uma proposta de trabalho. IN Ilari, Rodolfo (org.) *Gramática do Português Falado. Volume II: Níveis de Análise Linguística*. Campinas: Ed. da UNICAMP. pp. 65-77.
- Mougeon, Raymond; Edouard Beniak & Daniel Valois (1986) Is Child language a possible source of linguistic variation ? IN Sankoff, David (ed.) *Diversity and Diachrony*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. pp. 347-358.
- Mussafia, Adolfo (1896) Sulla antica metrica portoghese,osservazioni. *Sitzungsberichte der philosophisch-historischen Classe der Kaiserlichen Akademic der Wissenschaften*. Wien, 133.
- Naro, Anthony J. (1973) *Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes.
- Nespor, Marina & Irene Vogel (1986) *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris Publications.
- Nespor, M. (1990) On the separation of prosodic and rhythmic phonology. IN Inkelas, S. & D. Zec (eds.) *The Phonology-Syntax Connection*. Chicago/London: The University of Chicago Press. pp. 243-258.
- Niedermann, Max (1953) *Précis de Phonétique Historique du Latin*. Quatrième édition revue et augmentée. Paris: Klincksieck.
- Nunes, Jairo Morais (1990) *O famigerado SE: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com SE apassivador e indeterminador*. Campinas, UNICAMP. Dissertação de Mestrado.
- Nunes, José Joaquim (1969) *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa - Fonética e Morfologia*. 7ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Nunes, J. J. (1972) *Cantigas de amor dos trovadores galego-portugueses*. Nova Edição. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro. 1ª edição: 1932.
- Nunes, J. J. (1973) *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro. 1ª edição: 1926/1929.
- Petrucci, Peter R. (1992) Fatos de Estabilidade no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, (23): 57-50, jul./dez. 1992.
- Pike, K. (1947) *Phonemics: a technique for reducing languages to writing*. 12th edition. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1971.
- Pimpão, P. E. S. (1942) *Cantigas d'El Rei D. Dinis*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Prince, Allan S. (1975) *The phonology and morphology of Tiberian Hebrew*. Doctoral Dissertation. Department of Linguistics, MIT, Cambridge, MA.
- Prince, A. S. (1983) Relating to the grid. *Linguistic Inquiry* 14: 19-100.

- Prince, A. S. (1989) Metrical Forms. IN Kiparsky, P. & G. Youmans (eds.) *Phonetics and Phonology. Volume 1: Rhythm and Meter*. Academic Press. pp. 45-80.
- Prince, A. & Paul Smolensky (1993) *Optimality Theory*. Constraint Interaction in Generative Grammar. Technical Report #2 of the Rutgers Center for Cognitive Science. Rutgers University.
- Pulleyblank, Douglas (1986) *Tone in Lexical Phonology*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company.
- Ramos, Jânia (1991) Mudança Sintática e Teoria Gramatical. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 20: 23-32. Campinas: IEL/UNICAMP, jan./jun. 1991.
- Ramos, J. (1992) *Marcação de caso e mudança sintática no português do Brasil: uma abordagem gerativa e variacionista*. Campinas, UNICAMP. Tese de doutorado.
- Rice, Keren D. (1990) Predicting rule domains in the phrasal phonology. IN Inkelas, S. & D. Zec (eds.) *The Phonology-Syntax Connection*. Chicago/London: The University of Chicago Press. pp. 289-312.
- Rissanen, Matti (1986) Variation and the study of English Historical Syntax. IN Sankoff, David (ed.) *Diversity and Diachrony*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. pp. 97-109.
- Roberts, Ian (1993a) *Verbs and Diachronic Syntax*. Dordrecht: Kluwer.
- Roberts, I. (1993b) Posfácio - O Português Brasileiro no contexto das línguas românicas. IN Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas: Ed. da UNICAMP. pp. 409-425.
- Sagey, E. C. (1986) *The representation of features and relations in nonlinear phonology*. Ph.D. Dissertation, MIT.
- Scarpa, Ester Miriam (1993) Filler sounds and the acquisition of prosody. Comunicação apresentada no VII International Congress for the study of child language. Trieste, Itália.
- Scarpa, E. M. (1995) Organizações Rítmicas na Fala Inicial. a sair nos *Anais do IX Encontro Nacional da ANPOLL*.
- Selkirk, Elisabeth O. (1980) *On prosodic structure and its relation to syntactic structure*. Indiana: IULC.
- Selkirk, E. O. (1984) *Phonology and Syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Selkirk, E. O. & Tong Shen (1990) Prosodic domains in Shanghai Chinese. IN Inkelas, S. & D. Zec (eds.) *The Phonology-Syntax Connection*. Chicago/London: The University of Chicago Press. pp. 313-337.
- Silva Neto, Serafim da (1946) *Fontes do Latim Vulgar: o Appendix Probi*. Rio de Janeiro: Nacional.
- Silva Neto, S. da (1956) *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa.
- Silva Neto, S. da (1956) *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Silva Neto, S. da (1970) *História da Língua Portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livros de Portugal. 1ª edição: 1957.
- Silva Neto, S. da (1977) *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1ª edição: 1957.

- Silva Neto, S. da (1986) *História da Língua Portuguesa*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Presença/INL. 1ª edição: 1957.
- Silva, Thais Cristófaros Alves da (1992) *Nuclear Phenomena in Brazilian Portuguese*. Ph.D. Thesis. School of Oriental and African Studies, University of London.
- Soares, Marília Facó (1994) Do tratamento fonológico do ritmo. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 29, nº 4, pp. 7-23, dezembro de 1994.
- Spina, Segismundo (1971) *Manual de Versificação Românica Medieval*. Rio de Janeiro: Gernasa.
- Spina, S. (1991) *A lírica trovadoresca*. 3ª edição refund. e atual. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1ª edição: 1956.
- Stampe, D. (1980) *A Dissertation on Natural Phonology*. New York: Garland Publishing Co.
- Steriade, Donca (1987) Locality conditions and feature geometry. *Proceedings of NELS 17*, GLSA, Department of Linguistics, University of Massachusetts, Amherst, 595-618.
- Tarallo, Fernando Luiz (1990a) *Tempos Linguísticos - Itinerário Histórico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática.
- Tarallo, F. L. (1990b) A estrutura na variação: do falante-ouvinte real ao Falante-Ouvinte Real. *D.E.L.T.A.*, vol. 6, nº 2: 195-222.
- Tarallo, F. L. (1991) Reflexões sobre o conceito de mudança linguística. *Organon 18 - A variação no português do Brasil*. Organização: Leda Bisol. vol. 5, nº 18, pp. 11-22. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Tarallo, F. L. & M. Kato (1989) *Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-linguística*. Campinas: Preedição 5.
- Tavani, Giuseppe (1967) *Repertorio metrico della lirica galego-portoghese*. Roma: Edizioni dell'Ateneo.
- Tavani, G. (1974) Problèmes de la poésie lyrique galego-portugaise. *Colóquio - Letras 17*. Lisboa. pp. 45-56.
- Tavani, G. (1988) *Ensaio português: filologia e linguística*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Teyssier, Paul (1987) *História da Língua Portuguesa*. 3ª edição portuguesa. Lisboa: Sá da Costa.
- Troubetzkoy, N. S. (1939) *Principes de Phonologie*. Paris: Édition Klincksieck, 1970.
- Vasconcellos, José Leite de (1959) *Lições de filologia portuguesa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- Verluyten, Sylvain Paul Marcel (1982) *Recherches sur la prosodie et la métrique du Français*. Wilrijk, Universitaire Instelling Antwerpen. (Tese de Doutorado)
- Vieira, Yara Frateschi (1987) *Poesia medieval*. São Paulo: Global.
- Visch, Ellis (1990) *A metrical theory of rhythmic stress phenomena*. Dordrecht: Foris Publications.
- Vogel, Irene & István Kenesei (1990) Syntax and Semantics in Phonology. IN Inkelas, S. & D. Zec (eds.) *The Phonology-Syntax Connection*. Chicago/London: The University of Chicago Press. pp. 339-363.
- Wetzels, W. Leo (1991) Harmonização vocálica, truncamento, abaixamento e neutralização no sistema verbal do português: uma análise auto-segmental. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, (21): 25-58, jul./dez. 1991.

- Wetzels, W. L. (1992) Mid Vowel Neutralization in Brazilian Portuguese. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, (23): 19-55, jul./dez. 1992.
- Wetzels, W. L. (1993) Prevowels in Maxacali: where they come from. *Boletim da ABRALIN*, nº 14, pp. 39-63.
- Youmans, Gilbert (1989) Introduction: Rhythm and Meter. IN Kiparsky, P. & G. Youmans (eds.) *Phonetics and Phonology. Volume 1: Rhythm and Meter*. Academic Press. pp. 1-14.
- Zec, Draga (1993) Rule domains and phonological change. *Phonetics and Phonology. Volume 4*. Academic Press. pp. 365-405.
- Zec, D. & Inkelas, S. (1990) Prosodically Constrained Syntax. IN Inkelas, S. & D. Zec (eds.) *The Phonology-Syntax Connection*. Chicago/London: The University of Chicago Press. pp. 365-378.

Cancioneiro da Ajuda. Lisboa: Sá da Costa, 1945.

Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti). Cod. 10991. Reprodução fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.

Enciclopédia Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopædia Britannica do Brasil, 1983.

Enciclopédia BARSA. Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopædia Britannica Editores Ltda, 1979. vol. 5, pp. 430-431; vol. 11, pp. 164-165.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Ltda, s/d. vol. 1, pp. 520, 682; vol. 2, pp. 307, 370; vol. 3, p. 1031; vol. 4, pp. 314-315, 392, 863, 888; vol. 5, pp. 98, 409, 542, 676, 729; vol. 6, pp. 115, 614; vol. 7, pp. 20, 49, 51, 67, 722, 924; vol. 8, p. 356; vol. 9, pp. 36-42, 523-531; vol. 12, pp. 401, 822-828, 832, 877; vol. 15, p. 432; vol. 19, pp. 39, 981; vol. 21, pp. 249, 257-259; vol. 23, pp. 28, 879-880; vol. 24, p. 690; vol. 25, p. 205; vol. 26, p. 30; vol. 29, pp. 340-341; vol. 31, p. 259; vol. 32, p. 124.

Anexo

ANEXO

número da cantiga em Nunes (1973)	número da cantiga no CBN	TROVADOR
1	519	El-rei D. Dinis
2	534	
3	547	
4	553	
5	554	
6	555	
7	556	
8	557	
9	558	
10	559	
11	560	
12	561	
13	562	
14	563	
15	564	
16	565	
17	566	
18	567	
19	568	
20	569	
21	570	
22	570	
23	571	
24	572	
25	573	
26	574	
27	575 e 576	
28	577	
29	578	
30	579	
31	580	
32	581	
33	582	
34	583	
35	584	
36	585	
37	586	
38	587	
39	588	
40	589	
41	590	
42	591	
43	592	
44	593	

45	594	
46	595	
47	596	
48	597	
49	598	
50	599	
51	600	
52	601	
53	602	
54	603	
55	604	
56	615	Estevam Fernandez d'Elvas
57	1091	
58	1092	
59	1093	
60	626	Fernan Rodriguez de Calheiros
61	627	
62	628	
63	629	
64	630	
65	631	
66	632	
67	632	
68	633	Vaasco Praga de Sandin ou
69	634	Vasco Fernandez Praga
70	636	
71	637	
72	638	Pay Soares ou Paio Soares de Taveirós
73	639	
74 e 234	640 e 827	Pay Soares/Afonso Eanes do Coton
75	641	Nuno Fernandez Torneol
76	642	
77	643	
78	644	
79	645	
80	646	
81	647	
82	648	
83	649	Pero Garcia. Burgalês
84	650	
85	651	Joan Nunez. Camanês
86	652	
87	653	
88	654	
89	655	
90	656	Airas Corpancho
91	657	
92	658	
93	659	
94	660	
95	661	
96	662	
97	663	

98	664	Vaasco Gil
99	665	D. Joan d'Avoim ou d'Aboim
100	665	
101	666	
102	667	
103	668	
104	669	
105	670	
106	672	
107	673	
108	674	
109	675	
110	676	D. João Soares Coelho
111	678	
112	679	
113	680	
114	681	
115	682	
116	682	
117	684	
118	685	
119	686	
120	687	
121	688	
122	689	
123	690	
124	691	
124	692	Estevam Reimondo
125	693	
126	694	Joan Lopez d'Ulhoa
127	695	
128	696	
129	697	
130	698	
131	699	
132	700	
133	701	D. Fernan Fernandez Cogominho
134	702	
135	703	
136	704	
137	705	Gonçalo Eanes do Vinhal
138	706	
139	707	
140	708	
141	709	
142	710	
143	711	
144	712	
145	1390	Roi Queimado ou Rui Queimado
147	713	
148	714	
149	715	
150	265	

151	716	Meen Rodriguez Tenoiro
152	717	
153	718	
154	719	
155	720	Estevam Coelho
156	721	
157	722	Estevam Travanca
158	723	
159	724	
160	725	
161	726	Rodrigo Eanes de Vasconcelos
162	727	
163	728	
164	729	Afonso Mendes de Beesteiros
165	730	
166	732	Pero Gomes Barroso
167	733	
168	734	
169	735	Pero Viviaez
170	736	
171	737	Fernan Gonçaves de Seavra ou de Seabra
172	738	D. Afonso Lopez de Baian
173	738	
174	739	
175	740	
176	741	Joan de Guilhade ou Joan Garcia ou Joan Garcia de Guilhade
177	742	
178	743	
179	744	
180	745	
181	746	
182	747	
183	748	
184	749	
185	750	
186	751	
187	752	
188	753	
189	754	
190	755	
191	776	
192	777	
193	778	
194	785	
195	786	
196	787	
197	779	Estevan da Guarda
198	780	Pero d'Ornelas
199	783	D. Afonso Sanches
200	784	

201	788	Joan Vaasques de Talaveira
202	789	
203	790	
204	791	
205	792	
206	793	
208	795	
207	794 e 1212	
209	796	Nuno Perez Sandeu
210	797	
211	798	
212	799	
213	800	
214	801	
215	802	Meen Vaasquez de Folhete
216	804	Fernan Frojaz ou Froian
217	805	
218	806	
219	807	
220	817	Pai Gomes Charinho
221	838	
222	839	
223	840	
224	841	
225	843	
226	819	Fernan Velho
227	820	Vaasco Perez Pardal
228	821	
229	822	
230	823	
231	824	
232	825	Afonso Eanes do Coton
233	826	
235	828	Pedro Eanes Solaz
236	829	
237	830	
238	831	Pero da Ponte
239	832	
240	833	
241	834	
242	835	
243	836	
244	837	
245	845	Joan Garcia, sobrinho de Nun'Eanes
246	846	
247	847	Reimon Gonçalvez
248	848	Garcia Soarez, irmão de Martin Soarez
249	849	
250	850	Vaasco Rodriguez de Calvelo
251	851	
252	852	Meendinho

253	864	D. Joan Mendes de Briteiros
254	865	
255	866	
256	868, 869 e 870	Airas Nunes
257	874	
258	879	
259	881	
260	918	Pero Gonçalvez Porto Carreiro ou Portocarreiro
261	919	
262	920	
263	920	
264	925	Don Gomez Garcia, abade de Valladolid
265	926	Roy Fernandez, clérigo ou Rui Fernandes
266	927	
267	928	
268	929	
269	930	
270	931	
271	932	
272	933	Pae de Cana, clérigo ou Paio de Cana
273	934	
274	936	Sancho Sanchez
275	937	
276	938	
277	939	
278	940	
279	963	Joan Airas, burguês de Santiago
280	967	
288	1012	
289	1013	
290	1014	
292	1015	
292	1016	
293	1017	
294	1018	
295	1019	
296	1020	
297	1021	
298	1022	
299	1023 e 1049	
300	1024	
301	1025	
302	1026	
303	1027	
304	1028	
305	1029	
306	1030	
307	1031	
308	1032	
309	1033	
310	1034	
311	1035	
312	1036	

313	1037	
314	1038	
315	1039	
316	1040	
317	1041	
318	1042	
319	1043	
320	1044 e 1048	
321	1045	
322	1046	
323	1047	
324	1050	
325	1051	
326	975 e 978	Rodrigu'Eanes d'Alvares
327	1000	Roy Martinz ou Rui Martin d'Ulveira
328	1001	
330	1098	Pedr'Amigo de Sevilha
331	1208	
332	1209	
333	1210	
334	1211	
335	1213	
336	1214	
337	1215	
338	1216	
339	1217	
340	1218	
341	1100	Airas Paez
342	1285	
343	1286 e 1287	
344	1118	Pero de Berdia (Pedro de Dardia ou Bardia)
345	1119	
346	1120	
347	1120	
348	1121	
349	1127	Nuno Porco
350	1128	Pero de Veer
351	1129	
352	1130	
353	1131 e 1132	
354	1133	
355	1134	
356	1135	Bernal de Bonaval ou
357	1136	Bernaldo de Bonaval
358	1137	
359	1138	
360	1139	
361	1140	
362	1141	
363	1141	

364	1142	João Servando
365	1143	
366	1144	
367	1145	
368	1146 (bis)	
369	1147	
370	1148	
371	1149	
372	1149	
373	1150	
374	1151	
375	1152	
376	1143 (bis)	
377	1144 (bis)	
378	1145 (bis)	
379	1147 (bis)	
380	1148 (bis)	Joan Zorro
381	1149 (bis)	
382	1150 (bis)	
383	1151 e 1152 (bis)	
384	1153	
385	1154	
386	1155	
387	1156	
388	1157	
389	1158	
390	1158	
391	1161	Roi Martiis do Casal ou Roi Martinz do Casal
392	1162	
393	1163	
394	1165	Juian Bolseiro
395	1166	
396	1167	
397	1168	
398	1169	
399	1170	
400	1171	
401	1172	
402	1173	
403	1174	
404	1175	
405	1176	
406	1178	
407	1179	
408	1180	
409	1182	Martin Campina (Campinha ou de Campina)
410	1183	

411	1184	Pero Meogo ou Moogo
412	1185	
413	1186	
414	1187	
415	1188	
416	1189	
417	1190	
418	1191	
419	1192	
420	1193	Martin de Caldas
421	1194	
422	1195	
423	1196	
424	1197	
425	1198	
426	1199	
427	1200	Nuno Perez (ou Fernandez)
428	1201	
429	1202	
430	1203	
431	1204	Pero d'Armea ou d'Armea
432	1205	
433	1206	
434	1207	
435	1222	Joan Baveca
436	1223	
437	1224	
438	1225	
439	1226	
440	1227	
441	1228	
442	1229	
443	1230	
444	1231	
445	1232	
446	1233	
447	1234	
448	1235	Pero d'Ambroa
449	1236	Pai Calvo (ou Paio Calvo)
450	1237	
451	1238	Martin [de] Padrozelos ou Pedrozelos
452	1239	
453	1240	
454	1241	
455	1242	
456	1243	
457	1244	
458	1245	
459	1246	

401	1248	Lopo, jogar (jogral)
461	1249	
462	1250	
463	1251	
464	1252	
465	1253	
466	1254	
467	1255	
468	1256	Galisteu Fernandez
469	1257	
470	1258	
471	1259	
472	1260	Lourenço, jogar (jogral)
473	1261	
474	1262	
475	1263	
476	1264	
477	1265	
478	1265	
479	1266	Golparro
480	1267	Joan de Cangas
481	1268	
482	1269	
483	1270	Martin de Ginzo
484	1271	
485	1272	
486	1273	
487	1274	
488	1275	
489	1276	
490	1277	
491	1278	Martin Codax
492	1279	
493	1280	
494	1281	
495	1282	
496	1283	
497	1284	
498	1288	Fernan do Lago
499	1289	Joan de Requeixo
500	1290	
501	1291	
502	1292	
503	1293	
504	1295	Fernand'Esquio ou Fernando Esguio
505	1297	
506	1298	
507	1299	
508	47	Fernan Figueira de Lemos
509	332	Rodrigu'Eanes Redondo
510	373	Pero Mafaldo
511	383	
512	456	El-rei D. Sancho I